

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THALES SPERONI PEREIRA DA CRUZ

HÁ OUTRO TRABALHO NA "OUTRA ECONOMIA"?

A relação dos trabalhadores com o seu trabalho na economia solidária

Porto Alegre, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THALES SPERONI PEREIRA DA CRUZ

HÁ OUTRO TRABALHO NA "OUTRA ECONOMIA"?

A relação dos trabalhadores com o trabalho na economia solidária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lorena Holzmann

Porto Alegre, 2012

THALES SPERONI PEREIRA DA CRUZ

HÁ OUTRO TRABALHO NA "OUTRA ECONOMIA"?

A relação dos trabalhadores com o trabalho na economia solidária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em sociologia.

Agosto de 2012

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Naira Lima Lápiz
UFRGS

Profa. Dra. Cinara Rosenfield
UFRGS

Profa. Dra. Annie Marie T. G. E. Wautier
UFPEL

À professoira Lorena Holzmann.

AGRADECIMENTOS

Se as palavras que seguem nesta dissertação são produto de um trabalho solitário de escrita, o resultado deste estudo não representa um esforço individual. Diferentemente disso, ele reúne a plural contribuição de pessoas que eu gostaria de agradecer. Durante a minha trajetória acadêmica o apoio e a confiança vieram de distintas partes. À professora Lorena Holzmann, orientadora desta dissertação, mas também da iniciação científica e do trabalho de conclusão de graduação, agradeço pelo exemplo de conduta ética e profissional, pelas valiosas contribuições, e pela orientação sempre muito próxima e atenta. As professoras Cinara Rosenfield e Annie Wautier, gostaria de dizer obrigado pelo aceite para participação na banca de mestrado, mas principalmente pela relação de apoio e amizade que foi estabelecida nos últimos anos. À professora Naira Lima Lápis sou grato por ter aceitado substituir o professor Antônio David Cattani na banca. Ao professor Cattani agradeço pelo carinho e abertura sempre presentes. Obrigado, igualmente, aos professores Fernando Coutinho Cotanda, Carlos Schmidt, Raul Rojo, Clarissa Eckert Baeta Neves, Ricardo Mayer e Marcos Ferreira pelas contribuições e pelo incentivo e à Regiane Accorsi pelo suporte prestado. I also thank to Professors Frances Abele and Tessa Hebb, as well as Genevieve Harrison, Lesley MacKinnon, Sandra Jones and Rory Morrison from Carleton University, for the hospitality and support on Canadian soil during the last writing moments of this dissertation.

Gostaria de agradecer aos meus familiares e a minha mãe em particular, pela orientação para a vida, pelo carinho e amor. Aos meus amigos Ivan, Andressa, Ane, Thays, Thalysa, Milena, Bianca, Gerson, Élen, Solh, José, Paula, Leandro, Tâmis e Sofia muito obrigado pela alegria, pelo apoio e pela amizade. À Bruna agradeço pelo incentivo, companheirismo e pelo carinho que compartilhamos.

Agradeço especialmente aos trabalhadores que me contaram as suas histórias de vida, me receberam de portas abertas nos diferentes empreendimentos e participaram ativamente no desenvolvimento deste estudo. Espero que esta dissertação possa colaborar com a luta desses homens e mulheres por uma vida melhor.

O meu profundo sentimento de gratidão a todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação, estimulando-me e apoiando-me intelectual e emocionalmente.

E tudo isto é estrangeiro, como tudo.
(Poema “Tabacaria” de Álvaro de Campos)

RESUMO

A realidade social perdeu sua unidade, sendo tarefa do ator construir a coerência da sua ação em um mundo que não possui centro. Este diagnóstico da modernidade, presente na sociologia da experiência, faz com que a análise volte-se para a compreensão do modo como os atores atuam em meio a esse social heterogêneo. Considerando a economia solidária um caso privilegiado desse processo, esta investigação teve como objetivo compreender a relação com o trabalho nessas práticas. Deste modo, procurou-se contribuir para o debate em torno da questão: há outro trabalho na “outra economia”? O modelo analítico desenvolvido, fundamentado na perspectiva de François Dubet, considerou que a relação com o trabalho na economia solidária é atravessada por três dimensões: a do projeto de economia solidária (seus princípios e expectativas); a dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva; e a da luta por autonomia (entendida como o anseio do ator em conformar uma relação com o trabalho permeada por identificação subjetiva e reconhecimento dos demais). A tese central defendida foi a de que a relação com o trabalho na economia solidária é caracterizada por uma dupla pluralidade, tanto das distintas dimensões e dos sentidos a elas vinculados, como das formas como os atores articulam tais significações para compor a sua relação com o trabalho. No intuito de testar essa tese, realizou-se um estudo empírico em três empreendimentos da região metropolitana de Porto Alegre, de diferentes segmentos econômicos (metalúrgico, reciclagem e confecção). Os procedimentos metodológicos desenvolvidos centraram-se em 34 entrevistas semidiretivas em profundidade, fundamentadas na articulação dos pressupostos metodológicos da entrevista compreensiva de Kaufmann e das bases da entrevista episódica de Flick. Os resultados do estudo empírico evidenciaram a capacidade interpeladora das três dimensões, ao mesmo tempo em que expressaram a não redutibilidade dos trabalhadores a nenhuma delas. Mesmo que os resultados desta dissertação não permitam afirmações contrastantes sobre a existência (ou não existência) de outro trabalho na “outra economia”, esta investigação oferece subsídios relevantes para o debate acerca dessa problemática. Por um lado, o estudo das diferentes dimensões da relação com o trabalho apontou para a presença de distintas barreiras para a realização do possível caráter alternativo do trabalho na economia solidária: 1) a variedade de obstáculos produtivos nos empreendimentos e a correlata necessidade de um esforço compensatório dos trabalhadores; 2) a incongruência entre o projeto de economia solidária e as vivências cotidianas dos trabalhadores; 3) e, por fim, a recorrência de concepções negativas de si, que restringem a luta por autonomia. Por outro lado, por meio da tipologia da relação com o trabalho na economia solidária, baseada nos diferentes modos de como os atores articulam os sentidos ligados às distintas dimensões, foi possível identificar a existência de seis tipos: o de conservação, o de filiação, o centrado no ofício, o pessoalizado, o gerencial e o engajado. A presença desses diferentes tipos de relação com o trabalho destaca a atividade de atores plurais em contextos, também eles, plurais, o que evidencia a inadequação de duas figuras redutoras: a que mitifica o trabalhador ao supor um vínculo integral com o projeto de economia solidária e a que o reduz à procura emergencial pela sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: Ação social; Experiência Social; Economia Solidária; Relação com o trabalho.

ABSTRACT

Social reality has lost its unity. As a result, actors are now tasked with building coherence of action in a world that has no center. This diagnosis of modernity, present in the sociology of experience, places the focus of analysis on developing an understanding of how actors act in the midst of social heterogeneity. By focusing on the solidarity economy, a good example of the phenomenon mentioned, the research objective here was to understand the relationship between the labourer and his/her labour, within the solidarity economy. As such, the goal of this dissertation is to contribute to the debate surrounding the question: is there other labour in the "other economy"? The analytical model developed here, based on the perspective of François Dubet, argues that the relationship with labour in the solidarity economy possesses three dimensions: the project of solidarity economy (its principles and expectations), the requirements of the effectiveness of the productive activity, and the struggle for autonomy (understood as the actor's desire to conform a relationship with the labour permeated by subjective identification and recognition of others). The central thesis defended is that the relationship with labour in the solidarity economy is characterized by a dual plurality; the three dimensions and the meanings related to them and the ways in which actors articulate these significations to compose their relationship with labour. In order to test this proposition, an empirical study was carried out on three enterprises in the metropolitan area of Porto Alegre, in different economic segments (metallurgy, recycling, and sewing). The methodological procedures developed in this project focused on 34 semi-directive, in-depth interviews, based on the articulation of the methodological suppositions of Kaufmann's comprehensive interview and the foundations of Flick's episodic interview. The results demonstrate not only the interrelative capacity of all three dimensions, but also that labourers within the solidarity economy are not reducible to any single dimension. Even if the results of this dissertation do not allow for contrasting statements concerning the existence (or non-existence) of other labour in the "other economy", this research does provide relevant contributions to the debate on the proposed problem. On one hand, the study of the various dimensions of the relationship with labour points out the presence of three unique barriers to the realization of the possible alternative character of labour in the solidarity economy. One, a variety of obstacles to production within the enterprise that the labourer must overcome through enhanced efforts. Two, the incongruity between the solidarity economy project and the worker's everyday experiences. Lastly, three, the recurrence of negative conceptions of oneself, which restrict the struggle for autonomy. On the other hand, by means of a typology of the relationship with labour in the solidarity economy that is based on the different ways of how actors articulate the meanings attached to the three dimensions, it was possible to identify the existence of six types of relation with labour: conservation, affiliation, centering on the *métier*, focus on personal sociability, management, and engagement. The existence of these different types of relationship with labour point out the activity of plural actors in contexts, likewise, plural, which highlight the inadequacy of two reducing figures: the mythification of the worker to assume an integral bond with the solidarity economy project and the reduction of the actor to a struggle for survival.

KEYWORDS: Social action, Social Experience, Solidarity Economy; Relationship with labour.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTO SEMÂNTICO E CONHECIMENTO EPISÓDICO	107
---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TIPOLOGIA DA RELAÇÃO COM O TRABALHO.....	202
QUADRO 2 – SÍNTESE DA TIPOLOGIA DA RELAÇÃO COM O TRABALHO	218

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
CADIS - Centro de Análise e de Intervenção Sociológica
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ET - Economia do Trabalho
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
PMS - Produção Mercantil Simples
SENAES - Secretária Nacional de Economia Solidária
SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UD - Unidade Doméstica
UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE 1: A SOCIOLOGIA DA EXPERIÊNCIA E O ESTUDO DO TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	20
CAPÍTULO 1: A EXPERIÊNCIA SOCIAL COMO TRABALHO, O TRABALHO COMO EXPERIÊNCIA SOCIAL	22
1. A crise da sociologia clássica e a emergência dos paradigmas da ação.....	22
2. A ação como experiência social, a experiência social como trabalho	34
3. O trabalho na economia solidária enquanto experiência social	54
4. Conclusão.....	67
CAPÍTULO 2: A RELAÇÃO COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	68
1. O trabalhador e o projeto de economia solidária	70
2. O trabalhador e a os requerimentos de eficácia produtiva	80
3. O trabalhador e a sua luta por autonomia	89
4. Conclusão.....	96
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA.....	98
1. Aspectos epistêmico-metodológicos da sociologia da experiência	99
2. Procedimentos metodológicos	103
3. As etapas da investigação empírica	110
4. Conclusão.....	119
PARTE 1: CONCLUSÃO	122
PARTE 2: O TRABALHADOR E O SEU TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: RESULTADOS DO ESTUDO EMPÍRICO	124
CAPÍTULO 4: O PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	136
1. Os trabalhadores frente ao projeto de economia solidária	137
2. Autogestão e responsabilização do trabalhador	140
3. Solidariedade e cooperação.....	146

4. Conceptualizações do projeto de economia solidária	152
5. Conclusão.....	154
CAPÍTULO 5: OS REQUERIMENTOS DE EFICÁCIA DA ATIVIDADE PRODUTIVA.....	156
1. A centralidade produtiva do trabalhador.....	156
2. A divisão do trabalho	164
3. O valor do trabalho	167
4. O projeto e a atividade produtiva.....	170
5. Conclusão.....	172
CAPÍTULO 6: A LUTA POR AUTONOMIA	174
1. Descrições de si.....	175
2. O reconhecimento das concepções individuais.....	186
3. Obstáculos à autonomia dos atores	193
4. Conclusão.....	199
CAPÍTULO 7: TIPOLOGIA DA RELAÇÃO COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	201
1. O tipo de conservação: a referência nas vivências laborais anteriores	204
2. O tipo de filiação: a pugna por estabilidade.....	207
3. O tipo centrado na identidade de ofício: a luta por um trabalho bem feito.....	209
4. O tipo pessoalizado: a valorização de uma sociabilidade mais próxima	212
5. O tipo gerencial: a gestão para o desenvolvimento econômico	214
6. O tipo engajado: o empenhamento no projeto de economia solidária	216
7. Do indivíduo ao coletivo: a interação dos tipos de relação com o trabalho nos casos estudados	220
8. Conclusão.....	224
PARTE 2: CONCLUSÃO	228

CONCLUSÃO	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	239
APÊNDICES.....	250
APÊNDICE A: Atributos dos entrevistados – Coopereciclagem	250
APÊNDICE B: Atributos dos entrevistados – Cooperalumínio.....	251
APÊNDICE C: Atributos dos entrevistados – Uniconfecção	252
APÊNDICE D: Roteiro de entrevista.....	253
APÊNDICE E: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	256
APÊNDICE F: Fluxograma da produção da Cooperalumínio	257
APÊNDICE G: Fluxograma da produção da Uniconfecção	258

INTRODUÇÃO

O objeto desta dissertação é a relação com o trabalho na economia solidária. A abordagem desenvolvida partiu de uma percepção de perda de unidade da realidade social que coloca a tarefa do ator em construir a coerência da sua ação em um mundo que não possui centro. Este diagnóstico da modernidade, proposto por François Dubet, faz com que a análise sociológica volte-se para a compreensão do modo como os atores¹ atuam em meio a esse social heterogêneo. A economia solidária é um caso privilegiado desse processo em que uma pluralidade de fatores, possivelmente incongruentes, interpela os atores no decurso de sua ação. Os empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária² possuem tanto uma face produtiva, relacionada ao oferecimento de bens e serviços em um mercado concorrencial³ a fim de responder às demandas dos seus associados, quanto uma face política, ligada ao projeto dessa *outra economia*⁴, aos seus princípios normativos e às suas propostas organizacionais. Ademais, essas iniciativas se desenvolvem em contextos sociais múltiplos e agrupam indivíduos com uma ampla diversidade de trajetórias e situações de vida. Tendo em conta essa pluralidade e, a fim de contribuir para o debate sobre o trabalho na economia solidária, esta dissertação tem como objetivo compreender como os trabalhadores relacionam-se com o seu trabalho nessas práticas e como lidam com a heterogeneidade que as marcam.

Em situação similar a outros países periféricos, o Brasil caracteriza-se historicamente pela pobreza, desigualdade social⁵, mas, também, e de forma associada, pela baixa qualidade e quantidade de emprego (SANTOS, 2008) e pela correlata acentuada e multiforme presença do

¹ Segundo Dubar (DUBAR, 2004) a utilização dos termos “agente”, “ator”, “sujeito” e “autor” remontam a diferentes formas de conceber o indivíduo e a sociedade. A noção de ator será utilizada nesta dissertação de forma intercambiável com a de indivíduo, enquanto o termo “sujeito” será evocado nas situações em que se busca destacar a reflexividade do ator e os processos de subjetivação em que ele se insere.

² No decorrer desta dissertação, quando constar “empreendimentos de economia solidária”, estar-se-á fazendo referência aos empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária.

³ A economia solidária inclui, igualmente, empreendimentos sem fins mercantis, nos quais a produção é destinada ao uso de seus membros ou da comunidade.

⁴ Segundo Cattani, a Outra Economia é “(...) aquela que se apresenta como alternativa material e humana superior a economia capitalista. Designadas por termos tais como economia solidária, economia do trabalho, novo cooperativismo, empresas autogestionárias e outros, essas formas correspondem a realizações inovadoras, associadas a novos valores e princípios que se opõem às práticas excludentes, social e ambientalmente predatórias” (CATTANI, 2009, p.7). Para o autor, “A *outra economia* é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social” (CATTANI, 2009, p.7).

⁵ Segundo o Censo de 2010, um quarto da população brasileira recebia até R\$ 188 e metade auferiam renda de até R\$ 376 (IBGE, 2010), dados alarmantes que delineiam a pobreza em um País rico. O coeficiente de Gini do Brasil foi, em 2012, de 51,9 (BANCO MUNDIAL, 2012) o que o posiciona como o 16º país mais desigual do mundo.

trabalho informal (NORONHA, 2003). A queda da taxa de desemprego (de 20,1% em 2002 para 10,6% em maio de 2012, segundo o DIEESE, 2012a) e o aumento relativo do assalariamento (em 2002 representou 51,9% do total da população ocupada, e em fevereiro de 2012 chegou à marca de 69,4%, segundo o DIEESE, 2012b) nos últimos dez anos, não extingue a presença de problemáticas relacionadas ao emprego e ao trabalho. Como pontua Leite (LEITE, 2010, p. 26), essas transformações foram simultâneas à permanência de processos de precarização, que não têm manifestado indícios de redução. É nesse cenário, que combina a dificuldade de acesso ao emprego e renda, assim como a outros direitos sociais, e a presença constante da insegurança, instabilidade e precariedade no trabalho que os “batalhadores brasileiros” (SOUZA, 2010)⁶ lutam por uma vida melhor. Os empreendimentos econômicos associativos (cooperativas, associações, grupos informais, empresas recuperadas, entre outros) são uma das formas de reação dos trabalhadores a esse contexto difícil. Nas últimas duas décadas, muitos desses empreendimentos passaram a ser vinculados ao projeto de economia solidária⁷. Esse projeto possui como princípios centrais a democracia, a cooperação, a solidariedade, assim como a valorização dos laços de reciprocidade, a ressignificação das concepções capitalistas de eficiência e a autonomia do trabalhador sobre o seu trabalho⁸.

A economia solidária foi progressivamente surgindo como um tema relevante em estudos acadêmicos. Essa emergência teve, segundo Lechat (LECHAT, 2002), um caráter teórico-político-ideológico, visto que as realidades nomeadas como economia solidária já existiam anteriormente e eram descritas sob outros termos. Uma característica relevante de parte da produção acadêmica pioneira sobre a economia solidária alude ao esforço dos autores em contribuir com o projeto dessa *outra economia*, ao mesmo tempo em que buscam compreendê-la e instituí-la como um objeto de investigação legítimo. Esse envolvimento dos investigadores fez com que fossem produzidas análises simultaneamente preocupadas com o que estas práticas

⁶ Souza (SOUZA, 2010) critica o conceito de “nova classe média”, incorporando aspectos culturais ao debate sobre as classes sociais no Brasil. Para tanto, o autor propõe a noção de “batalhadores brasileiros”, para se referir àqueles atores que possuem os requerimentos emocionais e morais do trabalho produtivo no mercado competitivo. Os batalhadores se caracterizam, assim, por uma ética articulada do trabalho duro, que fundamenta o seu esforço em compensar as ausências de capital econômico e cultural. Essa ética baseia-se em uma incorporação de disposições como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, que justificam o sacrifício pessoal com vistas a um futuro melhor.

⁷ Segundo Haddad: “(...) tivemos um hiato histórico em que o debate sobre alternativas às relações sociais de produção capitalista não encontrava eco. Vivemos esse hiato temporal e hoje temos nas mãos uma grande oportunidade de voltar a discutir a emancipação” (HADDAD, 2005, p. 22).

⁸ Para uma descrição mais precisa do projeto de economia solidária ver a primeira seção do Capítulo 2.

“são” e podem ser, mas também com o que elas “devem ser”. Deste modo, cada uma das referências acadêmicas implicadas no seu projeto, descreve a economia solidária destacando alguma propriedade especial: a autogestão (SINGER, 2002); o vínculo com o projeto da economia do trabalho (CORAGGIO, 2007); uma nova racionalidade econômica (GAIGER, 2000; 2009) e uma proeminência da reciprocidade sobre a troca no mercado (LAVILLE, 2010), dentre outros exemplos.

Deste modo, a economia solidária foi gradativamente sendo considerada enquanto elemento relevante, tanto do ponto de vista social, como acadêmico, no Brasil. Por um lado, tornou-se pauta presente em programas político-partidários, em ações sindicais e em políticas públicas. Processo que culminou com a criação da SENAES (Secretária Nacional de Economia Solidária) e do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) em 2003. Por outro lado, desenvolveu-se uma ampla gama de estudos sobre o assunto que abarcavam novas questões e ofereciam novos enfoques. O reconhecimento e a institucionalização da economia solidária tiveram, como um dos seus resultados, o desenvolvimento do SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária). Segundo os dados divulgados pelo primeiro mapeamento nacional da economia solidária (SENAES-MTE, 2007), existiam no Brasil 21.859 empreendimentos⁹ situados em mais da metade dos municípios do país e incluindo mais de 1,6 milhões de membros. Os empreendimentos são associações (52%), grupos informais (36,5%) ou cooperativas (10%) que, em 74% dos casos, foram estabelecidos como uma alternativa ao desemprego, uma forma de complementar renda ou um modo de obter maiores ganhos. O faturamento anual médio em 49% dessas iniciativas não ultrapassa R\$ 1.000, enquanto a média nacional de remuneração mensal foi de R\$ 166¹⁰. Devido a esse contexto de dificuldades, autores como Lima (2010) e Antunes (1999) desenvolveram posicionamentos críticos à economia solidária, destacando a sua funcionalidade sistêmica e as suas homologias com as novas ideologias organizacionais, assim como as contradições entre os princípios do projeto de economia solidária e as realidades empíricas.

⁹ No âmbito do mapeamento são considerados empreendimentos econômicos solidários: “Organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário”. Esta definição peca na sua amplitude e imprecisão. Neste sentido, a exposição dos dados do mapeamento cumpre somente uma função ilustrativa.

¹⁰ O valor baixo da remuneração se explica pelo fato de que 32% dos empreendimentos relatam possuir faturamento igual a zero (SENAES-MTE, 2007) possivelmente pelo seu caráter não mercantil, assim como pela possibilidade de que muitos dos empreendimentos não são se constituem enquanto fonte de renda principal dos trabalhadores. Deste modo este número não deve ser tratado somente enquanto uma referência.

Tendo em conta este cenário de obstáculos e a presença do projeto de economia solidária, esta dissertação procurou compreender como os trabalhadores se relacionam com o seu trabalho nessas práticas e lidam com a possível incongruência entre esses dois aspectos. Esse objetivo se justifica, visto que se busca entender a atuação dos atores em meio a essa heterogeneidade possivelmente tensionada, meta pouco explorada nas investigações sobre o tema até então. Deste modo, cabe questionar-se: o trabalho nos empreendimentos de economia solidária se restringe à geração de emprego e renda, no qual o projeto cumpre uma função ideológica de mobilização dos trabalhadores a serviço dos interesses do capital, como sugerem os críticos? Ou seriam essas realidades laborais meios de emancipação social, nos quais a solidariedade, reciprocidade, autonomia, democracia e cooperação são valores centrais, como afirmam parte dos autores engajados no seu projeto? Em suma: *seria o trabalho na economia solidária gerador de uma nova forma de relação do trabalhador com o seu trabalho?* Postula-se que, para responder esse problema central, é necessário compreender a atividade dos trabalhadores no seio da pluralidade que marca essas realidades laborais.

A relação com o trabalho, objeto central deste estudo, alude à forma como os atores vivenciam e conferem sentido às suas experiências de trabalho (NARDI, TITTONI e BERNARDES, 2002, p. 302). A abordagem desenvolvida considerou que a relação com o trabalho na economia solidária, em particular, é permeada por três dimensões fundamentais: a do projeto de economia solidária e seus princípios normativos; a dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva; e, por fim, a da luta por autonomia levada a cabo pelos atores que possuem concepções sobre si e sobre o seu trabalho que não se reduzem a nenhuma das outras dimensões. Neste sentido, pode-se reformular o problema de pesquisa proposto da seguinte forma: como os trabalhadores, na sua relação com o trabalho, respondem ao projeto de economia solidária, aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a sua luta por autonomia? Em outras palavras, de forma sintética e retomando o título desta dissertação: *há outro trabalho na outra economia?* Os trabalhadores se restringem à procura emergencial pela sua sobrevivência evocando o projeto de economia solidária somente em âmbito discursivo, sem que haja uma identificação subjetiva? Há espaço para os atores, para além do projeto de economia solidária, pautarem questões relacionadas a elementos tidos por eles como relevantes?

Para além das respostas que os autores críticos e os engajados constroem para a possível incongruência que atravessa essas realidades laborais, permeadas pelo projeto de economia

solidaria e por um contexto de dificuldades produtivas, torna-se necessário entender como os trabalhadores envolvidos respondem esses aspectos interpelantes presentes na sua relação com o trabalho e pautam a sua luta por autonomia, faz-se importante, assim, desenvolver um terceiro olhar. Neste sentido, a hipótese principal deste estudo é: *a relação com o trabalho na economia solidária seria caracterizada por uma dupla pluralidade*. Por um lado, a relação com o trabalho estaria atravessada pela presença das três dimensões mencionadas anteriormente e por concepções a elas vinculadas, e, por outro lado, os indivíduos não se limitariam a nenhuma dessas dimensões, visto que eles não são nem somente suportes do projeto, nem meros agentes produtivos, assim com não são sujeitos plenamente autônomos. Esta não redutibilidade dos trabalhadores faria da relação com o trabalho uma situação problemática, na qual os atores teriam de articular os sentidos vinculados a cada uma das dimensões. O que se postula é a possibilidade de que a relação com o trabalho na economia solidária não possui somente um eixo, do qual o trabalhador pode se distanciar ou se aproximar. Diferentemente disso, o trabalhador se relacionaria com o seu trabalho por meio de três eixos elementares, que ele tem de articular, visto que esses não se combinam aprioristicamente.

A tese da dupla pluralidade da relação com o trabalho na economia solidária é traduzida, assim, em diferentes hipóteses secundárias: 1) Haveria uma tendência dos trabalhadores manterem relativa distância do projeto de economia solidária. Todavia, a sua relação com o projeto não poderia ser descrita somente por uma distância ou proximidade, mas, incluiria, igualmente, as formas como os atores ressignificam os postulados desse projeto; 2) O trabalhador seria o agente produtivo central dos empreendimentos, é ele que compensaria, mediante seu esforço, as fragilidades econômicas e técnicas existentes. No entanto, por mais emergencial que seja o contexto produtivo, os atores não deixariam de procurar realizar as concepções que possuem sobre o seu trabalho; 3) Haveria uma tendência dos trabalhadores se sentirem responsáveis mais pelo seu trabalho individual do que pelo empreendimento. Este aspecto se fundamentaria em uma dificuldade do estabelecimento de concepções de trabalhador-proprietário e na centralidade produtiva do trabalhador; 4) Existiria uma tendência a uma concepção de incapacidade de si dentre os trabalhadores, o que dificultaria a colocação de reflexões, posicionamentos e propostas em âmbito coletivo. Esse processo se vincularia, igualmente, ao estabelecimento de um modo de operação do poder centrado em poucas lideranças; 5) Os coletivos seriam perpassados por um processo homólogo aos indivíduos. Os indivíduos que

evocam diferentes tipos de relação com o trabalho interagiriam no âmbito dos grupos, conformando processos de legitimação e conflito entre si, e instituindo os arranjos coletivos para os aspectos interpelantes vinculados às diferentes dimensões da relação com o trabalho.

Em síntese, o que se postula é que trabalhador e o seu trabalho são plurais. Essas realidades laborais são permeadas pelas diferentes dimensões mencionadas, o que faz com que o ator tenha que ser simultaneamente agente produtivo, e, portanto, tenha que responder aos requerimentos de eficácia; participante de uma iniciativa vinculada ao projeto de economia solidária, o que faz com que ele tenha que referir-se a tal (mesmo que de forma negativa); e, por fim, ele possui suas “próprias” concepções e o desejo de desenvolvimento de uma relação com o trabalho que seja caracterizada por uma identificação subjetiva e por um reconhecimento dos demais. Nesta perspectiva, a pluralidade da economia solidária — que em uma primeira vista estaria fora do indivíduo — adentra o seu mais profundo íntimo, interpelando-o, questionando-o e exigindo-lhe uma atividade de constituição de uma coerência para a sua ação, visto que ela não é dada de antemão. O trabalho na economia solidária é significado, assim, como um processo dificilmente compreendido de forma distanciada da experiência de seus atores.

Deste modo, procura-se destacar, no âmbito desta dissertação, a heterogeneidade que atravessa essas realidades laborais e a atividade reflexiva dos atores em meio a tal. Essa abordagem fundamenta-se na sociologia da experiência proposta por Dubet, perspectiva sociológica que se distingue pelo seu caráter não hermético e pelo seu foco na atividade do ator frente a pluralidade da sua realidade e o seu esforço necessário, constante e possivelmente dramático, de composição dos distintos princípios constitutivos que atravessam a sua ação. Postula-se que essa análise do social permite que se ocupe um espaço existente entre a perspectiva dos autores engajados e dos críticos à economia solidária. Esse terceiro olhar, que foi mobilizado nesta dissertação, diferencia-se pela sua tentativa em compreender como os trabalhadores atuam no cenário de heterogeneidade e de possível contradição e tensão que marcam a sua realidade laboral. Entende-se que essa perspectiva destaca a agência dos atores e a sua tarefa em compor a coerência de sua ação, aspecto que não pode ser conjecturado externamente, sem que seja abordada analiticamente tal atividade. Ao considerar, assim, que o trabalho na economia solidária é um objeto privilegiado para a sociologia da experiência, esta dissertação não deixa de inserir-se no debate sobre a ação social, destacando a potencialidade da análise sociológica desenvolvida por Dubet.

No intuito de abordar a problemática proposta, desenvolveu-se um estudo empírico em três empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária, localizados na região metropolitana de Porto Alegre, e componentes dos segmentos metalúrgico, de confecção e de reciclagem. A investigação foi composta pela realização de 34 entrevistas semidiretivas em profundidade, seguidas pela devolução do material transcrito e por encontros com os entrevistados, permeados pelo debate sobre os resultados preliminares. As entrevistas semidiretivas, procedimentos centrais para este estudo, tiveram como referência o método de entrevista compreensiva de Kaufmann (KAUFMANN, 2011) e o da entrevista episódica de Flick (FLICK, 2008). Elas procuraram combinar a produção de narrativas dos atores (conhecimento episódico) com o trabalho dos sujeitos em manifestar o sentido conferido a algumas categorias centrais (conhecimento semântico) de sua vivência. A análise dos dados desenvolvida procurou ser coerente com a distinção entre conhecimento episódico e conhecimento semântico, tendo sido realizada por meio de dois tipos de análise de conteúdo, a de enunciação e a categorial. Os procedimentos metodológicos empregados procuraram ser adequados aos fundamentos epistemológicos da sociologia da experiência por vias alternativas à intervenção sociológica, método defendido e empregado por Dubet.

Esta dissertação está dividida em duas partes. Na primeira, é realizada a exposição dos fundamentos da sociologia da experiência, sua adequação e potencialidade ao estudo do trabalho na economia solidária (Capítulo 1), assim como é descrito o modo como ela foi operacionalizada na constituição do modelo analítico (Capítulo 2) e no desenvolvimento da metodologia (Capítulo 3). Na segunda parte são apresentados os resultados do estudo empírico. Nos três primeiros capítulos analisa-se como os trabalhadores atuam em face das diferentes dimensões da relação com o trabalho: o projeto de economia solidária (Capítulo 4), os requerimentos de eficácia da atividade produtiva (Capítulo 5) e a luta por autonomia (Capítulo 6). Por fim, no Capítulo 7 é proposta uma tipologia que sintetiza as diferentes formas de como os atores articulam os sentidos vinculados a cada uma das dimensões da sua relação com o trabalho.

PARTE 1: A SOCIOLOGIA DA EXPERIÊNCIA E O ESTUDO DO TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A primeira parte desta dissertação divide-se em três capítulos que apresentam os fundamentos da sociologia da experiência e a sua operacionalização para a abordagem da relação com o trabalho na economia solidária. No Capítulo 1 é realizada a introdução da sociologia de Dubet e é defendida a sua adequação e potencialidade para o estudo do trabalho na economia solidária. A sociologia da experiência caracteriza-se pelo seu caráter não hermético e pelo seu enfoque na atividade do ator frente à pluralidade da sua realidade e o seu esforço de composição dos distintos princípios constitutivos que atravessam a sua ação. É neste sentido que a experiência social é um trabalho que o ator desenvolve a fim de compor os fragmentos não evidentemente congruentes de seu mundo. No âmbito desta dissertação, postula-se que o trabalho na economia solidária pode ser analisado em termos de experiência social. Isso significa dizer que o trabalhador de economia solidária é impelido a articular diferentes lógicas para conformar a sua ação. O foco na pluralidade que marca a relação com o trabalho na economia solidária permite, segundo o argumento defendido, explorar um terceiro olhar para esta *outra economia* que ocupa o vazio existente entre as análises que combinam, sem uma evidente separação, descrições do que essas práticas “são” com postulados sobre o que elas “devem ser” e as que destacam a funcionalidade com o sistema e a homologia com as novas ideologias organizacionais, conferindo pouca importância aos conteúdos possivelmente emancipadores dessas realidades laborais. Este terceiro enfoque, fundamentado na sociologia da experiência, permite compreender como os atores atuam nesse cenário de heterogeneidade e de possível contradição e tensão, marcado pela presença do projeto de economia solidária, pelos imperativos produtivos, mas também por concepções que os atores evocam e que não se reduzem a nenhum desses dois aspectos.

No Capítulo 2 apresenta-se o modelo analítico proposto para a abordagem da relação com o trabalho na economia solidária. Entende-se que os trabalhadores, ao relacionarem-se com o seu trabalho, têm de responder a três dimensões fundamentais: a do projeto de economia solidária, a dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a que remete a sua luta por autonomia. Assim, esse capítulo conceitua e delimita essas dimensões, destacando a forma e as condições gerais em que elas se fazem presentes. A relação com o trabalho na economia solidária é descrita, portanto, como o modo como os atores articulam os sentidos vinculados a cada uma das suas três

dimensões. O modelo de análise oferecido procura apreender a dupla pluralidade da relação com o trabalho na economia solidária, tanto de dimensões e dos sentidos a elas atrelados, como de atores e dos modos como eles articulam as distintas significações presentes.

Por fim, o Capítulo 3 trata da abordagem metodológica que procurou responder aos postulados epistemológicos da sociologia da experiência. Os procedimentos metodológicos mobilizados centraram-se nas entrevistas semidiretivas (tendo como referência a proposta de entrevista compreensiva de KAUFMANN, 2011 e de entrevista episódica de FLICK, 2008), que foram completadas pela devolução do material transcrito aos entrevistados e pelo debate sobre os resultados preliminares com os trabalhadores. A análise dos dados utilizada procurou dar conta da tese da dupla pluralidade na relação com o trabalho, por meio da análise de conteúdo de tipo categorial, na qual se interpretou como os diferentes atores conferem sentido a certas categorias centrais, que remontam às diferentes dimensões da relação com o trabalho, e, por meio da análise de conteúdo por enunciação, na qual a interpretação tem como foco a lógica do encadeamento de ideias promovida pelo entrevistado, particularmente o seu arranjo dos sentidos adotados a cada uma das dimensões.

CAPÍTULO 1: A EXPERIÊNCIA SOCIAL COMO TRABALHO, O TRABALHO COMO EXPERIÊNCIA SOCIAL

Este capítulo possui três objetivos centrais: apresentar um panorama do debate sobre a ação social, que vai da crise da sociologia clássica à emergência dos paradigmas da ação; introduzir a sociologia da experiência como uma proposta relevante para a readequação da análise sociológica; e, por fim, procura-se destacar a potencialidade dessa abordagem para o estudo do trabalho na economia solidária. Cada uma dessas etapas está associada e permite localizar o modelo analítico, descrito no Capítulo 2, assim como a metodologia, desenvolvida no Capítulo 3.

1. A crise da sociologia clássica e a emergência dos paradigmas da ação

Esta seção tem como foco o posicionamento de Dubet sobre a ação social, um dos três elementos fundamentais da sua sociologia da experiência (o ator e o sistema são os outros dois). O texto que segue divide-se em duas partes fundamentais. Primeiramente, é discutida a abordagem clássica da ação social, representada pelas obras de Durkheim, Parsons e Elias. Posteriormente, é realizada a exposição dos paradigmas da ação social que emergiram da crise da sociologia clássica, destacando suas limitações e potencialidades. Ambos os tópicos apresentados baseiam-se na interpretação de Dubet (especialmente em DUBET, 1996, pp. 21-92 e DUBET e MARTUCCELLI, 1999, pp. 25-56) que fundamenta a constituição de sua proposta para a sociologia da experiência, a ser sintetizada na seção seguinte.

1.1 A concepção clássica da ação social: emergência, referências e crise

Em meio a grandes rupturas revolucionárias, os sociólogos pioneiros buscaram entender a vida social por ela mesma, procurando recusar as diferentes “garantias metasociais”, ou seja: “Modelos culturais característicos de sociedades com limitada historicidade, em outras palavras, todas as sociedades que precederam a sociedade programada. Eles subordinam ação social e análise a leis que os transcendem” (TOURAINÉ, 1977, p. 462, tradução nossa). No percurso deste objetivo delineou-se gradativamente uma concepção da sociedade que obteve um caráter

eminentemente clássico (DUBET, 2011, p. 108)¹¹. É possível reconstruir o decurso da ideia de sociedade por meio das formalizações da questão social: “Como conciliar a solidariedade e o mercado? Como assegurar a coesão social quando os indivíduos parecem levados pelo egoísmo e a solidão?” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 26, tradução nossa). Em outras palavras: como explicar a ordem relativa da sociedade moderna, que, por ser moderna, tende a contínuas transformações? Como construir uma teoria do social que dê conta, ao mesmo tempo, do fazer história pelos homens e das limitações existentes?¹² Pode-se identificar um conjunto de respostas clássicas a estes problemas, também eles clássicos¹³, que repousam na concepção da sociedade como um sistema funcional, do qual a ação social é tão somente a sua vertente subjetiva. Assim, sob essa perspectiva *o ator é o sistema*. Esta forma clássica de se pensar a sociedade e a ação social foi compartilhada por um amplo leque de autores, tendo como referência as obras de Durkheim, Parsons e Elias. Estes autores contribuíram para o desenvolvimento de respostas antropológicas e epistemológicas para as profundas mudanças sociais em curso e para os desafios existentes para a sociologia constituir-se enquanto disciplina autônoma.

O modo clássico de se pensar sociologicamente fundamenta-se na concepção da sociedade como um todo integrado (funções, valores e conflitos centrais), no qual “socialization, social control, the individual, institutions, social classes, legitimacy, social action – all appear as simultaneously synchronic and diachronic, subjective and objective process that bring together actor and system” (DUBET, 2007, p. 248)¹⁴. Desta forma, o ator individual era definido como interiorização social, sendo a sua ação não mais que a realização das normas e necessidades funcionais do sistema social encarnadas em valores institucionalizados nos papéis interiorizados

¹¹ “Cada qual a sua maneira, os pais fundadores da disciplina “inventaram” a ideia de sociedade postulando que era, ao mesmo tempo, o objeto da sociologia e o que permitia explicar a vida social. A sociedade era o objeto de investigação sociológica e a resposta às questões que planteava” (DUBET, 2011, p. 108, tradução nossa). Dubet complementa: “[A sociologia] também inventou a ideia de ação social. A ordem social se explicaria pelo fato de que as condutas dos atores, sua subjetividade, procedem da interiorização dos valores, normas e restrições do sistema. O ator “é” o sistema porque atua segundo as “necessidades” ou leis do sistema” (DUBET, 2011, p. 110, tradução nossa).

¹² O enunciado de Marx ilustra esta questão: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo.” (MARX, 1982, p. 416).

¹³ Dubet (2007, p. 248) pontua que a unidade da sociologia clássica se dá de forma mais coesa pelas suas perguntas do que pelas suas respostas.

¹⁴ “Socialização, controle social, o indivíduo, as instituições, as classes sociais, a legitimidade, a ação social – tudo aparece como simultaneamente sincronia e diacronia, subjetividade e objetividade, processo que unifica ator e sistema” (DUBET, 2007, p. 248, tradução nossa).

pelo indivíduo. Deste modo, a integração sistêmica e a integração social não se diferenciavam (DUBET, 2011, p. 110).

Durkheim é a referência central em relação a este modo clássico de se pensar sociologicamente a sociedade e a ação social. O autor procurou constituir a disciplina enquanto ciência positiva, permeada pela exterioridade dos fatos sociais sobre os indivíduos e pelo poder de coerção da sociedade sobre o ator social (definido como sujeito de integração social)¹⁵. Para Durkheim são características do fato social: a coercitividade (sobre os indivíduos), a exterioridade (em relação aos atores) e a sua generalidade social¹⁶. A coerção pode não ser percebida enquanto tal, visto que é interiorizada pelo indivíduo em seu mais profundo íntimo, podendo ser vivida como liberdade. Como indica Dubet, em Durkheim o ator internaliza uma coerção exterior e a vive “como uma vocação, como um imperativo moral, uma escolha ou uma «natureza»” (DUBET, 1996, p. 23). Deste modo, na perspectiva de Durkheim, a socialização é simultaneamente uma subjetivação, ou seja, o ator é tão mais autônomo quanto mais internalizar a sociedade. Entretanto, essa unidade entre ação e sistema foi sendo progressivamente construída no decorrer da obra do autor. Nas suas primeiras formulações havia relativa distância entre o indivíduo e a sociedade; o primeiro remontava ao biológico ou natural (o que Freud chamaria de Id), o segundo aludia a algo exterior e de natureza diferenciada, capaz de exercer coerção sobre os indivíduos. A teoria das duas consciências (individual e coletiva) tem um sentido epistemológico na perspectiva durkheimiana e permite que se possa tratar os *fatos sociais como coisas* e perceber o social enquanto uma realidade apartada do biológico e do psíquico. Em *Da divisão do trabalho social* (DURKHEIM, 2004) esta separação entre ator e sistema é permeada pela solidariedade orgânica que se funda na diferenciação funcional entre os indivíduos, que terminam por reservar certa distância com a sociedade. Este individualismo, visto como a religião moderna representa, segundo Durkheim, uma ameaça sistêmica de anomia, ao mesmo tempo em que é um imperativo funcional.

¹⁵ Durkheim denuncia o subjetivismo e o utilitarismo, que marcavam o pensamento inglês da época: “Não é possível o homem viver no meio das coisas sem fazer delas ideias segundo as quais o seu comportamento é regulado. Porém, como essas noções estão mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as realidades a que correspondem, tendemos naturalmente a substituí-las a estas últimas e a fazer delas a própria matéria de nossas especulações. Em vez de observar as coisas, de as descrever, de as comparar, nos contentamos em tomar consciência de nossas ideias, em analisa-las, em combiná-las. Em vez de uma ciência de realidades, não fazemos senão uma mera análise ideológica” (DURKHEIM, 2001, p. 42).

¹⁶ O texto “Algumas formas primitivas de classificação”, desenvolvido com Mauss, é um exemplo da tentativa de Durkheim de demonstrar a exterioridade, coercitividade e generalidade das divisões das sociedades australianas (enquanto fato social).

Em *O suicídio* (DURKHEIM, 2003), a distância entre ator e sistema se dissolve de forma evidente. Este posicionamento é expresso pelo fato que a anomia deixa de ser somente uma possibilidade relativa ao sistema, referindo-se, igualmente, àquele indivíduo que não interiorizou integralmente os requerimentos funcionais do sistema. Nesta obra, desenvolve-se mais claramente uma antropologia que opõe o indivíduo enquanto ser de desejo e a sociedade como mecanismo de moderação destas pulsões¹⁷. Outro aspecto que exprime este posicionamento “clássico” de Durkheim são os seus estudos sobre a religião, nos quais é manifestada sua contrariedade em relação às “ilusões do pensamento privado” (DUBET, 1996, p. 28). Para Durkheim, a reflexão individual não se constitui enquanto elemento explicador do sacrifício individual pela coletividade. Diferentemente disso, é o sagrado (em oposição ao profano) que funda moralmente a comunidade, sendo a religião um mecanismo de integração social que institui o sacrifício pelo grupo e um esquecimento de si. Deste modo, a sociologia da religião de Durkheim pode ser considerada, segundo Dubet (1996, pp. 28-29), como uma sociologia do conhecimento, visto que há uma tentativa em demonstrar que a integração do indivíduo ao sistema, promovida pela religião, chega às formas de conhecimento.

É na afirmação de uma identificação integral entre ator e sistema que reside o aspecto fundamentalmente “clássico” da teoria durkheimiana, visto que é um posicionamento tido como referência e que retorna sob formas diferenciadas em distintos arcabouços teóricos relevantes (DUBET, 1996, p. 31), inclusive contemporâneos. Parsons, assim como Durkheim, participa desta representação do social que compõe a perspectiva sociológica clássica. Como forma de consecução de sua pretensão de construir uma forma de integrar todas as ciências sociais, Parsons procura constituir uma síntese entre a análise da ação do indivíduo e a análise dos sistemas sociais. Para tanto, o autor descreve a ordem social em termos de ação, na qual estão profundamente articuladas sistemicamente as dimensões social, cultural e da personalidade¹⁸. A defesa de Parsons da homologia entre ator e sistema é claramente apresentada em *Toward a General Theory of Action* (PARSONS e SHILS, 1968), na qual ele propõe a análise do sistema em termos de ação. Desta forma, o que é apresentado como uma teoria geral da ação é, na verdade, uma teoria geral dos sistemas (DUBET, 1996, pp. 33-34). Essa teoria possui quatro

¹⁷ Ademais, a identificação de uma homologia entre a filogênese e a ontogênese em Durkheim evidencia fortemente o posicionamento deste autor em relação a uma identificação do ator e do sistema, visto que considera que a evolução da sociedade e do ator possuem etapas análogas.

¹⁸ A problemática central de sua sociologia pode ser definida da seguinte forma: “Como conciliar o caráter “ativo” do ator e o caráter sistêmico do sistema? Como ligar Weber e Durkheim?” (DUBET, 1996, p. 32).

elementos principais relativos à ação social: ela está orientada a valores; pressupõe a habilidade de adaptação; refere-se a normas que garantem a integração social e implica em motivações. O sistema social de Parsons é substancialmente fechado – seu elemento mais aberto, a adaptação, é muito restrito – e está calcado em uma pressuposição da interiorização do sistema pelo ator. Nesta perspectiva, a ligação entre ator e sistema se realiza por meio das instituições e dos papéis, são estes que permitem a internalização das normas e valores pelos atores, terminando, por determinar, inclusive, a estrutura da sua personalidade. Neste sentido, segundo a definição de papel em Parsons, não existe diferença entre o que o indivíduo é (sua personalidade) e o papel que ele desempenha. Desta forma, a teoria parsoniana “... continua a ser exemplar de uma vontade de ligar, como as duas faces do mesmo conjunto, o ator e o sistema, a personalidade e a sociedade” (DUBET, 1996, p. 35).

A sociologia desenvolvida por Parsons participa, juntamente com a de Durkheim, da perspectiva clássica da sociologia. Assim como o sociólogo francês, Parsons procurou lidar com a dupla problemática da ordem e da mudança social e da unidade entre sociedade e indivíduo. As respostas dadas por Parsons a estes problemas têm como base a identificação de uma homologia integral entre sistema e ação social, sendo o próprio sistema apreendido em termos de ação. A concepção da ação social em Parsons, mas também em Durkheim, baseia-se em uma ideia de ausência de controle interno da natureza humana, sendo tal regulação exercida socialmente: “regras interiorizadas que asseguram a constituição do Eu e da subjetividade dos indivíduos, e que se convertem em uma dimensão da personalidade” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 61, tradução nossa).

Tendo apresentado brevemente os elementos que Durkheim e Parsons são tributários da sociologia clássica, resta apresentar a definição de ator social de Elias, contida na obra *A sociedade dos indivíduos* (ELIAS, 1994). Elias procura superar o dualismo entre indivíduo e sociedade, buscando compreender a relação entre o surgimento do indivíduo (caracterizado por ser detentor de um Ego autônomo) e a evolução civilizatória, que impele a interiorização das coerções e do controle social e moral, assim como da obrigação de ser livre e dos deveres que acompanham a modernidade. Nesse sentido, como destaca Dubet: “O indivíduo [em Elias] encontra o princípio da sua ação, não fora de si mesmo, nos constrangimentos da tradição e do controle onipresente, mas nas regras sociais que ele tornou suas ao interiorizá-las, ao percebê-las como obra propriamente sua” (DUBET, 1996, p. 37). O sentimento moderno de ser proprietário

de uma vida íntima e privada é efeito deste autocontrole do indivíduo, ou seja, esse privado nada mais é do que o social interiorizado. Nesse sentido, há uma relação em Elias, que estipula que quanto mais forte for esse controle social internalizado, maior será o sentimento do Ego, ou seja, a percepção de ser um indivíduo único possuidor de sentimentos, emoções e reações singulares.

Na sua tentativa de superar o dualismo indivíduo *versus* sociedade, Elias se aproxima de Durkheim, declarando uma unidade entre ator e sistema. Em suma: “É preciso que a sociedade seja um sistema para que os atores sejam indivíduos e para que a sociedade resulte, por seu turno, da ação desses indivíduos” (DUBET, 1996, p. 39). A sociologia de Elias, assim como a de Durkheim, termina por ter como objetivo demonstrar que as vivências mais pessoais são, na realidade, expressões da sociedade, deste modo, ambos colocam os mecanismos de socialização como o fim último da análise sociológica.

Com as transformações sociais ocorridas entre os anos 1960 e 1970 nos centros da produção sociológica¹⁹, a incapacidade analítica da sociologia clássica foi posta em manifesto, o que é demonstrado pela perda rápida e profunda de influência da obra de Parsons. Desta forma, desde o final dos anos 1960 a sociologia tem revisto as suas pretensões de totalidade, logo, a ideia de sociedade na acepção clássica²⁰, e se dirigido, fundamentalmente, aos problemas da ação social, entendida por grande parte da sociologia contemporânea como não redutível aos imperativos sistêmicos.

1.2 Os paradigmas da ação social

A ideia clássica de sociedade era ao mesmo tempo um postulado empírico e um projeto social da sociologia nascente (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 12) que tinha como um dos seus aspectos centrais a correspondência integral entre sistema e ator social, posicionamento este que teve a sua capacidade explicativa e analítica debilitada devido às transformações sociais,

¹⁹ Como as manifestações estudantis do Free Speech Movement na Califórnia, o Maio de 1968, as campanhas americanas por direitos civis aos negros e contra a Guerra do Vietnã,

²⁰ Até o final dos anos 1960, a forma clássica de descrever a sociedade baseava-se numa compreensão desta como “(...) conjunto coerente organizado por alguns elementos fundamentais” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 12, tradução nossa). Assim, a representação clássica da sociedade a descreve por meio de quatro afirmações associadas: a sociedade é moderna, ela é um estado nacional, ela é um sistema e por fim ela é um conflito regulado (DUBET, 2011, p. 108). Sua crise explica-se pela sua inadequação analítica, posto que a sociedade assemelha-se mais a um conjunto de “vários mercados, de mecanismos de integração e de definições culturais do sujeito”, ou seja, “pela justaposição de esferas e racionalidades diferentes” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 15, tradução nossa).

econômicas e culturais das últimas cinco décadas. Este processo teve profundos efeitos sobre a teoria sociológica, ocasionando um colapso de grande parte das teses funcionalistas (declaradas ou não) e a revisão de alguns preceitos elementares da sociologia clássica. A abordagem clássica tem como aspecto central a concepção de uma identidade integral entre ator e sistema: “A sociedade é um sistema de ação e a ação resulta da interiorização do sistema pelos atores. O ator, quanto a ele, é um indivíduo tanto mais autônomo quanto mais socializado está” (DUBET, 1996, p. 50). No entanto, esta sociologia de caráter clássico coloca, por vezes, a possibilidade de distância entre ator e sistema, mas tal distância é tida como patológica, o que faz com que o sentido da evolução social, segundo esta visão, seja o do progresso gradual da integração entre ator e sistema. Deste modo, o princípio clássico de continuidade entre o ator e o sistema, entre a subjetividade do ator e a objetividade do sistema, evocada por uma descrição do indivíduo enquanto agente de uma interiorização inexorável, relativamente cega do social, possui problemas importantes que levaram a sua crise (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 64; DUBET, 2011, p. 111). A ideia de distância e de incongruência do ator e do sistema²¹ foi progressivamente estando presente nas análises e descrições sociológicas mais profícuas. Mesmo naquelas situações em que mais facilmente se via a correspondência entre as posições ocupadas e as atitudes desenvolvidas (como nos movimentos sociais, nas organizações, na escola ou na família), a disjunção mostrou-se como algo manifesto²².

²¹ É possível afirmar que, pelo menos em alguma medida, a figura do estrangeiro desenvolvida por Simmel (SIMMEL, 1983, pp. 182-188) e a referência ao imigrante realizada por Touraine (TOURAINÉ, 1997, p.196) foram generalizadas na contemporaneidade. De certa forma, todos somos estrangeiros de nós mesmos e imigrantes nos países em que nascemos, o que amplia o problema da integração social, que parecia, anteriormente, mais evidente a populações específicas (os judeus berlinenses para Simmel e os imigrantes africanos e asiáticos na Europa Ocidental para Touraine).

²² As considerações realizadas por Dubet em relação à sociologia clássica e aqui apresentadas são, segundo o autor, um entendimento de que não é possível uma ruptura radical com o modelo clássico que responde às problemáticas essenciais da disciplina, neste sentido “Se se podem formar sociologias pós-clássicas, não se pode crer hoje em sociologia anticlássicas” (DUBET, 1996, p. 50). Por que não romper completamente com a sociologia clássica? Porque a sociologia responde novas e velhas questões sem que seja necessário redefinir todas as fundações do edifício: “(...) se não queremos que a representação do mundo social "se resuma" a uma oposição entre a racionalidade do mercado e as subjetividades inefáveis de indivíduos ou a irredutibilidade das culturas, é mais do que nunca necessário afirmar a relevância da vocação sociológica. Construir a sociologia hoje implica resolutamente rejeitar tanto o "fim da história" quanto o "choque de civilizações”.” (DUBET, 2007, p. 259). Se as respostas da sociologia clássica tiveram sua validade limitada pelas circunstâncias, as suas perguntas e a “vocação da sociologia em construir uma imagem empírica e filosófica dos conjuntos em que vivemos” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 15) não devem ser abandonadas. Neste sentido, se as microssociologias produzem considerações convincentes e criativas, é relevante entender a passagem dos ajustes locais aos mecanismos gerais, não reduzindo a análise somente aos processos intersubjetivos, assim sendo, o corte entre micro e macrossociologia é inaceitável (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, pp. 15-16).

As correntes teóricas que emergiram da crise da perspectiva clássica acerca de uma definição da atividade dos atores não estão baseadas em uma concepção da natureza da sociedade, mas sim, situam-se dentre os diversos paradigmas da ação social, opondo concepções do ator, do sujeito e dos laços sociais. Os autores clássicos da sociologia são relidos tendo isso em conta, e outros autores são redescobertos, como Mead, Pareto e Simmel²³. No entanto, apesar das possíveis diferenças com o pensamento clássico, grande parte das sociologias contemporâneas se apresenta como uma combinação de autores clássicos (como por exemplo, Weber e Marx para Touraine), o que se explica pela capacidade de inspiração e legitimidade que ainda reside na sociologia clássica (DUBET, 2007, p. 250).

Os diferentes paradigmas contemporâneos da ação têm em comum a crítica da concepção da ação social presente na sociologia clássica²⁴. Deste modo, eles compartilham uma identificação do esgotamento da figura clássica do indivíduo fundamentado na dificuldade do ator moderno em assumir como seus certos valores referenciais que permitam a constituição da sua identidade e de orientações para a sua ação²⁵. O indivíduo moderno não é, assim, completamente integrado, não tendo interiorizado integralmente os valores essenciais e funcionais da sociedade. Se a neurose fruto da repressão das pulsões foi a moléstia psíquica que representava a imagem de uma sociedade altamente integrada, a esquizofrenia e a depressão, que manifestam um sentimento de perda da unidade de Si, (DUBET, 1996, p. 70; DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 65; DUBET, 2006, p. 90), parecem ser representativas da condição da sociedade atual. Assim, a busca do indivíduo por “(...) autenticidade desemboca no nada, no

²³ O retorno à sociologia de Simmel teve relevante influência sobre a readequação da análise sociológica. Segundo Dubet, “O tema principal desta «redescoberta» é o da separação e da distância do ator em relação ao sistema contra o postulado durante muito tempo afirmado do funcionalismo e do estruturalismo sociológico [de Althusser e Poulantzas] dos anos 60” (DUBET, 1996, p. 74). A sociologia de Simmel destaca a distância, entre a objetividade (cultural e social) e a subjetividade dos indivíduos, elementos em relação os quais, a sociologia clássica identificava uma continuidade. A separação entre as dimensões subjetiva e objetiva institui uma autonomia moral, por meio da qual nenhum dos elementos que constituem a vivência individual é capaz de promover um reconhecimento integral do indivíduo (DUBET, 1996, p. 75). A tragédia da cultura em Simmel estabelece-se com a autonomização das objetivações humanas que assumem uma lógica independente da intenção original que as constituiu. Esta tragédia alude ao risco de objetivação do mundo, não sendo necessariamente vivida como um sofrimento, mas como nostalgia em relação à comunidade que um dia existiu (DUBET, 1996, p. 75).

²⁴ Dubet declara, assim, que esta crise do indivíduo clássico está diretamente ligada a um triunfo do individualismo (DUBET, 1996, p. 70) e a uma decadência do programa institucional (DUBET, 2006, pp. 63-97).

²⁵ A teoria de Bourdieu, por manter o postulado de continuidade entre ator e sistema, continua consideravelmente mais próxima da sociologia clássica do que os paradigmas da ação apresentados (DUBET, 2011, p. 114).

sentimento de jamais se adequar a si mesmo, na justaposição dos «falsos self» (DUBET, 1996, p. 70)²⁶.

A pluralidade da sociologia contemporânea fundamenta-se na pluralidade do próprio mundo social, no qual nenhum princípio central parece ser capaz de explicá-lo (DUBET, 2007, p. 256). Em relação a isso, Dubet destaca, por um lado, a fragmentação atual da sociologia, na qual os paradigmas atomizam-se, dificilmente estabelecendo diálogos entre si. Por outro lado, as perspectivas sociológicas contemporâneas configuram-se como paradigmas da ação, que incluem uma concepção da atividade dos atores, uma antropologia e uma imagem da relação entre atores e sistema (DUBET, 1996, p. 79). Esta diversidade de perspectivas participa do processo de crise da sociologia, ou melhor, de uma sociologia em específico (DUBET, 1996, p. 90), que recoloca com mais intensidade a questão sobre a validade (e utilidade) social da produção sociológica (DUBET, 2002). No entanto, nem tudo é dispersão. Os paradigmas da ação contemporâneos têm em comum, uma recusa dos fundamentos da sociologia clássica, sobretudo aqueles expressos no marxismo estruturalista de Althusser e Poulantzas (DUBET, 1996, p. 79). Nesse sentido, eles negam a ilusão integral do ator, o que os fazem convergir, igualmente, em críticas direcionadas à teoria de Bourdieu e às concepções epistemológicas que a fundamentam. Em oposição ao “ator cego”, “é preciso reconhecer nos indivíduos uma capacidade de iniciativa e de escolha, é preciso, portanto, conceder-lhes certa distância em relação ao sistema” (DUBET, 1996, p. 80). Nesse sentido, há uma negação do postulado clássico de continuidade entre a subjetividade e objetividade, o que modifica substancialmente o problema da socialização que deixa de ser o do conformismo e do desvio e “(...) se converte no da reflexividade, da crítica, da justificação, da distância entre os papéis e das motivações individuais” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 64, tradução nossa).

Os paradigmas da ação podem ser situados sinteticamente, segundo Dubet (1996, p. 80), em três eixos que se dividem em cinco postulados principais. O primeiro eixo permanece próximo à sociologia clássica, e afirma que ação é conhecimento (Berger e Luckmann). O segundo eixo é o da comunicação, no qual a ação é vista como linguagem (Etnometodologia) ou como interação (Interacionismo Simbólico). Por fim, o terceiro eixo é o da racionalidade, sendo a

²⁶ “(...) a neurose foi substituída pela depressão, enfermidade da liberdade e da obrigação de motivar-se por si só imposta aos indivíduos. Passamos da problemática da repressão excessiva dos desejos para o da ausência do desejo, a este cansaço surgido da obrigação de ser sujeito, a essa obrigação de motivar-se. As drogas do esquecimento foram substituídas pelas pílulas da felicidade e do desempenho” (DUBET, 2006, p. 90, tradução nossa).

ação percebida como estratégia (Análise Estratégica) ou enquanto utilidade (Individualismo Metodológico).

Berger e Luckmann apoiam-se no programa fenomenológico de Alfred Schutz, ampliando-o em direção a questões próximas à sociologia clássica, da qual, portanto, permanecem relativamente vinculados (DUBET, 1996, p. 81). Na perspectiva desses autores o objeto da sociologia é o modo como os atores concebem a realidade social:

(...) uma disciplina que se chama a si mesma por esse nome [sociologia do conhecimento] terá de ocupar-se dos modos gerais pelos quais as «realidades» são admitidas como «conhecidas» nas sociedades humanas. Em outras palavras, uma «sociologia do conhecimento» terá de tratar não somente da multiplicidade empírica do «conhecimento» nas sociedades humanas, mas também dos processos pelos quais qualquer corpo de «conhecimento» chega a ser socialmente estabelecido como «realidade» (BERGER e LUCKMANN, 2009, p. 13).

Segundo Dubet, Berger e Luckmann constroem uma versão subjetivista da sociologia clássica, assim como Bourdieu desenvolveu uma versão objetivista (DUBET, 1996, p. 82). No âmbito desta sociologia, o ator social conhece o mundo (e a si próprio) por meio das categorias das instituições (formas de organizar a realidade) e dos papéis sociais, que já existiam anteriormente. Sob esta acepção as crises de identidade somente podem ser compreendidas como falhas na socialização. É a relevância dada aos papéis sociais e aos processos de socialização que aproxima essa perspectiva da sociológica clássica.

No eixo da comunicação se localiza a etnometodologia de Garfinkel que, assim como a sociologia de Berger e Luckmann, é herdeira da fenomenologia de Schutz. No entanto, diferentemente dos autores de *A construção social da realidade*, a sua separação da sociologia clássica é consideravelmente mais profunda. Na primeira página de *Estudios en Etnometodologia*, Garfinkel afirma:

Os estudos etnometodológicos analisam as atividades cotidianas como métodos que seus membros usam para fazer com que essas atividades sejam racionalmente-visíveis-e-reportáveis-para-todos-os-efeitos-práticos, quer dizer, explicáveis, como organizações de atividades cotidianas correntes. A reflexividade deste fenômeno constitui um traço singular das ações práticas, de circunstâncias práticas, do conhecimento do sentido comum das estruturas (GARFINKEL, 2006, p. 1, tradução nossa).

Deste modo, segundo Dubet, no âmbito da etnometodologia: “Não existe caos original, não há guerra de todos contra todos na qual a sociedade introduziria a ordem, porque a sociedade é uma das maneiras de explicar a ação de descrevê-la, de justificá-la. A atividade depende dos «etnométodos» dos agentes que os realiza praticamente na sua linguagem”. (DUBET, 1996, p.

85)²⁷. Para a etnometodologia a ação é linguagem, é nela que se localiza a reflexividade do ator ao acionar modos de descrição, constituindo formas de arranjo das narrativas. A etnometodologia recusa a separação entre ator e sistema, mas não no sentido clássico, diferentemente disso ela produz um acionalismo radical, no qual a ação é social porque há um imperativo de justificar-se e narrar-se. Assim, a sociedade e a sociologia não passam de formas específicas de construção do relato.

O interacionismo simbólico, igualmente no eixo da comunicação, substitui a ideia da sociedade enquanto uma totalidade organizada, pela compreensão de que esta é o resultado das interações e intercâmbios discursivos entre os atores²⁸. Desta forma, como destaca Dubet (1996, p. 82), para Goffmann e Lemert, partidários desta posição, o foco são as relações face a face, visto que nelas os indivíduos mobilizam estratégias e habilidades que terminam por fixar as suas identidades e realizar as do outro. Nesta perspectiva, o ator e o sistema social separam-se, mas o segundo não tem relevância, visto que a realidade social nada mais é do que o resultado das interações entre os indivíduos, que possuem como objetivo o reconhecimento pelo outro. A meta de garantir a manutenção da interação demanda o desenvolvimento de distintas estratégias, que terminam por ser uma encenação de si. Esta não é tida como algo falso, visto que não há realidade para além destes encontros performáticos. Para esta perspectiva, o indivíduo, por sua vez, é nada mais que uma articulação de papéis com pretensão de veracidade.

No eixo da racionalidade, Crozier e Friedberg desenvolveram a concepção da ação em termos estratégicos. Dubet (2011, p. 21) ressalta que eles aplicam o paradigma da ação racional a objetos que não pertenciam, a princípio, a uma análise econômica, como é o caso das

²⁷ A perspectiva desenvolvida por Boltanski e Thévenot se aproxima da etnometodologia. Para esses autores a regulação da vida social tem como fundamento menos as normas e os valores do que diferentes tipos de argumentação, deste modo, segundo os autores: “A relação entre essas pessoas-estados e coisas-estados (o que constitui o que definimos como *situação*) é o objeto de nosso estudo. (...) A nossa investigação dos problemas colocados pela justaposição desses seres dentro de um quadro discursivo único, e mesmo dentro de expressões individuais, levou-nos a centrar a nossa investigação sobre as questões levantadas pelo próprio ato de qualificar não apenas coisas, mas também aqueles seres particularmente resistentes à qualificação que nós chamamos de pessoas” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2006, p. 1, tradução nossa). Possivelmente, como afirma Dubet, essa abordagem compartilha com a etnometodologia a dificuldade em passar de forma clara do nível interindividual para o da sociedade global (DUBET, 2011, p. 115).

²⁸ Dubet (2007, pp. 253-254) destaca que, na atual situação de profunda fragmentação da sociologia, é possível identificar um “triunfo prático” do interacionismo, que termina por conferir certo grau de legitimidade teórica a análises que não vão muito longe da mera descrição de interações. A tendência ao micro é compreensível devido à resistência ao funcionalismo, mas a insignificância dos estudos é um risco. Insignificância entendida como a incapacidade de ir além das teorias espontâneas dos atores. O “charme” que fundamenta sua influência contemporânea é a ideia de que “(...) a sociedade não é mais “sociedade”; ela foi reduzida para o que os indivíduos veem e o que dizem sobre tal” (DUBET, 2007, p. 254).

organizações e das políticas públicas. Essa perspectiva postula que são três os aspectos relevantes no que concerne à ação: os interesses do ator, a percepção que ele tem destes e as regras da organização. Assim, o ator envolve-se em um jogo que possui regras instituídas anteriormente, mas sobre as quais ele pode exercer certa influência. O ator possui uma racionalidade limitada porque não controla todos os elementos envolvidos, não tendo conhecimento de todas as condições do jogo, nem dos efeitos sistêmicos das suas decisões. Os atores estão em relações de interdependência, permeadas por certa parcela de poder. Assim, as suas relações são ambivalentes, visto que todos podem ser potenciais aliados, assim como adversários. O sistema possui suas lógicas que estruturam o jogo, no entanto esse não é total, havendo zonas de mobilidade dos atores, nas quais eles desenvolvem estratégias. Segundo Dubet, a concepção da ação enquanto estratégia, proposta por Crozier e Friedberg, “inscreve-se na articulação de duas perspectivas: as estratégias são racionais e as estruturas são culturais. Também o raciocínio do sociólogo é duplo: a análise do sistema é dedutiva, a do ator indutiva” (DUBET, 1996, p. 87). Esta perspectiva pauta-se na separação entre ator e sistema, sendo a noção de jogo e poder que realizam o caminho de um ao outro.

Para o individualismo metodológico de Boudon a ação é utilidade, o que a faz participar, assim, juntamente com Crozier e Friedberg, do eixo da racionalidade. Boudon analisou as desigualdades no ensino e a mobilidade social nos termos da escolha racional, apresentando uma teoria alternativa às abordagens da reprodução e dos aparatos ideológicos do Estado (DUBET, 2011, p. 21). Esta sociologia cognitiva e das normas distancia-se largamente da sociologia clássica, devido ao seu fundamento individualista racionalista, que abole a significação do vínculo entre ator e sistema, como identifica Dubet (1996, p. 87). O ator tem as suas “boas razões” que não são necessariamente econômicas, ele age racionalmente com vistas a essas motivações, mas a sua racionalidade é limitada “porque ele não concede a prioridade às consequências da sua ação sobre os outros” (DUBET, 1996, p. 88). O indivíduo é racional e persegue os seus interesses a partir da situação em que se encontra e com as informações que possui. O individualismo metodológico de Boudon desenvolve uma concepção atomista da ação, percebendo o sistema como a agregação das ações individuais, que, pode, obviamente, ser contrário aos interesses que motivaram as ações que o instituiu. Desta forma, como destaca Dubet, essa abordagem vai da ação ao sistema por meio dos modelos de análise econômica (DUBET, 1996, pp. 88-89).

As diferentes perspectivas, brevemente descritas, emergiram da identificação de uma inadequação da sociologia clássica, sobretudo no que tange a sua concepção sobre a ação social. Se, por um lado, estas diferentes abordagens têm em comum uma crítica à sociologia clássica, por outro lado elas apresentam consideráveis aspectos divergentes que põem de manifesto a atual fragmentação da disciplina. Para além das disputas entre essas diferentes correntes, Dubet propõe que “[quando] a dispersão se tornou a regra a combinatória dos modelos substitui a antiga unidade...” (DUBET, 1996, p. 90). Nesse sentido, o autor francês propõe a noção de experiência social em oposição a concepção de ação social na sua forma clássica.

2. A ação social como experiência social, a experiência social como trabalho

A noção de experiência social é proposta por Dubet enquanto um esforço para a readequação da análise sociológica marcada pela crise da sociologia clássica e pela intensa fragmentação dos paradigmas da ação social, processos descritos anteriormente. Assim sendo, esta seção tem como objetivo apresentar os fundamentos da sociologia da experiência desenvolvida por Dubet em três obras fundamentais (DUBET, 1996; DUBET e MARTUCCELLI, 1999; DUBET, 2006), e sintetizada em obra publicada recentemente (DUBET, 2011). Primeiramente será introduzido o conceito de experiência social, as bases desta concepção da ação social e as diferentes lógicas que a atravessam; posteriormente, busca-se ir da experiência social aos sistemas sociais; e, por fim, procura-se questionar sobre qual é o trabalho do ator em relação a este social heterogêneo e possivelmente contraditório em que ele vive.

2.1 A ação social como experiência social

No seu diagnóstico da modernidade contemporânea Dubet identifica uma profunda cisão da realidade social, entre uma esfera subjetiva, expressiva e moral e outra baseada nas pressões das instituições e na ação instrumental²⁹ (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 324). A dimensão expressiva alude à ação histórica e aos processos de subjetivação, já a dimensão instrumental

²⁹ Distinção também presente sob diferentes constructos conceituais, em um amplo leque de perspectivas, que incluem os trabalhos de Touraine (1994) e Habermas (1998).

refere-se aos mercados econômicos e políticos. A disjunção destas esferas faz com que os valores percam sua unidade, instituindo uma permanente tensão entre a vocação do sujeito e os requerimentos de eficácia. Assim, a realidade social perdeu sua unidade e a ação social está atravessada por uma multiplicidade de princípios constitutivos, o que faz com que a representação clássica da sociedade deva dar lugar a “(...) outra que não destrua o laço entre o ator e o sistema, senão que o multiplique na medida em que os processos de integração, os diversos mercados e as culturas não deixem de se separar como esferas autônomas” (DUBET, 2011, p. 123, tradução nossa). Para Dubet, não é aceitável conceber a ação social enquanto unicamente determinada pelos códigos interiorizados ou como encadeamentos de opções estratégicas e racionais (DUBET, 1996, p. 93; DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 58), o que demanda uma passagem da ação enquanto papel, estratégia ou utilidade para a ação como articulação de múltiplas racionalidades e práticas³⁰. A noção de experiência social foi concebida por Dubet no intuito de expressar a pluralidade e heterogeneidade tanto do sistema como da ação social, destacando o trabalho do ator neste espaço de ambivalências, contradições e tensões. Esta atividade do ator surge como um imperativo da situação, na qual o sistema e a ação social estão desprovidos de unidade, sendo tarefa do indivíduo a constituição de coerência em um mundo incongruente. Como declara Dubet (2011, p. 117), o conceito de experiência social emerge como meio de expressão de dois elementos observados em seus estudos empíricos: os atores parecem inscrever-se em diversas racionalidades simultâneas, não sendo, em nenhum caso, redutíveis a um paradigma de uma teoria “pura”; e os atores não são totalmente adequados as suas funções sociais e aos seus interesses, eles são capazes de refletir e de mobilizar críticas a partir de um lugar relativamente distante de si e do sistema (DUBET, 2011, p. 117).

A experiência social, conceito central para a sociologia de Dubet, é o resultado da atividade do ator em meio a um social plural que ele não controla, assim ela: “(...) designa condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido de suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade” (DUBET, 1996, p. 15). Esta noção alude, assim, mais a um

³⁰ Cabe destacar, contudo, que a perspectiva de Dubet vê menos uma oposição do que uma complementariedade entre “(...) a tentativa de Durkheim de explicar o suicídio dos indivíduos pela natureza da vida social e a de Weber, que explica as transformações dos sistemas econômicos pelas mutações da sensibilidade religiosa mais subjetiva” (DUBET, 2011, p. 108, tradução nossa). Do mesmo modo, há certa complementariedade entre as diferentes tentativas que marcam a sociologia contemporânea de representar a sociedade por meio de uma relação incongruente entre ator e sistema, evocando a reflexividade dos atores, seus encontros e debates (DUBET, 2011, p. 108).

fazer do que a um *ser* (DUBET, 1996, p. 16). Segundo Dubet, “a experiência social é uma atividade cognitiva, é uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o “verificar”, de o *experimentar*” (DUBET, 1996, p. 95)³¹, sendo assim, “não é nem uma esponja nem um fluxo de sentimentos e de emoções, ela não é a expressão de um ser ou de um puro sujeito, pois que é socialmente construída” (DUBET, 1996, p. 103). Dubet, juntamente com Martuccelli, sintetiza a noção de experiência:

A experiência social provém de um duplo mecanismo. Por um lado, é uma maneira de sentir o mundo social, de recebê-lo, de defini-lo por meio de um conjunto de situações, de imagens e de condicionamentos já existentes. Ela é a versão subjetiva da vida social. Por outro lado, já que este mundo não tem unidade, nem coerência, a experiência social é uma maneira de construir o mundo social e de constituir-se a si mesmo. A experiência social não é nem totalmente condicionada, nem totalmente livre. É uma construção inacabada de sentido e de identidade, quando os indivíduos ou os grupos se veem confrontados a lógicas de ação autônomas, lógicas que a ideia de sociedade e as concepções clássicas do indivíduo tendiam a integrar e até confundir sem nunca haver podido realiza-lo totalmente (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 75, tradução nossa).

A sociologia da experiência proposta por Dubet fundamenta-se em três aspectos. Primeiramente, ela afirma uma concepção da ação enquanto desprovida de unidade. A referência a Weber é, assim, evidente, quando Dubet postula que a ação é perpassada por uma diversidade não hierárquica de lógicas de ação autônomas que estão em tensão e que travam uma guerra interna ao indivíduo (DUBET, 1996, pp. 107-110). O segundo aspecto faz referência à tese de que a ação social não se limita somente às orientações normativas e culturais evocadas pelos atores, mas também faz referência às relações sociais. Ambos os aspectos correspondem um ao outro e formam uma lógica de ação ao articularem-se. Desta forma, as lógicas de ação que atravessam a experiência social possuem duas dimensões: “Não é o sentido vivido pelo ator que determina a natureza das relações nas quais ele está envolvido, como não são tampouco essas relações que fixam o sentido da ação.” (DUBET, 1996, p. 111). Esses dois aspectos emergem simultaneamente em uma lógica de ação, visto que “dar um sentido a uma ação é, ao mesmo tempo, atribuir um estatuto ao outro” (DUBET, 1996, p. 111). O último fundamento da perspectiva de Dubet, é que a experiência social é uma combinatória de princípios constitutivos da ação articulados pelos atores.

Tendo em conta os aspectos supracitados, a abordagem da sociologia da experiência possui três operações elementares. A primeira é o isolamento e descrição das lógicas de ação

³¹ Deste modo, o conceito de experiência social é para o autor: “(...) a cristalização, mais ou menos estável, nos indivíduos e grupos, de lógicas de ação diferentes, as vezes opostas, que os atores devem combinar e hierarquizar a fim de constituir-se como sujeitos” (DUBET, 2011, p. 117, tradução nossa).

presentes, para posteriormente, buscar-se compreender o modo como o ator articula as diferentes lógicas e por fim deve-se ir da experiência para o sistema, procurando identificar “(...) as diferentes lógicas do sistema social mediante a forma como os atores as sintetizam e as catalisam tanto no plano individual quanto coletivo” (DUBET, 1996, p. 112). Este último elemento baseia-se no fato de que as lógicas não pertencem aos atores, porque são determinadas pela natureza do sistema social a que remetem e porque implicam em certa coerência, o que limita profundamente as possibilidades (DUBET, 1996, p. 112). Assim sendo, a sociologia da experiência defende que “partindo da experiência dos atores, se pode colocar em evidência os mecanismos sociais que a estruturam e que preservam, no entanto, o espaço de uma atividade própria” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 75, tradução nossa), ou seja, procura-se desenvolver uma abordagem que parta da subjetividade dos atores, mas que não se restrinja a ela, compreendendo os mecanismos sociais que as sustentam.

Com o enfraquecimento da representação clássica do social como um conjunto estruturado por um princípio de coerência interna (DUBET, 1996, p. 112), a análise sociológica não pode deixar de descrever o sistema social enquanto plural. É o que faz Dubet, ao conceber a sociedade como uma combinação contingente de determinações múltiplas:

A antiga ideia de sociedade é substituída pela representação de formações sociais compostas por conjuntos complexos nos quais comunidades de integração se encontram justapostas a uma série de mercados e culturas propondo uma definição do sujeito. Esses elementos diversos se ajustam sem necessidade funcional, sem coesão central, e as sociedades se percebem como frágeis, fragmentadas, impelidas por lógicas contraditórias ou indiferentes umas as outras. O mundo social se apresenta como um conjunto de formações sociais e já não como um conjunto de “sociedades”, como um conjunto de sistemas e não como um sistema (DUBET e MARTUCCELLI, 1999 p. 70, tradução nossa).

Para Dubet são três os sistemas sociais (DUBET, 1996, p. 112): um sistema de integração, o que foi, durante longa data, identificado com a ideia de comunidade; um sistema de competição, permeado por múltiplos mercados econômicos e não econômicos; e o sistema de ação histórico, que emerge das tensões entre a cultura e as relações sociais, aludindo, assim, a um espaço que não pode ser reduzido à tradição ou à utilidade (DUBET, 1996, p. 113). O autor aponta que “cada um destes elementos é sustentado por uma lógica própria e define-se num campo e num espaço particulares: geralmente, as comunidades são nacionais, locais, «étnicas»..., o mercado é internacional, a cultura é hoje em dia a dos indivíduos” (DUBET, 1996, p. 113). Existem três lógicas de ação autônomas e não hierarquizadas, cuja articulação forma a

experiência social e que correspondem a cada um dos sistemas mencionados: a de integração, a de estratégia e a de subjetivação. Os atores são levados a acionar essas três lógicas que originam uma orientação subjetiva e uma forma de conceber as relações com os outros (DUBET, 1996, p. 113).

A lógica de integração faz referência à perspectiva da sociologia clássica, que, tal como foi descrita na seção anterior, promulgava o postulado da continuidade entre a objetividade do sistema e a subjetividade do ator. Apesar desta representação do social estar em crise, como foi repetidamente sugerido, seu esgotamento não é total:

Não há razão para se renunciar a ideia segundo a qual as nossas condutas e nossos pensamentos procedem da maneira em que interiorizamos modelos culturais, normas, funções e identidades. Em grande medida, me defino pelo que a sociedade programou em mim, minha identidade segue sendo, em parte, o que os demais me atribuem e que terminei incorporando. Assim, ao empregar o vocabulário de Durkheim, Elias, Parsons ou o do habitus, as diferenças não são decisivas. Neste sentido, as noções de função, norma e status seguem sendo pertinentes (DUBET, 2011, p. 117, tradução nossa).

Esta lógica refere-se, portanto, aos mecanismos de integração social, que fazem com que o ator internalize valores institucionalizados por meio de papéis (DUBET, 1996, p. 115) e que definem, pelo menos em parte, o ator pela sua interiorização do social (DUBET, 1996, p. 77). A identidade do ator, sob esta lógica, é a do seu papel social (DUBET, 1996, p. 115). Desta forma, a apresentação de si evocada sob este princípio constitutivo da ação, faz referência aos aspectos que foram internalizados por meio dos processos de socialização e que foram incorporados como se fizessem parte de uma segunda natureza. Elementos internalizados relativos ao sexo, à língua e à nação, religião entre outros, fazem referência a esta lógica. Assim, a identidade do ator é vivida como uma atribuição social, que estabelece sua “personalidade de base” e permite o ator a se constituir como ser social (DUBET, 1996, p. 115). Por mais moderna que seja a vivência de um indivíduo, não há como não haver uma identificação por meio de uma filiação, de um nome ou pelo aferro a certos valores “comunitários” (nacionais, locais, étnicos...), mesmo que esta se dê de uma forma quase que subconsciente. Dubet e Martuccelli descrevem de forma sintética esta lógica:

A lógica de integração pode ser entendida em um duplo sentido: se trata, por um lado, de uma parte da integração social, do lugar de cada um em um conjunto; se trata, por outro lado, de uma integração cultural, ou seja, de uma interiorização de princípios gerais vivenciados como valores, como instancias que dominam os indivíduos e os incluem em conjuntos coletivos (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 79, tradução nossa).

A natureza das relações sociais vinculadas à identidade integradora institui-se pela oposição entre o “nós” e o “eles”. O “nós” é consolidado por meio de ritos grupais e comunitários, que vinculam o Ego ao coletivo. Podem-se mencionar diversos exemplos deste tipo de “rito de passagem” moderno, tal como eventos familiares, trotes escolares e cerimônias religiosas. Todos terminam por marcar uma integração a um determinado grupo, ao mesmo tempo em que expressam a distância com o exterior (DUBET, 1996, p. 116). O “nós” é afirmado pela constante marcação das diferenças com o “eles”, sobretudo nesses ritos relativamente extraordinários, mas igualmente na vida cotidiana. O outro é descrito, desta forma, pelos seus aspectos “estranhos”, pela sua diferença.

No âmbito da lógica de integração a cultura é concebida em termos de valores (DUBET, 1996, p. 118). Sob este princípio constitutivo da ação, os atores possuem uma imagem da sociedade como uma construção que possui os valores comuns como elemento base. Quando esses valores partilhados estão sob a ameaça, terminam por colocar, igualmente, a identidade do ator em situação de risco. Dubet resume tais aspectos:

Na lógica da integração, o ator interpreta a cultura como um conjunto de valores que garantem ao mesmo tempo a ordem e a sua identidade. É por esta razão que os valores, assim concebidos, remetem diretamente à autoridade, quer dizer, à «potência» associada a uma posição social que encarna a capacidade de manter a integração em conjunto. (DUBET, 1996, p. 119).

A lógica de integração possui um aspecto “patológico”, resultado de uma falta de socialização. Este elemento pode provocar crises de integração social, em relação às quais os atores não passam passivamente, podendo reagir e recriar os laços de solidariedade. Assim sendo, “A identidade integradora, a fim de se manter, esforça-se por ver o mundo segundo o princípio de defesa dessa identidade” (DUBET, 1996, p. 120). A lógica da integração é um registro da ação que promove uma concepção que o ator tem de si, da sociedade e dos outros. Ela faz referência a essa atividade subjetiva, que tem como foco a integração, por meio da qual a procura da continuidade da própria identidade pode fazer com que os indivíduos se voltem para a mudança ou manutenção do mundo (DUBET, 1996, p. 120).

A lógica da estratégia difere profundamente da relativa à integração. Se na lógica da integração a sociedade é vista como um conjunto integrado evocado pela ideia de comunidade, sob a lógica estratégica a sociedade é vista enquanto um campo concorrencial, sendo marcada por

múltiplos mercados, tanto econômicos como não econômicos³². Na perspectiva da lógica estratégica, a metáfora do mercado econômico se generaliza, chegando às relações conjugais, políticas, escolares ou laborais³³, “ela põe em evidência uma natureza muito especial das relações sociais, que continuam a ser, no entanto, relações sociais” (DUBET, 1996, p. 126).

A identidade dos atores sob a lógica estratégica vincula-se ao conjunto de recursos mobilizados em intercâmbios sociais circunstanciais (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 75). Neste sentido, essa lógica faz referência à ação racional em relação aos meios, tal como descrevia Weber (DUBET, 2011, p. 118). Sob esta lógica, é o estatuto do ator que marca a sua identidade, ou seja, a sua posição relativa e a sua capacidade de influenciar os demais a partir dessa posição (DUBET, 1996, p. 121) e o seu esforço por tentar aperfeiçoar os seus recursos neste ambiente de interdependência e competição. A lógica estratégica é mobilizada tanto por atores individuais quanto coletivos, tal como é demonstrado pelas teorias de mobilização de recursos³⁴, que identificam certa instrumentalização da identidade, de sentimentos de pertença e de solidariedade.

A lógica estratégica não difere em “conteúdo” da integradora, ela é a concretização desta. Contudo, elas não podem ser confundidas, segundo Dubet: “estes dois modos de definição de si são distintos e tomam um sentido diferente em função da lógica de ação na qual se situam” (DUBET, 1996, p. 122). A identidade integradora pode ser utilizada como identidade recurso no âmbito da lógica estratégica. A participação em uma ação coletiva sob o espectro da lógica da estratégia relaciona-se, assim, a um meio de satisfazer interesses, o dom é substituído pelo cálculo:

(...) Em outras palavras, os diversos objetos sociais mudam de natureza segundo a lógica de ação que se apodera deles. O que se pode considerar como valores comuns no que diz respeito a integração, se transforma em recursos ideológicos capazes de seduzir, convencer, enganar e, com o tempo, justificar ou defender interesses relativos a estratégia (DUBET, 2011, p. 119, tradução nossa).

³² A descrição de interações feitas por Goffmann nas quais o outro é apreendido como um recurso e um meio a fins “narcisistas” é um exemplo de uma análise da lógica estratégica em âmbitos não econômicos, tal como sugere Dubet (1996, p. 123). Os exemplos de situações concorrenciais não econômicas são inúmeros. A relação conjugal apreendida como algo similar a uma economia política realizada por Kaufmann (1993), também pode ser entendida como um espaço perpassado por um conjunto de estratégias dos atores envolvidos.

³³ “Depois de tudo, há um mercado escolar, ainda que seja público, como existe um mercado conjugal, do mesmo modo que a delinquência pode ser compreendida como uma estratégia de custo-benefício. A moeda comum de todos esses mercados é, sem dúvida, o poder concebido como a capacidade de acumular recursos de ação (dinheiro, influência, informação, legitimidade) a fim de assegurar-se uma posição dominante em algum âmbito e de ampliar a sua margem de iniciativa” (DUBET, 2011, p. 120, tradução nossa).

³⁴ As teorias de mobilização de recursos procuram compreender a capacidade dos membros dos movimentos sociais em adquirir recursos e mobilizar pessoas no sentido da busca pela realização das metas do movimento (ver McCARTHY e ZALD, 2002).

Se a lógica da integração fundamenta-se na posição social ocupada pelo indivíduo por meio de um papel social, a lógica estratégica vê essa posição e as demais posições em termos concorrenciais. O ator possui uma face permeada por uma racionalidade instrumental, e, a partir dela, ele fundamenta uma interpretação das situações nas quais está envolvido e da sociedade como um todo, que é percebida como um produto relativamente estável da soma das estratégias individuais (DUBET, 2011, p. 119). Afirmar que há uma dimensão relevante da ação que é racional e interessada (DUBET, 2011, p. 120) não significa dizer que o ator é um utilitarista, mas sim que ele tem que se colocar nesta posição, sendo esse um dos registros da ação que atravessam a experiência social.

Na lógica estratégica, a regulação do sistema, por meio da manutenção e transformação das regras do jogo, substitui a integração sistêmica relativa à lógica anterior. A pertença e a civilidade se dão não pelo acatamento à norma, mas sim por ser elemento necessário para o desenvolvimento do jogo e para a prossecução dos objetivos pautados nele. Desta forma, a ação estratégica presume certo nível de integração social dos papéis, permitindo que o autor tenha ciência de quais são as regras do jogo, a fim de não transformá-lo em “guerra” (DUBET, 1996, p. 124). São em termos de concorrência, permeadas pelos interesses coletivos ou individuais, que as relações sociais são descritas sob esta lógica. Assim, a sociedade é apreendida como um “sistema de trocas concorrenciais na competição para se obterem bens raros: o dinheiro, o poder, o prestígio, a influência, o reconhecimento... Não é a guerra de todos contra todos, o jogo está regulado, só raramente ele é de soma nula” (DUBET, 1996, p. 124). A estratégia se desenvolve em termos de jogo, visto que a vitória não reclama a destruição do outro (como na guerra) e tem o elemento concorrencial como central (diferentemente da ordem comunitária). O outro é ao mesmo tempo um possível rival ou aliado (DUBET, 1996, p. 125). As relações de aliança e rivalidade podem estar sobrepostas, definindo os outros sob ambos os espectros, dependendo da situação, ou seja, do bem em disputa e dos oponentes em questão.

Essa lógica é tão determinada socialmente quanto as demais, visto que a ação racional somente é um mecanismo explicativo da realidade social, quando se faz referência às posições que o ator ocupa em distintos mercados concorrenciais. Em outras palavras, a ação racional somente pode ser compreendida quando se leva em conta as situações nas quais ela se desenvolve e nos recursos que os atores possuem (DUBET, 2011, p. 120). A lógica estratégica coloca-se em evidência quando da tensão com a lógica da integração social. As comunidades e os mercados

instituem dois mundos em tensão, marcados pelo: “(...) dom e o mercado, a camaradagem e o «egoísmo»” (DUBET, 1996, p. 127).

A ação social não se limita aos processos de socialização, que fazem com que o indivíduo internalize as normas sociais, assim como não pode ser reduzida a uma concepção da ação enquanto racional em relação aos meios. Ambos os posicionamentos são limitados quando não combinados, visto que os atores estão imbuídos desta tarefa, e o sociólogo não pode se eximir de procurar compreender tal atividade. A terceira lógica, a da subjetivação, é mais abstrata que as anteriores, visto que ela emerge pela via indireta de uma atividade crítica do sujeito (DUBET, 1996, p. 130) fundamentada na sua distância em relação ao sistema e na incompletude das explicações relativas aos papéis sociais e as que fazem referência às estratégias. Apesar de menos concreta, essa lógica é tão presente na experiência dos atores quanto as anteriores (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 81).

Se a experiência social é uma combinação, ou seja, se os atores são impelidos em agir em distintos registros de ação, é necessário que, em alguma medida, eles sejam sujeitos, a fim de que possam lidar com as tensões das lógicas, o que, evidentemente, obriga-os a estar em relativa distância a estas: “Os “eu” da integração e os “eu” da estratégia supõem que um “eu” seja capaz de manter uma unidade da pessoa sem se identificar plenamente com esses diversos ‘eu’” (DUBET, 2011, p. 121, tradução nossa). As lógicas anteriores não explicam o fato de que os atores se consideram enquanto sujeitos de desejo, sendo mais ou menos capazes, de serem o centro de sua ação, assim como não são capazes de explicar a atividade crítica que perpassa a atividade dos atores (DUBET, 2011, p. 121). A atividade crítica do sujeito pressupõe um distanciamento do ator em relação às demais lógicas, e a existência de uma lógica diferenciada que alude à representação cultural do sujeito³⁵. Esta atividade crítica, tão logo é acionada, passa a estar em plena tensão com as lógicas de integração e de estratégia. A forma menos inadequada de descrever a identidade do sujeito é “como um empenhamento, empenhamento em modelos culturais que constroem a representação do sujeito” (DUBET, 1996, p. 131). Os sujeitos são sujeitos não porque são totalmente livres, mas porque estão inseridos em diferentes representações do sujeito que emergem a partir da vida social (DUBET e MARTUCCELLI, 1999

³⁵ A cultura, segundo Dubet, “(...) não é somente o conjunto dos valores e das normas que cimentam uma sociedade, ela não é tampouco apenas uma reserva de meios simbólicos da ação; ela é também uma definição do sujeito que permite a crítica social” (DUBET, 1996, p. 134).

p. 79), “(...) introduzindo uma distância em relação a si e à sociedade” (DUBET, 1996, p.131).

Dubet menciona enquanto exemplo os movimentos sociais:

Não existem praticamente movimentos sociais reduzidos somente à defesa da comunidade e dos interesses individuais e coletivos; a maioria recorre ademais à dignidade, à liberdade, à autenticidade, valores que induzem, eventualmente, ao sacrifício. Valores que os interesses ou o mero conformismo do grupo não contemplam. (...) Ainda que pareçam vagos, abstratos ou ideológicos, todos esses princípios dão lugares a práticas, permitem construir críticas da sociedade em nome de fundamentos culturais de uma definição do sujeito (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 80, tradução nossa).

Este empenhamento é marcado pelo seu inacabamento, por ser um projeto permanente, “(...) uma «paixão» impossível e desejada que permite descobrir-se como o autor da sua própria vida, ainda que seja na amargura ocasionada pela impossibilidade de realizar plenamente esse projeto” (DUBET, 1996, p. 131). Nos dias atuais a construção do sujeito é definida pela autenticidade, ou seja, pela capacidade do ator em conduzir sua vida autonomamente (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 80). Assim, é na negação, na falta, na carência ou na dificuldade de realizar a representação cultural do sujeito, que essa identidade emerge e é experimentada (DUBET, 1996, p. 131). A identidade do ator, sob este registro da ação relativo à subjetivação, é formada na tensão e na distância com o mundo, ou seja, no afastamento das demais lógicas (DUBET, 1996, p. 131). O indivíduo não é totalmente o seu Ego, ele também é um Eu distanciado deste Ego e capaz de incidir sobre ele. É na tensão deste Ego e deste Eu que a identidade se estabelece. Cabe ressaltar, entretanto, que esta distância é socialmente construída, visto que o Eu somente é capaz de constituir-se enquanto tal na medida em que faz uma referência mais “universal” que o papel social (DUBET, 1996, p. 132). Para Dubet, nenhum indivíduo vive totalmente como sujeito, ao mesmo tempo em que nenhum ator se reduz ao seu Ego ou aos seus interesses (DUBET, 1996, p. 132).

Do ponto de vista do ator enquanto sujeito, as relações sociais são vistas em termos de barreiras ao reconhecimento e à expressão desta subjetivação, a sociedade assim é percebida enquanto “sistema de dominação que se opõe a autorrealização dos atores; se fala então de alienação, reificação, ausência de reconhecimento como cortes entre o ator e o sistema” (DUBET, 2011, p. 122, tradução nossa). É na sua negação que a lógica da subjetivação mostra-se mais visível, visto que não existem atores que vivem integralmente como sujeitos. Essa negação emerge, de forma indireta, na atividade crítica dos atores. A subjetivação marca o desejo de ser

sujeito de sua vida, mesmo que isso nunca realmente aconteça (DUBET, 2011, p. 122). O que está em jogo no conflito social perpassado por esta lógica, é a historicidade³⁶. Segundo Dubet:

A consciência de classe operária encarna mais nitidamente esta lógica da ação quando não se reduz aos sentimentos de pertença comunitária ou apenas aos interesses dos assalariados, quando é percebida como a luta do trabalho identificado com uma criatividade privada do seu sentido pela dominação de classe. A consciência de classe afirma uma autonomia e uma centralidade do trabalho contra interesses “particulares” e a cultura “particular” dos patrões da indústria. O movimento operário apelava para os valores essenciais da sociedade industrial, ao da criatividade humana pelo trabalho, contra a ordem social (DUBET, 1996, p. 133).

Sob esta lógica o conflito social é perpassado não por uma busca de preservação da identidade (relativo à lógica da integração), nem como uma ação orientada ao sucesso (caso da lógica da estratégia), mas sim enquanto uma luta contra a alienação. A alienação faz referência a uma ausência de sentido, como incapacidade de ser autônomo, devido a processos de dominação social que relegam os atores a suportes dos papéis ou enquanto agentes de interesses limitados determinados pelos poderosos ou pelo próprio “sistema” (DUBET, 1996, p. 134): “De modo geral, alienação é concebida como a privação de capacidade de ser sujeito. É a separação entre o trabalhador e sua obra, menos pela exploração econômica do que pela reificação das relações sociais” (DUBET, 1996, p. 136). O sentimento de uma existência sem sentido, a sensação de uma incapacidade de ser quem se é ou a impressão de uma impotência, são a expressão de uma percepção de viver uma experiência alienada (DUBET, 1996, p. 134).

Dubet identifica a existência das três lógicas mencionadas, não sendo nenhuma delas capaz de explicar a ação social de forma isolada. Cada uma das lógicas aludidas faz referência, mais ou menos indireta, a diferentes perspectivas teóricas que possuem alterações entre si, na disputa pela definição de um aspecto fulcral ao conjunto social e, portanto, da análise sociológica. No entanto, na inexistência deste ponto central, a combinatória de lógicas emerge como uma característica da vivência dos atores e como um imperativo para a análise sociológica. Ao abordar esta atividade de composição das lógicas promovida pelos atores é possível afastar-se da perspectiva clássica da ação social no sentido de uma maior proximidade da pluralidade da realidade social e do modo como os atores atuam sobre tal. Essa combinação é uma atividade

³⁶ Dubet mobiliza o conceito de historicidade, que estava no centro da teoria geral da sociedade proposta por Touraine nos anos 1970. Esta noção faz referência à: “Ação exercida pela sociedade, com base em sua própria atividade, sobre as suas práticas culturais e sociais, através da combinação de três componentes: o modelo de conhecimento, que constitui uma imagem da sociedade e da natureza; a acumulação, que reserva parte dos produtos da sociedade, e o modelo cultural, que apreende e interpreta a capacidade da sociedade para a ação sobre si mesmo...” (TOURAINÉ, 1977, p. 461, tradução nossa).

levada a cabo pelo ator, mas que não deixa de ser determinada socialmente, possuindo um vínculo com os sistemas sociais.

2.2 Os sistemas sociais

A experiência social é uma combinação subjetiva, composta pelos atores, no entanto, não se deve concebê-la como uma noção subjetiva, restrita à vivência dos indivíduos, como se não houvesse relação com o sistema social, ou seja, como se não fosse socialmente determinada. Para evitar este erro, deve-se pontuar que cada lógica descrita anteriormente é inscrita em certa objetividade do sistema social, em outras palavras, os elementos que compõem a experiência social não pertencem aos atores, mas sim preexistem a ele, são fixados culturalmente ou lhe são dados por meio das relações sociais ou mediante os constrangimentos da situação (DUBET, 1996, p. 139).

A multiplicidade de princípios constitutivos da ação, o que se denominou enquanto lógica de ação (a articulação de uma orientação subjetiva e um modo de relação social), alude a uma heterogeneidade do sistema e dos mecanismos sociais que determinam a existência destas lógicas. Segundo Dubet, é essa pluralidade que torna possível se falar em *ator* e não somente em *agente*, visto que neste cenário perpassado pela heterogeneidade, a construção da coerência da experiência e de uma ação própria emerge como um imperativo (DUBET, 1996, p. 140). Dubet sintetiza este processo da seguinte forma: “(...) o ator constrói uma experiência social que lhe pertence, a partir de lógicas da ação que não lhe pertencem e que lhe são dadas pelas diversas dimensões do sistema, que se separam à medida que a imagem clássica da unidade funcional da sociedade se afasta” (DUBET, 1996, p. 140). Assim sendo, a experiência social constituída pelo ator é uma combinação subjetiva de elementos objetivos, e é neste trabalho do ator que pode residir a sua singularidade (DUBET, 1996, p. 140). Cada lógica de ação fundamenta-se em diferentes tipos de “causalidades” que se baseiam em distintas dimensões da vida social:

A lógica de integração assenta essencialmente nos processos de socialização que remetem para formas de explicação causal ou estrutural. A ação estratégica está ligada ao sistema pelos constrangimentos da situação e ao modo de explicação assentado no modelo de interdependência. Quanto à subjetividade, ela está socialmente definida pela tensão entre uma representação do sujeito e relações sociais: neste caso, a sua articulação com o sistema é de tipo dialético (DUBET, 1996, pp. 140-141).

Deste modo, cada uma das lógicas é vinculada a um sistema social por meio de diferentes mecanismos: a lógica de integração ao sistema de integração por meio dos processos de socialização; a lógica da estratégia ao sistema de interdependência por meio das coações do jogo; e a lógica de subjetivação ao sistema de ação histórico a partir das tensões entre cultura e relações sociais. O sistema de integração faz referência ao objeto da sociologia clássica, no qual a explicação da ação se dava por meio da socialização dos indivíduos (DUBET, 1996, p. 141). Quando o problema sociológico é o da estabilidade das condutas sociais e a preocupação dos atores é a preservação de uma identidade social, o que há de fundamental na ação social é explicado pelo cumprimento dos modelos culturais assimilados pelos atores. Destarte, para compreender a ação social sob este espectro é necessário identificar os modelos culturais em que ela se insere, assim como descrever o modo como os atores internalizaram e conservam estes (DUBET, 1996, p. 142). A sociologia não abandonou a tarefa clássica de vincular as condutas “concretas” ao sistema de integração por intermédio dos processos de socialização. Nessa perspectiva, não é a racionalidade do ator que explica a sua ação, mas sim a sua socialização, suas aspirações e expectativas relativas a esta. A força deste modelo relaciona-se, primeiramente, a sua verossimilhança psicológica: “Estar dentro ou estar fora, estar adaptado ou desviar-se, não são, na maior parte dos casos, escolhas do ator, mas o resultado de um percurso individual e de uma mutação cristalizada numa experiência da personalidade” (DUBET, 1996, p. 143). A trajetória dos indivíduos se localiza em uma história social que promove – por meio de distintos mecanismos de socialização relativos às coletividades que o indivíduo está inserido – múltiplos elementos identificatórios que informam ao ator a sua posição social. A problemática da integração reside no fato de que, de certa forma e diferentemente do que postularam os sociólogos clássicos, “as sociedades” permaneceram como “comunidades”, sendo que estas são plurais e que os indivíduos pertencem a várias delas de forma simultânea (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, pp. 83-84). A abordagem do sistema de integração possui, além da sua verossimilhança psicológica, elementos epistemológicos e metodológicos que fundamentam a sua força. Esse modelo possibilita uma análise causal das condutas sociais, relacionando-as com as posições sociais ocupadas pelos atores, permitindo que se identifique uma correspondência entre estes elementos de ordens diferenciadas (DUBET, 1996, p. 144).

No sistema de interdependência, ao qual a lógica estratégica está vinculada, a relação do ator com o sistema é definida em termos de jogo e de interdependência entre ações individuais.

Assim, no âmbito desse sistema as correlações entre as situações e as ações se dão pelas opções individuais vinculadas a estas situações (DUBET, 1996, p. 144). Desta maneira, não é o sistema que determina a ação, mas o inverso, o sistema emerge como produto da composição das ações individuais permeadas por uma racionalidade limitada dos atores. O ator define e persegue os seus interesses, e o faz tendo em conta a situação do jogo em que se encontra. As escolhas individuais não se dão, portanto, sem limitações e constrangimentos advindos das situações do jogo e das ações dos demais. Fica evidente, a partir dessa descrição, que o modelo de explicação que emerge a partir do sistema de interdependência é muito diferente do relativo ao sistema de integração³⁷. No sistema de interdependência, definido por Dubet, as relações do ator com o sistema se dão em termos de jogo e não de mercado. O que permite entender que as ações dos atores, por um lado, são limitadas pelas regras do jogo e pelas coações existentes, e por outro, podem procurar modificar ou reproduzir as regras desse jogo, não sendo esse um elemento permanente (DUBET, 1996, p. 150):

Mesmo quando o sistema é definido em termos de interdependência, ele impõe regras e coações ao indivíduo. Neste registro da ação, só podemos orientar-nos para uma solução mista dominada pela metáfora do jogo, articulando a racionalidade dos atores com a presença de regras e de situações que impõem o jogo e distribuem de modo desigual as capacidades de jogar. (DUBET, 1996, p. 151).

Por fim, o sistema de ação histórico, vinculado à lógica de subjetivação é resultado das tensões entre a cultura e as relações sociais. Esse sistema remonta ao espaço que o ator possui em relação aos outros sistemas, o que não significa que ele não continua a ser determinado socialmente, visto que os modelos culturais do sujeito a que se refere Dubet (a alma, a Razão, a individualidade) são produto da *historicidade* (TOURAINE, 1977)³⁸. Deste modo, o trabalho do ator enquanto vontade de “conduzir a sua própria vida”, em outras palavras, em constituir-se enquanto sujeito, implica simultaneamente o apelo a “valores” e a identificação dos obstáculos a sua realização: “O passado, a dominação e a própria ordem obstam a realização do sujeito que tem a possibilidade de se colocar fora do mundo para fazer a crítica dele.” (DUBET, 1996, p. 152). Esse processo de saída não representa uma liberdade, mas sim uma introspecção que faz referência a um diálogo social interiorizado. Por meio deste, há espaço para o desenvolvimento

³⁷ Contudo, esta perspectiva possui relevantes limitações analíticas, tendo levado alguns autores a diferentes “becos sem saída”, como identifica Dubet (1996, pp. 145-149).

³⁸ Assim, segundo Dubet: “O fato de o ator se afirmar como um sujeito, naquilo que é essencial, na crítica, na distância ou no empenhamento, e de ele, em todos os casos, se demarcar da evidência e da ordem das coisas mediante o recurso a princípios cuja generalidade é suficiente para permitir a crítica, não deve, no entanto, levar a crer que esta espécie de autodeterminação nada deve à sociedade” (DUBET, 1996, p. 151).

de uma crítica que tem como base menos uma descoberta de princípios universais ou uma invenção sem pressões contingenciais do que uma interpretação de um “mundo já habitado por princípios de juízo e de crítica” (DUBET, 1996, p. 152). A atividade do sujeito não alude nem a um código inconsciente nem aos elementos estratégicos do jogador. No entanto, ela continua a ser uma atividade social mediante uma tensão problemática – quer dizer, sem uma solução dada a priori – entre a cultura e as relações sociais, entre a comunidade e o mercado (DUBET, 1996, p. 153). A crítica que emerge na sociedade nunca é exatamente igual ao modelo de criatividade e autonomia cultural a que ela se designa (DUBET, 1996, p. 152) e é neste espaço que a atividade crítica pode tomar a forma de um movimento social, quando se localiza na tensão entre a cultura e as relações sociais definidas em termos de dominação³⁹.

A sociologia da experiência e a suas concepções sobre os sistemas e as lógicas sociais coloca de manifesto a inexistência de uma unidade do conjunto social, visto que cada lógica de ação alude para elementos autônomos que conformam o sistema social (DUBET, 1996, p. 154). Quando se recusa o postulado de uma hierarquia e de relações funcionais entre estes aspectos, ou seja, quando se esgota a ideia clássica de sociedade, a concepção do sistema somente faz referência à co-presença dos elementos supracitados (DUBET, 1996, p. 154). Desta forma:

A heterogeneidade das lógicas da ação leva, pois, a conceber a sociedade como um conjunto desprovido de centro em que não existe regulação ao nível de toda a sociedade, sendo «aberta» à reunião dos seus elementos. Não há concordância entre a totalidade e o sentido subjetivo da experiência. Do mesmo modo que a experiência social é uma combinação de lógicas da ação cujo sentido provém de um trabalho do indivíduo, assim aquilo a que se chama de «o sistema social» ou «a sociedade» é uma combinação de elementos cuja unidade resulta da capacidade política dos atores (DUBET, 1996, pp. 156-157)⁴⁰.

Não há mais espaço para uma teoria geral do sistema social, que de tão genérica pouco explica, mas sim é relevante diferenciar e decompor racionalidades e ordens da realidade nas quais os atores atuam e explicam a sua ação. Em um mundo incapaz de garantir uma coerência antecipada à ação social – onde as classes não podem mais serem concebidas enquanto “seres

³⁹ Fazendo referência a Touraine, Dubet completa: “Trata-se, neste caso, de um ponto fulcral da sociologia de Touraine: os movimentos sociais não são redutíveis à defesa de uma comunidade ou à agregação dos interesses; eles apelam para a imagem cultural de um sujeito, contra a dominação social ou, de modo mais lato, contra aquilo que obsta à realização desse sujeito” (DUBET, 1996, p. 154).

⁴⁰ A primeira frase desta citação possui um sentido sensivelmente diferenciado na edição original. O que o autor procura destacar é menos que a sociedade é aberta à reunião dos seus elementos, e mais que esta reunião é aberta, ou seja, não possui uma combinação apriorística. Assim sendo, uma tradução mais precisa estaria sem o uso da crase: “A heterogeneidade das lógicas da ação leva, pois, a conceber a sociedade como um conjunto desprovido de centro em que não existe regulação ao nível de toda a sociedade, sendo «aberta» a reunião dos seus elementos” (DUBET, 1994, p.152, tradução nossa).

sociais totais”, a subjetivação e a socialização se separaram, e as identidades culturais se multiplicaram – os atores são levados a trabalhar na construção do arranjo de sentidos a fim de fundamentar a sua ação social (DUBET, 1996, p. 157). É necessário procurar responder como isso ocorre, resta, assim, colocar-se a pergunta que segue.

2.3 O que fazem os atores?

Frente a dispersão das lógicas de ação, a identidade social do ator está dissociada no seu mais profundo, constituindo-se como um trabalho, como uma atividade, como um problema e não como um *ser* (DUBET, 1996, pp. 183; 190). O objeto da sociologia da experiência proposta por Dubet é este trabalho do ator. A noção de experiência social mostra-se mais adequada do que a de papel social – central para a sociologia clássica – porque ela evoca o vivido e a sua heterogeneidade, enquanto o papel alude à coerência e à ordem instituída aprioristicamente à ação.

A coerência do mundo não é dada, sendo resultado de uma atividade do indivíduo. O ator tem, assim, de enfrentar a obrigação de ser livre e constituir a sua experiência mediante o trabalho de composição dos fragmentos da ação social. O trabalho do ator, segundo Dubet, pode ser entendido como composto por três momentos diferenciados. O primeiro deles remete a um estranhamento a situação vivida, é o caso do trabalhador que percebe a incongruência das demandas colocadas pela organização. O segundo momento alude a tomada de consciência da situação, é quando o ator procura construir a sua experiência como se fosse sua, desenvolvendo e mobilizando críticas e justificações para explicar quem ele é e como se localiza no contexto em que vive. O terceiro alude a introdução da crítica nas relações sociais, remetendo a um possível engajamento ou desengajamento.

Em meio à ausência de uma orientação fulcral para ação, a distância do ator em relação ao seu papel, leva-o a justificar as suas ações e as suas motivações. O imperativo de justificação faz com que o distanciamento não seja somente em relação ao sistema, mas em relação ao próprio indivíduo, que procura explicar o sentido de sua experiência para si mesmo e para os outros⁴¹. Esta atividade reflexiva na qual o ator mobiliza justificações é também crítica, no sentido de que

⁴¹ Dubet destaca (DUBET, 1996, p. 105) que a necessidade de explicar-se foi apontada por Garfinkel (2006), mas também por Boltanski e Thévenot (2006), que chamaram a atenção para a redefinição e reconstrução permanente dos valores que deixaram de ser transcendentais.

“o indivíduo não pode ajuizar acerca de sua experiência senão em relação a outros e aos debates normativos surgidos na situação” (DUBET, 1996, p. 106). Em um mundo fragmentado o sujeito é convocado a trabalhar na construção permanente deste mundo, ele possui assim um maior poder, garantidor de maior liberdade, mas também, e, sobretudo de uma maior obrigação de ser responsável de si, o que faz com que progressivamente sejam transformadas as dominações objetivas em provas pessoais. O eu do indivíduo está exposto, e as suas aspirações por ser soberano de si estão colocadas em meio a relações sociais que dificultam tal processo; ele é dono do seu destino, mas tem de adaptar-se às expectativas sociais, sendo o único autor de seus desempenhos e oscilando entre a vergonha e a culpa (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 245).

Cada aspecto da vivência do ator, cada “conjunto prático” do social (DUBET e MARTUCCELLI, p. 87), pode ser percebido pelas três perspectivas promovidas pelas distintas lógicas de ação. O trabalho ou a escola, por exemplo, são, ao mesmo tempo, uma comunidade perpassada por valores que diferencia os incluídos dos não incluídos; um sistema concorrencial no qual distintos bens estão em disputa, estabelecendo-se, assim, hierarquias; e, por fim, espaços em relação aos quais os indivíduos estão relativamente distantes e desenvolvem críticas fundamentadas em seus empenhamentos em modelos culturais. Desta maneira, segundo Dubet, os atores tendem a descrever as suas experiências como perpassadas por distintas racionalidades, que estão presentes de forma simultânea e que evocam distintos elementos identificatórios. O ator torna-se, assim, “muitos ao mesmo tempo”, o que dificulta uma descrição autêntica de si, apesar desta ser uma necessidade devido à tendência à inadequação aos papéis sociais (DUBET, 1996, p. 189). É evidente que muitas das tensões tendem a rotinizar-se, sendo tarefa do sociólogo prosseguir-las para além do véu de harmonia: “Devemos encontrar então nas histórias mais triviais e pequenas, os conflitos e desafios que estruturam a vida social mais global” (DUBET, 2011, p. 125, tradução nossa).

Dubet, retomando Mead, afirma que é no afastamento do ator em relação a si e ao sistema – na sua distância do Ego, dos papéis e dos interesses – que emerge o Eu (DUBET, 1996, pp. 185-186). Há, neste sentido, uma dificuldade em representar o Eu “porque, ao contrário do Si e do Ego, que são duas faces do papel social, o Eu não tem «conteúdo», ele aparece essencialmente como um trabalho que o ator exerce sobre si mesmo, como uma atividade e como uma subjetividade” (DUBET, 1996, p. 188). A constituição do Eu se dá na forma de um desejo de autonomia, de domínio da própria vida, o que implica em um sentimento de distanciamento do

sistema, que é como afirma Dubet, um produto do próprio sistema (DUBET, 1996, p. 188). Devido à ausência de centro da experiência social, é o Eu (a identidade social profunda) que tem a incumbência de construir a coerência desta experiência que tende à fragmentação e à incongruência. O Eu faz referência a este trabalho do ator que “constrói a experiência social como se fosse a sua experiência. É ele que estabelece um princípio de autonomia, mais frequentemente reivindicado que realizado” (DUBET, 1996, p. 190). O sujeito não se extingue, mesmo que a sua existência não se dê anteriormente à sua experiência, e que somente seja colocado de manifesto no afastamento em relação à experiência. É o Eu que está em jogo na atividade do ator em procurar constituir a sua experiência, pois “esta capacidade de dizer «eu» está constantemente ameaçada pela determinação das lógicas da ação, essas que reduziriam o ator a não ser mais que a justaposição das suas raízes, dos seus interesses e da sua cultura” (DUBET, 1996, p. 191).

O sentimento de distância do ator em relação a si se dá menos por uma introspecção do que por uma sensação de estranheza ao sistema, de impressão de inadequação e de não adesão. O indivíduo se vê em uma situação na qual é impossibilitado de aderir integralmente aos elementos que atravessam a sua subjetividade, visto que estes estão dissociados. Ele não é nem o seu papel, nem os seus interesses nem a sua cultura (DUBET, 1996, pp. 191-192). Nessa situação, “os indivíduos explicam que não são aquilo que socialmente deveriam ser, que são espectadores porque procuram ser eles próprios. Mas eles só são eles próprios no movimento de desprendimento” (DUBET, 1996, p. 192). Para além desta perspectiva um tanto quanto negativa, cabe ressaltar que “(...) as lógicas de experiência são definidas por relações sociais, por conflitos. É pelo conflito, pelo empenhamento que ele implica que a autonomia é posta como o que está *socialmente* em jogo contra o que a ameaça e a torna impossível” (DUBET, 1996, p. 192). O empenhamento permite a inserção de subjetivação nas relações sociais por meio do conflito (DUBET, 1996, p. 192). Neste sentido, a ação coletiva tem o seu sucesso não somente na inserção do Ego em um Nós superior, mas igualmente na força da autonomia individual (DUBET, 1996, p. 192). Os movimentos sociais são “movimentos de indivíduos; sem, isso, não se compreenderia por que razão a morte de um movimento gera tantas crises pessoais, nem por que razão tantos indivíduos aceitaram sacrificar a sua vida por um movimento ou pela ideia que

dele faziam” (DUBET, 1996, p. 192)⁴². Em outras palavras, segundo Dubet e Thaler, os movimentos sociais são por um lado, atores coletivos organizados e por outro, agentes que carregam uma crítica imanente da vida social (DUBET e THALER, 2004, p. 257). Por muito tempo, estas duas dimensões pareciam articuladas no âmbito do movimento operário, que evocava simultaneamente uma crítica do sistema social e diferentes graus de institucionalização (variável segundo o país). A diferença entre estas competências (de crítica e de institucionalização) tardaram por parecer evidentes (DUBET e THALER, 2004, p. 257). Se hoje as organizações do movimento operário permanecem (e aprofundam) o seu grau de institucionalização, a sua capacidade de expressar uma crítica geral (incorporando críticas “específicas”) do social foi fragilizada.

Neste sentido, a imagem do movimento operário como uma articulação de uma defesa comunitária (de um modo de vida), da consciência de classe, de reivindicações e lutas políticas inseridas nas “contradições objetivas da sociedade” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 307), ou seja, como um “laço entre uma estrutura de dominação, uma crítica cultural e uma representação política” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 307, tradução nossa), não parece mais adequada. A realidade contemporânea é marcada por uma multiplicação das divisões sociais, um aprofundamento do individualismo e uma separação da dominação social e da estratificação, fazendo com que a imagem de um movimento social central e “total” não seja mais verossímil (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, pp. 307-308). Diferentemente disso, as lutas unidimensionais⁴³ (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, pp. 313-320) parecem exprimir uma tendência (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, pp. 307-308; DUBET e THALER, 2004, p. 558), manifestada, entre outras formas, pela separação das lutas relativas ao emprego e às concernentes ao trabalho.

O movimento operário fundava-se em uma experiência social integrada, que permitia uma construção teórica e uma atuação prática mais homogênea. A decomposição deste movimento social outrora fulcral, em uma ampla pluralidade de movimentos e ações localizadas e fracionadas, expressa, igualmente, um estilhaçamento da experiência dos atores (DUBET, 1996,

⁴² Este postulado permite que os movimentos sociais sejam abordados a partir da subjetividade dos seus atores que evocam “(...) sentimentos de injustiça, indignação moral e formas de dominação social” (DUBET e THALER, 2004, p. 557).

⁴³ Segundo Dubet e Martuccelli, o que se denomina por lutas unidimensionais faz referência (1999, p. 313): às lutas defensivas, nas quais os diferentes grupos sociais e profissionais defendem os seus interesses e posições; às lutas identificatórias, relativa aos nacionalismos ou etnicismos; e às lutas morais, que não possuem nenhum adversário social, e procuram mudanças normativas e morais por meio da ação exemplar de minorias ativas.

p. 221)⁴⁴. Os movimentos sociais são atravessados por uma tarefa análoga a dos atores, a articulação de sentidos da ação coletiva não é mais dada a priori e se mostra enquanto um aspecto permeado por inúmeras dificuldades, impedindo uma integração das lógicas de ação, tal qual foi realizada pelo movimento operário. Em síntese: “(...) a sociedade apresenta-se como um campo de lutas dispersas. E, do mesmo modo que os indivíduos são obrigados a construir a sua experiência, também os movimentos devem articular constantemente significações relativamente heterogêneas” (DUBET, 1996, p. 228). A atividade dos movimentos sociais e dos atores parece, deste modo, idêntica (DUBET, 1996, p. 228), mas, no entanto, não há uma continuidade entre elas. Assim sendo, a disjunção contemporânea entra a experiência individual e os projetos coletivos e os movimentos sociais coloca um relevante problema para a sociologia (DUBET, 2011, p. 107). A descrição desta atividade do ator (individual e coletivo) realizada até o momento, não pode levar a ideia de total ausência de sentido e de unidade. O aspecto que Dubet procura destacar é que o sentido da vivência dos atores:

(...) já não é «dado» pela vida social e pela unidade do sistema, ele é o produto de uma atividade muito frequentemente rotinizada, mas, apesar de tudo, de uma atividade. Esta atividade que produz a imagem de um sujeito permanece ligada à representação histórica e cultural de um sujeito que é, hoje em dia, a imagem de um indivíduo, quer dizer, de um ator autônomo que constrói a sua própria vida contra o que se lhe opõe e contra as outras duas imagens do indivíduo, a do Ego da integração e a do Homo oeconomicus no centro da ação estratégica. (DUBET, 1996, p. 228)

A concepção da vida social como mera justaposição da comunidade e do mercado, que demandaria duas sociologias específicas (uma holista e a outra individualista), não é aceitável, visto que somente representaria a dualidade que atravessa a experiência social (DUBET, 1996, p. 228) e não seria capaz de compreender o trabalho do ator frente a este quadro incongruente. Diferentemente disso, a sociologia da experiência coloca como problema central o de compreender como os atores compõem suas experiências sociais em diferentes condições, situações e posições sociais ao enfrentar as distintas exigências advindas dos sistemas sociais e suas lógicas⁴⁵. No âmbito desta dissertação esta meta foi adotada na abordagem da relação com o

⁴⁴ Domingues, tendo como foco os movimentos sociais na América Latina, pontua sobre esta situação: “A fragmentação dos movimentos sociais, com um tipo novo de pluralismo (o que não quer dizer que a organização da classe operária sob a forma tradicional dos sindicatos não seja relevante), de modo similar ao que ocorre na Europa ocidental, demanda respostas criativas. Há que se reinventar os laços entre sistema político e vida social de modo que a última não desperdice suas energias em mobilizações sem direção ou em mera demanda de mais clientelismo (para não falar na violência e no crime organizado) e que o primeiro não gire ao vazio, neste caso inclusive a serviço de máquinas partidárias sem fé nem coração.” (DOMINGUES, 2005, p. 603, tradução nossa).

⁴⁵ Segundo Dubet e Martuccelli, a abordagem da experiência social deve “(...) tentar mostrar de que maneira os atores constroem suas práticas e racionalidades locais...” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 72), desta forma,

trabalho na economia solidária, que, segundo a tese postulada, não é restrita nem ao projeto desta *outra economia* nem aos requerimentos de eficácia advindos da atividade produtiva. A seguir, será defendida a potencialidade e adequação da sociologia da experiência para o estudo do trabalho em empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária.

3. O trabalho na economia solidária enquanto experiência social

Este primeiro capítulo logrou, até o momento, um duplo objetivo associado. Primeiramente, buscou-se apresentar os fundamentos da sociologia clássica e os seus desdobramentos críticos por meio de diferentes paradigmas da ação. Posteriormente, foi realizada a exposição da sociologia da experiência. Estas duas etapas estão integradas porque é no cenário delineado na primeira seção que se insere a proposta de Dubet acerca da noção de experiência social, introduzida na segunda seção. A sociologia da experiência afirma a existência de uma pluralidade de lógicas de ação, que estão vinculadas a distintos sistemas sociais. Nesta situação, os atores estão em uma situação de certa distância em relação a si e ao sistema, tendo como tarefa recompor a coerência do mundo, a partir dos fragmentos incongruentes deste próprio mundo. A tarefa do sujeito contemporâneo é, deste modo, permanentemente inconclusiva e potencialmente dramática, o que impele o sociólogo a procurar analisar tal atividade, identificando os mecanismos sociais que a sustentam, tal como sugere Dubet.

No âmbito desta dissertação é postulado o potencial explicativo da sociologia da experiência no que tange a relação com o trabalho. Esse posicionamento fundamenta-se na compreensão de que as realidades laborais são perpassadas pela necessidade dos atores gerirem distintas lógicas e articularem diferentes significações para os elementos interpelantes. Se esta perspectiva é adequada ao estudo do trabalho em geral, ela representa um enfoque privilegiado para as práticas da economia solidária em particular, visto que nelas há uma profunda pluralidade das demandas colocadas aos atores. Deste modo, esta investigação procura compreender a relação com o trabalho na economia solidária em termos de experiência social. Argumenta-se que a perspectiva sugerida por Dubet permite que seja desenvolvida uma abordagem

“podemos tentar aprender como constroem os seus problemas e como se esforçam para resolvê-los” (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 72).

multidimensional da relação com o trabalho na economia solidária, evitando um duplo risco: o de reduzir o trabalhador a mero suporte do projeto de economia solidária; e o de restringir o ator à simples agente produtivo. A posição defendida é a de que o estudo da economia solidária em termos de experiência social é apropriado e fecundo às especificidades empíricas dessas iniciativas, tendo o potencial de contribuição para o debate sociológico, mas também social, sobre o assunto. No decorrer desta seção serão desenvolvidos esses argumentos por meio de duas etapas: primeiramente é defendida a adequação da sociologia da experiência à análise das práticas vinculadas à economia solidária no Brasil, e, por fim destaca-se a contribuição e o potencial deste modo de análise do social para o debate acadêmico sobre a economia solidária.

3.1 Adequação da sociologia da experiência ao estudo do trabalho na economia solidária no Brasil

A sociologia da experiência não procura constituir-se enquanto uma sociologia geral. Diferentemente disso, ela é uma perspectiva que combina três formas de análise, que aludem às diferentes lógicas da ação: a da sociologia clássica, que tem como foco os processos de socialização e a integração funcional entre ator e sistema; a ação enquanto estratégia racional em um campo concorrencial permeado pela interdependência dos atores; e o da reflexão que emerge da tensão entre as relações sociais e a cultura. A articulação desses modos de compreensão do real é homóloga à atividade do ator em relação a sua experiência social e é nesse aspecto que reside a relevância contemporânea da sociologia proposta por Dubet e a sua capacidade de explicação das condutas mais diversas. Para além dessa ampla aplicabilidade, postula-se, nesta dissertação, a adequação da sociologia da experiência para o contexto brasileiro e sua potencialidade para a análise das práticas laborais desenvolvidas no âmbito dos empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária.

Se é certo que em uma dissertação de mestrado é mais comum “utilizar” uma teoria do que criar uma, esta condição não permite que sejam ignoradas questões acerca do sentido da teoria evocada no âmbito da investigação e a sua adequação às particularidades do objeto de estudo. Em outras palavras: por que mobilizar, sem reparos, uma abordagem construída na França, tão distante dos percalços históricos e das fraturas sociais brasileiras? Primeiramente, é importante ressaltar que o aspecto central da sociologia da experiência é a descrição da

modernidade enquanto plural, o que leva a uma necessidade de se tratar do tema do sujeito, visto que é ele que tem de lidar com tal multiplicidade tensionada. O tema do sujeito é necessário em uma situação na qual, de forma progressiva, os atores correspondem menos aos seus papéis, assim como não se restringem aos seus interesses. As instituições perdem força na formação de indivíduos, os mercados se internacionalizam, e os modelos culturais se sobrepõem. Como desconsiderar a atividade do sujeito neste cenário plural e heterogêneo? Esta pluralidade da sociedade faz com que o indivíduo se distancie e tenha que desenvolver sua reflexividade. Assim, o ator é obrigado a ser livre, mesmo quando é perpassado por fortes processos de exclusão e dominação social.

A sociologia se criou contra a ideia do sujeito, como afirma Dubet (DUBET, 1996, p. 130), talvez por isso que seja tão difícil abordá-lo, sem que haja resistências e controvérsias. Neste estudo defende-se a adequação do tema do sujeito, distanciado, crítico e reflexivo, para o contexto brasileiro. Destarte, é importante deixar claro que os processos descritos por Dubet (mas também por Touraine) como argumentos para “um retorno do ator”, sucederam no País: o enfraquecimento do estado-nacional; a internacionalização da economia; a perda de centralidade das relações industriais (política e simbólica, não econômica); uma explosão dos elementos identificatórios; a fragmentação dos movimentos sociais e dos objetos de ação coletiva etc. Inúmeros processos que, evidentemente, ocorreram de forma diferenciada nos países europeus, mas que, mesmo assim, podem ser identificados no Brasil e, inclusive, nos demais países latino-americanos⁴⁶.

A sociologia da experiência possui duas características que a impede de ser tida como limitada ao caso francês, são elas: 1) A sociologia da experiência não é uma abordagem criada *a priori*, com objetivos escolásticos. Diferentemente disso, ela emergiu da necessidade de uma readequação da análise sociológica advinda de diversos estudos empíricos realizados por Dubet e outros pesquisadores do CADIS ao redor do mundo (inclusive na América Latina, como por

⁴⁶ Domingues (2005) afirma a importância de uma readequação dos debates da sociologia latino-americana (ele propõe o conceito de terceira fase da modernidade a fim de contribuir para tal objetivo). Para que tal readequação seja colocada em curso, é necessário superar, dentre outros aspectos, um provincianismo nacional (DOMINGUES, 2005, p. 607) no sentido de uma abordagem articulada das problemáticas supranacionais. Contudo, evidentemente, é necessário ter em conta as particularidades dos diferentes contextos, assim como chamaram a atenção Sorj e Martuccelli (2008) em relação à inadequação do conceito “europeu” de coesão social para o estudo da América Latina, visto que nessa região existem problemáticas específicas em relação às instituições democráticas que estão ausentes no caso europeu.

exemplo, em DUBET *et al*, 1989 e TOURAINE, 1989)⁴⁷; 2) Esta forma de se fazer sociologia não é, de modo algum, uma teoria sociológica geral. Na verdade, ela se caracteriza pela afirmação de uma heterogeneidade da realidade social, que demanda a afirmação de uma sociologia, também ela, multidimensional. Dubet procura desenvolver esta sociologia de múltiplos enfoques por meio de uma combinação de tradições sociológicas clássicas e contemporâneas, que apesar das suas pretensões gerais originais, possuem, atualmente, capacidades explicativas parciais. Assim, Dubet desenvolveu uma sociologia que, assim como o seu objeto, a experiência social, ela é uma combinatória de diferentes tradições analíticas, que vão de Weber a Touraine, de Schutz a Goffmann, de Durkheim a Hoggart, de Simmel a Crozier, entre outros. A sociologia da experiência é marcada, assim, pela sua abertura teórica, pela sua intenção compreensiva da realidade social e pelo seu intento de produzir estudos úteis socialmente. Trata-se, assim, de uma perspectiva que pode ser desenvolvida de forma adequada em diferentes cenários nacionais e problemáticas sociais.

Se a sociologia da experiência é adequada ao contexto brasileiro, ela também o é ao estudo do trabalho nas práticas de economia solidária. A abordagem do trabalho na economia solidária em termos de experiência social não é uma novidade, tendo sido mobilizada por dois pesquisadores anteriormente: Mayer (MAYER, 2009; 2011) tratou da gramática da ação de trabalhadores envolvidos em associações e cooperativas de produção e Wautier (WAUTIER, 2004) abordou as relações de trabalho em organizações de economia solidária no Brasil e na França. Ambos os investigadores pontuam, por um lado, a extensa aplicabilidade da sociologia da experiência devido ao seu caráter não hermético, e, por outro, a economia solidária enquanto uma realidade privilegiada para essa perspectiva analítica. Assim sendo, se defenderá, juntamente com esses autores, que a perspectiva de Dubet é apropriada para a abordagem do trabalho na economia solidária. O argumento central desenvolvido fundamenta-se na identificação de uma pluralidade que atravessa o trabalho nessa *outra economia* e que interpela os seus trabalhadores.

A pluralidade na economia solidária remonta, primeiramente, à presença de uma dualidade. Vista sob um ângulo, é possível identificar o seu aspecto econômico-produtivo, que alude às necessidades produtivas das organizações e a localização dessas em um mercado

⁴⁷ As contribuições de Alain Touraine nos estudos sobre os movimentos sociais, a modernidade e o sujeito social na América Latina, demonstram a preocupação da equipe do CADIS com a realidade do subcontinente. Gohn (2008) em sua obra síntese das “Novas Teorias dos Movimentos Sociais” abordou a influência - que não deixou de ser perpassada por resistências - do pensamento de Touraine e das investigações do CADIS no subcontinente.

concorrencial. Neste sentido, por mais que haja um discurso de oposição ao mercado, os trabalhadores envolvidos nessas práticas têm de responder, pelo menos em algum nível, aos requerimentos de eficácia produtiva, a fim de manter os seus postos de trabalho e a o empreendimento nesse mercado concorrencial. Vista sob outro ângulo, a economia solidária se refere a um projeto caracterizado por um conjunto de princípios normativos, que defende uma ressignificação da atividade econômica, do trabalho e uma possível crítica ao individualismo e ao capitalismo. Assim, essas duas faces – uma produtiva e relativa aos requerimentos de eficácia e a outra mais política e concernente a um projeto coletivo – fundamentam dois eixos relevantes dessas práticas.

A pluralidade na economia solidária remonta – de maneira associada à dualidade mencionada – à existência de uma ampla diversidade de lógicas que atravessam essas realidades laborais. Wautier (WAUTIER, 2004) chamou a atenção para o fato de que as principais referências acadêmicas identificaram a presença de múltiplas lógicas: uma lógica racional que articula a racionalidade capitalista e a racionalização da solidariedade (SINGER, 2002; GAIGER, 2000), uma lógica relacional, que leva a interações econômicas e políticas, sem deixar de lado o encontro interpessoal (GAIGER, 1996; 2003b; LAVILLE e SAINSAULIEU, 1997), uma lógica de oposição ao capitalismo (SINGER, 2000), à pobreza (GAIGER, 1996), à sociedade de mercado (LAVILLE, 2003) e ao individualismo (RAZETO, 1997), e, por fim, uma lógica comunitária instituidora de identidade (SINGER, 2000; GAIGER, 1996; LAVILLE, 1997). Se a pluralidade do trabalho na economia solidária fundamenta-se na existência de uma dimensão produtiva e outra relativa ao projeto de economia solidária, assim como na existência de distintas lógicas, é necessário considerar, ademais, a multiplicidade dos trabalhadores envolvidos, inseridos em distintas situações de vida e detentores de trajetórias laborais diferenciadas, no âmbito das quais tiveram contato com múltiplos parâmetros de percepção da realidade laboral.

A pluralidade da economia solidária, marcada pela dimensão do projeto e da produção, por uma multiplicidade de lógicas e por uma diversidade de atores e de contextos, faz com que essas realidades laborais sejam um espaço propício para a análise em termos de experiência social. Isso significa dizer que essa heterogeneidade interpela os atores, visto que não há uma articulação apriorística de sentido para a sua ação. Eles são impelidos, assim, a construir a coerência da sua vivência em meio à ausência evidente de tal. Desta forma, uma abordagem pautada na sociologia da experiência permite a proposição do seguinte problema: como os atores

atuam nesse cenário plural e heterogêneo? Como eles articulam elementos diferenciados e possivelmente incongruentes?

A pluralidade existente na economia solidária é uma das características que a faz particularmente adequada a uma análise fundamentada na sociologia da experiência, pois alude à necessidade de uma atividade do ator em compor os diferentes fragmentos da sua realidade que não possuem uma articulação instituída automaticamente. A presença de um chamado à autonomia no projeto de economia solidária é um elemento que intensifica tal processo. Segundo este, os atores possuem a liberdade de organizar o empreendimento, do qual são proprietários associados, e o trabalho, do qual são executores. Deste modo, esse chamado à autonomia alude, igualmente, a uma responsabilização do trabalhador pelo seu trabalho e pelo empreendimento coletivo. Os atores estão livres para influenciar a forma como o seu trabalho é realizado, contudo, essa liberdade emerge não somente como uma opção, mas, possivelmente, com uma necessidade. Ademais, essa responsabilização do ator faz com que ele tenha que permanentemente controlar-se e motivar-se para a consecução das suas tarefas. Portanto, entende-se que o chamado à autonomia presente no projeto de economia solidária intensifica o imperativo do ator em articular os fragmentos que atravessam a sua realidade laboral, o que a torna um objeto privilegiado para a sociologia da experiência.

A perspectiva proposta por Dubet afirma uma abordagem multidimensional, que procura não limitar os atores a um dos eixos de sua vivência, aspecto particularmente relevante para a análise do trabalhador e do seu trabalho na economia solidária. Assim como demonstraram diversos estudos anteriores, os trabalhadores tendem a estar em diferentes posições em relação ao projeto dessa *outra economia*, que podem ir do intenso engajamento à recusa ativa (ROSENFELD, 2003; WAUTIER, 2004; AZAMBUJA, 2007; GONÇALVES, 2008; BARRETO e DE PAULA, 2009; SPERONI, 2009, 2010). Desta forma, os trabalhadores não se limitam ao que o projeto de economia solidária postula, assim como não se reduzem aos requerimentos de eficácia produtiva. Esse duplo distanciamento expressa o fato de que os atores possuem concepções sobre si e sobre o seu trabalho que não advêm nem do projeto de economia solidária, nem dos requerimentos de eficácia, mas que aludem a sua vivência cotidiana e a sua trajetória, assim como a sua reflexão a partir de tais.

Os estudos empíricos sobre a economia solidária, que assim como os referidos, partiram da subjetividade dos atores, parecem descrever um cenário no qual os trabalhadores estão em

uma situação heterogênea, em que não há nenhum eixo fulcral identificável. Neste cenário é possível postular a presença de uma necessidade dos trabalhadores da economia solidária mobilizarem e articularem diferentes princípios constitutivos da ação para explicarem quem são e o que fazem. Entende-se, deste modo, que a sociologia da experiência é fecunda para o estudo da economia solidária, que é marcada pela existência de diferentes elementos interpelantes que tendem a incongruência e que permeiam a relação com o trabalho, exigindo dos atores uma articulação permanente dos sentidos presentes.

3.2 Contribuições da sociologia da experiência para o debate sobre a economia solidária

Nesta dissertação a sociologia da experiência é tomada enquanto referência para a abordagem do trabalho na economia solidária. Entende-se que esta perspectiva analítica não só é adequada a essas realidades laborais, como é capaz de contribuir para o debate acadêmico e social em relação a tal. Deste modo, esta seção está organizada em duas partes. Na primeira são apresentadas as principais referências sobre a economia solidária e na segunda discute-se qual é o espaço para uma perspectiva fundamentada na sociologia da experiência neste campo de debate.

A discussão acadêmica acerca da economia solidária é plural e povoada de divergências, sendo cunhadas diversas noções que buscam dar conta desse fenômeno, seu surgimento, sua atual situação e os seus possíveis desdobramentos: Economia Popular (CORAGGIO, 2007; QUIJANO, 1998; TIRIBA, 2001; RAZETO, 1993); Economia para a Vida (HINKELAMMERT e JIMENEZ, 2005); Socioeconomia solidária (LISBOA, 2001; MANCE, 1999; ARRUDA, 2003); Economia do Trabalho (CORAGGIO, 2007); Economia de Solidariedade (RAZETO, 2007); Economia solidária (SINGER, 2002; GAIGER, 2002); Economia Social e Solidária (LAVILLE e EME, 2004; FAVREAU, 2003; DEMOUSTIER, 2006)⁴⁸. Dentro desse mosaico de noções existem distintas acepções às mesmas, bem como variações quanto a sua relevância dentro das diferentes perspectivas.

No intuito de garantir uma apresentação mais precisa, far-se-á a exposição de alguns elementos das obras de Singer, Coraggio, Laville e Gaiger⁴⁹. Por meio de distintos posicionamentos analíticos e normativos sobre o tópico, entende-se que tais autores participam,

⁴⁸ O debate de como nomear essas práticas não é tratado secundariamente pelos autores. Para um panorama sobre essa discussão, ver Guerra (2007).

⁴⁹ A escolha desses autores se deve a sua relevância para o debate sobre a economia solidária no Brasil.

simultaneamente, da análise dessas práticas e da construção do projeto desta *outra economia*. Além desses autores implicados no projeto de economia solidária, far-se-á menção ao posicionamento de Antunes e de Lima, que destacam a funcionalidade sistêmica dessas práticas e as suas “ligações perigosas” com as novas formas de organização do trabalho.

Segundo Paul Singer, atual Secretário Nacional de Economia Solidária, a economia solidária é um modo de produção que emerge nos interstícios do Capitalismo, sendo impulsionada pelas contradições e oportunidades existentes nesse (SINGER, 2002, p. 112). Desta forma, a economia solidária é um:

(...) modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. (...) uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução. (SINGER e SOUZA, 2000, p. 13).

A economia solidária, enquanto modo de produção baseia-se na propriedade coletiva do capital e na promoção do direito à liberdade individual, que poderá se configurar “(...) mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios [no socialismo utópico] foi concebida a ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*.” (SINGER, 2002, p. 114). Singer defende que a economia solidária é, por essência, antagônica ao modo de produção capitalista e possivelmente pode superá-lo. O que coloca, enquanto principal desafio, a busca pelo desenvolvimento desse tipo alternativo de economia, a fim de ameaçar, inclusive no mercado, a economia capitalista. Para o autor, a autogestão é um dos aspectos centrais da economia solidária (SINGER, 2002, p. 16), visto que permite que as suas organizações tenham como foco o desenvolvimento humano, sem deixar de lado a eficiência produtiva.

Se, em Singer, a “solidariedade” da economia solidária advém das potencialidades da autogestão e das contradições do capitalismo, para Coraggio a economia solidária teria forte vinculação com a economia popular e com os laços afirmados no âmbito das unidades domésticas que a conformam. Segundo Coraggio, a economia é plural, sendo composta por três formas elementares: a empresarial capitalista, a pública e a popular:

(...) a Economia Empresarial Capitalista, organizada a partir da empresa de capital, orientada para a acumulação sem limites; a Economia Pública, organizada a partir de unidades jurídico-administrativas de base territorial ou funcional, orientadas para uma combinação variável de três objetivos: o bem comum, a governabilidade e a acumulação de poder político; e a Economia Popular, organizada em Unidades Domésticas (UD) ou

suas extensões, orientadas para a reprodução ampliada da vida de seus membros (CORAGGIO, 2007, p. 34, tradução nossa).

A economia popular constitui-se pelas unidades domésticas, que o autor descreve como grupos de indivíduos que buscam cotidianamente o acesso às condições materiais necessárias para a reprodução da vida de todos os seus integrantes. As unidades domésticas são estabelecidas no espaço da família, do lar, dos vizinhos, das relações comunitárias ou públicas. A economia popular, para Coraggio, não é idealizável, pois tanto seus valores como o sentido de sua existência foram estabelecidos pelo sistema capitalista. Ela é considerada, pelo autor, o “ponto de partida” para a instauração de uma “economia do trabalho”. Essa sim seria uma forma econômica idealizada, não uma tendência histórica, mas sim, um programa dos trabalhadores contra a hegemonia do capital: “A ET [Economia do Trabalho] não seria, então, a mera somatória das atividades realizadas pelos trabalhadores, subordinadas direta ou indiretamente a lógica do capital, senão um subsistema econômico organicamente articulado, centrado no trabalho, com uma lógica própria, diferenciado e contraposto a Economia do Capital e a Economia Pública” (CORAGGIO, 2007, p. 36, tradução nossa).

Em uma economia do trabalho, segundo Coraggio, a eficiência é ressignificada, tendo como meta a articulação da qualidade de vida, o bem-estar e a realização do indivíduo (CORAGGIO, 2010, p. 122). O autor identifica nas práticas de economia social e solidária uma possibilidade de transição no sentido de uma *economia mista do capital* para uma *economia mista do trabalho*, devido ao seu foco na reprodução ampliada da vida de todos (CORAGGIO, 2007), na sua capacidade de democratização da gestão pública desde o nível local e pela sua forma de trabalho se distanciar do trabalho assalariado, fragmentado e alienante (CORAGGIO, 2010, p. 125). Coraggio destaca, assim, o vínculo da economia popular (práticas existentes), da economia solidária (iniciativas de transição) e de um projeto de economia do trabalho (ideal para o futuro).

Laville, assim como Coraggio, desenvolve uma perspectiva plural do econômico. Para o autor francês, a economia, em sua acepção geral, possui dois sentidos indissociáveis, o formal e o substantivo. O primeiro refere-se à racionalidade entre meios e fins, já o segundo alude à relação entre as pessoas e os ambientes por meio dos quais elas retiram o seu sustento. O sentido substantivo destaca, assim, a interdependência como elemento central da economia, aspecto ignorado pela perspectiva neoclássica que se restringe ao caráter formal do econômico (LAVILLE, 2010, p. 77). A economia moderna, segundo o autor, promulga três postulados

equivocados: 1) A economia é uma dimensão autônoma do social e é restrita ao mercado; 2) O mercado é autorregulado; 3) A organização econômica produtiva é identificada unicamente com a firma capitalista (LAVILLE, 2010, p. 78). Em contraposição a esses aspectos, Laville concorda com Polanyi (1968) quando este afirma que a ação econômica é “encaixada” (*embedded*) socialmente e não se restringe à troca, mas sendo perpassada igualmente pela redistribuição e reciprocidade⁵⁰.

Segundo Laville, na economia solidária a reciprocidade possui destaque frente aos princípios de troca e de redistribuição, o que a diferenciaria da economia de mercado (centrada na troca). Neste sentido, os elementos relevantes desse tipo alternativo do fazer econômico tendem a não ser mercantis e monetários (apesar de existirem), mas sim, a residir na sua capacidade em difundir valores como democracia e igualdade, além do estreitamento de laços sociais, permitindo um processo de democratização e pluralização da economia e conseqüentemente da sociedade como um todo (LAVILLE, 2009).

No âmbito dos grupos, a economia solidária estaria pautada, segundo o autor, por uma solidariedade democrática, que supõe uma igualdade entre os engajados em suas práticas e “uma dimensão ética que não é mais delegada à empresa, mas é objeto de uma deliberação e de uma negociação coletiva” (LAVILLE, 2009), e que pode extravasar o âmbito do trabalho em direção à comunidade local⁵¹. Neste sentido, Laville chama a atenção, assim como o faz Coraggio, para a importância de uma atuação da economia solidária não somente no espaço econômico, mas também no político (LAVILLE, 1994). Para Laville, a oposição realizada pela economia solidária seria menos em termos não capitalistas (diferentemente de Singer) e mais no sentido de uma rearticulação dos princípios da interação econômica na acepção de uma não proeminência do mercado. A economia solidária teria como foco, assim, superar a separação entre o social, o político e o econômico (LAVILLE, 1994).

A abordagem de Gaiger se aproxima a de Laville, visto que identifica a potencialidade da economia solidária de promover um “reencaixe” do social no econômico (GAIGER, 2008, pp. 12-13). Segundo ambos os autores, a economia solidária representa “a primazia da solidariedade sobre os interesses individuais e o ganho material” (GAIGER E LAVILLE, 2009, p. 162). Eles

⁵⁰ Este posicionamento é compartilhado e retomado por Gaiger (2008).

⁵¹ Segundo Laville: “A solidariedade democrática não pode mais se limitar ao nível nacional [apregoadas pelo republicanismo francês] e ao trabalho [mobilizada nas experiências de economia social]; continuando presentes nesses planos, ela somente pode atingir sua finalidade de justiça abrindo-se aos níveis local e internacional, sendo exercida sempre em favor dos pobres e entre as gerações” (LAVILLE, 2009, p. 313).

afirmam, igualmente, que a solidariedade entre os membros das organizações de economia solidária, instituída pelos vínculos de reciprocidade, é estendida a outros setores sociais necessitados, e por meio de um engajamento cidadão é capaz de promover espaços públicos de proximidade (GAIGER E LAVILLE, 2009, pp. 162-163; GAIGER, 2008, p. 14). Gaiger defende que a economia solidária desenvolve-se por meio de outra racionalidade, baseada na cooperação e reciprocidade, que antes de ser um peso negativo para a eficácia produtiva, é um elemento que possibilita uma potencialidade no mercado, sem deixar de lado os princípios da economia solidária (GAIGER, 2000), fundamentando, dessa forma, um “solidarismo empreendedor” (GAIGER, 2001, p. 60). Para Gaiger e Laville, “um risco fatal das iniciativas é a perda de seu espírito associativo e consequente degeneração” (GAIGER E LAVILLE, 2009, p. 166).

Os autores apresentados até o momento mobilizam diferentes abordagens teóricas para destacar a relevância da economia solidária tida, por eles, enquanto *outra economia*. Essas perspectivas articulam o desenvolvimento de análises sobre o que a economia solidária “é”, e a contribuição para o seu projeto, postulado o que ela “poderia e/ou deveria ser”. Contudo, esse duplo objetivo desenvolvido por esses autores ocorre de um modo em que não há uma demarcação evidente das fronteiras entre os aspectos normativos e os analíticos⁵². Nesse sentido, Gaiger sugere que a economia solidária constitui-se, pelo menos em alguma medida, enquanto um tipo ideal (GAIGER, 2003a). O modo de produção simultaneamente intersticial e oposto ao Capitalismo para Singer; uma fase de transição da economia popular para outra centralizada no trabalho, que possui como meta a reprodução ampliada da vida para Coraggio; uma rearticulação dos princípios da interação econômica na aceção de uma não proeminência do mercado para Laville; e a afirmação de outra racionalidade que, por meio da cooperação e reciprocidade, consegue articular os princípios da economia solidária e a eficiência produtiva, para Gaiger. De diferentes formas, as abordagens apresentadas constituem formas de descrever as práticas vinculadas à economia solidária por meio de uma combinação de elementos existentes e descritíveis e de princípios normativos, não identificáveis na realidade. De modo algum se está afirmando a não legitimidade da defesa de princípios normativos no âmbito das ciências sociais. O que se procura é chamar a atenção para a necessidade de separação na exposição destes dois aspectos, para que então eles possam ser articulados, fazendo com que uma análise da realidade

⁵² A despeito do fato de que essa separação possa parecer mais evidente na obra de Coraggio, a identificação da Economia Solidária enquanto uma transição da Economia Popular para a Economia do Trabalho faz com que a combinação de elementos descritivos e normativos permaneça, sem que haja uma separação evidente.

atualmente existente não seja confundida com uma proposta dos princípios de uma realidade desejada, mas que possa servir de subsídio para argumentação da viabilidade, importância e justiça dessa proposta.

É possível destacar dois aspectos associados que expressam a limitação da abordagem da economia solidária em termos que combinam, sem uma separação evidente, elementos analíticos e normativos. A primeira delas é a tendência de não se problematizar as possíveis tensões, e contradições, que emergem da pluralidade que permeia essas iniciativas. Quando Gaiger, por exemplo, afirma a existência de outra racionalidade que articula os princípios da economia solidária e a eficiência produtiva, ele articula aprioristicamente dois dos eixos da pluralidade dessa *outra economia* e não demonstra de forma contundente como isso ocorre empiricamente. Esta primeira limitação leva-nos a uma segunda, que alude a uma tendência de redução da agência dos atores, visto que limita a ação à presença ou ausência dos aspectos normativos postulados. Se a pluralidade, possivelmente tensionada, das práticas é “solucionada” pela análise acadêmica, qual é o espaço dado para a atuação dos atores em relação à heterogeneidade da sua própria realidade, afirmando, assim, suas “próprias resoluções”?⁵³

Diferentemente dos autores supracitados, há aqueles que, como Antunes (1999) e Lima (2010), desenvolvem uma crítica à economia solidária⁵⁴. Antunes destaca a limitação desta, no sentido de sua incapacidade de subverter a lógica do capitalismo por meio de seu crescimento (como postularia Singer):

Uma coisa é presenciar nas diversas formas de atividades próprias da economia solidária e do “Terceiro Setor” um mecanismo de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado e passaram a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Esses seres sociais veem-se então, não como desempregados, excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social. Aqui há, por certo, um momento de dispêndio de atividade útil e, portanto positiva, relativamente à margem (ao menos diretamente) dos mecanismos de acumulação. Mas é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados. (ANTUNES, 1999, p. 113).

⁵³ No âmbito desta dissertação, a economia solidária é, assim, apreendida enquanto projeto. Neste sentido, as práticas “realmente existentes” fazem referência aos empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária. Essa diferenciação baseia-se no entendimento da relevância de uma separação manifesta entre os aspectos analíticos e os normativos.

⁵⁴ Outros autores críticos podem ser citados (WELLEN, 2008; GERMER, 2006; SOUSA, 2008).

Em posição próxima a de Antunes, Lima procura chamar a atenção para a existência de “ligações perigosas” entre a economia solidária e as novas formas de organização do trabalho caracterizadas pela internalização das pressões do mercado pelo trabalhador, que é responsabilizado pelos resultados do seu trabalho:

O empreendedor, o trabalhador flexível e mesmo o cooperado, tornam-se figuras representativas do “novo” espírito do capitalismo. Cabe ao trabalhador internalizar os novos requisitos impostos pelo mercado. A realização pessoal e profissional e mesmo sua sobrevivência pessoal, cada vez mais depende disso. O futuro é incerto e manter-se no mercado exige grandes investimentos pessoais (LIMA, 2010, p. 189).

Se os autores implicados no projeto da economia solidária desenvolvem perspectivas que, de diferentes modos e em distintas intensidades, combinam, sem uma divisão clara, postulados analíticos e normativos, os autores críticos tendem a destacar a funcionalidade sistêmica dessas práticas, assim como as possíveis contradições entre os princípios do projeto e as realidades empíricas. As perspectivas críticas possuem, igualmente, limitações. A principal a ser destacada é a sua dificuldade em se apreender os conteúdos dessas práticas, para além da sua homologia formal com as realidades das empresas privadas e a sua funcionalidade sistêmica. Os atores, sob este viés, tendem a ser reduzidos a meros suportes de uma ideologia organizacional (que aproxima a economia solidária das novas formas de organização do trabalho em empresas privadas) e/ou à emergência de sua sobrevivência.

Entende-se que, entre o ponto de vista dos defensores, que destacam a face alternativa da economia solidária, e dos críticos, que apontam para a sua funcionalidade sistêmica, há um espaço para análise que pode ser explorado pela sociologia da experiência. Postula-se que essa perspectiva permite que seja desenvolvido um enfoque a partir da subjetividade dos atores, suas trajetórias e reflexões, reconhecendo-se a heterogeneidade, e possíveis contradições, que atravessam essas realidades. Em outras palavras, a relação entre os princípios normativos do projeto e os aspectos contingentes que permeiam os contextos econômicos e culturais dessas práticas não desafia somente a análise social, mas, igualmente os atores. A coerência entre a eficiência na atividade produtiva, o projeto de economia solidária e as concepções dos indivíduos não é dada de maneira apriorística, o que demanda do ator um esforço de articulação desses aspectos. Cabe à sociologia compreender como isso ocorre e quais são os mecanismos e obstáculos sociais expressos por esse processo. É desta forma que o caráter hermético e compreensivo da sociologia da experiência fundamenta a sua potencialidade no estudo da economia solidária, visto que permite entender a atividade do ator em meio a uma realidade

laboral complexa, que combina, sem a pretensão da coerência acadêmica, elementos destacados tanto pelos críticos como pelos defensores da economia solidária.

4. Conclusão

Este capítulo localizou a sociologia da experiência frente às demais perspectivas sobre a ação social e no que concerne a sua adequação para o estudo do trabalho na economia solidária, destacando a sua possível contribuição para o debate sobre o tema. O modelo analítico, a ser apresentado no capítulo seguinte, representa uma operacionalização do enfoque de Dubet e procura pontuar, tanto a heterogeneidade que atravessa o trabalho na economia solidária, como a atividade do ator em meio a tal. Deste modo, a relação com o trabalho na economia solidária é concebida como permeada por três dimensões fundamentais: o projeto de economia solidária, os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a luta por autonomia. Neste sentido, o objetivo desta dissertação é compreender como os atores atuam em face de cada uma dessas dimensões (capítulos 4, 5 e 6) e como eles articulam as distintas significações relacionadas a estas (Capítulo 7).

CAPÍTULO 2: A RELAÇÃO COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No capítulo anterior apresentou-se o postulado de que o trabalho, em geral, e o trabalho na economia solidária, em específico, podem ser compreendidos em termos de experiência social. Isso significa dizer que as realidades laborais são perpassadas por uma atividade dos atores em compor os fragmentos que atravessam a sua vivência e que são expressos pela existência de diferentes lógicas de ação fundamentadas em uma articulação entre uma orientação subjetiva e uma forma de conceber a relação com os outros. Deste modo, essa é uma perspectiva que evoca a pluralidade da realidade social, e, portanto, do trabalho, ao mesmo tempo em que destaca a relevância de uma atividade do ator. Tendo como base a sociologia da experiência, procura-se resistir a uma tentação dupla: a ideia de que seja possível o desenvolvimento de uma subjetividade totalmente descolada dos imperativos sociais, assim como uma compreensão da ação como efeito direto e único dos processos de socialização.

Este capítulo visa expor a abordagem desenvolvida, que se caracteriza por uma concepção da relação com o trabalho enquanto permeada por três dimensões: a do projeto de economia solidária e os seus princípios normativos; a da atividade produtiva e os seus requerimentos de eficácia; e, por fim, a que se refere à luta do ator pela sua autonomia. Pode-se afirmar que cada uma dessas dimensões constitui-se enquanto um espaço fértil a uma das lógicas de ação proposta por Dubet, a despeito da não correspondência integral entre esses dois elementos⁵⁵: a dimensão do projeto de economia solidária seria o espaço privilegiado para uma lógica de integração; a dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva estaria permeada, sobretudo por uma lógica estratégica; enquanto a luta por autonomia aludiria à lógica de subjetivação.

A perspectiva mobilizada procurou explorar o vão existente entre as análises de cunho descritivo-prescritivo de parte dos autores engajados no projeto de economia solidária e as análises críticas que destacam a funcionalidade da economia solidária e as suas possíveis “ligações perigosas” com as novas ideologias organizacionais. A lacuna que emerge entre essas duas perspectivas alude ao fato de que os aspectos destacados por ambas estão presentes na experiência individual: o trabalhador tem de relacionar-se com os princípios normativos do

⁵⁵ O vínculo entre as lógicas e as dimensões é limitado e parcial, visto que elas aludem a diferentes graus de abstração e generalidade. Por exemplo, se a dimensão que remete ao projeto de economia solidária é tida como um espaço no qual a lógica de integração está presente, essa lógica não se reduz ao projeto, e pode aludir a outros processos de socialização; assim como o projeto de economia solidária pode ser utilizado como um recurso estratégico no mercado, o que remeteria à lógica estratégica.

projeto, justificando e explicando sua distância/proximidade em relação a esse; assim como ele tem de responder (individual e coletivamente) aos requerimentos de eficácia produtiva. Nesse sentido, se, em âmbito acadêmico, tais perspectivas são excludentes, na experiência dos atores elas têm de ser articuladas entre si, mas também com as compreensões que o trabalhador possui sobre si e sobre o seu trabalho que não são redutíveis nem ao projeto nem aos requerimentos de eficácia produtiva. Desta forma, na presente dissertação postula-se a tese de que a relação do trabalhador com o seu trabalho na economia solidária não é nem só o resultado do projeto dessa *outra economia*, nem só o efeito dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, assim como não é a ação de um sujeito plenamente autônomo. Em outras palavras, os atores não se restringem ao seu vínculo com o projeto, ao mesmo tempo em que, a despeito das dificuldades materiais e produtivas que podem estar presentes, eles não se limitam a um possível caráter emergencial do seu esforço para garantir a reprodução simples da vida.

A relação com o trabalho é compreendida, assim, como o resultado de uma articulação, promovida pelos atores, dos sentidos vinculados a cada uma das suas três dimensões (o projeto de economia solidária, os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a luta por autonomia), sendo que esse trabalho de composição não é automático nem evidente, mas é o resultado de um esforço reflexivo e prático. Procura-se destacar, deste modo, a dupla pluralidade da relação com o trabalho na economia solidária, tanto de dimensões e dos sentidos a elas ligados, quanto de formas como os atores lidam com tal multidimensionalidade. Nesta dissertação a relação com o trabalho na economia solidária é apreendida enquanto uma situação problema, na medida em que é permeada por dimensões que podem ser incongruentes e que não possuem um arranjo de sentido instituído a priori. O argumento defendido é que a composição dos distintos sentidos que atravessam a relação com o trabalho é uma tarefa dos atores, cabendo a esta investigação compreender as distintas formas como tal é realizada.

O presente capítulo divide-se em três partes: a primeira apresenta o projeto de economia solidária e a relação dos trabalhadores com tal; a segunda contextualiza a emersão dos requerimentos de eficácia e o modo como os atores procuram respondê-los; e, por fim, a terceira alude a luta do ator por sua autonomia.

1. O trabalhador e o projeto de economia solidária

A economia solidária refere-se, no âmbito deste estudo, aos empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária. Essa ligação tende a fazer com que os princípios normativos deste projeto sejam, pelo menos em alguma medida, um dos aspectos que os seus trabalhadores têm de responder na sua relação com o trabalho. Mobiliza-se, neste sentido, uma definição da economia solidária pautada mais por um conjunto de intenções do que por uma realidade já concretizada⁵⁶. Procurar-se-á, a seguir, delinear as linhas gerais do projeto de economia solidária e a forma como ele se torna presente na relação do trabalhador com o seu trabalho. Não há concepções unívocas de o que seria o projeto de economia solidária, assim como diferentes são os atores que atuam na sua constituição. Este projeto multiforme institui certas expectativas sobre a relação do trabalhador com o seu trabalho e em referência às quais os trabalhadores têm de responder. A relação com o trabalho na economia solidária não se limita à dimensão do projeto, mas engloba também os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a luta do indivíduo pela sua autonomia, aspectos esses, que serão tratados nas seções subsequentes deste capítulo.

Nesta primeira parte do presente capítulo, serão descritos os posicionamentos acerca da economia solidária de três atores que participam, a partir de distintos meios, da construção do projeto de economia solidária, são estes: os acadêmicos⁵⁷; o Fórum Nacional de Economia Solidária (FBES, que integra as ligas e associações, as entidades de apoio e fomento, as empresas de economia solidária e os gestores públicos); e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Posteriormente, busca-se refletir sobre o modo como os trabalhadores da economia solidária relacionam-se com esse projeto tal como foi descrito.

Conquanto seja inegável a relevância dos atores supracitados na conformação do projeto de economia solidária, a atuação desses não se desenvolve do mesmo modo, não possuindo os mesmos objetivos. Cada um deles desenvolve suas concepções (*o que é*) e estipula seus princípios normativos (*o que deve ser*) em relação à posição social na qual se encontram e que lhes impõe certos aspectos contingentes. Enquanto os acadêmicos procuram construir um objeto

⁵⁶ Esse posicionamento foi defendido igualmente por Quijano (2002) e baseia-se em uma negação da economia solidária como sendo, simultaneamente, o objeto a ser explicado e o fundamento da explicação.

⁵⁷ A referência à participação dos acadêmicos na constituição do projeto de economia solidária alude somente àqueles que afirmam, em algum grau, uma atitude descritiva-prescritiva, e não a todo corpo de investigadores que trata da temática.

de investigação ao mesmo tempo em que afirmam a relevância social dessas iniciativas, o FBES procura distinguir a economia solidária de outras formas econômicas possivelmente identificadas como similares (*cooperatos* ou pequena e micro empresas privadas, por exemplo)⁵⁸, buscando constituir um movimento social que promove vínculos de mútua ajuda (financiamentos, cursos de formação, estabelecimento de cadeias produtivas) e de reivindicação em relação ao Estado. E por fim, a SENAES, que tem como meta afirmar a economia solidária enquanto uma política pública legítima, buscando representar no âmbito do Estado tais iniciativas. A apresentação dos posicionamentos dos acadêmicos, do FBES e da SENAES, a despeito de suas diferenças, permite que seja contextualizada a relação do trabalhador com o seu trabalho, no que concerne à dimensão do projeto de economia solidária.

1.1 Os acadêmicos e as conceptualizações implicadas

A partir dos anos 1990 no Brasil, a economia solidária emerge como um objeto de estudo acadêmico em diversas áreas (sociologia, antropologia, economia, administração, psicologia social, entre outras). Esse processo se deu progressivamente e teve, segundo Lechat (2002), um caráter teórico-político-ideológico, visto que as realidades nomeadas como economia solidária já existiam anteriormente e eram descritas sob outros termos. Assim, neste processo, os acadêmicos esforçaram-se, simultaneamente, para colaborar com o desenvolvimento do projeto de economia solidária e fazer desta *outra economia* um objeto de estudo legítimo. Essa implicação de parte relevante dos acadêmicos no projeto de economia solidária, fundamenta a combinação, geralmente sem uma separação evidente, entre análises do que essas práticas são, com a defesa do que elas “devem ser”. Essa característica de parte relevante da produção acadêmica sobre o assunto expressa a intensa inserção do trabalho acadêmico na construção do projeto de economia solidária.

Cada um dos autores apresentados no capítulo anterior oferece uma descrição da economia solidária que permite a constituição e localização do seu projeto: sua concepção como um modo de produção; como uma fase de transição entre a economia popular e a economia do trabalho; ou como um rearranjo dos princípios de interação econômica. Tais definições pautam-

⁵⁸ É interessante notar que na definição sobre o que a economia solidária é, segundo o FBES, “o que ela não é” ocupa lugar de destaque (FBES, 2012b).

se, assim, pela ideia geral de que a economia solidária configura-se enquanto *outra economia* expressa por uma organização da empresa pautada pela autogestão (caso de Singer); pelo vínculo com o projeto de uma economia voltada ao trabalho (segundo Coraggio); por uma nova racionalidade econômica (para Gaiger) e por uma proeminência da reciprocidade sobre a troca no mercado (para Laville).

A despeito da diversidade e amplitude que marca o campo de debate sobre a economia solidária entre aqueles que são simpáticos ao seu projeto, Coraggio, na introdução de uma coletânea que reúne algumas das principais referências sobre o assunto na América Latina, afirma que tais autores⁵⁹ concordam que, em nível microeconômico, os trabalhadores se associam para:

- Producir juntos para el mercado, no orientados por la ganancia sino por la generación de autoempleo e ingresos monetarios;
- Comprar juntos para mejorar su poder de negociación en el mercado;
- Socializar riesgos;
- Auto proveerse crédito;
- Producir juntos condiciones o medios de vida (alimentos, vivienda, entretenimientos, celebraciones, etc.) para su propia reproducción o el uso colectivo de su comunidad (infraestructura productiva, hábitat, servicios públicos) (CORAGGIO, 2007, p. 18).

Em nível macroeconômico, Coraggio afirma que as concordâncias referem-se à compreensão de que existem alguns traços não capitalistas na economia solidária:

- No separación del trabajo respecto de la propiedad/gestión de los medios de producción y el producto, característica propia de la Producción Mercantil Simple (PMS);
- Son emprendimientos económicos asados en la libre asociación, en la autogestión y en el trabajo cooperativo (aplican el principio de socialización de los medios de producción, o que los distinguen de la PMS);
- Se trata no sólo de la organización de factores de producción con predominio del factor trabajo sino también de una sociedad entre personas, cuyos lazos interpersonales forman parte de las relaciones sociales de producción;
- La orientación por el valor del cambio no desaparece, por ser parte de una economía de mercado, pero es (o se espera que sea) subordinada al valor de uso (la resolución de necesidades);
- El concepto de eficiencia se resignifica por la valoración de efectos no reducibles al esquema cosificador productivista (CORAGGIO, 2007, p. 19).

Cabe destacar que, de certa forma, ao separar essas duas dimensões, Coraggio está colocando de manifesto a dupla tarefa de parte dos acadêmicos engajados que abordam a economia solidária: a construção de descrições analíticas e a proposição de princípios normativos para a outra economia. Enquanto no nível microeconômico identificado por Coraggio, existem

⁵⁹ Fizeram parte dessa coletânea organizada por Coraggio (2007), além dele próprio: Singer, Gaiger, Núñez, Quijano, Tiriba, Pochmann, Bocayuva, Frederico-Sabaté, Razeto, Duchrow e Hinkelammert, Melo Lisboa e Dussel.

motivações mais facilmente detectáveis empiricamente; na dimensão macroeconômica alguns dos aspectos afirmados são pautados mais pelas expectativas dos autores do que por elementos comprovados. Se expressa, assim, a posição implicada e atuante desses autores sobre o projeto de economia solidária⁶⁰.

Os aspectos destacados por Coraggio sintetizam muitos dos elementos normativos que são postulados pelos acadêmicos em relação o projeto de economia solidária. A participação e implicação dos investigadores no projeto de economia solidária não se reduz a atividade acadêmica, mas ocorre também, pela atuação em organismos governamentais, como é o caso de Singer (na Secretaria Nacional de Economia Solidária), ou pelo desenvolvimento de atividades de extensão universitária, como por exemplo, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), como é o caso de Gaiger (UNISINOS), Lechat (UNIJUÍ) e França Filho (UFBA), entre outros. Deste modo, não se pode desconsiderar a influência indireta, mas também direta, dos acadêmicos sobre o modo como os demais atores (trabalhadores dos empreendimentos, gestores públicos e agentes de apoio) concebem a economia solidária e o seu projeto.

1.2 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária: as concepções do movimento de economia solidária

Esta seção dedica-se à realização de uma apresentação do FBES, esse espaço de encontro entre representantes dos empreendimentos econômicos solidários, das entidades de assessoria e/ou fomento e de gestores públicos⁶¹ (FBES, 2012a). Deste modo, o FBES configura-se como

⁶⁰ Ao destacar tal posicionamento não se busca desprestigá-lo, mas somente identificá-lo, visto que é ele que justifica a inclusão dos acadêmicos nesta seção que trata sobre o projeto de economia solidária.

⁶¹ Segundo o FBES: “Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário” (FBES, 2012a).

“Entidades de assessoria e/ou fomento são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa.” (FBES, 2012a).

um lugar relevante para se compreender o significado do projeto de economia solidária. Atualmente, o Fórum está organizado em 130 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, dos quais participam em torno de 3 mil empreendimentos de economia solidária (cerca de 15% do total, SENAES-MTE, 2007), 500 entidades de apoio e fomento, 12 governos estaduais e 200 governos municipais por meio da Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2012a).

A história do FBES começa em 2001 no I Fórum Social Mundial, no qual foi organizado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que possibilitou o início de diálogos regionais e nacionais que permitiram a divulgação das práticas de economia solidária, sua caracterização, assim como uma articulação de espectro nacional (FBES, 2012a). Esses debates iniciais tiveram como objetivo definir um campo de ação da economia solidária, ao mesmo tempo em que eram concebidos certos parâmetros normativos a serem tomados como referências. A participação nesse espaço de debate anterior ao FBES era restringida às entidades de assessoria e/ou fomento e a gestores públicos. Segundo o FBES, havia, nesse momento, a carência de um processo de enraizamento no qual fossem inseridos os empreendimentos de economia solidária e os seus trabalhadores (FBES, 2012a). Em 2002, foi realizada a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, por meio da qual os participantes, que dessa vez incluíam representantes dos empreendimentos, reivindicavam ao então presidente recém-eleito Luís Inácio Lula da Silva, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Em janeiro de 2003, durante o III Fórum Social Mundial, realizou-se a II Plenária Brasileira de Economia Solidária e em junho do mesmo ano se efetivou a III Plenária, na qual a Carta de Princípios da Economia Solidária foi aprovada. Nesse documento define-se a economia solidária da seguinte forma:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (FBES, 2012b)

Ademais, segundo a Carta, a economia solidária se regeria pelos seguintes princípios:

1. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

“Gestores públicos são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais” (FBES, 2012a).

3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (FBES, 2012b).

Nesse amplo leque de princípios, são colocadas como características da economia solidária a existência de uma racionalidade econômica voltada ao social, afirmada pela centralidade do trabalho e não do capital, pela colaboração solidária e por uma definição de eficiência simultaneamente social e produtiva. A economia solidária seria, ademais, um instrumento de combate à exclusão social e de cooperação internacional.

É somente na III Plenária Brasileira de Economia Solidária, ocorrida em junho de 2003, que se instituiu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), tendo como objetivo a mobilização e articulação dos atores da Economia Solidária em torno da Carta de Princípios (referida acima) e da Plataforma de Lutas (também aprovada na III Plenária). Com um processo de organização que se iniciou em 2006, a IV Plenária Brasileira de Economia Solidária foi realizada em março de 2008, e definiu o FBES como:

(...) um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio-econômico do país que queremos. Para isso, duas são as atividades principais: 1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais. 2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases. (FBES, 2012a).

A história de constituição e desenvolvimento do Fórum, assim como sua atual estrutura, permite que sejam pontuadas algumas considerações. É inegável a importância da articulação que culminou com a organização do FBES e os espaços que o seguiram, no sentido de definir os alguns dos contornos do projeto de economia solidária. Assim como a história do FBES demonstra, tais parâmetros do projeto se deram tanto por “fora” (possivelmente mais) dos empreendimentos econômicos solidários do que por “dentro” destes. Neste sentido, o que o FBES denomina enquanto movimento de economia solidária, não inclui somente os empreendimentos

econômicos, mas também as agências de apoio e fomento e, inclusive, os gestores públicos. Como o que interessa no âmbito desta investigação é compreender o modo como o projeto de economia solidária está presente na realidade cotidiana dos empreendimentos, não se poderia deixar de lado os elementos pontuados pelo FBES.

1.3 A Secretaria Nacional de Economia Solidária e as definições oficiais

Em 2003, posteriormente à eleição de Lula, a SENAES foi estabelecida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo o apoio da II Plenária Brasileira de Economia Solidária. Nesses momentos iniciais determinou-se como objetivo da Secretaria: “(...) viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (SENAES-MTE, 2012). Segundo a instituição: “(...) compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão”. Além disso, são destacadas algumas características tidas enquanto centrais na economia solidária, tais como:

- a. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- c. **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d. **Solidariedade:** o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e à melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter

emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (SENAES-MTE, 2012).

A Secretaria desenvolve, assim, uma definição da economia solidária permeada pelos diferentes aspectos mencionados (cooperação, autogestão, atividade econômica e solidariedade) que, segundo a secretaria, colocam de manifesto o fato de que:

(...) a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. (SENAES-MTE, 2012).

Desta forma, a concepção afirmada pela SENAES se aproxima da manifesta pelo FBES, ao destacar como aspecto central da economia solidária a existência de uma nova lógica econômica, constituinte de práticas econômicas em nível microeconômico, mas também como um modelo de desenvolvimento centrado no ser humano. Esse posicionamento geral permeia igualmente, sob diferentes formas, os postulados defendidos pelos acadêmicos engajados, tal como foram descritos anteriormente.

1.4 A relação com o projeto de economia solidária

Os acadêmicos engajados, o FBES e o SENAES promulgam concepções que se aproximam, pelo menos em um nível geral, permitindo, assim, afirmar que tais posicionamentos participam em conjunto da constituição do projeto de economia solidária. No intento de sintetizar – e, ao fazê-lo, não se deixa de simplificar – os elementos congruentes entre os diferentes atores referenciados, é possível destacar que, segundo estes, a economia solidária:

- Representa uma concepção do econômico que valoriza os vínculos de **reciprocidade**, privilegia o valor de uso sobre o valor de troca e ressignifica as concepções capitalistas de **eficiência** (utilitaristas) na direção de uma orientação mais humana, social e sustentável tanto em nível microeconômico quanto macroeconômico;
- Identifica-se com a **democracia** tanto no âmbito da empresa (pela **autogestão**, pela participação e mobilização dos trabalhadores) como por meio da promoção de espaços públicos de proximidade;

- Baseia-se na **cooperação** interna (**solidariedade** entre os associados) e externa (com outras organizações solidárias e com a comunidade próxima);
- É uma alternativa relevante de geração de emprego e renda, mas também um meio para promoção da **autonomia** do trabalhador;
- É um projeto de outra economia não centrada no capital, mas sim no **trabalho**.

Não são poucas essas expectativas que o projeto de economia solidária coloca sobre o trabalhador: ressignificação de concepções de eficiência, desenvolvimento de processos democráticos, atuação no espaço público, viabilização da cooperação interna e externa e a autonomia e responsabilização pela organização do próprio trabalho. Como o trabalhador se relaciona com essas expectativas sobre a sua relação com o trabalho? Ao entrar em um empreendimento que se reconhece como participante da economia solidária, esse conjunto de expectativas sobre o trabalhador tende a estar presente, e em possível tensão com os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e com os parâmetros de identificação subjetiva mobilizados pelos atores.

O projeto da economia solidária, essa construção múltipla, interpela os trabalhadores na sua relação com o trabalho. A abordagem da relação com o trabalho tem como pressuposto a ideia de que, apesar da importância do projeto de economia solidária na relação com o trabalho, os trabalhadores posicionam-se de formas diversas. As esperanças contidas no projeto não explicam, pelo menos integralmente, a relação dos trabalhadores com o trabalho na economia solidária. Em outras palavras, o trabalhador de economia solidária não é o que o projeto dele espera, sua ação não está orientada somente à consecução do projeto da economia solidária. O possível caráter solidário dessas práticas não emerge automaticamente pela sua origem nos setores populares (como afirma CORAGGIO, 2000) ou pelas contradições do capitalismo e pela autogestão (concordando com AZAMBUJA, 2007 em contraposição a SINGER, 2002). Diferentemente disso, entende-se que a relação com o trabalho na economia solidária demanda um trabalho do ator em articular as expectativas do projeto de economia solidária; os requerimentos da atividade produtiva; e a sua pugna por autonomia. As respostas para tal problemática, como se pode esperar, tendem a não ser únicas, centradas em um só eixo. Em outras palavras, os atores não são somente solidários, instrumentais ou narcisistas, diferentemente disso, eles correspondem, simultaneamente, a todas e a nenhuma dessas figuras redutoras.

O projeto de economia solidária é incapaz de integrar o ator e “dizer quem ele é” de forma isolada e total. Distintos estudos empíricos destacam (DAL RI e VIEITEZ, 2001; HOLZMANN, 2001; ROSENFELD, 2003; AZAMBUJA, 2007; SPERONI, 2009, 2010) o distanciamento da maioria dos trabalhadores em relação ao projeto de economia solidária, fazendo com que a tarefa de promulgar os valores contidos no projeto e de atuar no movimento de economia solidária seja normalmente delegada às lideranças, que, de maneira geral, possuem trajetórias de atuação em movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos (instituindo o que DAL RI e VIEITEZ, 2001 denominaram por gestão de quadros)⁶².

A distância do trabalhador frente ao projeto de economia solidária não é um processo restrito a essa *outra economia*, mas faz referência a transformações sociais (econômicas, sociais e culturais) de amplo espectro que levaram à crise da concepção clássica de sociedade, caracterizada por uma homogeneidade cultural e funcional, e por conflitos e movimentos sociais centrais. A capacidade integradora dos projetos coletivos sobre as experiências individuais se viu enfraquecida pela emergência de uma nova questão social (CASTEL, 1998) representada pela crise da sociedade salarial, pelo progressivo distanciamento dos movimentos sociais da imagem “clássica” do movimento operário, marcada por uma alta capacidade integradora em torno de um modo de vida, de uma consciência de classe, de reivindicações e lutas políticas (DUBET e MARTUCCELLI, p. 307; DUBET, 2011, pp. 23-25). A realidade social contemporânea é caracterizada por uma transformação relevante no que tange a ação coletiva e os movimentos sociais. Torna-se presente, desta forma, uma tendência a emergência de lutas unidimensionais com foco em interesses de grupos, defesa de identidades culturais ou empreendimentos morais sem opositores sociais identificáveis (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, pp. 307-308; DUBET e THALER, p. 558).

Argumenta-se, assim, que o projeto de economia solidária é tão somente um aspecto da relação com o trabalho na economia solidária. Postula-se que o trabalhador tende a não ser o que o projeto espera que ele seja, o que não o exime da tarefa de desenvolver uma referência ao

⁶² Para Dal Ri e Vieitez (2001) os quadros tendem a se perpetuar nas direções, porém, isso se deve não pela posse da propriedade, de dinheiro ou de relações de dependência pessoal, mas sim de sua capacidade de representar, aglutinar, influenciar sua base. Para os mesmos autores: “As características e origens destes quadros são: 1) militantes do movimento operário popular, notadamente sindicalistas que já faziam parte do coletivo ou que foram indicados pelo sindicato para acompanhar a empresa; 2) integrantes do setor técnico ou administrativo da antiga empresa capitalista; 3) lideranças que emergem espontaneamente do coletivo. (...) Contudo, a direção de quadros não deixa de ser a expressão administrativa e política, em suas próprias organizações, da alienação do trabalho” (DAL RI e VIEITEZ, 2001, p. 108).

projeto de economia solidária ao relacionar-se com o seu trabalho. Desta forma, a economia solidária é compreendida mais como um conjunto de intenções (que como tais não são integralmente realizadas) que terminam por interpelar os atores que, por sua vez, nem sempre respondem positivamente (não só por uma não identificação com tais intenções, mas também por impossibilidades práticas). O foco do estudo dessa dimensão da relação com o trabalho é procurar compreender de que modo os atores se posicionam frente ao projeto de economia solidária e como tais concepções se articulam com as desenvolvidas para as demais dimensões da relação com o trabalho. Neste estudo, parte-se do pressuposto de que além do projeto de economia solidária, a relação com o trabalho na economia solidária é atravessada por uma necessidade de produtividade e, por fim, pela luta do trabalhador pela sua autonomia.

2. O trabalhador e a os requerimentos de eficácia produtiva

O trabalhador de economia solidária, na relação com o seu trabalho, tem de responder a diferentes requerimentos que emergem das suas distintas dimensões. Ao lado do projeto de economia solidária, encontram-se os requerimentos de eficiência produtiva. Nesta segunda parte do presente capítulo, far-se-á a apresentação dessa dimensão da relação com o trabalho na economia solidária. Argumenta-se que os requerimentos de eficácia não são, necessariamente, congruentes com os postulados do projeto de economia solidária. Diferentemente disso, postula-se que há uma separação e uma possível tensão entre esses aspectos, colocando ao ator a problemática de articulação entre esses elementos, visto que essa combinação não está dada a priori e de forma automática.

As iniciativas de economia solidária no Brasil se desenvolvem, geralmente, em condições difíceis do ponto de vista material e produtivo. Este será o primeiro aspecto a ser tratado e delineará o contexto no qual se intensifica a necessidade do trabalhador de responder aos requerimentos de eficácia produtiva, sendo esse o segundo elemento abordado. Para finalizar, procura-se discutir a possibilidade de tensão entre o projeto de economia solidária e os requerimentos de eficácia produtiva.

2.1 A situação do trabalho no Brasil e os empreendimentos de economia solidária

Em situação similar a outros países periféricos, o Brasil caracteriza-se historicamente pelas altas taxas de desemprego, pela acentuada presença do trabalho informal e por uma fragilidade em relação à garantia de direitos sociais aos trabalhadores. Conjuntamente com um processo de reestruturação produtiva e de aplicação de políticas neoliberais, notou-se no Brasil durante os anos 1990⁶³, segundo Oliveira (2003), um amplo processo de desfiliação (CASTEL, 1998)⁶⁴. O “ornitorrinco” capitalista que articula mercado de trabalho desregulado e um conjunto escasso de direitos para a força de trabalho com dependência externa, produzindo assim altos níveis de desigualdade, encarna a imagem do país (OLIVEIRA, 2003)⁶⁵.

Cabe perguntar, no entanto, se a queda da taxa de desemprego (de 20,1% em 2002 para 10,6% em maio de 2012, segundo o DIEESE, 2012a) e o aumento relativo do assalariamento (em 2002 representou 51,9% do total da população ocupada, e em fevereiro de 2012 chegou à marca de 69,4%, segundo o DIEESE, 2012b),⁶⁶ ocorridos na última década poderiam representar evidências de uma reversão da situação dos trabalhadores no Brasil. Como pontua Leite (2010, p. 26), apesar de alguns aspectos do trabalho no país terem se transformado na última década, isso ocorreu de forma simultânea com a permanência dos processos de precarização, que, por sua vez, não manifestam sinais expressivos de redução. Segundo Antunes é possível identificar a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e explorado e uma superfluidade que gera trabalho precário e informal (2011, p. 118). Desta forma, a relativa estruturação do mercado de trabalho no Brasil nos últimos anos e a redução da taxa de

⁶³ Segundo Alves: “(...) a reestruturação capitalista no Brasil sob a era neoliberal constituiu (...) uma nova morfologia social de acumulação capitalista baseada na “lógica da redundância do trabalho vivo” (instaurada, seja por meio de cortes de pessoal, seja por meio da contratação precária)” (ALVES, 2009, p. 196).

⁶⁴ Apesar do mercado de trabalho do Brasil não ser estruturado, tal como o caso francês a que se debruça Castel, sem dúvida este processo de precarização atingiu também os seus trabalhadores por meio de um incremento das taxas de desemprego, aumento da informalidade e a queda do valor real dos salários (LEITE, 2010, p. 26).

⁶⁵ Procurando descrever o processo de articulação entre exclusão social e globalização no caso europeu, Beck aludiu ao controverso termo de “Brazilianization” (cunhado por LIND, 1996). Segundo o autor: “A estrutura social nas regiões centrais do Ocidente vem se assemelhado a colcha de retalhos do Sul, caracterizada pela falta de clareza, diversidade e insegurança no trabalho e na vida das pessoas” (BECK, 2000, p. 1, tradução nossa).

⁶⁶ Segundo Guimarães, com o aumento do trabalho formal no Brasil, desenvolveu-se, igualmente, o que a autora denomina de “trabalho intermediado”. Este “Trata-se de uma relação social em que a figura de um intermediador se interpõe entre o trabalhador formalmente assalariado e o patrão para o qual trabalha” (GUIMARÃES, 2011, p. 535). Desta forma, o desenvolvimento do assalariamento é simultâneo a sua reconfiguração. Guimarães sugere, assim, que “a heterogeneidade - antes estabelecida entre os que estavam e os que não estavam abarcados pelos vínculos formais (ou, quando muito, entre os que estavam duradouramente inseridos no trabalho registrado e aqueles que transitavam entre modalidades de trabalho ou mesmo entre o trabalho e o desemprego) se consolida ao interior do universo das formas de trabalho contratualmente pactuadas” (GUIMARÃES, 2011, p. 537).

desemprego vivenciados na última década, não alterou a condição de precariedade e insegurança que marca a situação dos trabalhadores no Brasil. A dificuldade em garantir o sustento familiar é uma das evidências desse processo. Enquanto o rendimento mensal médio real dos ocupados foi de R\$ 1.463,33 em janeiro de 2012 (DIEESE, 2012c), o salário mínimo necessário⁶⁷ foi de R\$ R\$ 2.383,82 no mesmo período (DIEESE, 2012d). É nesse cenário de insegurança, resistências, “jeitos” e de lutas cotidianas pela sobrevivência e por um trabalho mais digno, que se deve situar os empreendimentos econômicos associativos, que nas últimas duas décadas passaram a se identificar com o projeto de economia solidária. Esses empreendimentos emergiram em um cenário de transformações relevantes na situação do trabalho no Brasil, marcado por mutações na configuração do mercado de trabalho que não se limitam à diminuição da taxa de desemprego (o que explica o crescimento dos empreendimentos de economia solidária, mesmo em tempos de maior oferta de emprego).

Tratemos de descrever alguns dos dados fornecidos pela Secretaria de Economia Solidária a fim de delinear um breve panorama dessas práticas no país. Segundo a referida Secretaria, existiam em 2007 no Brasil 21.859 empreendimentos (SENAES-MTE, 2007)⁶⁸ situados em mais da metade dos municípios brasileiros e incluindo mais de 1,6 milhões de membros (SENAES-MTE, 2007)⁶⁹. O cenário de dificuldades para os trabalhadores no Brasil faz com que os motivos de criação dos empreendimentos de economia solidária sejam em sua grande maioria – 74% segundo dados do SENAES-MTE de 2007 – uma alternativa ao desemprego, uma forma de complementar renda ou um modo de obter maiores ganhos. Não há como negar, neste sentido, a relevância dessas iniciativas como formas de geração de emprego e renda, possivelmente antes mesmo do seu vínculo com o projeto de economia solidária.

⁶⁷ “Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que essas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário” (DIEESE, 2012d).

⁶⁸ 43,5 % destes localizam-se no nordeste do país, 12% no norte, 10% no centro-oeste, 18% no sudeste e 16,5% no sul (SENAES-MTE, 2007).

⁶⁹ A média de sócios por empreendimento é de 77, no entanto, esse número não expressa a diferença entre os empreendimentos urbanos e os empreendimentos rurais (que tendem a possuir mais membros). O mesmo vale para a divisão de gênero, já que 63,5% do total de sócios são homens (mais comuns nos empreendimentos rurais) e 37,5% são mulheres. Do total de empreendimentos, 48% são rurais, 35% são urbanos e 15% são mistos (SENAES-MTE, 2007).

Os empreendimentos no país são associações (52%), grupos informais (36,5%) ou cooperativas (10%)⁷⁰. No que tange à atividade econômica, 41% é de agropecuária, extrativismo e pesca, 17% de alimentos e bebidas, 17% de artefatos artesanais, 10% de confecção, 7% de serviços (diversos), 2% são indústrias (atividades variadas), 2% são de reciclagem e 6% outros (segundo dados do SENAES-MTE de 2007). Essas práticas, apesar de sua amplitude e diversidade, possuem faturamentos anuais que expressam a sua situação difícil: 32% dos empreendimentos relatam possuir faturamento igual à zero, 17% possuem até R\$ 1.000, 26% entre R\$ 1.001 e R\$ 5.000, 9% entre R\$ 5.001 e R\$ 10.000, 13% entre R\$ 10.000 e R\$ 50.000, 2% entre R\$ 50.000 e R\$ 100.000 e 3% mais de R\$ 100.000 (SENAES-MTE, 2007). No mesmo sentido, a média nacional de remuneração mensal aos trabalhadores de economia solidária foi de R\$ 166 no ano de 2007 (SENAES-MTE, 2007). A dificuldade de comercialização (falta de capital de giro, de infraestrutura na região e de demanda), de acesso a crédito (apesar de ter tentado, 52% dos empreendimentos não obtiveram acesso a crédito) e a falta de apoio técnico (uma das causas para não acesso ao crédito) são algumas das barreiras mencionadas pelos empreendimentos que obliteram a superação dessa difícil situação (SENAES-MTE, 2007). As baixas remunerações, a dificuldade de acesso às proteções sociais e a dificuldade de sustentabilidade financeira dos empreendimentos permite a hipótese de que muitas das práticas de economia solidária são permeadas por aspectos que denotam a sua precariedade⁷¹, apesar da possibilidade de um maior controle do trabalhador sobre o seu trabalho.

De maneira geral, são notórias as dificuldades que atravessam as iniciativas vinculadas ao projeto de economia solidária. O que se argumenta nesta dissertação é que, apesar do fato de que toda atividade produtiva é atravessada por certos parâmetros de produtividade, no caso dos empreendimentos de economia solidária, devido às inúmeras barreiras que tem de ser enfrentadas e a responsabilização do trabalhador pelo seu trabalho, os requerimentos de eficácia do trabalho produtivo se intensificam, podendo em alguns casos possuir contornos de emergência (para o sustento familiar ou para a manutenção do empreendimento). A necessidade de produtividade é, deste modo, um dos aspectos relevantes da relação do trabalhador com o seu trabalho na economia solidária.

⁷⁰ O restante dos empreendimentos (1,5%) se organiza sob outras formas (SENAES-MTE, 2007).

⁷¹ Em uma obra clássica da sociologia do trabalho, Rodgers (1989) define a noção de precariedade: "(...) o conceito de precariedade abarca a instabilidade, a falta de proteção, a insegurança e a vulnerabilidade social ou econômica" (RODGERS, 1989, p. 3, tradução nossa).

2.2 O imperativo da eficácia produtiva

Os requerimentos de eficácia da atividade produtiva emergem como um dos imperativos da relação com o trabalho na economia solidária. Postula-se que a resposta a tais parâmetros é uma necessidade, tanto do ponto de vista coletivo como do ponto de vista individual. Por mais que seja possível supor que a intensidade dos requerimentos de eficácia produtiva é maior nos casos de maior fragilidade econômica do empreendimento (e dos seus trabalhadores), é difícil conceber que eles não estarão presentes em todas as práticas da economia solidária. Como o trabalhador é responsável pelo próprio trabalho – arcando com os efeitos negativos e positivos do seu desempenho, assim como da produtividade do grupo – a luta por produtividade é o meio para a garantia do sustento familiar, manutenção da posição do empreendimento no mercado, mas também para a possibilidade de uma reprodução ampliada da vida e para o desenvolvimento do empreendimento. Assim, esse aspecto não demarca somente a possível posição defensiva dessas iniciativas, mas também faz referência aos casos em que novos objetivos, que não a mera reprodução simples (do empreendimento e das unidades domésticas), são possivelmente planteados.

Apesar do projeto de economia solidária propor outra definição de eficiência (para uma descrição de tal ver GAIGER, 2009, p. 169), pelo menos em alguma medida, o trabalhador tem de responder a concepção “capitalista” vinculada ao objetivo de maior geração de valor com os menores recursos possíveis⁷². De uma forma ou de outra, o trabalhador de economia solidária precisa ser produtivo, e, considerando a fragilidade da infraestrutura dessas empresas, essa exigência não é facilmente respondida, fazendo com que os associados tenham que, possivelmente, compensar essas deficiências técnicas, financeiras e tecnológicas por meio do seu trabalho e esforço⁷³. Sendo assim, na sua relação com o trabalho, o trabalhador tem de ser produtivo, entre outros motivos, para:

- Garantir sua remuneração e a manutenção do posto de trabalho;

⁷² Os autores que abordaram a economia solidária, não deixaram de destacar a relevância da eficiência produtiva. Mesmo conferindo pouca importância para as possíveis contradições entre produtividade e o projeto de economia solidária, para Singer (2002, pp. 116-117), o mercado é uma das arenas nas quais a economia solidária, enquanto modo de produção, precisa demonstrar a sua superioridade (o autor cita o Complexo Cooperativo de Mondragón enquanto modelo a ser seguido).

⁷³ Por exemplo, no caso das empresas recuperadas, a obsolescência tecnológica, a perda de mercados da antiga empresa, a ausência de capital de giro, as dívidas da antiga empresa e a ausência de uma cultura de gestão são aspectos comumente presentes.

- Sustentar a divisão do trabalho, não criando gargalos para a produção coletiva;
- Contribuir para a manutenção do empreendimento no mercado;
- Possibilitar o desenvolvimento de projetos pessoais e coletivos;

A necessidade de produtividade vincula-se, primeiramente, ao acesso à remuneração. Por mais que o projeto de economia solidária destaque outros aspectos involucrados na relação do trabalhador com o seu trabalho, a remuneração não pode ser desconsiderada, ainda mais ao se levar em conta o contexto difícil em que, geralmente, se desenvolvem essas práticas. Esses aspectos, somados à adoção da autogestão, fazem emergir a problemática do valor do trabalho individual. São trazidas à baila, desta forma, distintas concepções do valor do trabalho, por exemplo: as aprendidas nas vivências laborais anteriores, as do projeto de economia solidária e as que emergem na sociabilidade cotidiana. Essas definições terminam por ser contingenciadas pelas possibilidades econômicas do empreendimento e pelas necessidades que emergem da organização do trabalho, sua complexidade e especificidade.

Como foi sugerido em estudo anterior (SPERONI, 2009), a relação com a produtividade tende a variar dependendo das formas de remuneração, que, por sua vez, vinculam-se à divisão do trabalho. Assim, é possível supor a tendência de, quanto menor a divisão do trabalho, mais individualizada é a remuneração. Desta forma, os diferentes empreendimentos podem adotar a remuneração por produção individual, por produção setorial (ou grupo de trabalho) ou fixa (possivelmente com escalas de remuneração) dependendo da complexidade da divisão do trabalho, mas também do tipo de hierarquia que se estabelece entre as funções executadas. Cada um dos tipos de remuneração tende a levar a diferentes formas de como o trabalhador (e a empresa) procura garantir a sua produtividade.

No que tange à divisão do trabalho, o empreendimento deve procurar garantir a adoção de certa cadência, ritmo, intensidade, velocidade pelos diferentes elementos envolvidos na produção (máquinas, trabalhadores, grupos de trabalho, fornecedores...). O trabalhador, por sua vez, tem de procurar adaptar-se a tais aspectos, garantindo a sua utilidade na produção coletiva. Ao chamar a atenção para algumas das variáveis concernentes ao modo como a exigência de produtividade se apresenta aos atores, é possível sintetizar o argumento apresentado pela afirmação do vínculo direto entre divisão do trabalho, formas de remuneração e o modo como os imperativos por produtividade se configuram nos empreendimentos de economia solidária, a despeito de sua ampla diversidade.

Do ponto de vista formal, os empreendimentos econômicos solidários não possuem separação entre sócios proprietários dos meios de produção e trabalhadores que aportam unicamente a sua força de trabalho. O que, em alguma medida, faria com que as fronteiras das problemáticas da empresa e do trabalho se dissolvessem. Segundo Lima (2010, p. 179) a radicalização das cooperativas dos princípios de participação do Toyotismo faria com que os atores fossem concebidos como proprietários, gestores e trabalhadores, envolvidos intensamente na produção, reduzindo, assim, os custos e aumentando a produtividade⁷⁴. Contudo, o autor destaca que a identificação enquanto trabalhador-proprietário não possui muito espaço, tendendo a uma identificação como trabalhador (a ser comandando) ou como proprietário (que comanda). A dificuldade da realização de uma concepção proprietário-trabalhador, a sua inexistência ou limitação, é descrita e sugerida por distintos estudos empíricos (HOLZMANN, 2001; DAL RI e VIEITEZ, 2001; WAUTIER, 2004; AZAMBUJA, 2007; DE OLIVEIRA, 2007; SPERONI, 2009, 2010; BARRETO e DE PAULA, 2009; LISNIEWSKI, 2009).

Ademais dos elementos versados, o trabalhador pode ser chamado a ser produtivo pela sua vinculação com o empreendimento de economia solidária. Sem desconsiderar tal possibilidade, postula-se que os problemas da empresa não são necessariamente os problemas do trabalhador, visto que esse pode situar-se em uma posição de relativa distância com os objetivos da empresa, tendo como foco primeiro os seus próprios objetivos, encarando a empresa enquanto algo transitório e/ou sobre a qual não possui gerência. A possibilidade de alguns trabalhadores avocarem essa atitude foi identificada por diferentes estudos (AZAMBUJA, 2007; WAUTIER, 2003; ROSENFELD, 2003; SPERONI, 2009, 2010, entre outros).

O que foi destacado até o instante pode delinear uma imagem de que essa dimensão da relação com o trabalho é unicamente defensiva, no sentido de garantir a reprodução familiar e a manutenção do empreendimento. No entanto, podem ser apresentados ao trabalhador requerimentos de produtividade por meio de diferentes projetos que emergem no coletivo do empreendimento. As metas criadas em âmbito coletivo podem ser de distintas naturezas, prazos e amplitudes, requerendo diferentes graus de envolvimento dos atores: comprar novo maquinário, ampliar as instalações, contribuir com a comunidade, garantir maiores retiradas no final do ano...

⁷⁴ Esse é o argumento desenvolvido por Gaiger (2009, pp. 169-174) e criticado por Lima (2010, p. 179). Segundo Gaiger: “Células de produção, grupos de trabalho e postos multifuncionais, a par de outras técnicas de gerenciamento horizontal e de responsabilização do trabalhador, típicas das normas de gestão de qualidade em voga, acomodam-se com naturalidade à estrutura participativa dos empreendimentos solidários” (GAIGER, 2009, p. 172).

Os projetos podem ser, igualmente, pessoais. Se o trabalhador possui como meta a construção da casa própria, por exemplo, é provável que a relação com a sua produtividade no trabalho (sobretudo se a remuneração é por produção) seja diferenciada em relação a um ator que não possui tal projeto.

Tendo comentado, brevemente, os possíveis meios pelos quais a produtividade emerge como uma exigência da relação com o trabalho na economia solidária, tratemos de sintetizá-los em dois tipos: os relativos ao indivíduo, a sua busca pela reprodução simples da vida (o sustento familiar) e a consecução dos seus projetos pessoais; e os que remontam ao empreendimento, possuindo, deste modo, vínculo com a necessidade de organização do trabalho coletivo, de operacionalização da divisão do trabalho, mas também possuindo relação com a manutenção do empreendimento no mercado e a procura pela realização de projetos coletivos. Ambos os tipos podem se encontrar (o projeto pessoal pode fazer parte do projeto coletivo; o sustento familiar pode depender exclusivamente da manutenção do empreendimento no mercado...), mas podem, da mesma forma, se separar (o projeto coletivo pode demandar um esforço e sacrifício individual que dificulte o sustento familiar ou a realização de projetos pessoais). De diferentes formas, e por meio de distintos aspectos contingentes, o trabalhador de economia solidária tem de responder a requerimentos de produtividade na sua relação com o trabalho.

2.3 O projeto de economia solidária e os requerimentos de eficácia produtiva

Esta seção trata da relação entre o projeto de economia solidária e os requerimentos de eficácia. Segundo Gaiger (2000; 2003a; 2008; 2009), é possível que os empreendimentos desenvolvam princípios solidaristas, sem cair em uma lógica utilitária, afirmando, assim, um “solidarismo empreendedor” (GAIGER, 2001, p. 60). O autor defende que os empreendimentos de economia solidária possuem diversas vantagens produtivas: o chamado à participação dos trabalhadores, a sua flexibilidade e adequação às mudanças de demanda, a sua facilidade em inserção em redes de cooperação econômica etc. Fazendo com que, segundo o autor, “As características da autogestão e da cooperação podem revelar-se não somente como opção ética ou

ideológica, mas como vetor de impulsão dos empreendimentos (GAIGER, 2009, p. 172)⁷⁵. Coraggio concorda com Gaiger, ao afirmar que a competição da empresa cooperativa possui um sentido diferenciado, mas completa afirmando a necessidade de se ir além desses “nichos de solidariedade”:

Para dar un ejemplo: la cooperativa puesta a competir por su supervivencia en el mercado actúa competitivamente, motivada por el egoísmo particular no ya de ganar sin límite, pero sí de asegurar la mejor calidad de vida para sus miembros. Y al hacerlo, lucha contra las fuerzas del mercado: la de otros productores, capitalistas o no, nacionales o del extranjero, pugnando por vender sus productos, compitiendo por precios o tratando de ganar la fidelidad de los consumidores; la del sistema financiero que usualmente los discrimina; la de las regulaciones y normas que aplica el Estado, usualmente pensadas para la empresa de capital; o las rígidas instituciones del cooperativismo tradicional. Confronta también la hegemonía de una cultura individualista, calculadora, mercantilista, de manipulación del otro, de la desconfianza y el escepticismo, del inmediateísmo, de la preferencia por el pequeño emprendimiento bajo control personal antes que por la asociación con otros.

No es suficiente, entonces, con generar nichos de solidaridad, de eficiencia social según criterios que la sociedad no internalizó y reproduce como sentido común. Es preciso ir por más: por otra economía, por otra política, por otra sociedad, por otra cultura, por otro mundo. (CORAGGIO, 2008, p. 9)

Sob o ângulo desenvolvido por Gaiger, as exigências do projeto de economia solidária e as provenientes da competição no mercado poderiam ser articuladas. Lima, no entanto, contrapõe-se diametralmente a essa posição:

Nas cooperativas, o trabalho perderia seu caráter genérico, heterônimo característico do assalariamento, para um trabalho enriquecido, autônomo, no qual o trabalhador passa a ser responsável pela produção. Entretanto, a autonomia no processo de trabalho, num contexto de capitalismo reticular, cria novas formas de subordinação no mercado, independente de a cooperativa estar em redes de subcontratação com empresas, ou possuir produtos próprios. O mercado possui um caráter determinante na sobrevivência da cooperativa, arrefecendo eventuais pendores anticapitalistas dos trabalhadores (LIMA, 2010, p. 179).

Segundo Lima, não é só a presença no mercado que impõe limitações ao projeto de economia solidária, sendo relevante a cultura do trabalho que atravessa as realidades laborais contemporâneas e, portanto, as trajetórias laborais dos atores da economia solidária. Há, desta forma, um processo contingencial que emerge pela internalização do indivíduo de uma cultura do trabalho vivenciada anteriormente, aspecto já destacado pelo estudo seminal de Holzmann (2001).

⁷⁵ Desta forma, Gaiger procura superar o paradoxo identificado por Rosa de Luxemburgo (1986), segundo o qual há uma contradição indissolúvel entre sucesso no mercado e os princípios cooperativos, fazendo com que as cooperativas que crescem, deixem de ser cooperativas.

A presente investigação procura desenvolver uma compreensão da relação com o trabalho, como uma atividade atravessada por diferentes dimensões que impõe exigências que tendem à tensão, impelindo o ator a uma atividade reflexiva. A contradição expressa pela diferença de posição entre Lima e Gaiger, entre duas formas de conceber a interação entre o projeto de economia solidária e os requerimentos de eficácia produtiva, é uma problemática que atravessa, igualmente, a vivência laboral dos atores. Neste sentido, a possibilidade de uma incongruência entre o projeto de economia solidária e os requerimentos de eficácia, não pode ser desconsiderada. Essa tese fundamenta-se na ideia de que a compatibilidade entre esses dois aspectos é possível, mas ela somente emerge por meio de um trabalho do ator, não havendo solução de antemão.

Ecoando o que já foi argumentando, a relação do trabalhador com o seu trabalho na economia solidária não se reduz ao exercício do projeto de economia solidária, devido à emergência de outros elementos interpelantes. Contudo, se o trabalhador não resume a sua ação à dimensão do projeto, ele também não se limita a ser um agente produtivo, ele é, igualmente, um indivíduo que luta pela sua autonomia.

3. O trabalhador e a sua luta por autonomia

A relação do trabalhador com o seu trabalho na economia solidária não se limita nem ao projeto de economia solidária nem aos requerimentos de eficácia provenientes da atividade produtiva. Uma das implicações desse posicionamento é a identificação de um distanciamento do ator em relação a ambos os elementos, visto que nenhum desses é capaz de descrevê-lo integralmente. O ator é responsável pela articulação dos requerimentos que emergem do projeto e da atividade produtiva, no entanto, ele tem de cumprir essa tarefa de forma que o seu resultado seja dotado de uma significação subjetiva e um reconhecimento dos demais. Desta forma, a luta por autonomia refere-se ao esforço do ator para a constituição de uma relação com o trabalho com a qual ele se identifique⁷⁶, e representa, assim, a terceira dimensão da relação com o

⁷⁶ Rosenfield tratou da diferenciação de duas concepções de autonomia. Enquanto a autonomia real faria referência à possibilidade de se “fazer o belo” e por um reconhecimento dos pares por tal, a autonomia outorgada (instrumental), relativa às novas formas de organização do trabalho industrial, seria um “instrumento de coordenação das relações de trabalho e visa atingir a um objetivo econômico da empresa” (ROSENFELD, 2002, p. 5). Neste sentido, a evocação da autonomia enquanto princípio normativo, não necessariamente corresponde à luta por autonomia que os atores levam a cabo, podendo, diferentemente disso, representar o seu oposto.

trabalho. O que se defende é que a relação com o trabalho na economia solidária não possui somente um eixo, no qual o trabalhador pode se distanciar ou se aproximar. Diferentemente disso, o trabalhador relaciona-se com o seu trabalho por meio de três eixos elementares, que ele tem de articular, pois esses não se combinam aprioristicamente⁷⁷.

A pugna do ator pela sua autonomia é o mais abstrato e plural aspecto da relação com o trabalho na economia solidária. Ela denota a distância entre as expectativas de conduta que o ator tende a enfrentar na sua relação com o trabalho e os seus anseios, sonhos, frustrações que são produto da sua trajetória assim como do enfrentamento dos distintos imperativos que atravessam a sua relação com o trabalho no empreendimento de economia solidária. O ator não é mera força produtiva, assim como não é um eco das intenções do projeto. Ao mesmo tempo em que ele tem de responder a esses dois aspectos, ele tem de procurar constituir uma experiência com a qual se identifique e que seja justificável para si e para os outros. A dimensão que alude à luta do ator por sua autonomia inunda a relação com o trabalho na economia solidária, com uma necessidade de afirmação de si que não seja redutível a figura do trabalhador como agente produtivo ou como suporte do projeto de economia solidária. Essa é uma luta, antes de tudo, contra a ausência de identificação subjetiva. Os atores são intelectuais de seu mundo, eles possuem razões para as suas ações e mobilizam justificativas que não podem ser desconsideradas.

Esta seção divide-se em três momentos, no primeiro se diferencia o chamado à autonomia contido no projeto de economia solidária e a luta por autonomia levada a cabo pelo ator; no segundo se discute a pluralidade e tensão que permeiam a relação com o trabalho na economia solidária, interpelando o ator e levando a uma posição de relativa distância; e no terceiro debate-se a possibilidade do aparecimento de obstáculos para a autonomia do ator e as possíveis reações deste.

⁷⁷ O ator torna-se, assim, “muitos ao mesmo tempo”, o que dificulta uma descrição autêntica de si, apesar dessa ser uma necessidade devido à tendência à inadequação aos papéis sociais (DUBET, 1996, p. 189). A dificuldade do ator em construir uma descrição autêntica de si, não deixa, deste modo, de impor problemas para a análise sociológica que não pode nem falar pelos atores, conferindo-lhes uma coerência inexistente, nem tão somente reproduzir o conteúdo manifesto de seus discursos.

3.1 (Des)continuidades, chamados à autonomia e a pugna do ator

Mesmo não sendo diretamente vendedores individuais de sua força de trabalho, muitos dos trabalhadores de empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária foram formados no (e/ou para o) mercado de trabalho assalariado, e, por isso, internalizam (e conservam mesmo que em parte) o regramento, as relações de submissão, a hierarquia, assim como fatores culturais, ideológicos, psicológicos inerentes a essa situação e posição de classe. Poder-se-ia considerar, desta forma, que a entrada em um empreendimento de economia solidária representaria o contato com outra proposta de relação com o trabalho, permeada por um chamado à autonomia que contrariaria diametralmente a submissão demandada nas empresas privadas. No entanto, como sugere Rosenfield, ao se considerar as novas formas de organização do trabalho, é possível identificar, igualmente, um chamado à autonomia (que levaria, segundo a autora, a uma autonomia de tipo outorgada) (ROSENFELD, 2000) que expressa a demanda contemporânea por um trabalhador motivado, participativo e empenhado. Desta forma, a afirmação, possivelmente tida como evidente a priori, de uma ruptura na forma como trabalhador relaciona-se com o seu trabalho quando ele passa de uma empresa privada para um empreendimento de economia solidária, não corresponde, necessariamente, à realidade. A pluralidade das formas de organização do trabalho não permite um postulado tão contrastante⁷⁸. Assim, a inserção do trabalhador em uma das práticas identificadas com o projeto de economia solidária não significa, necessariamente, uma ruptura profunda com a relação com o trabalho desenvolvida anteriormente, apesar de, obviamente, essa ser uma possibilidade⁷⁹. Pode-se afirmar que o “chamado à autonomia” e o trabalho “passivo” não são, nem um nem outro, exclusividade da empresa privada ou do empreendimento de economia solidária, podendo estar em ambos com ou sem significados intensamente distintos.

O processo de continuidade/descontinuidade entre as formas de relação com o trabalho, vivenciadas anteriormente pelo trabalhador, e as desenvolvidas nos empreendimentos de economia solidária impõe um problema ao ator. Os trabalhadores dos empreendimentos estão em

⁷⁸ As possíveis “ligações perigosas” entre o chamado à autonomia das novas formas de organização do trabalho e a contida nos empreendimentos econômicos associativos vinculados à economia solidária foram abordadas por Lima (2007; 2010, p. 189), entre outros autores.

⁷⁹ Em um amplo estudo empírico, Pinto (2006) relata que a atitude dos trabalhadores em relação ao trabalho foi, segundo eles, modificada com a entrada em empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária.

uma situação heterogênea, que combina pares tipificadores como “patrão” e “empregado”, “casa” e “trabalho”, “eficiência” e “ineficiência”, ou ainda, “normal” e “anormal”, que em situação anterior expressavam arranjos de significados determinados e que, possivelmente com a entrada ou fundação do empreendimento de economia solidária, e/ou com a sua inserção no movimento de economia solidária, são colocados em frente a outros parâmetros de apreensão da realidade laboral. Há, desta forma, a necessidade de um trabalho reflexivo do indivíduo. Ele é impelido a justificar a relação com o trabalho desenvolvida (permeada por continuidades e discontinuidades com as vivências de trabalho anteriores). Além de ressaltar possíveis continuidades e discontinuidades entre o trabalho na empresa privada e o levado a cabo nos empreendimentos de economia solidária, cabe diferenciar o chamado à autonomia contido no projeto de economia solidária e a luta por autonomia que representa a terceira dimensão da relação com o trabalho. Se o projeto de economia solidária é permeado por um chamado à autonomia, a luta por autonomia levada a cabo pelo ator não reside em um aceite ao “convite” promulgado pelo projeto de economia solidária.

A luta por autonomia, como uma das dimensões da relação com o trabalho, representa a pugna do ator por uma relação com o trabalho dotada de significação subjetiva e por um reconhecimento dos demais. Essa luta, por conseguinte, não se dá necessariamente por intermédio do projeto de economia solidária, podendo, assim, aludir à consecução de batalhas individuais ou coletivas dentro e fora dos marcos da economia solidária. O chamado à autonomia contido no projeto de economia solidária remete à relação entre certas características que estariam presentes nessas práticas (a propriedade coletiva dos meios de produção e a reciprocidade enquanto fator central da interação econômica), que teriam como resultado a identificação subjetiva do ator com o seu trabalho. Esta, por sua vez, seria expressa pela motivação, participação, envolvimento, cooperação e solidariedade dos atores envolvidos. Desta forma, enquanto no projeto de economia solidária a autonomia emerge como um resultado deste mesmo projeto, aludindo a certas atitudes que seriam a sua manifestação, no âmbito da relação com o trabalho, a autonomia representa um esforço permanente do indivíduo para a constituição de uma relação que lhe faça sentido e que não necessariamente remeta ao envolvimento no projeto de economia solidária. Enquanto no projeto a autonomia emerge com um convite permeado por certos parâmetros esperados, no âmbito do ator a luta por autonomia é um processo aberto, cotidiano e permanente.

3.2 Pluralidade, tensão e distanciamento

No intuito de defender a abordagem tripartite da relação com o trabalho na economia solidária é necessário questionar-se: por que a relação com o trabalho na economia solidária não se restringe nem ao seu aspecto produtivo nem ao projeto dessa *outra economia*? O primeiro argumento reside na tendência de uma incongruência entre as intenções do projeto e os requerimentos de eficácia da atividade produtiva, o que termina por instituir uma situação problemática para o ator. Isso não significa que não seja possível articular os dois aspectos, mas sim que essa não é uma combinação constituída a priori, ela demanda um trabalho do indivíduo. Ele deve (re)significar essas dimensões e articulá-las na sua relação com o trabalho.

A tendência a uma relativa distância de parte dos trabalhadores em relação ao projeto de economia solidária, aspecto destacado por diferentes investigações (DAL RI e VIEITEZ, 2001; HOLZMANN, 2001; ROSENFELD, 2003; AZAMBUJA, 2007; SPERONI, 2009, 2010) é outra evidência que corrobora com a tese proposta. Enquanto o projeto promulga certas intenções, sua aplicação em nível prático – e em frente aos requerimentos de eficácia – não ocorre sem que haja reformulações locais adaptadas às problemáticas vividas e à luz das concepções dos atores. Defende-se, desta forma, que uma abordagem restrita a um desses aspectos é incompleta, pois não apreende a relação entre os sentidos (e as suas possíveis tensões) expressos na atividade individual de composição dos fragmentos que permeiam a sua relação com o trabalho.

Neste sentido, considera-se que a identificação entre os trabalhadores e o projeto de economia solidária não é automática, ela é uma das possibilidades e pode ocorrer em diferentes intensidades. Os atores possuem uma história, uma trajetória na qual tiveram contato com diferentes parâmetros de apreensão da realidade laboral e terminaram por tomar muitos desses como seus. Contextos familiares, filiações religiosas, socializações escolares, muitos são os possíveis elementos que podem fazer o ator olhar para além do projeto de economia solidária e, até mesmo, dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva. O trabalhador possui uma trajetória que lhe é particular e no âmbito da qual teve contato com diferentes parâmetros para ação vinculados à multiplicidade de situações vividas. Ao relacionar-se com o seu trabalho na economia solidária, o ator pode tornar presente essas concepções que possivelmente lhe são importantes. Essa possibilidade não pode ser descartada a priori, visto que as investigações não devem presumir teoricamente os resultados de uma tarefa que é do ator. A relação com o trabalho

na economia solidária não deixa, assim, de ser uma relação do trabalhador consigo mesmo, na qual estão em jogo, ademais do projeto e da atividade produtiva, os parâmetros para ação que foram apreendidas na sua trajetória e uma reflexão do ator sobre si.

Considerando a relação do trabalho enquanto composta pelas três dimensões referidas, trata-se de refletir sobre essas práticas não como realidades dadas, mas como vivências em permanente (re)configuração. É na abordagem do trabalho do ator sobre os distintos requerimentos da sua relação com o trabalho que se pode compreender a economia solidária para além das intenções anunciadas em seu projeto⁸⁰ ou como mera resposta aos imperativos do mercado. Deste modo, considera-se que a abordagem do indivíduo, que, durante muito tempo foi vista como um desvio dos requerimentos de cientificidade, emerge no enfoque proposto enquanto uma forma de se ir além das aparências do processo social estudado, não o reduzindo a nenhuma de suas dimensões parciais.

Em suma, se postula que o projeto e as suas intenções podem ser incongruentes com os requerimentos de eficácia da atividade produtiva, sendo tarefa do ator combiná-los por meio de uma articulação de sentido que seja justificável para si e para os outros. O projeto e a atividade produtiva não estão somente em uma relação contingencial entre si, mas o ator atua sobre tal processo, fazendo emergir as concepções que possui sobre si, seus projetos pessoais, sua trajetória e a sua reflexão sobre si e sobre o mundo que o ronda. A relação com o trabalho é determinada socialmente, mas o ator não é passivo, como se fosse somente um resultado do projeto de economia solidária ou dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, ou ainda, da conjugação apriorística desses elementos.

⁸⁰ Por exemplo, o chamado à autonomia promulgado pelo projeto de economia solidária é descrito como uma liberação do trabalho expresso por certas atitudes dos atores. No entanto, na realidade dos empreendimentos esse chamado pode ser visto menos como um convite, do que com um imperativo: os trabalhadores são responsáveis pelo seu empreendimento, involucram-se nas suas decisões não somente porque, possivelmente, se identificam com tal tarefa, mas porque em muitos casos não há alternativa que garanta a manutenção do empreendimento (logo de seu sustento).

3.3 Os obstáculos e as reações dos atores

A dimensão da relação com o trabalho que alude à luta por autonomia do ator é colocada de manifesto, particularmente quando na presença de obstáculos para o seu desenvolvimento. A pugna do ator para ser autônomo é um trabalho permanente contra a ausência de sentido. A impressão de impotência, de incapacidade de ser quem se é, é a expressão das barreiras dessa luta do ator (DUBET, 1996, p. 134). Essa é uma atividade social que alude a um enfrentamento de uma situação problemática, na qual distintos requerimentos estão em operação. A obstrução da luta do ator para compor uma articulação de sentido na sua relação com o trabalho, com a qual ele se identifica, é uma possibilidade que não pode ser desconsiderada. A discriminação social, concepções de incapacidade de si, a existência de profundas dificuldades materiais, o impedimento de desenvolvimento do ofício ou dos projetos pessoais podem ser aspectos presentes nas vivências dos trabalhadores e em relação aos quais eles reagem.

A luta pela autonomia levada a cabo pelo indivíduo denota um trabalho de construção de um arranjo de sentido com o qual o ator se identifique e seja reconhecido pelos demais. Procura-se manifestar que a relação com o trabalho desenvolvida é uma obra do indivíduo, mesmo que determinada socialmente e contingenciada pelas diferentes situações particulares. Os atores desenvolvem explicações e justificativas para explicar quem são e porque o são. Eles não são passivos, mesmo nas situações nas quais lhe é negada a possibilidade de uma ação permeada por significação subjetiva. Eles reagem, inquietam-se, refletem, frustram-se, culpam-se, criticam, lutam...

A identificação por parte do ator das barreiras para a sua autonomia pode ter distintas reações. A construção dessas réplicas vai depender da explicação que o ator mobiliza para indicar as causas da existência de tais obstáculos. As razões podem, desta forma, ser externas (sustentando uma crítica social ou moral) ou internas (levando a um sentimento de vergonha ou de culpa) ao indivíduo. Quando a presença de barreiras sustenta uma crítica do ator, essa pode fundamentar o desenvolvimento de ações coletivas, mesmo nos casos em que essa crítica é somente expressa por um sentimento difuso de inconformidade⁸¹. Desta forma, a luta do

⁸¹ É o caso, por exemplo, dos jovens imigrantes dos subúrbios populares franceses investigados por Dubet (1989). Em seu estudo, o autor descreve como os breves e intensos tumultos promovidos por esses jovens são a expressão de um sentimento de raiva baseado pelo não acesso a bens materiais, e, sobretudo, pela exclusão social e pelo racismo que negam a possibilidade desses atores serem sujeitos (DUBET, 1996, pp. 193-207). O tumulto como ação coletiva

indivíduo por autonomia pode ser expressa coletivamente, visto que não há ação coletiva que não esteja baseada em empenhamentos e sentimentos individuais. Contudo, a não identificação do indivíduo com a sua vivência não leva, necessariamente, a uma ação coletiva ou ao conflito, podendo ter como resultado a vergonha ou a culpa sobre os rumos de sua própria vida (DUBET e MARTUCCELLI, 1999, p. 245).

4. Conclusão

Neste capítulo realizou-se a apresentação da proposta de abordagem da relação com o trabalho na economia solidária, baseada na tese da existência de uma dupla pluralidade. Por um lado, os atores têm de atuar, simultaneamente, nas três dimensões da sua relação com o trabalho: a do projeto de economia solidária, a da atividade produtiva e a da sua luta por autonomia. Em cada uma delas emergem distintos requerimentos sobre a relação com o trabalho: os princípios normativos contidos no projeto de economia solidária; a necessidade de eficácia presente na atividade produtiva; e o anseio por significação subjetiva e reconhecimento dos demais, vinculados à do ator luta por autonomia. Por outro lado, se as exigências feitas aos atores na sua relação com o trabalho são plurais, os atores também o são, o que os fazem a articular, de diferentes modos, as distintas expectativas que permeiam a sua relação com o trabalho.

A existência dessa dupla pluralidade é a tese central desta dissertação. Assim sendo, aborda-se o trabalho dos indivíduos frente às exigências que permeiam a sua relação com o trabalho, procurando compreender tanto as formas como esses requerimentos se apresentam, quanto os meios pelos quais os diferentes atores respondem a essa diversidade. Afirma-se, assim, que a combinação de sentido é uma tarefa do ator, visto que não há solução anterior à ação deste. Se há outro trabalho na *outra economia*, isso ocorre não só pelos seus princípios normativos do projeto de economia solidária, mas, sobretudo pelo trabalho dos indivíduos que atuam sobre a heterogeneidade possivelmente contraditória que a atravessa. Ao postular a existência de uma dupla pluralidade na relação com o trabalho, isso significa dizer, que o foco desta dissertação é compreender o enfrentamento desenvolvido por atores plurais frente a requerimentos, também eles, plurais.

não se transforma em movimento social, porque a raiva não é substituída pela imagem de um conflito, com algo em jogo e com a presença de um adversário reconhecível (aspectos que durante muito tempo a consciência operária forneceu) (DUBET, 1996, p. 201).

No intuito de analisar a relação com o trabalho empiricamente, a metodologia proposta caracterizou-se pela abordagem da relação com o trabalho por meio das entrevistas episódicas e compreensivas – capazes de apreender tanto o conhecimento episódico quanto semântico dos atores – e pela análise de conteúdo categorial e por enunciação, que permitiram o acesso tanto aos sentidos gerais dados a certas categorias quanto à articulação dessas significações. Por meio desses procedimentos metodológicos, a serem apresentados no capítulo que segue, foi possível a identificação de certas significações das dimensões da relação com o trabalho (apresentadas nos capítulos 4, 5 e 6), assim como se pode compreender a pluralidade de arranjos de sentido mobilizados pelos diferentes tipos de atores (aspecto exposto no Capítulo 7).

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

O presente capítulo expõe a metodologia desenvolvida, deste modo, apresentam-se os aspectos epistêmico-metodológicos da sociologia da experiência, os procedimentos metodológicos adotados (centrados em uma articulação do método de entrevista compreensiva de Kaufmann e o da entrevista episódica de Flick) e as etapas da investigação. A metodologia desenvolvida procura acompanhar algumas das preocupações presentes na sociologia da experiência, por meios alternativos à intervenção sociológica. Essa difícil empreitada requereu um intenso esforço e o seu resultado é não mais que o suficiente para os objetivos estipulados para esta investigação, pois se caracteriza mais por uma adequação às circunstâncias nas quais a pesquisa é desenvolvida, do que uma opção teórica. Deste modo, para outras investigações que procurem debruçar-se sobre a realidade social nos termos da sociologia da experiência, recomenda-se, sempre que possível, a utilização da intervenção sociológica, a despeito da fecundidade da metodologia empregada, que pode, por sua vez, ser aplicada em outras investigações permeadas por limitações de recursos.

A abordagem mobilizada centrou-se nas entrevistas semidiretivas em profundidade que procuraram combinar a produção de narrativas dos atores (conhecimento episódico) com o trabalho dos sujeitos em constituir sentido a algumas categorias centrais (conhecimento semântico) de sua vivência. A devolução das entrevistas transcritas e o encontro com os entrevistados constituíram os momentos subsequentes, permeados pelo debate do investigador com os atores. A análise dos dados desenvolvida procurou ser coerente com a distinção entre conhecimento episódico e conhecimento semântico, tendo sido realizada por meio de dois tipos de análise de conteúdo, a de enunciação e a categorial. Os procedimentos metodológicos referidos foram desenvolvidos em três empreendimentos de economia solidária localizados na região metropolitana de Porto Alegre e pertencentes a diferentes segmentos econômicos (metalurgia, confecção e reciclagem de resíduos sólidos). A realização desta investigação possibilitou o contato com histórias, opiniões, projetos, reflexões e sentimentos de 34 indivíduos que participaram diretamente nas entrevistas e nos debates complementares realizados⁸². Este estudo não fez mais – e não pretendeu mais – do que contar a atividade constante desses

⁸² A lista dos trabalhadores envolvidos (inclusive os que somente participaram das entrevistas exploratórias) e os seus atributos consta nos apêndices A, B e C.

trabalhadores em desenvolver sua relação com o trabalho em um cenário atravessado por diferentes requerimentos em relação aos quais eles têm de posicionar-se.

1. Aspectos epistêmico-metodológicos da sociologia da experiência

A intervenção sociológica, método considerado o mais adequado aos requerimentos epistemológicos da sociologia da experiência (DUBET, 2011, pp. 25-27; DUBET, 1996, pp. 229-258), requer uma alta mobilização de recursos (econômicos, logísticos, de tempo e de equipe), o que não impediu sua ampla aplicação não só pelos pesquisadores do CADIS, mas igualmente por diferentes investigadores ao redor do mundo (McDONALD, 2002). Contudo, os expedientes necessários para tal abordagem metodológica dificilmente estão presentes em investigações de mestrado, caracterizadas, de maneira geral, pelo seu caráter solitário e pelos baixos recursos disponíveis. Esse cenário no qual esta investigação foi desenvolvida levou à necessidade de se procurar por outras vias metodológicas coerentes com as premissas epistemológicas defendidas. Assim, antes de relatar os procedimentos metodológicos mobilizados enquanto alternativa à intervenção sociológica, torna-se necessário retomar alguns dos fundamentos epistemológicos da sociologia da experiência, a fim de que sejam apresentadas as preocupações metodológicas que emergem de tais.

A sociologia da experiência parte da subjetividade dos atores, recusando, simultaneamente, uma estratégia de suspeita e uma atitude ingênua do “ator totalmente cego ou totalmente clarividente” (DUBET, 1996, p. 100). Dubet afirma que, nesse nível, deve se seguir os fundamentos de uma sociologia fenomenológica, tendo como premissa “que não há conduta social que não seja interpretada pelos próprios atores, que não deixam de se explicar, de se justificar, inclusive para dizerem, por vezes, que as suas condutas são automáticas ou tradicionais, que são o que são porque é assim que deve ser” (DUBET, 1996, p. 100). Essa subjetividade que é tida como o objeto da sociologia da experiência não deve ser reduzida a ideia do vivido, “a que evoca ao mesmo tempo o tema da consciência como reflexo e o fluxo ininterrupto de sentimentos que se presume exprimirem uma personalidade “autêntica” refreada pela sociedade” (DUBET, 1996, p. 101). Em oposição a isto, Dubet destaca a importância do sentimento de liberdade expresso pelos indivíduos, não pelo seu realismo, mas sim porque coloca de manifesto a experiência social que é atravessada pela necessidade de se articular distintas

lógicas. A liberdade do ator é vivida menos com heroísmo do que com angústia, fazendo com que os indivíduos tendam a exprimi-la de um modo negativo, identificando os impedimentos para os seus projetos. Desta forma, “o desejo de ser autor da sua própria vida é mais um projeto ético do que uma realização” (DUBET, 1996, p. 101). Essa abordagem leva a uma “percepção da ação como uma experiência e como um «drama»” (DUBET, 1996, p. 101), em relação a qual, evidentemente, o sociólogo identificará “coisas em jogo” e problemas sociais (DUBET, 1996, p. 101).

Uma metodologia adequada à sociologia da experiência tem de dar espaço às subjetividades dos indivíduos, no entanto Dubet alerta: “A orientação da pesquisa no sentido da subjetividade dos atores não implica de modo algum o recurso a métodos que sejam eles mesmos subjetivos” (DUBET, 1996, p. 264). A objetividade dos métodos procede:

Em primeiro lugar de um modo de construção do material a partir das categorias banais da experiência. Ela deriva também de um tipo de argumentação entre os sociólogos e os atores. Ela implica, por último, uma forma de “demonstração”, mesmo que entendamos esta noção em sentido fraco: o da verossimilhança das análises saídas dos próprios constrangimentos de um método (DUBET, 1996, p. 229).

Dubet destaca que o debate entre os indivíduos e os investigadores constitui parte do fazer sociológico, mesmo quando isso não se admite. Segundo o autor, esses jogos de argumentação entre as partes não devem ser vistos como uma barreira ao conhecimento, mas sim como um dos possíveis materiais a serem utilizados pela sociologia. Nesse aspecto, a ruptura bachelardiana (BACHELARD, 1996) entre conhecimento ordinário e análise científica, passa a ser vista como uma “ruptura impossível”. Deste modo, Dubet afirma que “A sociologia da experiência considera cada indivíduo como um intelectual, como um ator capaz de dominar conscientemente, pelo menos em certa medida, a sua relação com o mundo” (DUBET, 1996, p. 107). O autor destaca que os atores têm acesso a um conhecimento pragmático e causal dos encadeamentos da ação, que é inatingível pelos investigadores⁸³. Além disso, os atores são capazes de desenvolverem marcos interpretativos e ideológicos relativamente estruturados, que não podem ser desconsiderados pelos sociólogos. Diante disto, Dubet constata: “O sociólogo só pode construir seu objeto argumentando contra esta dupla representação da ação: a de uma causalidade hiperpragmática em que a ação social é considerada como uma sucessão de lances, e

⁸³ “O funcionário social e o porteiro conhecem melhor o bairro que o investigador mais atento” (DUBET, 1996, p. 240).

a de uma significação tão global que as respostas precedem as perguntas” (DUBET, 1996, p. 231).

No âmbito da sociologia da experiência o debate entre atores e sociólogos é de importância central, sendo considerado como de utilidade para o conhecimento, fundamentando uma concepção dos indivíduos como portadores de capacidades reflexivas. Recusam-se, deste modo, as concepções hipersocializadas da ação evocadas pelo positivismo e pela sociologia crítica (DUBET, 1996, p. 234), que estão permeadas pela ideia da ruptura epistemológica e por uma concepção do ator enquanto “cego”. Em contrapartida, ressalta-se que as técnicas de “coleta de dados” não realizam seu trabalho, sem explicações e justificações aos seus informantes, sem que em algum grau, se estabeleça uma discussão, dentro da qual, ambas as partes desenvolvem suas teses. Assim sendo, Dubet conclui de forma categórica: “Há, entre o mundo das ideias eruditas sobre a sociedade e o das ideias do senso comum, muito mais passadiços do que postulam certas retóricas profissionais dos sociólogos” (DUBET, 1996, p. 237).

Considerando esse vínculo entre conhecimento ordinário e sociológico, Dubet identifica na *verossimilhança* um meio capaz de demonstrar a confiabilidade e validade das análises sociológicas. Para o autor, “a verossimilhança implica em uma dupla exigência. Ela deve estar conforme as normas habituais do ofício de sociólogo que organiza e racionaliza dados, que colhe algures que não seja no seu próprio material e que está sujeito a uma exigência de não contradição” (DUBET, 1996 p. 255). Além disso, ela deve ser crível para os atores que não são cegos e são impelidos a se justificar e explicar na consecução de qualquer ação. Deste modo, “A argumentação do sociólogo tem em vista, pois, um público duplo: a comunidade científica, com os seus critérios próprios, e os atores que dominam os dados” (DUBET, 1996, p. 256) e assim ele tem de responder a “regras de argumentação duplamente coercivas” (DUBET, 1996, p. 256).

A afirmação de que “indivíduos fazem a ação, possuem competências, não estão totalmente cegos” (DUBET, 1996, p. 257) possui importantes consequências metodológicas, expressas pela necessidade de se constituir espaços de debate, de argumentação recíproca, nos quais os sociólogos podem não só encontrar meios de construir as suas análises e hipóteses, mas igualmente formas de instituir processos de validação. Em suma, para que uma interpretação sociológica seja crível ela tem que ter algum “eco na experiência dos atores que se supõe que ela analisa e descreve” (DUBET, 1996, p. 239), assim, a teoria mais forte “é também a mais verossímil no plano microssociológico.” (DUBET, 1996, p. 239). Isto não significa afirmar que a

análise deva ser adequada à ideologia dos atores, “mas que ela pode explicar a experiência deles e, em certas condições, estes podem reconhecer-se nela” (DUBET, 1996, p. 240).

No entanto, o autor alerta para a necessidade de não se reduzir a compreensão à empatia, devendo-se conceber a análise sociológica como um trabalho duplo, de compreensão e explicação (concordando, assim, com WEBER, 2002). Primeiramente, deve-se procurar compreender o sentido da ação da perspectiva do ator, para, posteriormente, “interpretar este sentido no quadro de um modelo geral da organização da sociedade, das relações sociais” (DUBET, 1996, p. 242). O problema da interpretação reside no fato de que existe uma zona de sobreposição dos dois níveis de significação, o do ator e o do investigador, aspecto que, por outro lado, permite a própria existência do debate. Em suma:

O estudo “objetivo” da subjetividade dos atores determina uma relação particular com os indivíduos desde o momento que lhes sejam reconhecidas certas capacidades especialmente as de construir a própria experiência. A recusa de uma concepção radical da ruptura epistemológica leva a conceber a pesquisa sociológica como uma forma de debate entre atores e investigadores que reconhecem ao mesmo tempo o que têm de comum e o que os separa (DUBET, 1996, p. 242).

A postura metodológica da sociologia da experiência somente pode se assentar na ideia de que os atores têm de realizar um trabalho para compor a sua experiência e realizar sua ação. Essa atividade é permeada por uma reflexividade, expressa na necessidade dos atores de explicarem e justificarem o arranjo de sentido da sua atividade e da sua vivência. Esse postulado possui duas consequências metodológicas elementares, já referenciadas: a necessidade de constituição de espaços de debate com os atores, sendo esses capazes de construir dados inacessíveis de outras formas e com consequências relevantes para a análise do sociólogo, e a verossimilhança como indicador da força de uma tese, pois “permite explicar reações e resistências dos atores admitindo a racionalidade do ponto de vista deles” (DUBET, 1996, p. 246). Desta forma, segundo Dubet:

Importa então estudar a subjetividade do ator e a sua atividade. Não se trata de analisar só as suas representações, mas também os seus sentimentos e a relação que ele constrói com ele mesmo. O projeto de uma sociologia da experiência pode aparentar-se ao de uma sociologia clínica, que se abeira, do ponto de vista sociológico, dos problemas e das condutas que estão geralmente reservados à perspectiva psicológica ou à pintura impressionista das emoções e dos sentimentos. Por exemplo, não se trata de descobrir os mecanismos globais que originam o insucesso escolar, mas de se voltar para a experiência mesma de um insucesso que só pode ser a experiência de indivíduos particulares, que constroem o seu mundo e a sua subjetividade em uma história particular. (DUBET, 1996, pp. 263-264)

Postula-se, deste modo, a necessidade de se superar a pretensão de grandes teorias produtora de “leis”, no sentido de teorias de médio alcance capazes “somente” de explicar certos

mecanismos sociais vinculando-se a outras teorias que não elas (DUBET, 2007, p. 257)⁸⁴. As teorias de médio alcance não tem a pretensão de dar conta de todos os aspectos envolvidos, visto que se baseiam em uma concepção plural do mundo no qual distintos “level or “registers” of action, several grammars, or modes of justification” (DUBET, 2007, p. 257) estão presentes⁸⁵. Nesse sentido, as investigações fundamentadas na sociologia da experiência não possuem a pretensão de, isoladamente, desenvolver resultados generalizáveis a um nível macro⁸⁶. Contraditoriamente a isso, procura-se trabalhar no nível *meso*, a fim de se contribuir para uma compreensão das experiências sociais de grupos particulares que põem de manifesto certos obstáculos e desafios para os atores, que são, simultaneamente, específicos a tais situações e compartilhados com outras coletividades.

2. Procedimentos metodológicos

Para Dubet, o método de intervenção sociológica é o meio mais adequado para realizar, no âmbito de investigações empíricas, os posicionamentos epistêmico-metodológicos contidos na sociologia da experiência. Esse método ocupa, inclusive, um lugar de maior relevância, na perspectiva do autor, do que a teoria dos movimentos sociais, para a qual foi primeiramente formulada (DUBET, 2011, p. 25). O método de intervenção sociológica foi proposto por Touraine em *La voix et le regard* (TOURAINÉ, 1978), a fim de corresponder ao desejo de se superar uma abordagem que somente descrevesse as ações dos movimentos sociais e registrasse as opiniões dos envolvidos, articulando uma nova forma de se construir dados relevantes, mas também de validá-los. Tal meta foi realizada mediante uma realocação dos atores sociais, e os seus conflitos, no centro da pesquisa sociológica. O principal objetivo dessa metodologia é reproduzir relações sociais no âmbito das investigações (McDONALD, 2002) para que se possa compreender o processo no qual os atores procuram realizar-se enquanto tais (TOURAINÉ, 2000).

⁸⁴ O autor chama a atenção para que não se confundam teorias de médio alcance com teorias regionais que são adaptadas a tipos de problemáticas sociais específicas, não guardando relações com outros aspectos que não o do próprio objeto empírico.

⁸⁵ Segundo Dubet, além de seu próprio trabalho, essa posição é compartilhada por autores como Latour (LATOUR, 2005) e Boltanski e Thévenot (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2006).

⁸⁶ A opção por teorias de médio alcance é uma clara alusão a Merton (MERTON, 1957), o qual pautava a necessidade do vínculo entre hipóteses operacionais em nível micro e esquemas conceituais em nível macro.

Apesar da adequação do método de intervenção sociológica aos postulados epistemológicos da sociologia da experiência, esse método não foi utilizado no decorrer desta investigação, sobretudo devido a sua alta demanda de recursos de diversos tipos. Sendo assim, apresenta-se, nesta seção, a metodologia proposta que se assenta, principalmente, em uma articulação entre a metodologia da entrevista compreensiva sugerida por Kaufmann (KAUFMANN, 2011) e a entrevista episódica de Flick (FLICK, 2008). Apesar de ter desenvolvido posteriormente o método da intervenção sociológica, Touraine já recomendava a entrevista semidiretiva desde seus primeiros estudos com trabalhadores franceses (como informa HAMEL, 2001). Na presente investigação, optou-se por entrevistas desse tipo, realizadas em profundidade (com um indivíduo por vez). Esta escolha tem como premissa “que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmo estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial” (GASKELL, 2008). Deste modo, a entrevista semidiretiva em profundidade procura compreender o trabalho do indivíduo em construir o mundo – uma atividade permanentemente permeada por coerções e coações, por desejos e frustrações – e os valores, crenças, atitudes e estratégias manifestadas e mobilizadas para esse fim, em condições que não estão sob controle.

O foco da metodologia aqui evocada é o indivíduo, suas representações, seus sentimentos, suas ideologias, seus desafios, sua relação com os outros, mas também consigo mesmo, ou seja, aborda-se fundamentalmente “a luta para ser um ator” (TOURAINÉ, 2000), travada pelo indivíduo ao procurar constituir sua experiência social mediante a articulação de diferentes princípios constitutivos da ação. Neste sentido, a abordagem desenvolvida inclui-se dentro do amplo leque de sociologias compreensivas que tratam da problemática da ação social e que recusam a identificação integral entre ator e sistema, típica das sociologias de Parsons, Durkheim e Elias, que constituem, de distintas maneiras, a forma “clássica” de se pensar sociologicamente a sociedade. A sociologia compreensiva, que tem origem em Dilthey, que opôs explicação e compreensão⁸⁷, em defesa da segunda, tem na sociologia de Max Weber alguns aspectos elementares. Para Weber, em resposta a Dilthey, se explicação e compreensão estão em dois polos opostos, a sociologia deve se opor à ideia de que eles devem ser pensados em separado.

⁸⁷ Em oposição à explicação, a compreensão para Dilthey, constitui-se por uma apreensão de um conhecimento social incorporado nos indivíduos (KAUFMANN, 2011, p. 23).

Deste modo, segundo Weber a sociologia é uma “explicação compreensiva do social” e baseia-se na ideia de que os indivíduos não são simples agentes portadores de estruturas, mas são produtores ativos do social e depositários de um saber relevante, para a compreensão e explicação deste (WEBER, 2002, pp. 11-40). Desta forma, uma característica comum às sociologias compreensivas é uma perspectiva construtivista na qual “as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos” (CORCUFF, 2001, p. 26).

Dentro do espectro das sociologias compreensivas, o estudo a partir do indivíduo vem sendo progressivamente reconhecido, a fim de se compreender a ilusão contemporânea da liberdade de escolha expressa em espaços tidos como pacíficos da vida individual (KAUFMANN, 1993; 2004), as emoções individuais presentes nos processos de socialização (GAULEJAC, 2007), e o trabalho do ator em constituir a sua experiência social face à multiplicidade de sistemas sociais e lógicas de ação (DUBET, 1996; 2005)⁸⁸. Assim, o estudo do indivíduo não deve, necessariamente, limitar-se a ele, mas deve procurar compreender os cruzamentos entre a trajetória individual e a história social, entre a ação individual e a ação coletiva (MARTUCCELLI, 2002) e buscar identificar os obstáculos que os indivíduos encontram ao esforçar-se por arranjar a sua experiência social.

A relação do trabalhador com o seu trabalho na economia solidária será abordada, neste estudo, em termos de experiência social. Esse posicionamento se justifica pela presença de distintos requerimentos à ação em operação nestas práticas, tal como foi apresentado no Capítulo 1. A noção de experiência social alude às condutas que não podem ser “reduzíveis nem a papéis nem à prossecução estratégica de interesses” (DUBET, 1996, p. 15). Ela faz referência ao trabalho do ator em compor o sentido de seu “lugar no mundo” que não é instituído externamente de forma unívoca. Assim, os indivíduos “explicam, manifestam-se, justificam-se, contam como constroem as suas práticas e a sua experiência num mundo já presente” (DUBET, 1996, p. 17). Em suma, a noção de experiência social faz referência à heterogeneidade dos princípios constitutivos da ação e, conseqüentemente, a uma distância relativa do ator e do sistema, que leva

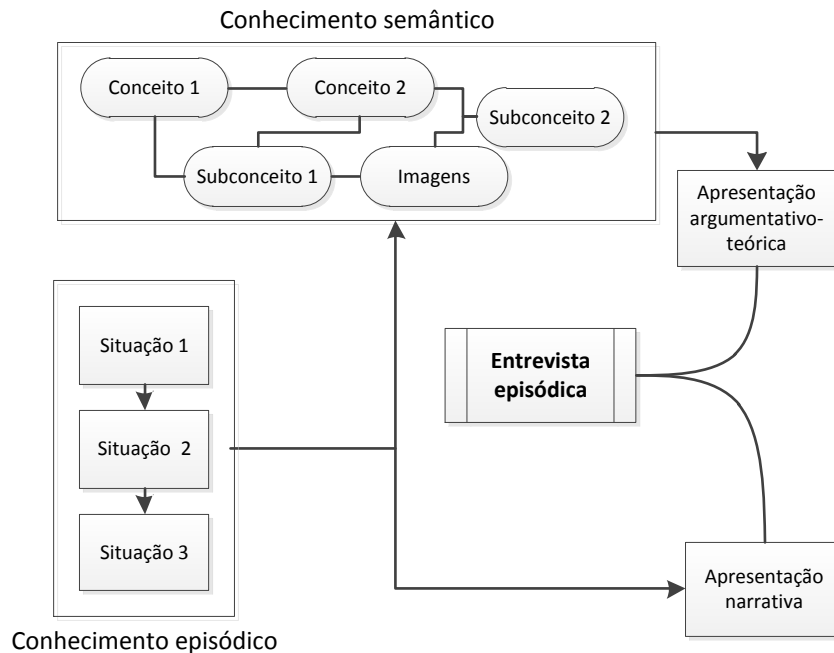
⁸⁸ A obra de Lahire também tem como foco o indivíduo. No entanto, por ser uma abordagem que procura identificar as formas de interiorização e de exteriorização dos hábitos (LAHIRE, 2006; 2008), sua concepção de indivíduo se aproxima da afirmada pela sociologia clássica, tal como foi descrita no Capítulo 1. Ao que tudo indica, suas inflexões acerca da teoria do *habitus* e dos campos de Bourdieu, não representaram, pelo menos até o momento, um deslocamento significativo a ponto de distanciar-se dos preceitos fundamentais da sociologia clássica, sobretudo aquele que identifica a continuidade entre ator e sistema.

a uma necessidade do indivíduo atuar sobre si mediante a recomposição permanente de sentido da sua ação. Deste modo, o ator está involucrado permanentemente a um projeto inconcluso de arranjo dos significados dispersos do mundo social.

A abordagem metodológica da experiência social possui como elemento central, nesta investigação, as entrevistas semidiretivas em profundidade. Para o desenvolvimento de tais, propõe-se uma articulação entre os pressupostos metodológicos da entrevista compreensiva de Kaufmann (2011) e os fundamentos da entrevista episódica sugerida por Flick (2008). Considera-se que ambas são suficientemente compatíveis e abertas para serem mobilizadas em conjunto. Elas têm em comum a importância dada à narrativa dos atores sobre si, por meio do qual são expressas as lógicas que fundamentam a reflexão do ator e que dão significado às categorias presentes na vivência individual. Desta forma, as perspectivas de Kaufmann e Flick caracterizam-se pelo seu caráter clínico marcado pela procura de intimidade entre entrevistador e entrevistado e pela tentativa de acessar o discurso do ator sobre si e sobre o mundo em que ele vive.

A entrevista episódica baseia-se na distinção realizada por Tulving (TULVING, 1972) entre conhecimento episódico e conhecimento semântico. O primeiro alude às situações concretas, já o segundo faz referência a elementos mais abstratos (conceituais), generalizados e descontextualizados de circunstâncias específicas (FLICK, 2008, p. 116). No interior das entrevistas episódicas solicita-se que o entrevistado narre algum acontecimento (no caso deste estudo, trata-se das trajetórias laborais) e que responda a perguntas mais gerais que levam a definições ou argumentações (por exemplo: “Na tua opinião, o que é a economia solidária?”). As entrevistas episódicas devem ser suficientemente abertas para que o próprio informante escolha os episódios a contar, assim como a forma de sua apresentação.

ILUSTRAÇÃO 1: RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTO SEMÂNTICO E CONHECIMENTO EPISÓDICO



Fonte: FLICK, 2008, p. 117

O objetivo central da entrevista episódica é abordar os dois tipos de conhecimentos durante o contato com o indivíduo, ou seja, busca-se “analisar o conhecimento cotidiano do entrevistado sobre um tema ou campo específico” (FLICK, 2008, p. 118). No caso da presente investigação, pede-se ao entrevistado que conte a sua história enquanto trabalhador, que faça uma apresentação de si, de como chegou até onde está e quais são as suas expectativas para o futuro. Espera-se que no decorrer dessa narrativa o ator expresse os significados dados às categorias centrais da sua relação com o trabalho e que estão combinadas – ou seja, possuem uma relação de sentido entre si – nos episódios contados. É essa articulação de sentido entre as categorias centrais mencionadas e o cenário da história pessoal constituídas por episódios biográficos específicos, que se configura enquanto objeto das entrevistas realizadas neste estudo. Posteriormente à narrativa, pede-se ao ator que construa definições sobre outras categorias relevantes, que não foram anteriormente referenciadas.

Kaufmann, por sua vez, afirma que apesar de inúmeras tentativas, as entrevistas conseguiram resistir às formalizações gerais, fazendo com que fossem escritos muitos capítulos de metodologia com pouca (ou nenhuma) relação com a real prática do pesquisador,

caracterizada mais pelo artesanato e bricolagem (KAUFMANN, 2011, p. 9). A entrevista compreensiva, proposta por Kaufmann procura não cair no erro da pretensão à generalidade, sendo um tipo de entrevista específico, que trata de problemas de investigação particulares. Para o autor, “La spécificité de l'entretien compréhensif pose le problème de son utilisation: la logique d'ensemble doit être comprise avant que tel ou tel élément soit utilisé séparément” (KAUFMANN, 2011, p. 10)⁸⁹. Deste modo, segundo Lalanda, a entrevista compreensiva: “(...) permite abordar, de um modo privilegiado, o universo subjetivo do ator, ou seja, as representações e os significados que atribui ao mundo que o rodeia e aos acontecimentos que relata como fazendo parte de sua história” (LALANDA, 1998, p. 875). Esse aspecto aproxima-se da entrevista episódica, tal como foi exposta anteriormente. Para esta mesma autora, a entrevista compreensiva pode ser caracterizada por dois aspectos: fazer referência a uma narrativa, ou seja, um discurso do sujeito sobre sua história, no qual “[o ator] conta-se num determinado momento ou situação” (LALANDA, 1998, p. 876), e ter a capacidade de extrapolar as singularidades de cada narrativa através de uma comparação por meio da qual “o sociólogo subsumi, das narrativas individuais, lógicas mais amplas” (LALANDA, 1998, p. 875). Esse elemento não é tratado exatamente da mesma maneira na entrevista episódica, que está mais preocupada em entender como representações individuais variam em diferentes grupos sociais e menos em compreender as lógicas que fundamentam tais representações. Apesar dessa diferenciação, a proposta da entrevista compreensiva completa, no sentido pretendido nesta investigação, a entrevista episódica ao ter como objetivo:

(...) compreender as justificativas, ou as interpretações que o sujeito dá de si mesmo, em um contexto dado e no interior de uma trajetória determinada. A linguagem, a palavra, são mediadores dessa compreensão de si mesmo, que passa por uma articulação de diversas lógicas de ação. Mas, a maior parte do tempo, o sociólogo que pratica a entrevista “compreensiva” ou a entrevista “de explicitação”, isto é, a entrevista explicitamente “clínica”, interessa-se menos pela singularidade de seu interlocutor do que pela maneira como esse argumenta suas lógicas de ator ou suas justificativas de agente (DUBAR, 2004, p. 62).

A entrevista compreensiva se adequa ao objetivo deste estudo, que por ter como base a sociologia da experiência, tem como interesse primeiro não os sentidos isolados evocados na vivência do ator, mas sim a atividade de combinação desses sentidos (DUBET, 2011, p. 117). Desta forma, procura-se superar os modelos analíticos que denotam um significado único à ação

⁸⁹ “A especificidade da entrevista compreensiva faz emergir o problema de seu uso: a lógica geral deve ser compreendida antes do uso de qualquer elemento em separado” (KAUFMANN, 2011, p. 10, tradução nossa).

de um determinado tipo de ator. Essa premissa epistêmico-metodológica contida na sociologia da experiência faz com que a análise debruça-se mais sobre o modo de evocação de distintas racionalidades por meio da mobilização, articulação e hierarquização de sentidos para a ação, do que na identificação da presença (ou ausência) de significados isolados determinados a priori pelo investigador. Procura-se, deste modo, superar posições que “encerram” os atores a uma racionalidade, como se sua ação fosse limitada a somente um sentido evocado⁹⁰. Não há ator que seja exclusivamente um estrategista, mobilizando somente uma racionalidade instrumental a sua ação, ele é igualmente perpassado por processos de socialização, e também um sujeito ético, desejoso de ser “o dono de sua existência”. Resta saber, como os atores combinam, hierarquizam e se relacionam com tais aspectos, sob quais argumentos, explicações e justificativas. Entende-se que a preocupação da entrevista episódica em abordar os arranjos de sentido mobilizados na narrativa dos atores é compatível com a preocupação da entrevista compreensiva que tem como foco as lógicas que fundamentam as justificativas e explicações dos atores. Sendo assim, o tipo de entrevista semiestruturada proposta procura compreender como os trabalhadores de economia solidária narram suas vivências laborais (anteriores, presentes e esperadas) e como constroem e combinam definições às categorias centrais presentes na sua relação com o trabalho (o projeto de economia solidária, os requerimentos da atividade produtiva e a sua luta por autonomia). Focalizando esses dois aspectos profundamente conectados, procura-se compreender quais são os arranjos de sentido acionados pelos atores em um cenário em que distintos parâmetros para a ação, possivelmente incongruentes, os interpela.

A abordagem proposta às entrevistas caracteriza-se pela semidiretividade que possibilita assim “(...) profundidade qualitativa ao permitir que os entrevistados falem sobre o tema nas suas próprias estruturas de referência (...). Isso permite que os significados que os indivíduos atribuem para os eventos e relacionamentos sejam entendidos nos seus próprios termos” (MAY, 2004, p. 150). Além disso, procura-se dar sentido à noção de “processo” (BECKER, 1997), comportando uma compreensão do sentido das ações do sujeito e sua relação com os contextos sociais e biográficos. Por trabalhar a partir da memória, não se pode desconsiderar a seletividade dessa (BERGER, 1972, pp. 65-77), assim como não se pode deixar de lado a tendência dos atores

⁹⁰ Se Weber propôs uma tipologia da ação e da legitimidade foi porque considerava a possibilidade da combinação de sentido na ação de cada sujeito (DUBET, 2011, p. 117).

construírem narrativas coerentes e sem tensões⁹¹ (DUBET, 1996, p. 189). No entanto, antes de significar uma dificuldade, é a partir da abordagem de uma “apresentação de si” (DUBET, 1996, p. 189) por meio do acesso a narrativas resultantes de uma resignificação permanente do passado, na sua relação com o presente e com o futuro esperado (projetos pessoais), que se aborda o arranjo de sentido construído pelo ator à sua relação com o trabalho neste estudo.

A presente abordagem tem nas entrevistas semidiretivas em profundidade seu elemento central. Essas são complementadas por duas etapas posteriores, a de devolução das entrevistas transcritas e a realização de um encontro final com os entrevistados. A consumação dessas fases complementares baseia-se nos fundamentos epistêmico-metodológicos que estão presentes na sociologia da experiência de Dubet, que concebe a investigação enquanto um debate e considera a verossimilhança como o parâmetro possível de validação. Essas etapas foram empregadas como meio de aprofundar o caráter clínico da investigação, instituindo espaços complementares para trocas de argumentações recíprocas entre atores e investigador.

3. As etapas da investigação empírica

O objetivo do estudo desenvolvido foi o de compreender como os trabalhadores da economia solidária respondem aos requerimentos que permeiam a sua relação com o trabalho. Para abordar esse trabalho do ator de articulação de sentido foram realizadas 34 entrevistas semiestruturadas⁹² com trabalhadores de três empreendimentos econômicos solidários de diferentes setores (metalúrgico, reciclagem e confecção). As entrevistas foram seguidas pela devolução e debate individual sobre o material transcrito⁹³ e pela realização de um encontro com cada um dos grupos de entrevistados⁹⁴, no qual a análise em curso pelo investigador foi submetida ao debate.

⁹¹ “Evidentemente, esta apresentação de si tem todas as probabilidades de anular as tensões na medida em que o próprio exercício da apresentação pública exige a construção de uma coerência e de uma complementaridade das diversas dimensões, como a autobiografia é a transformação do acaso em destino e do destino em vocação. Mas a análise rigorosa de certas experiências sociais mostra que os atores vivem constantemente nestas tensões, nos interfaces das lógicas de ação” (DUBET, 1996, p. 189).

⁹² Realizadas de abril a junho de 2011 nas sedes dos empreendimentos.

⁹³ Levadas a cabo entre julho e outubro de 2011.

⁹⁴ Encontros efetivados no mês de janeiro de 2012.

3.1 A preparação do estudo empírico

O período precedente à investigação empírica é relevante para o estudo como um todo (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1995, p. 21). A preparação para o estudo empírico antecipou o movimento pendular entre a teoria sociológica e o contato com a experiência dos atores que marca a metodologia de investigação proposta, permitindo a delimitação do problema de pesquisa e o adiantamento de possíveis obstáculos (práticos e teóricos). Essa fase preparatória para o estudo empírico foi composta de quatro etapas: a seleção dos empreendimentos a serem estudados, a realização de entrevistas exploratórias não diretivas com lideranças de empreendimentos, a escolha dos trabalhadores a serem entrevistados e a preparação de um guia para as entrevistas.

A escolha de empreendimentos foi pautada pela busca de uma diversidade de contextos. Sendo assim, primeiramente foram selecionados os segmentos metalúrgico, reciclagem e confecção, visto que se presumiu que eles expressam distintos cenários em que a relação com o trabalho se desenvolve⁹⁵. Essa diversidade é colocada de manifesto por uma tendência desses setores de possuírem trabalhadores com uma diversidade de trajetórias laborais, concepções do ofício, modos de relação com o empreendimento, níveis educacionais e econômicos. Ademais da procura por pluralidade de segmentos econômicos, foram exigidos os seguintes parâmetros na seleção dos empreendimentos estudados⁹⁶:

- Localização: região metropolitana de Porto Alegre.
Respondendo à necessidade de viabilidade logística e econômica da pesquisa;
- Número mínimo de sócios que trabalhem em conjunto: 20.
Procurando garantir que a problemática da relação com o empreendimento seja pertinente;
- Idade mínima do empreendimento: três anos de funcionamento;
Fundamenta-se na importância de que a investigação debruça-se sobre empreendimentos com uma antiguidade mínima e dentro dos quais haja uma diversidade individual no que concerne ao tempo no empreendimento.

⁹⁵ No entanto, não se tem a pretensão de dar conta de toda a diversidade dos empreendimentos associativos vinculados à economia solidária. Por exemplo, os empreendimentos rurais, que provavelmente são permeados por relações com o trabalho particulares, não foram abordados neste estudo.

⁹⁶ A seleção dos empreendimentos se deu a partir da base de dados do SENAES (SENAES-MTE, 2007).

Posteriormente à seleção dos empreendimentos a serem estudados, foram realizadas as visitas iniciais a esses, nas quais entrevistas exploratórias não diretivas com as lideranças foram realizadas. Nesse primeiro contato procurou-se aproximar-se da história dos grupos e da sua situação atual a partir do olhar dos líderes⁹⁷. A partir dessa relação preliminar, apresentaram-se os objetivos da pesquisa e as variáveis de seleção dos entrevistados, a saber: idade, sexo, tempo no empreendimento, função exercida e histórico laboral. Esses contatos iniciais permitiram, igualmente, a revisão do guia para as entrevistas, adaptando aspectos de sua estrutura e semântica.

3.2 As entrevistas semidiretivas em profundidade

Posteriormente à etapa de preparação, foram realizadas 34 entrevistas semidiretivas em profundidade (13 no empreendimento de reciclagem, 11 no de confecção e 10 no de metalurgia). O número de entrevistas foi determinado pelo critério de saturação⁹⁸, que, como acusa Morse (MORSE, 1995), é difícil de ser provado, mas que nesta investigação respondeu aos seguintes elementos: a representatividade dos diferentes parâmetros de seleção dos entrevistados (expostos anteriormente) e a identificação de repetição de determinados conteúdos no discurso (formas de construção da narrativa e sentidos dados às categorias centrais). Não se pode deixar de considerar que “New data (especially if theoretically sampled) will always add something new, but there are diminishing returns, and the cut off between adding to emerging findings and not adding, might be considered inevitably arbitrary” (MASON, 2010, §63)⁹⁹. Esse aspecto não deixa de ser uma das limitações inevitáveis deste estudo que tem de se adaptar aos requerimentos de tempo e recursos disponíveis. No entanto, entende-se que o número de entrevistas realizadas permitiu a identificação de elementos significativos, que dão conta satisfatoriamente da problemática proposta e que provavelmente estão presentes na população não entrevistada.

⁹⁷ Devido ao fato de que um estudo anterior foi realizado no empreendimento de confecção, não foi necessária a condução da entrevista exploratória com a liderança. No caso do empreendimento de reciclagem foram realizadas entrevistas exploratórias não somente com os líderes, mas igualmente com outros três trabalhadores.

⁹⁸ Mason (MASON, 2010) declara que o conceito de saturação é amplamente utilizado e discutido no âmbito científico, mas pouco compreendido.

⁹⁹ “Novos dados (especialmente se forem gerados por meio de uma amostragem teórica) sempre acrescentam algo de novo, mas com retornos reduzidos, o corte entre a adição de achados emergentes e a não adição desses, pode ser considerado inevitavelmente arbitrário” (MASON, 2010, §63, tradução nossa).

O cumprimento dos critérios de saturação somente foi possível por meio de uma permanente negociação com os grupos estudados, a fim de que permitissem um maior número de entrevistas e o contato com trabalhadores que devido ao seu papel na divisão de trabalho ou por sua falta de disposição, são de difícil acesso. De maneira geral, os grupos mostraram-se muito abertos à realização da investigação, sendo esta vista, muitas vezes, como um sinal de reconhecimento¹⁰⁰.

As 34 entrevistas foram realizadas com a utilização de um roteiro guia, preparado nas fases preliminares do estudo empírico e aperfeiçoado no decorrer da pesquisa. Apesar de possíveis mudanças pontuais, o roteiro se caracterizou em todo o transcurso do estudo por três etapas elementares:

- 1) Apresenta-se o modo de organização da entrevista ao ator (FLICK, 2008, p. 119), submete-se o termo de consentimento livre e esclarecido para leitura e assinatura e, por fim, se realiza uma pergunta de partida (KAUFMANN, 2011, pp. 33-36) impulsionadora de uma narrativa sobre a trajetória laboral;
- 2) Realiza-se perguntas que incentivam o ator a aprofundar e desenvolver uma narrativa de si enquanto trabalhador mencionando vivências passadas (FLICK, 2008, p. 119), presentes e projetos futuros. Durante a narrativa e, posteriormente a ela, pede-se ao ator que manifeste sua posição acerca de algumas categorias relevantes (FLICK, 2008, p. 119 e p. 133) presentes na relação desenvolvida com o trabalho;
- 3) Na etapa final da entrevista consulta-se o entrevistado sobre algum elemento que ele julga relevante e que não foi abordado na entrevista. Posteriormente à entrevista, e com o gravador desligado, procura-se incentivar uma avaliação do ator sobre a entrevista e a declaração de informações mais íntimas ou confidenciais.

¹⁰⁰ “Os estudantes, sabe, conhece essa gente? Mas é bom fazer entrevistas com as pessoas, mostrar, divulgar o trabalho da gente. Que a gente se dedica tanto, né, pra, pra que dê certo e aí quando vem os, as pessoas fazer um estágio, fazer uma visita pra nós é bom, é gratificante” (Adriana, Uniconfecção).

“Só parabenizar vocês por essa iniciativa, tua aí. Isso é o importante pra nós. Com a participação de vocês, vocês vindo fazer esses estudos eu me sinto gratificado pelo fato de que vocês que estudam, que tem essa oportunidade de estar envolvidos em outros meios sociais, valorizar esse pessoal que são os recicladores (...) querendo ou não, nós precisamos ver vocês com bons olhos, porque vocês são os nossos defensores lá fora. Em alguns locais nós não temos os acessos que tu tem. (...) Então pra nós, recicladores, isso é importante, cara. Então eu te parabenizo, aí, pelo trabalho. É válido. E nós, aqui, que trabalhamos na massa, digamos assim, é importante a autoestima dessas mulheres, a autoestima dos cooperados” (Artur, Coopereciclagem).

A articulação entre narrativas e definições subjetivas procura superar a dinâmica pergunta-resposta das entrevistas, além de evitar raciocínios muito gerais sem nenhuma referência pessoal ou situacional (FLICK, 2008, p. 134), assim como relatos muito focalizados sem o desenvolvimento de significados que superem a situação contada. Além disso, entende-se que esta abordagem é suficientemente aberta para que surjam surpresas no decorrer das entrevistas, pois o relato retrospectivo e prospectivo do ator permite que ele transite pelos distintos papéis sociais já exercidos, assim como pelas distintas exigências que marcam a sua vivência e em relação à qual o ator tem de construir uma narrativa relativamente coerente.

O objetivo deste estudo é buscar compreender a relação do trabalhador com o seu trabalho na economia solidária. Como explicitado no Capítulo 2, esse processo faz referência a atividade do ator, em responder aos distintos requerimentos que atravessam a sua relação com o trabalho. Entende-se que a relação que o indivíduo desenvolve com o trabalho – ou seja, o seu arranjo de sentido em relação ao projeto, aos requerimentos de eficácia e a sua pugna por autonomia – é expressa por uma articulação entre o desenvolvimento de uma narrativa sobre sua trajetória laboral (anterior, presente e os seus projetos pessoais) e sobre uma forma de relacionar-se com o empreendimento de economia solidária. No âmbito das entrevistas, isso significa que se procurou abordar os seguintes elementos¹⁰¹:

1. A trajetória laboral (primeiro trabalho, vivências laborais significativas e projetos pessoais);
2. A relação com o empreendimento: processo de entrada/fundação, o trabalho no empreendimento (descrição e avaliação das tarefas executadas, concepção de “trabalho bem feito”), participação nas decisões do empreendimento (meios, intensidade e regularidade e planos para o empreendimento), o significado e a identificação com o projeto de economia solidária;
3. Avaliação sobre a trajetória laboral e o trabalho no empreendimento: o que melhorou/piorou no decorrer da trajetória laboral, o significado da carteira assinada, a comparação entre as vivências laborais passadas e o trabalho na cooperativa.

¹⁰¹ Para uma visão mais detalhada consultar o roteiro utilizado nas entrevistas (Apêndice D).

A documentação da entrevista é um elemento essencial para a sua posterior análise. Para esse fim, utilizou-se uma folha de documentação (tal como sugere FLICK, 2008, p. 134), na qual constam os dados gerais do entrevistado e um diário de campo, que teve como objetivo descrever os elementos não orais que emergiram do contato com os trabalhadores antes, durante e depois das entrevistas. Como forma de documentação, para fins de análise e como meio de subsidiar o debate entre o investigador e os trabalhadores, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

3.3 A devolução das entrevistas transcritas

Posteriormente às entrevistas, a sua documentação mediante a transcrição do material gravado e ao desenvolvimento de uma primeira análise, realizou-se a devolução das entrevistas transcritas para os entrevistados e, posteriormente, efetivaram-se visitas regulares aos empreendimentos para que os atores pudessem fazer suas considerações. O objetivo desta etapa era o de fortalecer a relação com os entrevistados apresentando-lhes o material transcrito para que fosse submetido à revisão, para considerações, acréscimos ou supressões de partes do conteúdo a ser submetido à análise. A devolução das entrevistas transcritas serviu como um meio de reconhecimento dos atores, aspecto que colaborou sobremaneira para um aprofundamento da intimidade entre investigador e trabalhadores e para o acréscimo de qualidade nas etapas seguintes da investigação. Alguns entrevistados manifestaram que esta etapa foi relevante, visto que permitiu o registro da sua trajetória, a fim de que fosse compartilhada com pessoas próximas e com futuros sócios do empreendimento. Em outros casos, essa fase permitiu que fosse superada a construção de análises estáticas dos indivíduos, como “fotografias” de um dia em específico. Foram comuns os casos nos quais os entrevistados comentaram que no dia da entrevista havia acontecido algo na sua vida pessoal, familiar ou profissional, que influenciou na forma de construção do discurso (e quando isso não acontece?), o que os permitiu fazer considerações sobre o que foi dito. Os comentários dos atores foram registrados em diário de campo e incluídas na análise dos dados.

3.4 Encontros com os trabalhadores entrevistados

A última fase da pesquisa empírica constituiu-se por meio da realização de encontros com os entrevistados em cada um dos empreendimentos estudados. O objetivo desta etapa foi o de submeter aos trabalhadores, em um espaço coletivo, alguns elementos centrais da análise que vinha sendo realizada pelo investigador. Esse momento não se constitui somente como uma devolução dos resultados, visto que foi considerado enquanto componente da investigação e, portanto, passível de ser submetido e influenciar a análise final. Procurou-se, durante a realização desta etapa, incentivar a construção de considerações dos atores sobre a análise desenvolvida até então, mas também estimular reações às opiniões uns dos outros. Neste sentido, essa etapa foi marcada pela exposição em âmbito coletivo, tanto do investigador quanto dos trabalhadores, constituindo, assim, um momento potencialmente delicado¹⁰².

A apresentação das interpretações provisórias do pesquisador aos trabalhadores representa uma coerção positiva na atividade científica, na medida em que, a análise, quando compartilhada com os entrevistados, está colocada para a crítica, denúncia e aceitação destes. Apesar de esses encontros serem, a princípio, arriscados, não foram encontradas maiores dificuldades: os atores queriam falar, ser escutados, ouvir e avaliar uma interpretação “estrangeira” da sua realidade cotidiana, da qual eles são os maiores especialistas¹⁰³.

Desta forma, as análises submetidas aos coletivos de trabalhadores foram validadas por estes. Essa validação se deu não só pela concordância, mas, igualmente, pela discordância intensa, assim como pelo debate entre os atores discordantes e concordantes. Percebeu-se que os elementos trazidos aos coletivos, possuíam eco na experiência vivida dos atores. A apresentação da análise aos entrevistados e as suas múltiplas reações foram gravadas e submetidas à análise, tendo se mostrado um material profícuo para a compreensão da problemática abordada. Esse procedimento, muito próximo ao da intervenção sociológica, mostrou-se produtivo do ponto de

¹⁰² “Ao reencontrar os entrevistados para informá-los sobre as evidências identificadas e sobre a análise em curso, corri um grande risco. Eles poderiam não querer ouvir ou eu poderia terminar por falar algo que parecesse uma desvalorização ou um desrespeito. Corri um risco, visto que fiquei exposto. No entanto, esse risco é homólogo ao que eles vivenciaram ao participar da pesquisa. Esse risco foi, assim, um risco necessário e profícuo” (DIÁRIO DE CAMPO, pp. 30-31).

¹⁰³ “Cada encontro final com os grupos foi como se um dique se abrisse. Os aspectos da análise apresentados, por mais que fossem, em sua maioria, somente descritivos, uma mera organização do que eles mesmos me disseram, emergiram como um mecanismo de incentivo a uma autorreflexão de segundo grau (uma reflexão da reflexão) e em alguns casos incentivou que atitudes fossem tomadas: ‘se a maioria que está aqui pensa assim, porque não agimos?’ ” (DIÁRIO DE CAMPO, p. 30).

vista científico, adequado à ética na pesquisa e implicado nas problemáticas que atravessam a experiência dos atores.

3.5 A análise do conteúdo

Na presente investigação foram submetidas à análise de conteúdo 34 entrevistas semiestruturadas. Esse método de análise se refere a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimento, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42). Esse conjunto de técnicas caracteriza-se por uma hermenêutica controlada, que tem como fundamento a dedução e a inferência, configura-se, assim, como meio de se alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas (BARDIN, 1977, pp. 9-10). Desta forma, a análise de conteúdo permite acessar o aspecto latente que constitui os discursos (conteúdos e continentes) e romper com a intuição aleatória. Esse tipo de análise possui, assim, uma função heurística, enquanto modo de locupletar a tentativa exploratória, colaborando para possíveis descobertas; e como meio de “administração de prova”, permitindo que as hipóteses sejam testadas (BARDIN, 1977, p. 30). O objetivo da análise de conteúdo é substancialmente a inferência (que apela a indicadores) de conhecimentos referentes às condições de produção dos textos, sendo esse aspecto o seu objeto. O que se busca é uma relação entre as “estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados” (BARDIN, 1977, p. 41). Dentre os variados tipos de técnicas de análise de conteúdo, optou-se pela utilização de dois tipos complementares, a análise categorial e a análise de enunciação.

A análise categorial “(...) funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analíticos...” (BARDIN, 1977, p. 153). No âmbito desse estudo, ela tem como objetivo principal o de compreender a significação dada pelos atores às categorias que permeiam a sua relação com o trabalho. A análise categorial aborda a totalidade de um texto, submetendo-o a uma classificação categorial dos itens de sentido. Tais categorias para a análise de conteúdo devem ser, segundo Bardin (1977, p. 36): homogêneas (devem ser de mesma natureza); exaustivas (capazes de dar conta do texto); exclusiva (um

mesmo elemento não pode ser classificado em duas categorias); objetivas (analistas diferentes, quando utilizando o mesmo constructo categorial devem chegar a resultados iguais); e iguais ou pertinentes (devem ser adaptadas ao conteúdo e ao propósito da investigação). Neste estudo as entrevistas foram analisadas a partir de categorias que se dividem em dois eixos: a relação consigo (trajetória laboral e projetos pessoais) e a relação com o empreendimento (o projeto de economia solidária, a gestão do empreendimento e a atividade produtiva). Ao abordar esses dois eixos logrou-se compreender como os trabalhadores respondem aos requerimentos que emergem das diferentes dimensões da relação com o trabalho. Tendo sido definidas as categorias, as entrevistas transcritas foram submetidas à análise por meio do programa informático Nvivo. O objetivo central desta análise foi o de compreender os sentidos dados pelos atores às categorias referidas, no que concerne aos termos utilizados para descrever esses significados, denotando, deste modo, um significado, uma direção (positiva, negativa ou neutra) e uma intensidade à categoria denotada.

A análise de enunciação, por sua vez, baseia-se em uma “concepção do discurso como palavra em ato” (BARDIN, 1977, p. 169), compreendendo a comunicação como processo e não como dado. Desta forma, essa técnica procura abordar a dinâmica da entrevista. Em suma, a análise categorial debruça-se sobre o sentido conferido a determinadas categorias, enquanto a análise de enunciação aborda a lógica de construção do discurso. Neste sentido, essa técnica de análise considera o trabalho do ator na produção da palavra, produzindo um sentido e operando transformações, deste modo “o discurso não é transposição transparente de opiniões, de atitudes e de representações que existem de modo cabal antes da passagem à forma linguageira. O discurso não é um produto acabado, mas um momento num processo de elaboração.” (BARDIN, 1977, p. 170). Considerando isso, a análise de enunciação identifica as “condições de produção da palavra”. Na relação triangular entre o locutor, o seu objeto de discurso e o entrevistador, o informante é levado a enfrentar a necessidade de construir um discurso lógico e relativamente coerente, a partir de seus conflitos e das suas incoerências inconscientes. Assim sendo, procurou-se compreender o arranjo do discurso, ou seja, a lógica intrínseca que estrutura cada discurso mobilizado no ato da entrevista.

Na análise de enunciação, cada entrevista é abordada em sua singularidade, organização e totalidade, tendo como foco, neste estudo, o modo como os atores encadeiam logicamente as proposições de sua narrativa. Sendo assim, para a análise de enunciação tal como é utilizada neste

estudo, foram determinados como indicadores os modos de encadeamentos entre as proposições dos discursos, suas possíveis continuidades e rupturas, na constituição de narrativas por parte dos atores. Se a análise categorial possibilita compreender o sentido dado a certos tópicos, a análise de enunciação permite compreender o encadeamento dessas categorias na construção de narrativas. A escolha dessas técnicas baseia-se na distinção entre conhecimento episódico e conhecimento semântico feita por Tulving (1972) e retomada por Flick (2008, p. 114), que já foi apresentada. A articulação das técnicas de análise de enunciação e análise categorial como é proposta, permite abordar esses diferentes elementos que compõem o “mundo do conhecimento” (FLICK, 2008, p. 116) evocado pelo ator. A utilização combinada dessas duas técnicas possibilita uma abordagem com um duplo ângulo: por um lado, debruça-se sobre cada entrevista em sua totalidade (análise de enunciação); e, por outro, procura-se identificar o sentido dado às categorias nos discursos de diferentes atores (análise categorial). A operacionalização conjunta entre a análise de enunciação e categorial permite uma triangulação (DENZIN, 1989 e FLICK, 1992) por meio da combinação de diferentes enfoques (semântico e episódico), o que possibilita um acréscimo da qualidade dos dados, assim como das análises e dos resultados finais (FLICK, 2008, p. 133). Por intermédio da análise de conteúdo foi possível a análise dos sentidos conferidos a cada uma das dimensões do trabalho (apresentados nos capítulos 4, 5 e 6) e uma tipologia dos modos de relação com o trabalho na economia solidária (exposta no Capítulo 7).

4. Conclusão

Este capítulo apresentou os princípios epistemológicos da sociologia da experiência e o modo de sua operacionalização por meio de procedimentos metodológicos adequados tanto aos requisitos dessa perspectiva sociológica, quanto à problemática proposta nesta dissertação. O principal objetivo da metodologia desenvolvida é o de abordar o trabalho do ator em compor a sua relação com o trabalho frente aos distintos requerimentos que a permeiam. Deste modo, esta metodologia parte da subjetividade dos indivíduos para compreender os obstáculos que se apresentam a ela, obstáculos esses que, apesar de expressos em escala individual, não se limitam a tal.

O mais elementar dos postulados epistemológicos da sociologia da experiência é o de que o ator, por ter de gerenciar distintas lógicas de ação, possui capacidades reflexivas, acionadas

permanentemente pela necessidade de se justificar e se explicar para si e para os outros. Como foi exposto, esse elemento possui consequências profundas para o fazer sociológico. A primeira delas é a necessidade do enfoque dessa atividade do ator sobre si, suas articulações de sentido e os obstáculos que se apresentam. O segundo efeito desse postulado é a necessidade do estabelecimento de espaços de argumentação recíproca, nos quais sociólogo e ator encontram-se e apresentam suas teses. Nesses espaços, o investigador deve ser capaz de gestionar um caráter clínico no seu contato com os atores, a fim de que possa acessar e compreender a experiência deles e os arranjos de significado que a fundamenta. E, por fim, a validação das teses do pesquisador somente é possível em um sentido “fraco”, por meio da noção de verossimilhança, que se baseia na ideia de que a força de uma tese científica fundamenta-se, entre outros fatores, na sua capacidade em produzir ecos na experiência dos atores.

Sem desconsiderar a importância da intervenção sociológica e sua adequação aos postulados da sociologia da experiência, este capítulo apresentou uma abordagem alternativa centrada nas entrevistas semidiretivas em profundidade, que foram complementadas pela devolução das entrevistas transcritas e pelo encontro final com os entrevistados. No âmbito das entrevistas, a articulação entre narrativa episódica e conceituação categorial, mostrou-se de grande valia, pois permitiu compreender com maior profundidade a articulação de sentido construída pelo ator e sua localização no tempo e espaço subjetivos. A devolução das entrevistas e o encontro posterior com os entrevistados mostraram-se como momentos positivos não somente do ponto de vista ético, mas, inclusive, no sentido de debater com os entrevistados sobre os resultados preliminares, permitindo que fossem compreendidas as diferentes visões de tais, de desenvolvê-los e de validá-los.

A metodologia apresentada não desconsiderou os aspectos específicos das realidades laborais e, para tanto, o contato intensivo e cotidiano com os empreendimentos econômicos associativos e seus trabalhadores foi relevante, a fim de que se pudesse desenvolver maior confiança e maior abertura para aspectos não previstos em momentos anteriores à investigação empírica. Contudo, apesar de atenta às particularidades dos casos específicos abordados, entende-se que a relação do trabalhador com o seu trabalho levada a cabo nesses, expressa, pelo menos em alguma medida, tendências identificáveis em outros empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária.

O estudo desenvolvido a partir da metodologia proposta teve como resultado a identificação de sentidos dados a cada uma das dimensões da relação com o trabalho (apresentados nos três próximos capítulos), assim como os distintos tipos de relação do trabalhador (expostos no Capítulo 7). Entende-se que a metodologia proposta mobiliza de forma adequada a sociologia da experiência, respeita as particularidades das iniciativas estudadas, sem deixar de lado o objetivo de contribuir para uma compreensão mais ampla dessas realidades. Se nos dois capítulos iniciais foi delineado o objeto proposto, assim como o seu marco interpretativo, e este capítulo ofereceu uma forma de abordagem da realidade empírica, a segunda parte desta dissertação relata os resultados do estudo empírico, que a partir da metodologia aqui indicada, respondem à problemática dessa investigação.

PARTE 1: CONCLUSÃO

A primeira parte desta dissertação teve como objetivo apresentar a sociologia da experiência, a sua posição em relação às demais perspectivas sobre a ação social e sua potencialidade para a análise do trabalho na economia solidária (Capítulo 1), assim como o modo de operacionalização desta no presente estudo, por meio de um modelo de análise (Capítulo 2) e uma metodologia (Capítulo 3).

Dubet procura contribuir para a readequação da análise sociológica frente à atual fragmentação da disciplina e às transformações sociais de amplo espectro ocorridas nas últimas décadas. Para tanto, o autor propõe uma combinação de modos de interpretação da ação social, desenvolvidos originalmente com pretensões gerais, mas que são tomados como explicações parciais no âmbito da sociologia da experiência. Assim, o conceito de experiência social expressa a não redutibilidade da ação nem aos imperativos sistêmicos, nem à racionalidade estratégica dos atores. Neste cenário, o ator é impelido a distanciar-se de si e do mundo, a fim de articular distintos princípios constitutivos da ação, conformando, deste modo, a sua experiência. A abordagem de Dubet parte da subjetividade dos atores para compreender os mecanismos e obstáculos sociais que a atravessam e representa, nesta dissertação, o referencial teórico central. Afirma-se que este modo de interpretação do social é apropriado ao contexto brasileiro, assim como à realidade dos empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária. Para além dessa adequação, postula-se que a análise em termos de experiência social permite compreender o trabalho nesta *outra economia* de modo pouco explorado pela literatura sobre o assunto. Entende-se que essa proposta representa um terceiro olhar que se localiza no hiato entre, por um lado, os autores implicados no projeto de economia solidária, que combinam, sem uma separação evidente, análises empíricas e proposições normativas, e, por outro lado, os autores críticos, que destacam a funcionalidade sistêmica dessas práticas, sua homologia em relação às novas formas de organização do trabalho e o caráter emergencial em que são realizadas. Por conseguinte, defende-se que a partir da sociologia da experiência é possível compreender a relação com o trabalho na economia solidária sem limitá-la a uma distância/proximidade do projeto (tendência dos autores engajados), ao mesmo tempo em que se considera a possibilidade emancipatória dessas práticas (aspecto secundarizado pelos autores críticos).

A partir da sociologia da experiência desenvolveu-se uma abordagem da relação com o trabalho na economia solidária, tendo como enfoque a atividade dos atores em face de três dimensões fundamentais: o projeto de economia solidária, os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a luta por autonomia. Considera-se que cada um desses aspectos tem uma capacidade explicativa limitada, visto que o ator não se reduz a nenhum deles, ao mesmo tempo em que todos o interpelam. Assim, a compreensão da relação com o trabalho se deu por um duplo movimento: pela interpretação, a partir dos trabalhadores, das dimensões supracitadas e pela análise do modo como os atores articulam os distintos sentidos vinculados às diferentes dimensões. A metodologia mobilizada mostrou-se adequada tanto à sociologia da experiência quanto aos propósitos desta investigação, na medida em que combinou a intensidade do contato com os atores envolvidos, o estabelecimento de espaços para debate entre investigador e entrevistados, e a análise de conteúdo categorial (focalizada na significação das categorias pelos diferentes indivíduos) e por enunciação (que enfoca na lógica da narrativa individual). A seguir, são apresentados os resultados do estudo empírico realizado a partir dos fundamentos introduzidos na primeira parte desta dissertação.

PARTE 2: O TRABALHADOR E O SEU TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: RESULTADOS DO ESTUDO EMPÍRICO

A segunda parte desta dissertação é composta por quatro capítulos. Nos três primeiros procura-se compreender como os atores vivenciam cada uma das dimensões da relação com o trabalho: o projeto de economia solidária, os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a luta por autonomia. O quarto capítulo é dedicado à análise de como os trabalhadores dos empreendimentos econômicos associativos estudados articulam os sentidos promovidos a essas diferentes dimensões, compondo, assim, a sua relação com o trabalho. Os resultados do estudo empírico mostraram-se coerentes com a tese postulada de que a relação com o trabalho na economia solidária não se reduz a nenhuma de suas dimensões, assim, os atores não correspondem, integralmente, a nenhuma delas e, a todas, ao mesmo tempo. Para além da definição oficial do projeto de economia solidária, de uma visão do trabalhador restringida ao aspecto instrumental do seu trabalho, e de uma descrição do ator enquanto sujeito pleno já constituído, identificou-se que os atores desenvolvem um trabalho de ressignificação e articulação dos sentidos que emergem das diferentes dimensões da relação com o trabalho.

Essa tese fundamenta-se na sociologia de Dubet e na sua posição em relação o debate sobre a ação social, aspecto desenvolvido no primeiro capítulo. A perspectiva do autor francês procura, por meio da noção de experiência social, sintetizar, por um lado, a forma clássica de se pensar sociologicamente e, por outro, os paradigmas da ação que emergiram como crítica dessa sociologia clássica. Dubet destaca, simultaneamente, a limitação e o potencial desses dois conjuntos de perspectivas para se compreender a ação social. Para tanto, segundo o autor faz-se necessário um reposicionamento da análise que tem de ser capaz de dar conta da pluralidade crescente da ação social (expressa pela multiplicidade de lógicas de ação e de sistemas sociais) e o distanciamento do ator em relação ao sistema e os seus imperativos. A presente dissertação não procurou fazer mais do que operacionalizar essa proposta para o estudo da relação com o trabalho na economia solidária, espaço entendido enquanto privilegiado para a perspectiva da sociologia da experiência, devido à heterogeneidade que a marca.

Se os três primeiros capítulos desta parte da dissertação tratam do modo como os atores atuam face às diferentes dimensões da relação com o trabalho e os aspectos contingenciais que delas emergem, o último capítulo aborda, por sua vez, o esforço dos atores em articular os

distintos sentidos conferidos a cada uma das dimensões da sua relação com o trabalho. Em outras palavras, os três primeiros capítulos versam sobre a ressignificação das peças do “quebra-cabeça”, que conforma a relação com o trabalho. Já o último capítulo tem como foco a diversidade de formas de “montagem” desenvolvidas pelos atores, aludindo, assim, aos distintos tipos de relação com o trabalho. A descrição analítica dos diferentes sentidos de cada uma das dimensões da relação com o trabalho, presente nos capítulos 4, 5 e 6, complementa e é complementada pela exposição de uma tipologia das formas de relação com o trabalho apresentada no Capítulo 7. A dupla abordagem representada por essas duas etapas corresponde aos dois tipos de análise de conteúdo (a categorial e de enunciação) mobilizados e à tese de uma dupla pluralidade da relação com o trabalho na economia solidária (de dimensões e de articulações de sentidos conferidas a tais). Cada uma dessas técnicas de análise possui diferentes limitações e potencialidades. Enquanto a análise dos sentidos conferidos às categorias centrais da relação com o trabalho (capítulos 4, 5 e 6) permite maior amplitude, a abordagem de cada tipo de arranjo individual de sentido (Capítulo 7) possibilita maior profundidade. Reconhecendo as restrições de cada um desses ângulos analíticos, entende-se que por meio de seu uso articulado pôde-se alcançar um maior número de achados e evidências, constituindo, assim, uma abordagem triangular que possibilitou maior nível de confiança e validade dos resultados apresentados. Alerta-se, contudo, que a leitura que se restringe a somente uma dessas etapas de análise é incompleta, pois os achados expostos possuem maior sentido analítico quando vinculados entre si.

O contato com os trabalhadores envolvidos nesta pesquisa expressou o seu papel não passivo em relação à sua ação. Durante as entrevistas e demais espaços de contato, a relação com o trabalho foi descrita menos como um exercício de um papel instituído e mais enquanto um trabalho permanente de arranjo e rearranjo de sentidos. Os trabalhadores mobilizaram intensamente explicações e justificações para descreverem quem eles são (e quem não são) e porque o são, assim como o que fazem e porque o fazem. A exposição da fala dos entrevistados procura destacar suas reflexões, trajetórias, críticas e emoções. Por meio dessas se demonstrará que os atores não são nem os militantes engajados que o projeto de economia solidária poderia esperar, nem meros agentes produtivos passivos que uma análise crítica poderia prever, e ainda, nem os sujeitos autônomos plenamente constituídos que uma perspectiva subjetivista poderia supor. Diferentemente disso, eles são atores que têm de se esforçar para compor os sentidos de

sua relação com o trabalho, pois esses arranjos não são óbvios ou dados previamente. Este estudo empírico procura destacar, ao mesmo tempo, o papel ativo do ator e o ambiente contingente em que ele atua. Deste modo, desenvolve-se a tese de que nenhuma das dimensões da relação com o trabalho é capaz de explicá-la se tomada isoladamente. Os atores vivem cada uma das dimensões da sua relação com o trabalho enquanto elementos parciais de sua experiência, o que demanda do ator um duplo movimento: a ressignificação de cada uma das dimensões da sua relação com o trabalho (exposta nos capítulos 4, 5 e 6) e a constituição de uma articulação desses diferentes sentidos (apresentada no Capítulo 7). A fim de que os resultados apresentados nos próximos quatro capítulos sejam mais facilmente compreendidos, realiza-se, a seguir, uma breve apresentação dos empreendimentos e dos trabalhadores participantes deste estudo.

Os trabalhadores e os empreendimentos estudados

O estudo empírico apresentado foi desenvolvido em três empreendimentos de economia solidária da região metropolitana de Porto Alegre dos segmentos de metalurgia, confecção e reciclagem. A seguir, será feita a apresentação dos empreendimentos e dos trabalhadores envolvidos na investigação. Decidiu-se por manter o nome dos trabalhadores e dos empreendimentos em sigilo, pelas seguintes razões: a profundidade qualitativa dos relatos fornecidos (logo, da exposição dos indivíduos); o fato de que a nomeação dos empreendimentos e entrevistados não contribuiria para uma maior compreensão do leitor a respeito desses; e porque os resultados da pesquisa já foram debatidos com os trabalhadores participantes.

A Cooperalumínio

A Cooperalumínio foi fundada em agosto de 2001 a partir da massa falida de uma tradicional indústria de alumínio da cidade de São Leopoldo. Assim como a antiga empresa, a cooperativa produz utensílios de alumínio como chaleiras, panelas, cafeteiras, entre outros. A empresa que veio a falir foi estabelecida em 1929, chegando a ter 800 trabalhadores (sendo uma das maiores empresas de utensílios de alumínio do estado do Rio Grande do Sul), possuindo somente 52 quando da sua falência, sendo que, destes 42 participaram da fundação da

cooperativa¹⁰⁴. O melhor momento da antiga empresa se deu durante os anos 1970, quando havia um ambiente de desenvolvimento industrial no País (LEITE, 1994). Tendo tido uma estabilização durante a década de 1980, no decorrer dos anos 1990 a empresa começa a entrar em crise. A principal razão para isso é a distância que a antiga empresa manteve das tendências no setor metalomecânico de introdução de processos de automação da fabricação, uso de tecnologias microeletrônicas e a aplicação de novos modos de organização da produção e do trabalho (MAGALHÃES, 1998). O contexto de crise econômica que assolou o país no final da década de 1980 e durante a década de 1990 somou-se a essa obsolescência da empresa, levando-a a um gradativo declínio da produção e a demissões constantes. Deste modo, o atual presidente da cooperativa comenta que a falência da antiga empresa não se deu de forma abrupta, foi um processo gradativo que tardou anos: “O pessoal do calçado aqui em cima, chega lá, fechou, lacrou. Aí tu te desespera, né. Aqui, não, aqui o pessoal já vinha tomando pauladinha, pauladinha, então já tava acostumado” (Marcos, Cooperalumínio). Francisco, que estava há 47 anos na antiga empresa e possui 10 anos na cooperativa, sendo atualmente vice-presidente, relata como foi o processo de fundação da Cooperalumínio:

Aí faliu [a antiga empresa]. E o que aconteceu? Nós tinha uns 50 e poucos empregados aí dentro da empresa, aí “o que vamos fazer?”. A maioria do pessoal aí era gente que já tinha uma idade, não era muito novo e tinha um grau de estudo meio fraco também e só trabalhava em alumínio, essas coisas. (...)A idade já não ajudava. Não tinha formação nenhuma, não tinha curso técnico, não tinha nada.

(...) Entre o grupo aí, a gente já tinha ouvido falar e tal, “quem sabe a gente fazer uma cooperativa”. (...) Aí formamos uma cooperativa. (...) Aí vamos trabalhar aqui dentro, tá, isso aqui não era mais nosso, já era da massa falida. Então ele teve em contato com a pessoa que era responsável pela massa falida, a síndica. Daí ela nos liberou pra gente trabalhar aqui dentro. Aí foi feita a papelada, tudo direitinho, só que elas disseram que no começo a gente teria que pagar um ônus pra eles de aluguel, pelo maquinário... apesar de conta que era nosso, mas tava tudo na justiça. Aí a gente pegou e começamos a produzir (Francisco, vice-presidente da Cooperalumínio).

A fala de Francisco descreve a fundação da cooperativa como uma luta pela manutenção do emprego e pela garantia da subsistência familiar. A relevância do emprego e renda se deu porque grande parte dos trabalhadores não mais correspondia aos critérios de empregabilidade presentes no mercado de trabalho e porque eles não receberam, de forma integral, os direitos trabalhistas da antiga empresa. A fundação da cooperativa foi motivada, igualmente, como destacam outros entrevistados, enquanto um meio de permitir a continuidade do exercício dos

¹⁰⁴ Durante o processo fundacional, os trabalhadores da Cooperalumínio contaram com o apoio econômico, técnico e político da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão) e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo.

diferentes ofícios¹⁰⁵ que os trabalhadores desenvolveram durante as suas trajetórias laborais¹⁰⁶. Neste sentido, a fundação da cooperativa foi marcada por esse contexto de dificuldades, agravado pelo fato de que a produção somente teve início seis meses depois de sua criação¹⁰⁷. Após o começo das atividades produtivas, a primeira decisão da cooperativa foi adquirir os direitos sobre a marca da antiga empresa, pois, segundo a opinião dos trabalhadores, essa garantiria um espaço privilegiado no mercado¹⁰⁸. A marca da antiga empresa era, na perspectiva dos associados, um sinônimo de boa qualidade. Apesar das justificativas em relação ao mercado, é inegável que a decisão pela compra dos direitos da marca teve, igualmente, como base um sentimento de identificação com a antiga empresa.

Depois dos primeiros anos de dificuldade, nos quais alguns trabalhadores (sobretudo os que não eram aposentados) saíram da cooperativa e os que ficaram recebiam valores abaixo dos pagos pelo mercado, a cooperativa alcançou relativa estabilidade econômica. Atualmente o empreendimento possui 30 sócios trabalhadores que, em sua maioria, trabalharam na antiga empresa que veio a falir e são aposentados (ou em visa de aposentar-se). De maneira geral, eles vivem nos bairros periféricos de São Leopoldo (e cidades vizinhas) e possuem pelo menos ensino fundamental completo. A cooperativa conta, igualmente, com seis trabalhadores terceirizados que não são associados e trabalham em tarefas mais especializadas e menos constantes, geralmente relacionadas à soldagem. Esses trabalhadores não se tornam associados porque o valor de mercado do seu trabalho é superior à remuneração média dos associados na Cooperalumínio, ademais, outro motivo é que a demanda pelo seu trabalho não é contínua.

A organização do trabalho na Cooperalumínio alude, em grande medida, ao trabalho da antiga empresa. Esse aspecto é expresso pelo fato de que, apesar do número reduzido de trabalhadores, são identificados oito setores: fundição, laminação, montagem, moldagem,

¹⁰⁵ O termo ofício alude, no âmbito desta dissertação, a um modo de fazer específico, em relação ao qual o ator possui conhecimento, se identifica e é identificado. Deste modo, o ofício remete ao aspecto artesanal que permeia qualquer tarefa exercida. Dubet sintetiza o sentido dessa noção enquanto “(...) a capacidade de produzir algo, de conhecê-lo e de fazer-se reconhecer” (DUBET, 2006, p. 444, tradução nossa).

¹⁰⁶ “É. Não adianta, digamos assim, “vou ali pro hospital, vão me pagar o dobro do que eu ganho aqui”, mas se eu não gosto daquilo ali, eu não vou ser feliz lá. Eu não vou ser feliz” (Fernanda, Cooperalumínio).

¹⁰⁷ “Meu Deus do céu! Foi muito sofrido. A gente... não só eu, os que ficaram, a gente gostava, gosta, né. A gente vestia a camisa mesmo pra trabalhar. Pra a gente foi difícil, até no dia em que eles vieram lacrar os portões, tudo, que mandaram nós se retirarmos da fábrica e a gente tava tudo em reunião, né. Aí já tava aquela coisa, fecha, não fecha, fecha, não fecha. Eu me lembro que nós estávamos em reunião. Chegaram lá e mandaram todo mundo se retirar, começaram a lacrar, lacrar. Horrível! (...) os que ficaram [para funda a cooperativa] são aqueles guerreiros mesmo, que amavam mesmo o Alumínio, né” (Fernanda, Cooperalumínio).

¹⁰⁸ “A primeira etapa que a gente fez foi comprar a marca, porque a marca era a principal, né” (Francisco, Cooperalumínio).

estamparia, polimento/lixamento, expedição e ferramentaria/manutenção¹⁰⁹. A organização do trabalho da cooperativa mantém, neste sentido, um formato fordista/taylorista, adaptado à escassez de recursos do empreendimento econômico associativo. A utilização de um mesmo trabalhador em diferentes setores é uma das formas para se adaptar à limitação de força de trabalho e à fragilidade do maquinário disponível. Em relação à remuneração, ela se dá de forma fixa¹¹⁰, havendo três níveis de valores segundo o grau de complexidade e a formação exigida para o trabalho¹¹¹. A variação da remuneração, entre a maior e a menor, é de aproximadamente 10%, sendo que o valor médio pago aos trabalhadores é de cerca de dois salários mínimos e meio¹¹². A jornada de trabalho regular é de oito horas diárias, sendo comum não haver expediente quando da falta de pedidos ou quando da falha no maquinário, assim como o alongamento da jornada e o trabalho nos finais de semana quando há um excedente de pedidos.

No interior da cooperativa há um espaço dedicado especificamente à administração, no qual o presidente coordena a produção (programando e distribuindo o trabalho) e a secretária se responsabiliza pelo contato com fornecedores e representantes. Os demais componentes do conselho administrativo não se dedicam unicamente à gestão, desenvolvendo as atividades na produção de forma simultânea. O conselho administrativo (presidente, vice, secretária e tesoureiro), que se dedica à organização da gestão da cooperativa, teve diferentes formações no decorrer dos anos, tendo havido certa rotatividade nos distintos cargos de direção. O encontro entre todos os cooperados ocorre mensalmente, no momento do pagamento, e na assembleia geral anual. Os trabalhadores relatam que esses espaços acabam cumprindo funções mais operacionais (pagamento e reformulação da direção), não sendo comuns os debates sobre as decisões da cooperativa. Apesar da situação emergencial que marcou a fundação da cooperativa ter sido relativamente superada, o envolvimento dos trabalhadores com a gestão do empreendimento tende a ser limitado.

¹⁰⁹ Para um panorama mais sintético sobre a organização do trabalho na Cooperalumínio ver o fluxograma de produção (Apêndice F).

¹¹⁰ Os trabalhadores terceirizados (não sócios) ganham por produção.

¹¹¹ Segundo Marcos, presidente da cooperativa: “Na verdade, quando a gente foi usar isso aí [os níveis de remuneração], foi uma pessoa que esteve aqui através da Unisinos, que veio aqui visitar. Ele viaja muito pra Espanha, explicou, era um grande conhecedor do cooperativismo, e ele falou pra mim, “você são sócios? Quer igualdade? Usa no final do ano, quando sobra. No dia-a-dia, não. Aí tu tem que ver capacitação. Se o fulano é um ajudante, ele é um ajudante. Se aquele ali é um profissional, ele é um profissional, então ele não pode ganhar igual”. E daí a gente vai aprendendo e depois a gente começou a mudar” (Marcos, Cooperalumínio). A fala de Marcos é um exemplo da influência direta dos acadêmicos na organização da cooperativa.

¹¹² No momento da redação desta dissertação o salário mínimo era de R\$ 622,00.

Atualmente o empreendimento enfrenta desafios financeiros, produtivos e legais para a sua manutenção e desenvolvimento no mercado. A falta de capital de giro faz com que não seja utilizada toda a capacidade produtiva da cooperativa, assim como a obsolescência do maquinário dificulta uma estabilidade da produção (os defeitos do maquinário são regulares) e uma maior produtividade (os trabalhadores evitam “exigir muito” das máquinas). A comercialização das mercadorias representa outro obstáculo, sobretudo nos primeiros meses de cada ano, nos quais é comum que a produção pare por completo por alguns dias devido à falta de pedidos. Contudo, o fator que mais gera preocupações para os trabalhadores é o jurídico, isso porque a cooperativa ainda não detém legalmente a propriedade do maquinário (paga-se um aluguel mensal de mil e duzentos reais), do terreno e do prédio.

A Uniconfecção

Devido a sua história de forte imbricação no movimento de economia solidária, a cooperativa Uniconfecção, localizada na região norte de Porto Alegre, é considerada pela bibliografia, por agentes de apoio e por gestores públicos como um modelo a ser seguido. Essa cooperativa de confecção – que produz diferentes peças de vestuário sob encomenda – emergiu da mobilização comunitária de mulheres que buscavam melhores condições para o posto de saúde local e que, por meio do contato regular, decidiram organizar uma forma de geração de renda¹¹³. Apesar das inúmeras dificuldades geradas pela falta de capital e de apoio técnico, elas conseguiram, em maio de 1996, estabelecer a cooperativa, e em 2005, conquistaram a sede própria. Atualmente a cooperativa possui certa estabilidade financeira, expressa pela ampla variedade de clientes, o que possibilitou a concessão de férias, o aumento da remuneração e das retiradas anuais. Gradativamente gerou-se emprego e renda no próprio bairro, possibilitando um maior contato com a comunidade local. Os vinte e seis trabalhadores da Uniconfecção (vinte e cinco trabalhadoras e um trabalhador), vivem próximos à cooperativa, sendo essa uma exigência

¹¹³ No relato das cooperadas sobre o empreendimento é possível perceber uma relevância da atuação da presidente nesse processo: “Aí a Sônia que teve essa ideia de montar uma cooperativa, trazer pessoas da comunidade pra trabalhar junto com ela e poder aproveitar aquela mão de obra que tava sendo, que tava ali, né, pertinho dela e ela foi vendo, começaram com alimentação, com panificadora, assim, fazendo pão, né. E foi, aí foi mudando a maneira delas pensar (...)” (Adriana, costureira, Uniconfecção).

presente em estatuto¹¹⁴. A maioria dos trabalhadores do empreendimento de confecção é proveniente do interior do Estado, tendo se mudado para o bairro a fim de ocupar um posto de trabalho em uma das indústrias próximas¹¹⁵. No entanto, o fechamento ou o enxugamento dessas empresas, assim como o envelhecimento dos trabalhadores, os levaram a procurar por alternativas de emprego e renda.

A organização do trabalho na Uniconfecção é caracterizada pela existência de três setores que apresentam distintas características em relação ao modo de remuneração e à divisão do trabalho. O setor da costura é o maior da cooperativa e possui ao todo dezessete cooperadas. O modo de fazer nesse setor caracteriza-se pela ausência da divisão do trabalho, visto que a peça é feita inteiramente pela mesma cooperada. Esse aspecto somado à remuneração por produção individual (e, evidentemente, às condições técnicas do trabalho de costura), possibilita que algumas das sócias realizem o seu trabalho no âmbito doméstico, de forma exclusiva (sem produzir na sede do empreendimento) ou complementar (trabalhando em casa depois da jornada realizada na cooperativa).

O setor de corte centraliza as atividades da cooperativa: nele se recebe o pedido, se divide e se distribui a produção para os demais trabalhadores e, posteriormente, quando a mercadoria está pronta, ela volta ao setor de corte que realiza a entrega ao cliente final. Se na costura o trabalho é individual, no corte ele é realizado por duas equipes compostas por duas trabalhadoras, sendo que a remuneração corresponde à produtividade de cada equipe. Como não há nenhum trabalhador exclusivamente incumbido da coordenação da produção, o setor do corte responsabiliza-se pela organização cotidiana desse aspecto. Dado seu caráter polivalente e organizativo, existe a tendência de as mais antigas na cooperativa (e com maior experiência em confecção) ficarem nessa parte do empreendimento, aspecto que nem sempre se efetiva, devido à identificação de algumas cooperadas mais antigas com o trabalho da costura.

A serigrafia é a única parte da cooperativa que não participa da produção de todas as mercadorias. Nesse setor há divisão do trabalho, aspecto que vincula-se com a forma de

¹¹⁴ A impossibilidade de a cooperativa pagar pelo deslocamento é o principal argumento apresentado para essa regra. No entanto, ela está sendo revista, pois a cooperativa tem tido dificuldades em encontrar novos sócios.

¹¹⁵ “Aí fomos 20 na segunda reunião. Não, na primeira tinha ido 19, aí entenderam que tinha que ser mais pra ser cooperativa, aí a segunda foi 35, aí a gente fechou com as 35. Aí num instante saíram 10 e ficou em 26 que é o que se tem até hoje, né, nunca mais se conseguiu chegar àquela... então a gente definiu que a gente não ia passar muito disso que a gente consegue fazer assembleia com todos, tu sabe o nome de todos, sabe onde mora sabe de tudo, pra ter um controle melhor. Então a gente não quer ampliar muito mesmo. Trabalho até tem. Às vezes a gente pensa em aumentar mais, mas depois de um tempo que ficou em 26, se falou então de 26 não vai se aumentar muito, mais duas, três, só” (Luciana, Uniconfecção).

remuneração no setor, que é por produtividade setorial. Os cooperados da serigrafia, diferentemente da tendência dos outros setores, entram na cooperativa, geralmente, sem o conhecimento do trabalho a ser efetuado. Esse setor experimentou altos níveis de rotatividade no passado, mas com o aumento da produtividade (logo, da remuneração), houve uma estabilização da equipe de trabalho.

Na Uniconfecção são realizadas assembleias mensais, nas quais se debate e delibera aspectos relacionados à organização do trabalho, ao planejamento da cooperativa e, anualmente, discute-se sobre a composição da direção. A maioria dos trabalhadores da cooperativa exerceu ou exerce algum cargo na direção, no entanto, a presidência foi sempre ocupada pela mesma pessoa, que mesmo desempenhando funções no governo do Estado, continua a ser presidente da cooperativa¹¹⁶. Essa dificuldade de rotatividade na presidência se deve à identificação pela maioria dos cooperados de que é ela que sabe com *quem falar* e, sobretudo, *como falar*. A Uniconfecção é uma iniciativa da comunidade levada a cabo em condições muito adversas economicamente. A inserção da cooperativa no movimento de economia solidária e as suas redes de mútuo apoio, assim como o esforço cotidiano de seus cooperados, permitiu que fosse alcançada certa estabilidade econômica. No entanto, os cooperados expressam relativa insegurança quanto ao futuro da cooperativa, sobretudo caso a sua presidente resolva afastar-se.

A Coopereciclagem

A Coopereciclagem localiza-se na periferia de Canoas, tendo sido fundada (na forma de associação) em 1999 e se dedicado, desde então, à reciclagem de resíduos sólidos. Assim como a Uniconfecção, a Coopereciclagem foi fundada por meio da ação de um grupo de mulheres preocupadas com as dificuldades que afligiam a comunidade. Essas mulheres eram vinculadas a Pastoral da Criança e atuavam na igreja local¹¹⁷. A cooperativa iniciou suas atividades enquanto associação, tendo como primeira sede a garagem de uma das sócias fundadoras. A luta pela sede própria foi permeada pela resistência do governo local, assim como de alguns dos vizinhos que entendiam que um galpão de reciclagem poderia afetar a salubridade do bairro. Em 2002, apesar

¹¹⁶ A presidente da cooperativa, devido ao seu cargo no governo estadual, trabalha na cooperativa somente nas duas primeiras horas. Nelas, ela se responsabiliza, sobretudo pela separação do trabalho para o dia.

¹¹⁷ O relato de Rita, uma das fundadoras, expressa a situação difícil que se vivia no bairro: “Como eu, como quando eu vim morar aqui. As pessoas batendo no teu portão dizendo assim: “olha, hoje eu não tenho nem, nem pro, não tenho nem salmoura pro, nem sal pra botar na panela” (Rita, Coopereciclagem).

desses obstáculos, o grupo conseguiu, por meio do Orçamento Participativo, as verbas necessárias para a construção do galpão. Com a sede própria, a então associação abriu inscrições para que trabalhadores da comunidade pudessem se associar. Contando com cerca de 10 trabalhadores, o início da associação foi difícil, devido: à falta de regularidade produtiva; à baixa quantidade e qualidade de resíduos entregue pela coleta seletiva municipal; e pela falta de capital para investimento. Esses aspectos afetaram a produtividade dos trabalhadores e a sua remuneração, o que fez com que houvesse uma alta rotatividade de sócios, sobretudo nos anos iniciais.

Depois de ter alcançado maior estabilidade, o galpão de reciclagem sofreu um incêndio em 2005, o que praticamente inviabilizou as suas atividades por cerca de dois meses, tendo sido difícil reconstituir o corpo de sócios posteriormente à reforma. No entanto, em 2008 a associação “deu a volta por cima” segundo as palavras de Rita, uma de suas fundadoras. O motivo para isso foi o convite de uma fábrica de tratores da cidade, para que a associação se responsabilizasse pela separação dos seus resíduos sólidos. O acesso a resíduos de maior valor agregado possibilitou que o grupo tivesse um aumento de suas receitas. No entanto, para realizar o trabalho solicitado pela fábrica de tratores, a associação teve que realizar as suas atividades na sede da indústria de forma paralela às desenvolvidas no galpão do empreendimento. Em 2010 a associação se transformou em cooperativa, o que levou à maior participação dos trabalhadores na gestão e possibilitou o acesso do empreendimento econômico associativo ao edital da coleta seletiva municipal, o que permitiu um novo meio de impulsionar a receita do empreendimento.

Atualmente a cooperativa possui cerca de 30 trabalhadores, número que varia intensamente, havendo a tendência de os associados saírem da cooperativa nos últimos meses do ano, sobretudo para ter acesso a empregos provisórios (especialmente no comércio) e evitar as condições mais difíceis de trabalho no galpão de reciclagem durante o verão. Essa rotatividade é expressa pelo fato de que, dos dezesseis entrevistados para este estudo (incluindo as entrevistas exploratórias), seis saíram da cooperativa entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Do total de trabalhadores, seis trabalham no entreposto localizado na fábrica de tratores, dezenove labutam no galpão próprio da cooperativa e cinco se responsabilizam pela coleta seletiva. Os trabalhadores da cooperativa dividem-se em quatro funções básicas: triagem, prensagem, coleta e coordenação. A remuneração é fixa no caso dos coordenadores, dos responsáveis pela triagem na sede da fábrica de tratores, dos trabalhadores da prensa e da coleta. O coordenador geral recebe

60 reais por dia trabalhado e os demais recebem 40 reais; os trabalhadores da prensagem recebem 25 reais por dia; e os da triagem localizados na indústria de tratores, assim como os dedicados à coleta seletiva recebem 30 reais por dia. Os trabalhadores da triagem no galpão da cooperativa recebem por produção coletiva, o que gera, em média, uma remuneração de 25 reais diários. Cada uma das funções possui multas por atraso ou não comparecimento sem justificativa, assim como bônus por presença e produtividade. A jornada de trabalho é de nove horas diárias, cinco dias por semana, sendo comum o trabalho aos sábados quando há muitos resíduos estocados¹¹⁸.

A coleta seletiva é realizada pela cooperativa com um veículo próprio adquirido com recursos do governo municipal. A Coopereciclagem é responsável pela coleta no distrito onde o empreendimento está localizado, e compartilha com outros três galpões a coleta do distrito industrial (local onde os resíduos possuem maior valor agregado). O trabalho da coleta é permeado por um constante esforço físico dos trabalhadores, assim como por diferentes riscos à saúde. Contudo, os coletores destacam que o seu trabalho possibilita um maior contato com a cidade e a população, o que permite o recebimento de doações. O trabalho na triagem, principal setor da cooperativa, é muito intenso e demanda concentração e agilidade devido aos diferentes tipos de materiais a serem separados. Os resíduos são depositados e triados em estruturas que os trabalhadores denominam de *gaiolas*¹¹⁹, e são divididos em diferentes *bags*¹²⁰ exclusivos aos distintos tipos de materiais. Posteriormente, o material triado é levado à prensa, na qual os “preenseiros” o compactam e armazenam para venda. As diferentes atividades desenvolvidas na cooperativa podem representar riscos à saúde dos trabalhadores, tendo já ocorrido acidentes com “preenseiros” (na operação das prensas), com coletores (na entrada e saída dos caminhões) e com os trabalhadores da triagem (no manejo de objetos cortantes).

¹¹⁸ Teresa, trabalhadora da triagem, conta como é a sua rotina: “Eu acordo na minha casa 5 horas. (...) tomo chimarrão até 5h10, 5h20, por aí, depois eu chamo os neném, dou banho neles, aí 6h15 boto eles no ônibus (...) daí... 7h10, 7h15 tem que tá aqui pra trabalhar, então de manhã eu já (passo uma lida) em casa (...) já deixo adiantado. Que daí eu chego aqui... e já tô com minhas coisas praticamente adiantadas já, deixo o feijão cozido, já deixo as roupas no arame, alimento os passarinhos, já deixo os passarinhos tratados, né... já deixo meu pátio varrido, a roupa bem estendida no arame, passo uma vassourinha ligeirinho na casa, aí venho trabalhar. Aí chego aqui, trabalho aqui, direitinho, temos nossa oração de manhã, né. Nós fazemos uma oração na hora da chamada, aí depois cada um vai pras suas mesas trabalhar. Chega meio-dia, solto, vou correndo pra casa, tomo banho de novo. (...) Já tem, já tô com o almoço mais ou menos preparado, ponho no fogo, vou lá no tanque, esfrego mais um pouquinho de roupa, torço, volto pra almoçar e venho pra cá de volta. (...) não tem folga. Só olho, assim, pra minha caminha...se eu me sentá... Lá pelas 8h30, 9h, eu tô deitando já, no outro dia tem que levantar de novo” (Teresa, Coopereciclagem).

¹¹⁹ As *gaiolas* são espaços delimitados por uma cerca de metal onde são depositados os resíduos. Cada *gaiola* possui uma mesa ao centro na qual os resíduos são separados.

¹²⁰ Os *bags* são tonéis de plástico ou sacos de estopa nos quais são depositados os diferentes tipos de resíduos já triados.

Os sócios da cooperativa de reciclagem se encontram mensalmente para que seja feito o pagamento e para o debate acerca de possíveis problemas que emergiram no cotidiano de trabalho. Anualmente, realiza-se a assembleia geral ordinária, na qual são organizadas a prestação de contas e a eleição para cargos representativos, quando for o caso. A cooperativa participa ativamente dos movimentos sociais ligados aos catadores de material reciclável, assim como das atividades do movimento de economia solidária. No entanto, essa participação se restringe à parte de suas lideranças¹²¹. A Coopereciclagem enfrenta, assim, obstáculos relevantes no que concerne à fixação dos trabalhadores na empresa, aspecto importante que não só limita a participação dos trabalhadores, mas afeta a sustentabilidade econômica do empreendimento. As condições precárias do trabalho, a discriminação social contra os trabalhadores da reciclagem e a consequente dificuldade de desenvolvimento de uma identificação do trabalhador com o seu trabalho são, possivelmente, algumas das razões que explicam esse processo.

* * *

Após o breve relato do histórico, das condições e dos desafios dos empreendimentos estudados e de seus trabalhadores, será realizada a exposição, nos três capítulos seguintes, dos sentidos conferidos pelos atores a cada uma das dimensões da relação com o trabalho, e no quarto capítulo apresentam-se as diferentes formas como os trabalhadores articulam tais sentidos, instituindo a sua relação com o trabalho.

¹²¹ As lideranças da cooperativa são da mesma família, fato que, segundo alguns dos associados, tende a gerar a imagem do empreendimento como uma “empresa familiar”.

CAPÍTULO 4: O PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O presente capítulo aborda como os trabalhadores dos empreendimentos estudados se relacionam com o projeto de economia solidária, sendo essa a primeira das dimensões da relação com o trabalho a ser analisada. No âmbito desta investigação, a economia solidária faz referência a um conjunto de princípios normativos e programáticos que conformam o projeto dessa *outra economia*, em relação ao qual parte dos empreendimentos econômicos associativos se vincula. Postula-se, deste modo, que as expectativas do projeto de economia solidária emergem enquanto um dos aspectos que interpelam os atores na sua relação com o trabalho. No entanto, a resposta dos atores é muito mais complexa do que a simples aceitação ou recusa desse projeto. Eles se relacionam com tal não somente em uma proximidade/distância, mas sim por meio da ressignificação dos diferentes aspectos nele presentes.

A construção do projeto de economia solidária se deu por meio de muitas e diferentes mãos. Apesar dessa pluralidade, foram destacados, no Capítulo 2, cinco postulados centrais: o foco nos vínculos de reciprocidade e uma ressignificação da eficiência; a democracia interna por meio da autogestão; a cooperação e a solidariedade interna e externa aos grupos; a autonomia do trabalhador sobre a organização do próprio trabalho; e, por fim, a centralidade do trabalho e não do capital. Esses princípios acabam por desenvolver uma descrição prescritiva (“*é assim e se não é deveria sê-lo*”) que não deixa de interpelar os trabalhadores de economia solidária na sua relação com o trabalho. De que forma os trabalhadores reagem a tais princípios à luz de suas trajetórias laborais e de suas vivências cotidianas? Este capítulo é dedicado a esse questionamento, por meio da apresentação de cinco aspectos relevantes na relação entre os trabalhadores e o projeto de economia solidária: a distância/proximidade com o projeto; a autogestão e a responsabilização do trabalhador; o projeto e a atividade produtiva; as concepções de solidariedade e cooperação; e, por fim, as justificativas e as críticas ao projeto de economia solidária.

1. Os trabalhadores frente ao projeto de economia solidária

O projeto de economia solidária oferece princípios normativos que pautam certas expectativas sobre as práticas dos empreendimentos econômicos associativos a ele vinculados; os trabalhadores, por sua vez, significam esse projeto de diferentes formas, colocando sobre ele, igualmente, distintas esperanças. Afirma-se, deste modo, que os atores não são passivos, tanto na possível recusa, quanto na possível adesão a esse projeto de economia solidária, em ambos os casos há concepções subjacentes que fundamentam tais atitudes.

O primeiro conjunto de posicionamentos dos atores frente ao projeto de economia solidária baseia-se em uma compreensão desse enquanto um programa a ser aplicado no âmbito do empreendimento e a ser reivindicado por meio do movimento de economia solidária. O projeto, neste sentido, apresenta-se enquanto uma referência que não explica integralmente as práticas atuais dos empreendimentos:

Acho que isso, na grande maioria dos empreendimentos ainda, as pessoas querem trabalhar pra alguém... Eu acho que a gente não deve afirmar isso, mas parece que as pessoas, porque eu acho que elas são uma consequência desse mundo que te prepara pra isso, parece que elas até gostariam, sabe? De ir lá, fazer o trabalho e ir embora pra casa... E cuidar da vida. E quando a gente fala de economia solidária tu não pode ir pra casa e cuidar, e cuidar de uma outra coisa que não é aquilo (Sônia, presidente da Uniconfecção).

Segundo essa perspectiva, em âmbito interno a adesão ao projeto alude a uma ação no empreendimento (maior viabilidade econômica e democracia interna) e sobre os seus trabalhadores (compreensão do projeto, maior envolvimento e participação) e em âmbito externo a uma ação na comunidade e no movimento de economia solidária. Esses aspectos, apesar de diferenciados, fazem, segundo esses atores, parte do mesmo processo que possui no referido projeto a sua referência central. Esse posicionamento, frente ao projeto de economia solidária, o concebe menos como uma descrição e mais como uma prescrição. Assim, sua incapacidade descritiva (inadequação a alguns aspectos da condição atual dos empreendimentos) é tratada como um desafio que fundamenta o engajamento destes atores.

A segunda perspectiva trata o projeto de economia solidária enquanto uma teoria, que deveria (mas não o faz de forma satisfatória) explicar a realidade vivenciada. Essa concepção baseia-se, segundo os atores, em uma disjunção relevante entre a realidade dos empreendimentos e o discurso do projeto. Entender e falar a linguagem do projeto dessa *outra economia*, evocando

as suas terminologias, torna-se uma tarefa apartada do trabalho cotidiano dos empreendimentos.

Assim, a economia solidária é, antes de tudo, algo a ser aprendido:

Eu nunca estudei sobre, fui a fundo, assim, pra ver bem o que é a economia solidária, né (Ângela, costureira, Uniconfecção).

Eu acho que a gente tem que pensar bastante, né?! Eu pelo menos na minha parte, eu penso bastante, sabe?! Depois que eu entrei aí e vi o que é o cooperativismo, eu já viajei com eles pra Minas Gerais, sabe?! Assisti bastante palestra, daí eu vi como é que é a coisa (Pedro, Cooperalumínio).

Pra melhorar? Acho que tem que... Além de mais pessoas, né, acho que algum, acho que também precisa muito de formação. Elas [as outras sócias] precisam mais de formação. Sobre os materiais, sobre, até mesmo sobre elas serem cooperado (Rosa, Coopereciclagem).

O projeto de economia solidária tratado como teoria explicativa expressa a expectativa que os atores têm de compreender a sua própria realidade por meio de parâmetros externos. Contudo, esse intento, em alguns casos, não se realiza visto que os atores percebem uma disjunção entre a “teoria” do projeto e a prática dos empreendimentos:

Eu já fui em vários lugares, que eles falam sobre economia solidária, mas eu não consigo entender o que eles querem dizer com economia solidária. Porque eles vão em reunião, eles falam, falam, falam... Como a gente, tá aqui, tem bastante trabalho e a gente tenta passar pra outra cooperativa, aí eles vêm, “ah não, não quero esse trabalho, esse trabalho é muito pouco”, então... eu tenho um pensamento que economia solidária é nome de fachada, sabe [risos] no que eu já vi, pelas coisas que eu vejo, assim sabe, eu acho que é nome de fachada(...) Muita falação. Na hora de tu fazer é totalmente diferente, né?! (Cristina, Uniconfecção).

Claro, tinha palestra de coisa boa, tinha gente, tinha muitos professor da Unisinos aqui, tinha muita coisa boa, mas tinha coisa que a gente assistia por assistir, sabe. Porque é uma coisa que tu sabe que não tem... Não tem muito nexo nas coisas (Mario, Cooperalumínio).

Que hoje em dia tá difícil de tu distinguir o que que é solidariedade, né, o que que é ser solidário, porque hoje nem, nem os grupos solidários não têm solidariedade. (...) Acho que existe uma... tem que aprender bastante ainda sobre o que é solidariedade (Rita, Coopereciclagem).

Por mais que seja cooperativismo, não existe isso. É cada um por si, querendo batalhar, batalhar, batalhar, e indo. A grande dificuldade que a gente encontra aí, nas discussão, é isso aí (Isabel, Uniconfecção).

Eu, pra mim, é só uma fantasia. É só uma fantasia porque não tem nada de economia, não tem nada de solidário, ninguém ajuda ninguém. Elas se reúnem ali pra discutirem as reuniões, discutem, batem boca e ninguém decide nada. É só mesmo uma fantasia. Eu fui em várias reuniões, acabei saindo de lá, entrando como saí, e nunca consegui nada (Isabel, Uniconfecção).

A frustração com a potencialidade explicativa do projeto de economia solidária em relação às práticas, pode fazer com que os atores o critiquem, mas, igualmente, pode ocorrer um deslocamento do problema dos conceitos para as práticas, no qual as suas vivências laborais “não são o que deveriam ser”. Nesse sentido, o projeto de economia solidária e a identificação, por parte dos atores, de sua não realização integral nas práticas, pode fazer com que seja mobilizado para criticar certos aspectos dos empreendimentos, assim como para justificar parte de suas ações.

No entanto, apesar de o projeto poder ser mobilizado como um recurso para crítica, ele continua, sob essa perspectiva, sendo visto como algo que vem nomeadamente “de fora”. Essa externalidade remete, de forma mais comumente, ao movimento de economia solidária e aos seus diferentes espaços e atores. Apesar dos trabalhadores entenderem que a economia solidária é incapaz de explicar integralmente o seu cotidiano, essa perspectiva não deixa de emergir, por meio da resignificação dos atores, enquanto um mecanismo, mesmo que parcial, de explicação, justificação e crítica da realidade laboral vivenciada.

Todos os entrevistados identificaram a distância entre o projeto de economia solidária e as práticas dos empreendimentos. Essa disjunção foi tratada pelas duas formas descritas anteriormente: a primeira justifica que o projeto é somente uma referência para a ação e que *ainda* não corresponde à realidade; e a segunda apreende o projeto enquanto teoria explicativa da realidade. A incongruência identificada pelos atores entre o que dizem que eles fazem e o que eles vivem cotidianamente coloca-lhes um problema. A relação dos atores com o projeto de economia solidária não se restringe a um aceite ou a uma recusa deste. Assim, o projeto emerge enquanto uma dimensão interpeladora da relação com o trabalho, não em seu formato “original” (descrito no Capítulo 2), mas sim na tensão entre as normativas “oficiais” e as concepções dos atores sobre tais. Tratemos, assim, das distintas concepções sobre essa *outra economia*, que emergem da relação entre os trabalhadores e o projeto de economia solidária, uma relação na qual as esperanças e expectativas emergem de ambos os lados.

2. Autogestão e responsabilização do trabalhador

A autogestão configura-se enquanto um dos aspectos centrais do projeto de economia solidária, pois é o elemento que alude de forma mais direta e tangível a um modo de organização dos empreendimentos. A autogestão, enquanto um dos principais indicadores da economia solidária, baseia-se no modelo cooperativo de organização da empresa, o que faz autores como Singer (2002) defenderem que a cooperativa é o formato organizacional primeiro da economia solidária. A autogestão, para além de sua proposta formal, é dotada de sentidos determinados no âmbito do projeto de economia solidária, o que termina por vincular-lhe certas expectativas sobre o modo de sua realização. Os atores não permanecem passivos frente à autogestão e às expectativas do projeto de economia solidária sobre esta, eles afirmam, assim, as suas concepções a partir do contexto em que vivem.

A ausência do patrão é o primeiro aspecto sentido por um novo associado, sendo um dos indicadores mais comumente ativados pelos atores para reivindicar o seu empreendimento enquanto participante da economia solidária. A autogestão é, para os trabalhadores, antes de tudo, o lugar da ausência dos patrões (e de seus intermediários como gerentes, diretores, engenheiros...), segundo a imagem que a maioria dos trabalhadores fazem desses (autoritários, controladores, preguiçosos...). Apesar da força desse sentimento, a ausência do patrão não leva, necessariamente, a uma sensação de propriedade sobre o empreendimento:

Sou dona da minha casa, que nem eu digo: da minha casa eu sou dona, daqui não [risos]. Aqui eu sou dona do meu trabalho, né, que é bem... é bem diferente, né?! Eu faço o meu trabalho, não sou dona, não dá pra dizer que eu sou dona. Se eu sou dona, então que que eu vou ficar fazendo aí?! Se eu sou dona eu não vou trabalhar! Ah, coisa séria, mas aí eles inventam... não, sou dona do meu trabalho, eu sou obrigada a trabalhar, se eu, eu não trabalhar, eu não vou sobreviver. Não tem como sobreviver daí, né?! (Teresa , Coopereciclagem).

O sentimento de não propriedade do empreendimento atrela-se a uma compreensão de que, apesar da ausência do patrão e de seu comando, o trabalhador continua a depender do próprio trabalho para garantir a sua sobrevivência. Os trabalhadores entrevistados diferenciam a propriedade que o patrão possui nas empresas privadas, da que eles possuem nos empreendimentos econômicos associativos: quando o “patrão” é proprietário, a posse da empresa vincula-se a uma ideia de gozo, exploração e não trabalho; e, quando a posse é do trabalhador associado, ela tende a vincular-se com um processo de responsabilização simultaneamente tido

como uma possibilidade de organizar o próprio trabalho, como um risco e como um aumento das tarefas:

Os “patrão” é nós mesmo, nós somos os donos disso aqui, vai sair do bolso de quem? (Mário, Cooperalumínio).

É, tem razões, assim, né, como eu te falei, de não ter um patrão, isso é importante. Mas é o que eu digo, o patrão tem o cabelo branco de tanto compromisso. A gente tem todos esses (Luciana, Uniconfecção).

Essa diferenciação do significado de posse explica porque o mesmo trabalhador afirma que é dono e depois que não o é: “Eu, por enquanto, não me acho dono. Só que tem muita gente que se acha muito dono e querem subir, sabe, querem subir em cima das pessoas, só que não é por aí” (Mário, Cooperalumínio). Estas afirmações aparentemente contraditórias fundamentam-se nas duas acepções sobre a propriedade, aludidas anteriormente e que definem a propriedade do trabalhador associado sobre o empreendimento enquanto responsabilização.

A responsabilização do trabalhador pelo seu trabalho se afirma em diferentes níveis nos empreendimentos estudados. Primeiramente, ela alude à responsabilidade que o trabalhador possui sobre o próprio trabalho:

Que nem eu te falei, eu não me acho dono ainda, eu não me acho dono. Se eu tô aqui é pra trabalhar. Nem comento com os meus amigos, com ninguém, que eu sou dono disso aqui. É o meu trabalho, isso aqui é o meu trabalho, não é a minha empresa.

Olha, na prensa que eu trabalho, eu acho que eu tenho [poder de decidir], porque ali quem decide é eu, o que eu tenho que fazer ali, quem decide sou eu, mas o resto, não (Jorge, Cooperalumínio).

O sentimento de responsabilidade sobre o próprio trabalho é manifestado pela maioria dos trabalhadores. Na ausência do comando no trabalho, expresso pela figura do “patrão”, os empreendimentos desenvolvem um conjunto de normativas que centraliza a responsabilidade produtiva no próprio trabalhador individual¹²², como o pagamento por produção, a flexibilidade da jornada e do local de trabalho e as multas por faltas, atrasos e erros. A responsabilização do trabalhador pelo seu trabalho traz consigo a possibilidade e a necessidade de um maior (auto)controle sobre a forma de trabalhar. O controle individual sobre o próprio trabalho é, simultaneamente, um dos aspectos identificados como positivos pelos trabalhadores e como um elemento que gera problemas. Por um lado, relaciona-se à flexibilidade da forma de trabalhar, do

¹²² “Aqui não tem. Ninguém manda em ninguém. O que a gente acha que tem que fazer o que eu acho que eu tenho que fazer, eu vou lá e faço...” (Sandra, Cooperalumínio). “E outra coisa, a gente trabalha pra gente mesmo, né não, não temos que ser mandado por esse ou por aquele. Às vezes a gente pede a opinião, que nem a Rosa, ela é a nossa coordenadora chefe.” (Joana, Cooperreciclagem).

horário, da jornada e do local de trabalho; e por outro, vincula-se com a instabilidade produtiva, exaustão e o não uso de equipamentos de segurança¹²³. Neste nível da responsabilização o trabalhador sente que é proprietário, menos da empresa do que do próprio trabalho¹²⁴. Segundo a perspectiva dos trabalhadores entrevistados, enquanto na empresa privada parte dos frutos do trabalho é usurpada pelo patrão, no caso da empresa autogestionária, o trabalho perderia esse caráter de exploração, o que não necessariamente vincula-se a uma ideia de posse do empreendimento associativo como um todo.

A responsabilização e o controle que o trabalhador possui sobre o próprio trabalho é visível, por exemplo, no caso das costureiras da Uniconfecção, que são remuneradas por produção individual e possuem a possibilidade de alongar a jornada de trabalho, levando peças para serem produzidas em casa. No entanto, esses dois aspectos podem levar a uma exaustão dos trabalhadores:

Antes, assim, eu ficava estressada porque eu queria terminar o trabalho e acabava trabalhando até tarde da noite depois daqui. Às vezes no sábado. No domingo a gente dava uma voltinha e eu já queria ir pra casa porque tinha um serviço lá me esperando que eu queria adiantar no fim de semana. Então isso, assim, pra saúde da gente não é bom, mas eu fiquei um bom tempo fazendo isso (Márcia, Uniconfecção).

Outro exemplo alude ao uso opcional de equipamentos de segurança e proteção na Cooperalumínio (aspecto mais tácito do que instituído formalmente):

(...) na fundição ali os cara fundindo, vazando ali, de chinelo de dedos, totalmente desprotegidos, né, sem um capacete, às vezes até de camisa, até de física, aquilo é um perigo. Eu acho que ali, a fundição, no vazar, aquilo ali tinha que tá uniformizado, com botina, até capacete tinha que usar ali, óculos, usar tudo isso aí. De todos nós, eu acho, agora tem gente ali, que se tu... cooperados, colegas nossos, que se tu fala em usar proteção, botina, isso, aquilo, é capaz de dizer que não quer usar. Se colocam contra, não se dão conta do perigo (João, Cooperalumínio).

A autogestão vincula-se, nos empreendimentos estudados, não somente à responsabilidade do trabalhador pelo seu trabalho (no sentido individual), mas também à necessidade de que os sócios (ou pelo menos alguns deles) tomem para si as tarefas de gestão. Este é o segundo nível da responsabilização, o que alude ao empreendimento como um todo e não somente ao trabalho individual produtivo. Diferentemente do que parece pressupor o projeto de economia solidária, a responsabilização pelo empreendimento não é generalizada a todos os

¹²³ [A cooperativa] É mais, a pessoa não tem mais aquele compromisso assim, né?! Ter que chegar na hora certa, ter que ser certinho, né?! Aqui não precisa ser, ter aquele compromisso mesmo, né?! (Carlos, Cooperalumínio).

¹²⁴ A dificuldade de uma concepção trabalhador-proprietário no âmbito dos empreendimentos de economia solidária foi destacada anteriormente por Lima (2010).

trabalhadores ou à maioria deles, havendo a tendência de um afastamento integral ou parcial dos atores, levando à existência de um grupo reduzido que se dedica a esse aspecto. É possível afirmar, assim, que os casos estudados são caracterizados pelo que Dal Ri e Vieitez (2001) denominaram enquanto *gestão de quadros*¹²⁵. Esse modo de operação do poder se estabelece pelo afastamento dos trabalhadores das tarefas de gestão ou por uma delegação de parte dessas responsabilidades a uma pessoa ou a um grupo reduzido de trabalhadores que, geralmente, possuem trajetórias de engajamento político. Segundo a concepção de gestão de quadros, a figura do quadro dirigente é distinta do papel cumprido pelo “patrão” em uma empresa privada: o primeiro *organiza*, já o segundo *comanda*:

Tu sabe que a Sônia, ela tem esse espírito, a Sônia seria nossa patroa aqui dentro. Claro que ela não manda e desmanda que nem um patrão, mas ela tem essa... essa presença que a gente vê ela como um líder, né (...). Porque eu acho, assim, que a cooperativa funciona muito bem, nós, do corte, a gente toma a responsabilidade de tudo, a gente resolve alguns problemas... mas a Sônia, ela tomou esse partido, sabe? (...) A gente vê ela como isso, uma pessoa, uma líder que toma conta de tudo. Que vai na serigrafia e fala o que eles tem que fazer, como é que eles tem que fazer (Cristina, Uniconfecção).

A delegação das tarefas de gestão aos quadros se fundamenta em uma não identificação do trabalhador com funções de gestão e em uma descrição de si enquanto incapaz de cumprir esse tipo de tarefas¹²⁶:

É, no caso, assim, só pra escutar eles, né. Porque as coisas que eles fazem, eu não tenho como fazer, não tenho como saber fazer porque eu sou analfabeta. Então, pra mim, fica complicado. Aqui dentro tem duas analfabetas: tem eu e mais uma outra. Mas... então... eu acho meio difícil. Mas escutar, eu gosto de escutar, eu gosto de assistir, nós temos a reunião do nosso pagamento, né, então eu gosto de... ficar alerta, como se diz, assistindo tudo, né, bem... bem calmo, fico assistindo tudo (Teresa, Coopereciclagem).

Eu disse “nunca mais eu quero cargo nenhum”. Só em pensar em... não! não adianta! Eu sei trabalhar. Eu sempre digo assim, “olha, eu sei trabalhar” (Luciana, Uniconfecção).

A divisão das tarefas de gestão e produção é perceptível com diferentes intensidades nos casos estudados. Ela é mais intensa na Coopereciclagem, onde o grupo gestor não participa da produção, menos intensa na Cooperalumínio, na qual alguns gestores participam da produção, e, ausente na Uniconfecção, onde todas as lideranças participam da produção. Essa divisão entre o

¹²⁵ Situação identificada, igualmente, em estudo anterior (SPERONI, 2010). Para Dal Ri e Vieitez, a gestão de quadros é uma contingência histórica das organizações, produzida pela situação de classe dos trabalhadores. A existência da direção de quadros é a expressão e ao mesmo tempo o sujeito do conflito que perpassa as organizações autogestionárias.

¹²⁶ No entanto, nem todos os atores com maiores níveis de responsabilização pelo empreendimento participam da gestão, visto que diferentes concepções sobre a empresa podem estar em disputa.

trabalho de gestão e o trabalho produtivo permite que os grupos conciliem o engajamento e a participação no espaço público por intermédio dos quadros com a manutenção da atividade produtiva garantida pelos demais trabalhadores. A atuação dos quadros no espaço público não deixa de ter efeitos sobre o empreendimento, seja por meio do contato com agentes externos relevantes (clientes, agentes de apoio e fornecedores) ou por meio do acesso a recursos externos (créditos, doações, atividades de formação e participação). No entanto, esses resultados positivos da atividade realizada pelos quadros tendem a ser vistos, pelos demais trabalhadores, como conquistas que são frutos somente do esforço individual da liderança:

(...) se não fosse a Sônia, hum-hum [não], não existia Uniconfecção. E não tem ninguém que faça isso hoje. Qualquer grupo, por que os grupos começam e de repente tão tudo lá embaixo? Porque não tem esse pique de ir, de ir, de ir, de falar, de procurar ajuda aqui, ali (Isabel, Uniconfecção).

Ah, todas as coisas que eles fazem pra nós são sempre boas. Basta a gente prestar atenção, escutar e fazer o que eles querem. Porque eles fazem bastante coisa pra gente, né, essas coisas que eles fazem na rua, os caminhões que eles arrumam pra vender os nossos materiais e tudo o mais... então...a gente também tem que levar em consideração. Se eles não fazem lá em cima, como é que eles vamos fazer aqui embaixo? (Teresa , Coopereciclagem).

A atitude de responsabilização sobre o empreendimento foi colocada em manifesto pelas lideranças, para as quais o foco do seu trabalho é o empreendimento coletivo¹²⁷. No caso da Uniconfecção, esse enfoque das lideranças atrela-se com um engajamento no movimento de economia solidária, aspecto também presente na Coopereciclagem, mas menos intenso na Cooperalumínio. A responsabilização pelo empreendimento se dá no nível da gestão, no qual, de maneira geral, as lideranças se responsabilizam pela organização da produção, pelo contato com agentes externos (poder público, agências de apoio, fornecedores), pelo planejamento do empreendimento, mas também pela formação (técnica ou cooperativista) dos demais trabalhadores.

Os trabalhadores que adotam uma atitude de responsabilização pelo empreendimento desenvolvem um “trabalho sobre os outros”, no qual procuram fazer com que os demais trabalhadores internalizem certos valores e pratiquem determinadas condutas nos empreendimentos:

Ah, o mais importante é tu... Eu acho que é dar o exemplo, por causa que realmente elas vão te... Fazer geralmente o que tu faz, né, dar o exemplo é... São pessoas que tu tem que

¹²⁷ O discurso das lideranças foi marcado pelo seu papel de porta-vozes, expresso pelo recorrente uso da primeira pessoa do plural.

tá sempre puxando, sempre orientando, tu fala num dia tem que falar no outro. São pessoas difíceis de lidar.

(...)

Até agora eu não consegui ensinar ninguém, mas a minha intenção é ensinar elas, ensinar outras pessoas pra ocupar esse cargo e ficar, se eu tiver que sair. É meio complicado, elas não querem que eu saia, né. Tem uma certa dependência delas, assim, se eu tô aqui ou se eu não tô (Rosa, Coopereciclagem).

Que às vezes tu cansa de repetir as mesmas coisas pra eles. “Ah, não entendi”, “Ah, mas isso não é assim”. Então às vezes eu canso. Às vezes eu tenho que deixar eles se quebrarem. Às vezes eu fico quieto nas assembleias pra ver a reação deles, sabe, pra ver eles falarem. É o sistema patronal, eles têm muito aquela coisa do “tudo tá bom, tudo tá bem”. De repente eu roubo o dinheiro, vou embora, e tudo tá bom, tudo tá bem. Como aconteceu em outras cooperativas, como tá acontecendo numa outra (Leandro, Coopereciclagem).

Ele [o trabalhador] precisa [para trabalhar na Uniconfecção] ter abertura pra trabalhar em grupo. Mais do que ser um bom profissional, mais do que ter experiência, mais do que ter qualquer coisa. Ser uma pessoa que goste de tá no meio das outras pessoas. Aí, você trabalha todos os outros valores. Agora, se é uma pessoa que ela quer o canto dela... Eu até imaginava que nem existia, mas tem mais do que a gente pensa. Gostaria de ficar no seu cantinho, trabalhando lá no seu cantinho... (...) Tem [na Uniconfecção] pessoas que tem esse espírito que eu acho que tá vindo e que tem que ser mais trabalhado... O jeito é isso, é poder ir dando a frente é poder envolver mais nas atividades que tem... Essa é a minha estratégia (Sônia, Uniconfecção).

A existência dos dois tipos de responsabilização (do próprio trabalho e da empresa) e a divisão entre o trabalho produtivo e de gestão (presente com diferentes intensidades nos empreendimentos estudados) apontam para uma tendência de uma separação dos problemas do indivíduo e do empreendimento, que fundamenta uma dificuldade da presença de uma concepção de trabalhador-proprietário, sendo mais comum a noção de uma propriedade restrita ao próprio trabalho. No entanto, a concepção de posse do próprio trabalho nos empreendimentos estudados diferencia-se da noção restrita de empregado, na medida em que os associados possuem relativo controle sobre o próprio trabalho (mesmo que seja na forma de um autocontrole), não tendo somente a “liberdade” de vender a sua força de trabalho, mas também a relativa faculdade sobre a forma como ele é realizado (nos casos de menor divisão do trabalho essa liberdade chega à jornada e ao local do trabalho). A autogestão, nos casos estudados, fundamentou este processo de relativo domínio do trabalhador sobre a forma de realização do seu trabalho. Contudo, essa liberdade funciona igualmente enquanto um meio dos empreendimentos – por meio de normativas relativas à remuneração, ao horário e local de trabalho – incentivar a produtividade. No entanto, esse processo de centralização da produtividade no controle individual sobre o trabalho, levou a casos de exaustão e de acidentes no trabalho.

A forma como a autogestão, enquanto elemento central do projeto de economia solidária, é mobilizada e sentida pelos trabalhadores, demonstra que esses não correspondem integralmente às expectativas desse projeto. A forma como os empreendimentos se organizam e como os trabalhadores se relacionam com o seu trabalho sob a autogestão tem de responder a outros requerimentos que não exclusivamente aos do projeto. Faz-se referência à necessidade de produtividade (individual e coletiva) e às demandas que emergem das percepções que os indivíduos possuem de si e de seu trabalho, aspectos que serão abordados nos dois capítulos seguintes.

3. Solidariedade e cooperação

Se o projeto de economia solidária é apreendido, nos empreendimentos estudados, pela autogestão e responsabilização, ele também é sentido enquanto um chamado à solidariedade e à cooperação. Esse convite é permeado por concepções diferenciadas sobre o significado de seus termos. As definições promovidas pelos atores podem ser divididas em dois níveis, um interno ao empreendimento associativo e outro externo a ele. Internamente fala-se da união, cooperação, do coleguismo e da mútua ajuda entre os trabalhadores, marcando, deste modo, uma proposta de sociabilidade interna caracterizada pela pessoalidade, pela confiança e apoio coletivo. Externamente, o chamado à solidariedade e à cooperação pode fazer referência às ações filantrópicas ou de intervenção na comunidade local, assim como de colaboração com outros empreendimentos de economia solidária. Tendo em conta essas duas perspectivas, será apresentado como os princípios de solidariedade e cooperação, presentes no projeto de economia solidária, são apreendidos pelos atores.

Quando olham para o próprio trabalho, os atores manifestam a necessidade de haver por um lado, o coleguismo e a união, e, por outro, a cooperação dos trabalhadores na realização da atividade produtiva. Em um ambiente que articula a autogestão e a responsabilização (tratadas anteriormente) e a escassez de recursos de vários tipos (econômicos, técnicos e tecnológicos), surge um sentimento dos trabalhadores a respeito da relevância da necessidade de uma proatividade e polivalência na produção, aspectos que, segundo eles, nem sempre se realizam:

Eu acho que cooperativismo é assim, cara, aqui é uma cooperativa, cara. Cooperativismo é união. Pô, se tem uma pessoa trabalhando sozinha ali, se tem 2, 3, parado, por que não vão ajudar? Facilita. Eu acho que isso aí, cara.
(...)

Isso aqui é uma cooperativa, isso aqui é pra todo mundo trabalhar junto, né. Isso aí é uma vontade que eu tenho. Que eu puder chegar numa pessoa e dizer, “Ô, cara, me dá uma mão”, “vamos lá”, e vai feliz, não ir reinando ou se escondendo pra não te ajudar. Esse é um plano que eu tenho (Jorge, Cooperalumínio).

Um bom trabalhador... eu acho que tem que ter (esse tal) de cooperativismo né?¹ cooperar com os colegas, que nem um cara tá apertado, vai lá e dá uma mão pro outro, não, às vezes “aqui é minha área, vou ficá só aqui”, não, tem que ter cooperativismo, ajudar um e outro ali, porque tu sabe que não é só pra ele, não é só pro outro, é pra ti também, que tu tá ajudando, se andar aquele serviço ali, despacha mais rápido, chega no produto mais, na frente, mais rápido... eu acho que isso tem que ter, o cooperativismo. Fala cooperativa por causa disso aí, cada um tem que ajudar o outro pro troço andar (Paulo, Cooperalumínio).

Pra mim [a economia solidária] seria tu fazer um produto que nem nós fazemos aqui, são 26 pessoas empregadas fazendo a mesma coisa pra ter um produto com qualidade e poder vender num preço bom. Acho que é bem dizer isso. Se torna solidário não por ser barato, tem gente que pensa “solidariedade porque é barato”, não é. Solidário, eu acho, porque tu mobiliza várias pessoas a fazer a mesma coisa por um ideal, pra mim é isso (Sofia, Uniconfecção).

A cooperativa é uma união, é uma união dentro de uma fábrica (Adriana, Uniconfecção).

A união de que falam os trabalhadores tem vínculo direto, por um lado, com a autogestão e a igualdade formal (não necessariamente real) que dela emerge, e, por outro, com a situação produtiva em que se encontram os empreendimentos. Essa união é, desta forma, “uma união do ‘serviço’...” como fala Carlos, da Cooperalumínio. O mecanismo unificador é, sob essa acepção, o do desempenho individual e colaboração com o trabalho exercido pelo outro: “Os colega ajudar um ao outro. Eles ficam conversando, que nem dizem aí, que é muita gente conversando, ninguém ajuda ninguém. Aí fica ruim, né”. (Roberto, Coopereciclagem). O outro é, assim, um agente produtivo, e a união se dá, sob esse ângulo, por meio da cooperação na produção.

A partir dessa perspectiva surge a imagem do trabalhador ideal enquanto aquele que, além de fazer bem o seu trabalho, é capaz e está disposto a apoiar a consecução do trabalho dos demais devido a uma vinculação com o grupo e as suas necessidades produtivas:

O cara pra trabalhar numa cooperativa e ele se considera o cara bom mesmo ou a pessoa, ela tem que entender disso. Ele tem que entender que ele tá ali num processo coletivo, onde ele tá ali pra se ajudar, mas também pra ajudar os outros. Que ele não é sozinho. Ele não tá na linha de produção de uma empresa onde que ele coloca uma ruela e o serviço dele é colocar aquela ruela. O resto do processo é outros que fazem e não interessa pra ele (Leandro, Coopereciclagem).

A união, sob essa acepção, e a flexibilidade de tarefas que lhe acompanha, pode, deste modo, se dar não só de forma voluntária, mas emergir da própria necessidade produtiva do empreendimento, podendo haver uma expectativa para tal: “Só que às vezes um chia: aah Fulano

tá parado lá na área dele, podia tá aqui! Porque, às vezes, não tem esse senso de cooperativismo né?” (Paulo, Cooperalumínio). O senso de cooperativismo, de que fala Paulo, alude à importância, segundo a sua percepção, do trabalhador ser simultaneamente proativo e flexível, a fim de que possa cooperar com os demais. Assim, a flexibilidade, antes de ser um aspecto opcional, é algo esperado do trabalhador associado no âmbito dos grupos estudados.

O chamado à solidariedade e cooperação é apreendido, igualmente, enquanto a possibilidade do desenvolvimento de vínculos mais próximos e pessoais entre os trabalhadores: “Aqui? Ah, eu acho que a solidariedade mesmo, a cooperação uma com a outra, assim. Tanto pessoal como no trabalho mesmo. Eu acho que isso é o mais importante até”. (Márcia, Uniconfecção). Os trabalhadores não são meros agentes produtivos, assim como já foi dito, e essa não unidimensionalidade é expressa na interação entre eles que não se reduz à soma das capacidades produtivas, podendo chegar ao apoio mútuo e ao compartilhamento de problemas pessoais. Desta forma, o trabalho pode ir além de seu aspecto instrumental: “Nem tanto o monetário, mas o valor da parceria, valorizar o ser humano, valorizar a pessoa, valorizar o teu trabalho. Não o produto em si. Essa parceria que tem entre pessoas, essa questão do cooperativismo, da solidariedade mesmo”. (Artur, Coopereciclagem). O desenvolvimento de vínculos pessoais entre os trabalhadores é incentivado pela organização do trabalho, que se caracteriza pelo baixo controle, o que facilita as conversas cotidianas e o compartilhamento de vivências pessoais no ambiente de trabalho e pela proximidade das trajetórias dos trabalhadores.

As categorias de solidariedade e cooperação podem ser compreendidas pelos atores enquanto princípios que se realizam internamente aos empreendimentos, mas também enquanto elementos que aludem a ações desenvolvidas externamente, sobretudo na comunidade local e nos espaços do movimento de economia solidária. A possibilidade de essas categorias remeterem a significados que apontam para ações externas e expectativas internas, não significa, no entanto, que existe necessariamente uma simultaneidade, do ponto de vista dos atores, entre significações internas e externas dessas categorias. Diferentemente disso, segundo alguns entrevistados, a economia solidária é algo que possui poucas consequências internas para o empreendimento, aludindo, com maior significado, a processos externos ao empreendimento.

Primeiramente, do ponto de vista externo, a solidariedade e a cooperação aludem à colaboração com outras organizações vinculadas ao projeto de economia solidária, sobretudo outros empreendimentos:

É a fábrica de bolacha, a cooperativa de bolacha em parceria com a cooperativa de lixo, ambos se verem com os mesmos olhos, se darem bem nesse sentido. (...) Ela [a economia solidária] é super importante, pra mim, no meu ponto de vista (Artur, Coopereciclagem).

Economia solidária... ... acho que é tipo uma ajuda, acho que, como é que eu vou dizer...
(...)

Pra tu te manter, de repente até um empréstimo, não sei como é que funciona isso aí... acho que, tipo uma associação que te associa ali e te ajudam, depois aí não sei, tu é sócio ali e tem direito... que nem, aí os caras participam de reunião em São Paulo, sei lá o quê, daí vão lá dar palestra e coisa, acho que é, tipo um solidariedade, um querendo ajudar o outro. “Ah, minha cooperativa funciona assim, a outra funciona de outro jeito”... eu acho que solidariedade, eu acho que deve ser isso daí, tipo... um querer dar apoio...

(...)

Quer incentivar né, se fica só uma cooperativa [rindo], o cara não, só nós temos aí, começa a enfraquece os caras desistem né... assim o cara vê o outro incentivando outro, outro tá crescendo, “não, vamo que...” apesar que nosso ramo é diferente, às vezes, das outras cooperativas né (Paulo, Cooperalumínio).

A concepção que os trabalhadores fazem do trabalho na economia solidária, em geral, baseia-se em uma imagem de um trabalho mais simples, desenvolvido em pequena escala, o que explicaria o porquê de os trabalhadores da Cooperalumínio afirmarem certa diferenciação do empreendimento em que trabalham e os demais empreendimentos de economia solidária, o que dificultaria, segundo eles, o estabelecimento de laços de cooperação:

Eu já conheci uns grupos, sabe?! Sobre economia solidária e já é bem diferente, eu acho. Não sei se é bem mais que os outros. Acho que é um pouquinho diferente. O cooperativismo, pelo menos essa cooperativa aqui, né?! (...) eu acho que são grupos menores (Pedro, Cooperalumínio).

Então, essas outras cooperativas aí, por exemplo, as de reciclagem, artesanato, elas nos chamavam lá na feira de “os poderosos”. Eu digo: “não, não é assim, não, a gente batalha todo o dia a dia”.

(...)

Olha, eu vou te dizer uma coisa, ela [a Cooperalumínio] deve tá numa um pouco diferente [dos demais empreendimentos de economia solidária], né, porque, tu vê, no nosso ramo aqui, por exemplo, tá só nós, nós não podemos, como é que nós vamos participar de muitas coisas aí que os outros são diferentes, né. A gente tenta participar, mas não é fácil, cara, no nosso ramo, nós aí temos que batalhar, não é fácil (Mário, Cooperalumínio).

A concepção dessa diferenciação desenvolvida por Mário e Pedro, dificultaria, assim como afirma Mário, uma cooperação entre os empreendimentos, devido às diferenças setoriais entre as partes possivelmente envolvidas. Esse aspecto, ressaltado na cooperativa de alumínio, obsta, igualmente, segundo os sócios do empreendimento, o acesso a financiamentos e créditos oferecidos pelas agências de apoio, devido à necessidade de maior capital disponível. Por exemplo, enquanto a Uniconfecção teve acesso a cerca de 10 mil reais para a compra de uma

máquina de bordado automática, a Cooperalumínio está procurando, sem sucesso até o momento, os recursos para compra de um novo forno de fundição, que demandaria cerca de 100 mil reais.

A cooperação e a solidariedade externa de que falam os trabalhadores alude à possibilidade de parcerias entre empreendimentos (na venda ou na compra de produtos) e destes com agências de apoio (que promovem cursos e facilitam acesso a recursos). No entanto, o apoio entre as organizações exprime, igualmente, a troca de experiências e o contato entre os trabalhadores:

Eu falo com todo mundo, conheço todo mundo. Conheço todo mundo, Thales, sabe, da feira, daquele ambiente. O orçamento participativo te dá essa base pra conhecer várias pessoas e eu participava do orçamento participativo, da economia solidária, eu ia nas reuniões, eu ia no fórum, tudo, tudo isso eu participei, então eu conhecia praticamente todo mundo lá dentro. Quando a gente faz as feiras, a gente se vê. Há quanto tempo não vê o fulano. “É tu mesmo que tá aqui, Fulano?”. Foi bom de rever as pessoas também (Isabel, Uniconfecção).

A criação e a manutenção desses vínculos de cooperação se dão, segundo os trabalhadores entrevistados, sobretudo por meio dos espaços do movimento de economia solidária. É nas reuniões, nas feiras, nos cursos, nos congressos e nas manifestações que os vínculos entre as organizações e os indivíduos se fortalecem. O movimento de economia solidária, enquanto expressão da cooperação e solidariedade, é percebido de formas diferenciadas pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que alguns mantêm certa distância do movimento, outros o percebem, sobretudo como um lugar de convivência e reconhecimento, e, por fim, parte das lideranças o descrevem como um espaço estratégico para a realização do projeto de economia solidária por meio da intervenção nas comunidades, a criação e o desenvolvimento dos empreendimentos e para uma atuação conjunta no espaço público.

Se a cooperação e a solidariedade podem significar para os trabalhadores o apoio mútuo entre os empreendimentos por meio dos espaços do movimento de economia solidária, elas também podem remeter à atuação na comunidade próxima. Mesmo os trabalhadores mais céticos com o movimento de economia solidária não deixam de destacar a influência dos empreendimentos estudados nas comunidades locais. Essa intervenção realizada por meio da geração de emprego e renda, mas também pelo oferecimento de serviços para as comunidades como creches (na Uniconfecção) e cursos (na Coopereciclagem e na Uniconfecção), faz com que os empreendimentos se tornem, em alguns casos (sobretudo a Coopereciclagem e a Uniconfecção), espaços de referência para os moradores do entorno:

E o objetivo era esse, trazer pessoas, aproveitar a mão de obra e tudo perto e assim... Como é que eu posso te dizer? Valorizar o teu, teu ambiente de trabalho e a tua, o lugar onde tu mora, a tua comunidade.

Valorizar a tua comunidade. (...) hoje [a cooperativa] é conhecida e respeitada por toda a comunidade (Adriana, Uniconfecção).

Mas eu queria muito assim, que a gente pudesse desenvolver um trabalho, não um trabalho econômico, sabe? Um trabalho assim, de envolver a comunidade com uma participação bem ativa da Uniconfecção. Esse é o meu grande sonho... Sabe? Com aqueles jovens, sobretudo com trabalho, que fizesse uma interface com esse público que lida com a droga no dia a dia, que podia virar um projeto de geração de renda. A gente já falou muito lá, sobre isso (Sônia, Uniconfecção).

A solidariedade pode significar, assim, essa ação na comunidade local, mas ela pode, também, fazer referência à atenção a problemáticas bem mais distantes, como explica Adriana:

[A economia solidária] É tu trabalhar, construir pra ti, ter a oportunidade de construir o suficiente até pra ti ajudar outras pessoas. Quando tu monta uma cooperativa, tem vários fundos, né, então a gente consegue até um fundo de solidariedade.

Que a gente consegue mandar uma, não muito, assim, mas o que a gente consegue mandar, ajudar, já ajudamos pessoas no Haiti, pessoas da, de enchente, eu acho que é isso, assim, é solidariedade mesmo entre as pessoas e a... Eu acho entre as pessoas, assim (Adriana, Uniconfecção).

Segundo a perspectiva de alguns trabalhadores, a solidariedade e a cooperação promovida pelos empreendimentos devem ser tomadas separadamente da atividade propriamente produtiva, que responde a outros critérios:

Eu acho que a cooperativa ela tem essa função social, né?! Na realidade nós temos uma associação junto nossa que tem também uma função social. A cooperativa eu enxergo um pouco diferente. Eu acho que a associação, que nós temos os dois, aí tem que entender isso.

Ela tem uma função social que ela faz o trabalho social com os filhos dos cooperados como é feito hoje, com os próprios cooperados... Participa de, de... De alguns projetos aí de alimentação. É uma coisa. Isso eu considero uma coisa. Que ela é válida. Que insere não só o cooperado que tá lá dentro, o associado, mas a família dele também dentro de um processo. A cooperativa eu considero que ela tem outra função, tá?! Por isso que a gente deixou a associação junto com a cooperativa. A cooperativa ela tem a função de dar o resultado pro cooperado (Leandro, Coopereciclagem).

A solidariedade e a cooperação além de possivelmente aludirem a ações e atitudes internas e externas ao empreendimento, podem representar um reforço para a boa imagem dos empreendimentos o que poderia contribuir para sua viabilidade econômica. Renata explica porque concordou com a doação da Uniconfecção para ajuda aos atingidos pelo terremoto do Haiti em 2010: “Mas eu acho que aqui também tem tantos lugares que precisam de ajuda também, sabe, não precisava tirar daqui pra ir pra fora. Mas aí tem essa diferença, o porquê isso

[a Uniconfecção] dá certo lá fora, porque talvez por causa dessa contribuição dessa... que [a cooperativa] é muito bem vista lá fora” (Renata, Uniconfecção).

A solidariedade e a cooperação foram manifestadas pelos atores enquanto categorias centrais para descrever a sua realidade cotidiana e, em alguns casos, os seus desejos e expectativas em face dessa realidade. O vínculo dos empreendimentos estudados com o projeto de economia solidária permite que estas categorias emergam enquanto parâmetros de avaliação dos trabalhadores em relação ao seu trabalho. No entanto, como se poderia esperar, as concepções que os atores fazem destas categorias, e que, portanto, aplicam na sua análise da realidade, não correspondem, somente, às definições “originais” do projeto, mas também, ao contexto das práticas e à trajetória dos indivíduos. Tanto por meio das concepções internas quanto externas, os trabalhadores entrevistados afirmam que o seu trabalho nos empreendimentos de economia solidária não se restringe à realização da atividade produtiva, eles não são e não se veem somente enquanto meros agentes produtivos; assim como não se limitam às concepções promovidas pelo projeto de economia solidária, apesar da relevância de suas categorias, como a de cooperação e solidariedade. A compreensão dos trabalhadores sobre o que representa a cooperação e solidariedade coloca de manifesto a multidimensionalidade da relação do trabalhador com o seu trabalho, que antes de representar uma relação passível de ser tomada em um só eixo, deve ser apreendida por meio de uma abordagem multidimensional.

4. Conceptualizações do projeto de economia solidária

Os diferentes sentidos que os trabalhadores evocam para descrever as suas realidades laborais cotidianas e a presença do projeto de economia solidária expressa um processo no qual a experiência vivida alude a uma atitude ativa dos trabalhadores em relação a este projeto. No movimento pendular de análise promovida pelos trabalhadores entre “*o que é*”, “*o que dizem que deveria ser*” e “*o que eu acho que deveria ser*”, eles constroem legitimações e críticas aos diferentes princípios normativos presentes no projeto dessa *outra economia*:

O projeto enquanto uma proposta ilusória. Segundo essa perspectiva, tanto a autogestão quanto o chamado de cooperação e solidariedade (tanto interna quanto externa) se realiza somente parcialmente ou de nenhuma forma. Esse aspecto fundamenta uma crítica ao projeto de economia solidária, enquanto uma proposta pouco prática, marcada mais por um discurso do que por efeitos positivos profundos sobre a realidade do trabalho nos empreendimentos. Essa

percepção pode fundamentar uma sensação, por parte do trabalhador, de que o trabalho assalariado representa um ganho de direitos e possivelmente uma melhora nas condições de trabalho, se comparado ao trabalho no empreendimento de economia solidária. Eles destacam, ademais, que o trabalho nas cooperativas tende a representar um aumento de responsabilidades, assim como uma maior demanda de tempo, inclusive de tempo que, no caso do trabalho assalariado, seria tempo livre, de não trabalho.

O projeto enquanto filantropia. Essa concepção define o projeto de economia solidária enquanto filantropia. Os empreendimentos vinculados a esse projeto teriam, enquanto papel, segundo essa perspectiva, o de ajudar os seus trabalhadores e as suas comunidades, gerando emprego e renda e promovendo ações filantrópicas. Os trabalhadores que acionam essa concepção tendem a se verem enquanto os objetos das ações filantrópicas dos empreendimentos, fundamentadas no projeto de economia solidária.

O projeto enquanto uma proposta de sociabilidade mais próxima. Essa perspectiva compreende que o projeto de economia solidária representa, sobretudo, um chamado à relações mais pessoalizadas entre os trabalhadores (aspecto que nem sempre se realiza). Essa maior proximidade poderia estabelecer vínculos de apoio mútuo, assim como uma maior compreensão das limitações individuais e dos problemas pessoais dos associados.

O projeto enquanto responsabilização. Essa acepção chama a atenção para autogestão e a correlata responsabilização do trabalhador pelo seu trabalho. Por um lado, este aspecto é visto enquanto positivo, visto que permite uma maior gerencia do trabalhador sobre o próprio trabalho. Por outro lado, a responsabilização é percebida negativamente por essa perspectiva, na medida em que demanda tempo do trabalhador em outras tarefas que não as relacionadas com o seu trabalho produtivo e porque pode representar um risco para o trabalhador, em caso de prejuízos para o empreendimento.

O projeto enquanto um recurso no mercado. Essa perspectiva destaca a possibilidade do projeto de economia solidária funcionar enquanto um mecanismo de viabilidade dos empreendimentos no mercado, por um lado, pelo aumento do valor das mercadorias produzidas, e, por outro, pela participação no movimento de economia solidária que permitiria o acesso a financiamento, apoio técnico e à comercialização.

O projeto enquanto programa político-econômico. Esse ponto de vista percebe o projeto de economia solidária enquanto algo a ser aplicado dentro, mas também fora do empreendimento

de economia solidária (sobretudo a partir do movimento de economia solidária). Sob essa percepção o projeto de economia solidária representa, por um lado, uma proposta para os empreendimentos, que permite aliar a constituição de um trabalho mais autônomo com a sustentabilidade econômica dos empreendimentos; e por outro, uma proposta para a sociedade de um modelo de desenvolvimento mais justo.

As concepções supracitadas sobre o projeto de economia solidária articulam de formas diferenciadas os significados sobre os seus distintos aspectos delineados anteriormente. A pluralidade dessas concepções expressa, por um lado, que a relação com o projeto de economia solidária não se restringe a uma mera aceitação ou recusa desse, havendo uma atitude ativa dos trabalhadores; e, por outro, que a relação com o trabalho não é capaz de ser explicada isoladamente pelo projeto de economia solidária, o que não deixa de ser explicitado pelos próprios atores.

5. Conclusão

O estudo empírico realizado demonstrou que os atores não são passivos em sua relação com o projeto de economia solidária, eles não são meros suportes desse, o que significa dizer que eles reagem, de diferentes formas, às concepções “originais” desse projeto. A autogestão, por exemplo, pode ser vivida como uma possibilidade de maior gerência do trabalhador sobre o seu trabalho, mas também como um aumento de responsabilidades, o que pode envolver riscos, requerer tempo ou aludir a maiores pressões no trabalho; e antes de significar uma responsabilização de todos pelo empreendimento, a autogestão tende a remeter, na perspectiva dos atores, a uma responsabilização individual do trabalhador pelo seu trabalho produtivo, sendo tarefa principalmente dos quadros diretivos se ocupar das tarefas de gestão. Deste modo, os trabalhadores afirmaram diferentes concepções sobre o projeto de economia solidária: enquanto uma proposta ilusória, um meio de filantropia, uma proposta de sociabilidade mais próxima, um acréscimo das responsabilidades, um recurso no mercado e como um programa político-econômico.

No decorrer deste capítulo destacou-se que a relação dos trabalhadores com o projeto de economia solidária não se limita a um distanciamento ou a uma proximidade. Diferentemente

disso, a relação com o projeto é permeada por um trabalho dos atores de ressignificação dos sentidos promulgados nesse, o que termina por ter resultados plurais, tal como é demonstrado na última parte deste capítulo. Apesar da relevância desta primeira dimensão apresentada, a relação do trabalhador com o seu trabalho na economia solidária não se restringe ao projeto dessa, ela alude, igualmente, à presença dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, aspecto a ser tratado no seguinte capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO 5: OS REQUERIMENTOS DE EFICÁCIA DA ATIVIDADE PRODUTIVA

Nesta dissertação postula-se que a relação com o trabalho nos empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia não é redutível a nenhuma de suas três dimensões. Para além do projeto dessa *outra* economia, os empreendimentos e os seus trabalhadores têm de responder, igualmente, aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, sendo essa a segunda dimensão da relação com o trabalho, a qual este capítulo é dedicado. No âmbito desta investigação, entende-se que os trabalhadores não são meros suportes do projeto de economia solidária, eles também são agentes produtivos permeados por certos requerimentos de eficácia vinculados a demandas e necessidades individuais e coletivas. O trabalhador tem de ser produtivo porque precisa garantir a sua remuneração, a manutenção de seu posto de trabalho, sustentar a divisão do trabalho, contribuir para a manutenção do empreendimento no mercado e possibilitar o desenvolvimento de projetos pessoais e coletivos, assim como já foi delineado no Capítulo 2. A situação difícil, do ponto de vista produtivo, técnico e econômico em que, geralmente, se encontra esse tipo de empreendimento, tende a fazer com que esses obstáculos tenham sua presença intensificada. Neste sentido, este capítulo apresenta os resultados do estudo empírico realizado, abordando os seguintes questionamentos: como ocorre a emergência da necessidade de produtividade nos empreendimentos estudados? De que forma os trabalhadores desenvolvem significações sobre o seu trabalho a partir de tal processo? Para tanto, o presente capítulo divide-se em quatro seções. Na primeira se contextualiza a emergência do imperativo de produtividade e a necessidade de um esforço (individual e coletivo) dos trabalhadores para responder a tal, já nas três últimas são analisadas as concepções promovidas pelos atores vinculadas aos requerimentos de eficácia aludindo à divisão do trabalho, ao valor do trabalho e à relação entre o projeto de economia solidária e a atividade produtiva.

1. A centralidade produtiva do trabalhador

A situação econômica e produtiva dos empreendimentos estudados corresponde à condição de muitos outros empreendimentos econômicos associativos vinculados ao projeto de economia solidária no Brasil, da qual é possível destacar alguns obstáculos relevantes: a falta de capital de giro e para investimento; a carência de trabalhadores qualificados; a deficiência do

maquinário e da ferramentaria. Como, então, os empreendimentos conseguem sobreviver no mercado? Defende-se a tese de que são os trabalhadores e o seu esforço que têm de compensar as fragilidades econômicas, técnicas e produtivas do empreendimento, por meio do alongamento da jornada de trabalho, da polivalência, da flexibilidade, da criatividade, do “jeitinho” e da mobilização intelectual do indivíduo, entre outros aspectos que marcam a necessidade de uma centralidade produtiva do trabalhador e de seu trabalho:

A gente sabe, se a gente não trabalhar não vai ter o dinheiro, né?! A gente vai ter que produzir pra vender pra gente poder receber o dinheiro. Se não, não tem, né?! (Pedro, Cooperalumínio).

É muito pesado, a gente pega rolos muito pesados, tu trabalha com a cabeça o tempo inteiro, tu tem que atender o cliente, pegar o pedido (Luciana, Uniconfecção).

Aqui a gente tem que fazer tudo, né. A não ser o trabalho pesado dos homens que não tem como nós, mulheres, fazer, mas o resto, tudo que tem pra fazer, a gente faz (Fernanda, Cooperalumínio).

(...) se não der hoje, faz amanhã e aí... dependendo da forma do serviço, faz uma hora, fica até mais tarde... se não, de repente, que nem, às vezes no nosso serviço tu tem que aumentar as horas pra poder liberar pro dia seguinte (Francisco, Cooperalumínio).

A centralidade produtiva do trabalhador e de seu trabalho é instituída por formas diferenciadas em cada um dos empreendimentos estudados, devido, sobretudo às distintas características produtivas. A Cooperalumínio, empresa recuperada dedicada à fabricação de utensílios domésticos de alumínio, é a que vive a situação mais difícil neste quesito. Enquanto a maioria das empresas do setor metalomecânico passou por intensas transformações tecnológicas (sobretudo o desenvolvimento da fabricação automatizada, a introdução da microeletrônica e a utilização de fornos mais eficientes para a fundição do alumínio) durante os anos 1980 e 1990, a cooperativa manteve a mesma base tecnológica que a antiga empresa possuía, remontando à década de 1970. Além da obsolescência tecnológica existente, houve uma perda considerável de equipamentos quando da falência da antiga empresa, o que coloca a cooperativa em uma situação difícil no mercado, possivelmente mais, inclusive, do que a empresa anterior. Apesar da perda de maquinário, a Cooperalumínio possui capacidade instalada ociosa, pela falta de trabalhadores, fragilidade do maquinário existente e inconstância dos pedidos dos clientes. Apesar das tentativas da cooperativa em superar essa situação de desvantagem no mercado, a falta de acesso a crédito, apoio financeiro e incentivos governamentais obstaculizou qualquer mudança considerável de rumo. Esses aspectos fazem com que haja uma carência de perspectivas de crescimento na

Cooperalumínio, sendo o maior desafio, segundo os seus trabalhadores, manter a posição no mercado conquistada nos últimos anos, meta que não deixa de ser um desafio.

Neste cenário de múltiplas barreiras somente pode-se compreender a manutenção da Cooperalumínio no mercado pelo esforço de seus trabalhadores, mas também pelo formato organizativo cooperativo que permite a ausência dos deveres trabalhistas da empresa em relação aos trabalhadores, possibilitando uma maior maleabilidade operacional nos momentos de dificuldades do empreendimento e parâmetros de viabilidade econômica mais flexíveis. Deste modo, quando em situações de dificuldade o empreendimento pode decidir por reduzir a renda dos seus trabalhadores, aumentar a carga horária de trabalho ou interromper a produção de um setor ou de toda a empresa:

E nós não temos como concorrer com a Tramontina, isso aí nem se fala. Então quer dizer que a gente tá indo aos pouquinhos, tá voltando cliente, a gente tá... Que nem agora, tu vê, quebra uma máquina como aquela ali a gente não tem outra pra substituir. Para tudo. Quer dizer que isso é perda. Nós temos com duas cargas aí pra fazer teste, paradas. Prejuízo, que ela já gastou óleo, mão de obra, horas trabalhadas. Tá aí dentro parada e já podia tá andando.

(...)

Tem que fazer de tudo pra batalhar. Claro, manter isso aqui pra não deixar cair, que muita gente precisa. Isso aqui... Muita gente depende disso aqui (Mário, Cooperalumínio).

A fala de Antônio expressa as dificuldades que atravessam a produção na Cooperalumínio, pelo maquinário obsoleto e com falhas constantes. É na batalha cotidiana dos trabalhadores que se consegue manter, apesar das dificuldades, o empreendimento no mercado. O empenho dos trabalhadores é manifesto por um recorrente aumento da jornada de trabalho e por uma flexibilidade em relação à tarefa executada (que é permanente e intensificada quando da falha do maquinário) instituindo uma polivalência por necessidade¹²⁸. A redução da renda não é um mecanismo comumente utilizado, apesar de possível. O impedimento para a Cooperalumínio superar essa situação é, por um lado, legal, devido às questões judiciais entre a cooperativa e a massa falida da empresa anterior, e, por outro, de acesso a financiamento, devido à quantidade

¹²⁸ “Sim... agora é muito diferente. Que nem na época da [empresa anterior] era assim, setor montagem era montagem. O setor da montagem era só setor montagem. Hoje o que acontece é que é montagem, lavação de peça, é tudo junto” (Fernanda, Cooperalumínio).

“Aqui eu tô gostando porque tu sabe o que tem que fazer, ninguém tem aquela encheção de saco, né, aquela cobrança. Tu sabe o que tem que fazer, tu tá aí pra trabalhar, faz o negócio render porque depende daquilo ali. Tem que botar a ferramenta e trabalhar” (Jorge, Cooperalumínio).

relativamente elevada de recursos necessários para investimento e falta de garantias oferecidas pelo empreendimento aos organismos financeiros.

A existência de obstáculos produtivos que levam a uma necessidade de que o trabalhador compense, por meio do seu trabalho, essas fragilidades, não é exclusividade da Cooperalumínio, apesar de ser o caso no qual tal aspecto possui maior magnitude. A Coopereciclagem, assim como outros empreendimentos econômicos associativos que se dedicam à reciclagem de resíduos sólidos, está inserida nas etapas mais simples, e com menor valor agregado, da cadeia produtiva de reciclagem. A cooperativa se dedica à coleta, triagem e prensagem dos resíduos, deixando os processos de maior valor agregado para as empresas transformadoras. A produção na Coopereciclagem é centrada no esforço manual dos seus trabalhadores, é a corrida intensa e constante dos coletores, é a força e acuidade dos trabalhadores da prensa e a agilidade e destreza dos cooperados que trabalham na triagem dos resíduos. Os obstáculos produtivos presentes na Coopereciclagem aludem, sobretudo, ao baixo valor conferido aos resíduos sólido coletados, triados e prensados na cooperativa, e à dependência das empresas responsáveis pelas próximas etapas da cadeia produtiva. A dificuldade de acesso a recursos, por meio de financiamento ou crédito, representa uma dificuldade para o avanço da cooperativa para fases com maior valor agregado.

A produção na Uniconfecção, de forma similar a da Coopereciclagem, depende, sobretudo, da habilidade do trabalhador individual, da destreza e precisão das costureiras, dos trabalhadores do corte e da serigrafia, não tendo sua produtividade limitada pela fragilidade do maquinário (como é o caso da Cooperalumínio). O alargamento da jornada de trabalho, a polivalência do trabalhador, o aumento da intensidade e velocidade do trabalho são algumas das formas acionadas no empreendimento de confecção¹²⁹, mas também nos demais empreendimentos estudados, para garantir maior competitividade. No entanto, enquanto na cooperativa de reciclagem o trabalho somente pode ser executado nos espaços da cooperativa, no caso da Uniconfecção a costura é comumente realizada em âmbito doméstico também. A Uniconfecção possui equipamento adequado e tem conseguido alcançar níveis estáveis de competitividade no setor. Essa situação se dá também pelo amplo plantel de clientes (que é

¹²⁹ “A gente sabe que... Ali saí a fonte econômica. Então, por isso todo mundo também- a gente tem um ritmo de trabalho que ele é muito pesado. Pesado assim, no sentido que (p.i.) ou o dia todo. E aí, a gente não consegue trabalhar outras coisas. Todas nós gostaríamos de poder contar com aquela retirada no final do mês e ter um ritmo de trabalho menor pra poder fazer outras coisas da vida. Mas eu vou te falar assim, eu gostaria muito pra poder fazer outras coisas com a comunidade” (Sônia, Uniconfecção).

resultado, sobretudo das redes sociais de sua liderança), pelo valor agregado ao produto, resultado de sua inserção no mercado do comércio justo e pelo acesso a financiamento de organismos de apoio nacionais e internacionais. O acesso mais facilitado da Uniconfecção, do que das outras cooperativas estudadas, a aportes financeiros, se dá pela maior inserção do empreendimento nas redes de economia solidária e pelos menores valores demandados.

As fragilidades produtivas e a conseqüente necessidade de compensação do trabalhador pelo seu esforço faz com que os empreendimentos estudados tendam a ser marcados por uma responsabilização individual do trabalhador sobre o seu trabalho, que é incentivada pelo vínculo entre produção e remuneração comum à grande parte das funções realizadas nos empreendimentos. Neste sentido, os trabalhadores são impelidos a compensar as dificuldades produtivas dos empreendimentos, dentre outras formas, por meio do alongamento da jornada de trabalho, por um acréscimo da velocidade e intensidade do trabalho e pelo desenvolvimento de diferentes tipos de tarefas. A responsabilização do trabalhador pela produção é colocada de manifesto, dentre outros modos, pela recusa dos trabalhadores a faltarem:

(...) nós chamamos ela de Dona T., tem dias que tem muita gente doente vindo trabalhar, isso na real não podia. Fica chato uma pessoa sair de casa doente pra vim trabalhar, mesmo assim é cobrado. Isso se tu vai em qualquer firma, as outras firma te dão arrego, “não, fica em casa, traz, pelo menos, um atestado”, mas aqui, não (Roberto, Coopereciclagem).

E como eu trabalhava e não falhava serviço, nunca fui de falhar serviço. Até hoje na minha vida nunca tirei um dia de atestado (Marcos, Cooperalumínio).

Essa resistência com as faltas baseia-se na necessidade de produtividade individual, em uma ética do trabalho, mas também nos modo de organização do trabalho e de remuneração. A recusa com as faltas é expressa não só em uma exigência do trabalhador em relação a si mesmo, mas também na cobrança vinda de outros trabalhadores e das lideranças dos empreendimentos:

Eu entrei em depressão e... daí fiquei 15 dias em atestado né, daí...

(...)

Daí eles disseram que era mentira minha, que eu não tava doente nada, pra não ficar na cozinha, daí eles disseram que eu menti, mas eu tinha os exames tudo, tudo meus exames eu tinha, que eu fiz lá em Porto Alegre os exames, eu trouxe todos os exames

(...)

Foi mais de 15 dias que eu fiquei [sem trabalhar na cooperativa]. Tá, quer ver, foi assim: daí eu fiquei 15 dias, o médico pediu atestado, daí... eles queriam me botar pra rua, daí como eles não podiam me botar pra rua né, que daí... eles queriam me bota pra rua, daí eu consegui os 15 dias de atestado, daí quando eu voltei a trabalhar, daí eles não deixaram eu bater o cartão (Sandra, Cooperalumínio).

O relato de Roberto sobre a Dona T., que trabalhava mesmo estando doente, e o caso de Sandra que não podia trabalhar por problemas psicológicos e que teve de enfrentar resistências de outros associados, são expressões intensas do processo de responsabilização individual. A não utilização de equipamentos de segurança que, nos casos da Cooperalumínio e da Coopereciclagem, podem diminuir a produtividade individual, alude ao mesmo processo no qual o trabalhador tem de responder a critérios de produtividade sem que possua de forma estável e garantida os meios para tal. O imperativo deste ímpeto individual é manifestado, igualmente, pelo descontentamento com a intensidade dos esforços requeridos e por reclamações de exaustão:

Dou graças a Deus da hora que eu largo, saio daqui de dentro [risos]. Daí eu saio daqui de dentro, nem me passa pela minha cabeça a cooperativa (Sandra, Cooperalumínio).

Eu não sei se é o trabalho que é cansativo ou é eu que me canso rápido. Às vezes eu, por exemplo, eu chego em casa já cansada, eu já me “alevento” de manhã cansada, então parece assim que a noite não valeu de nada (Joana, Coopereciclagem).

Então se tu quer ganhar bem, tu tem que trabalhar muito. E eu acho assim, oh, ter que virar noite trabalhando pra amanhã tu ir pegar mais, porque, pra tu ganhar super bem, eu acho isso muito errado (Laura, Uniconfecção).

Tendo em conta os processos referenciados, é possível identificar dois tipos de pressões que são expressões da responsabilização do trabalhador. Por um lado, ela é manifestada pela cobrança do trabalhador em relação a si mesmo sob uma forma de autocontrole e automotivação. O ator tem que trabalhar e ser produtivo para garantir a sua remuneração, mas também para mostrar a sua disposição e utilidade ao grupo. Por outro lado, ela emerge enquanto um requerimento a ser exigido aos demais trabalhadores, o outro tem que ser produtivo também, aspecto que pode levar a situações nas quais justificativas, mesmo que documentadas e baseadas em questões de saúde, não são facilmente aceitas. De diferentes formas, os casos estudados são permeados por dificuldades relevantes no que tange à produção (maiores na Cooperalumínio e menores da Uniconfecção), que tende a colocá-los em desvantagem no mercado e que são compensadas pelo esforço, muitas vezes o sacrifício, dos trabalhadores. Evidentemente, esse processo não deixa de ter facetas contraditórias com o projeto de economia solidária na sua aceção “original”.

Esses empreendimentos sobreviveriam à concorrência no mercado se não fossem essas exigências a si e ao outro, das quais os casos de Dona T. (na Coopereciclagem) e de Sandra (na Cooperalumínio) são as expressões mais intensas? As evidências analisadas na presente investigação parecem indicar que a resposta mais provável seria negativa. Os trabalhadores dos

empreendimentos estudados manifestaram um sentimento de responsabilização individual pelo próprio trabalho: são eles que têm de garantir a resposta aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, compensando as possíveis fragilidades produtivas dos empreendimentos. É por meio do seu esforço, alongando a jornada de trabalho, cumprindo diferentes tarefas simultaneamente, estando presente mesmo em casos de doença ou aumentando a velocidade e intensidade do seu trabalho, que os atores garantem a sua remuneração e a manutenção do empreendimento no mercado¹³⁰. Ademais, identificou-se nos casos estudados a tendência da presença de uma responsabilização mais individual do que coletiva sobre o trabalho; os trabalhadores, assim, sentem-se mais vinculados às suas tarefas produtivas específicas do que à gestão dos empreendimentos.

A centralidade produtiva do trabalhador e do seu desempenho, atrelado a ausência do trabalho comandado, pode ter como um dos seus efeitos o sentimento de valorização do conhecimento possuído sobre as tarefas executadas. O conhecimento dos trabalhadores sobre o próprio trabalho é mais diretamente aplicado à atividade produtiva, o que não deixa de ser, inclusive, uma necessidade para os empreendimentos:

(...) aqui tem liberdade porque aqui tu é um mecânico, tu é... como e que eu vou dizer, tu é mecânico, tu é teu chefe.

(...) naquela época [da empresa antiga] tinha um profissional, já sabia o que tu tinha que fazer, por isso que tem mais essa cobrança né. (...) E aqui é só tu que sabe, é tu... que nem, estraga uma máquina, eles te chamam “vai ver o que que estragou lá! Por que ela não tá fazendo isso?”, aí tu tem que ir lá e descobrir o que tá acontecendo. Porque, antes, chegava o chefe e “faz isso, faz aquilo”. (...) É, daí tu tem, até de pensa, tu tem essa liberdade, “ah, vamo faze isso pra melhorar! Vamo faze aquilo”, aí tu tem essa liberdade (Paulo, Cooperalumínio).

Ela [a proprietária da antiga empresa] deixava o pessoal fazer errado, ela mandava uma lista todo dia de como tinha que ser feito e tava dando tudo errado, e não aceitava opinião. Gastou dinheiro com engenheiro e nada adiantou. E nós começamos a cooperativa, fui eu que fui lá e disse “nós temos que comprar isso e isso pra fazer a fundição, começar a primeira carga da cooperativa”. E não precisamos de engenheiro, de nada, estamos aqui até hoje, só com [alumínio] reciclado. E ela era 20, 25 toneladas de matéria-prima virgem a cada 20 dias mais ou menos, por água abaixo (Marcos, Cooperalumínio).

Agora, nós acreditava também que isso aqui... nós sabemos produzir, sabemos fazer isso aqui. Aqui nunca teve grandes engenheiros, “tem que ter engenheiro pra desenhar”, não.

¹³⁰ “(...) acho que junto com as dificuldades da cooperativa eu assimilei as minha. E muita outra coisa que a gente isola a partir do momento... quando trabalhava na [antiga empresa], saía aí com os colega, ia no bar... e depois da cooperativa, não, terminava o horário do expediente, “não, vamos sentar ali, vamos conversar, temos que fazer isso, temos que resolver isso”. E aí no bar tu nunca mais vai, muda bem a rotina. E as dificuldade em casa são as dificuldade daqui. Tu aprende muito” (Marcos, Cooperalumínio).

Nós sempre fizemos, então a gente sabia que quanto a isso aí, não ia ter problema (João, Cooperalumínio).

A despeito da tendência de uma não responsabilização pelo empreendimento por meio de uma participação mais ativa na gestão, o sentimento de posse do conhecimento sobre o próprio trabalho, pode fazer com que parte dos trabalhadores participe dos processos de debate e discussão que tratam sobre as tarefas por eles executadas, visto que são tidas enquanto de sua gerencia. Ademais, esse conhecimento do trabalhador sobre o seu trabalho em particular tende a ser legitimado pelos demais. O sentimento de vinculação do trabalhador com uma tarefa específica, na qual ele se vê e é visto pelos demais enquanto conhecedor, tende a ser mais agudo quanto maior for o tempo em que o trabalhador executa a tarefa¹³¹. No caso da Cooperalumínio, existem trabalhadores com mais de 30 anos dedicados à realização da mesma tarefa, o que não deixa de promover uma identificação com tal e uma tendência à resistência de possíveis mudanças que demandam maior polivalência. O ator possui conhecimento sobre o seu mundo cotidiano de trabalho e nos empreendimentos estudados ele tem que mobilizar tal conhecimento a fim de encontrar possíveis soluções, que vão do *jeitinho* à inovação, para contornar os obstáculos para o desenvolvimento eficaz da sua tarefa. A mobilização intelectual do trabalhador presente nas cooperativas estudadas é, simultaneamente, tida pelos atores, como uma necessidade e enquanto uma liberdade na relação com o trabalho.

Os empreendimentos econômicos associativos estudados possuem diferentes obstáculos para o cumprimento dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva que respondam simultaneamente às necessidades e aos projetos individuais e coletivos e aos requisitos de competitividade do mercado. Apesar das dificuldades serem diferenciadas em forma e intensidade, a resposta a tais tende a ser comum: é o trabalhador, e o seu esforço manual e a sua mobilização intelectual que sustentam a produtividade dos empreendimentos, a despeito das frágeis condições produtivas, econômicas, tecnológicas e técnicas. Esse esforço intenso e contínuo possui efeitos sobre a relação do trabalhador com o seu trabalho, visto que a necessidade de responder as exigências de produtividade – por meio do alongamento da jornada,

¹³¹ Evidentemente, este vínculo não exclui a necessidade de que os trabalhadores executem uma multiplicidade de tarefas que não são restritas à tarefa específica a que se dedicam. Carlos, da Cooperalumínio, comenta que sempre trabalhou no mesmo setor, tanto na antiga empresa quanto na cooperativa. Contudo, na cooperativa ele tem de desenvolver todas as tarefas do setor e não uma particular: “É que nós sempre trabalhava em dois, três, né?! Agora eu trabalho só ali. Faço a mesma coisa, mais do que antes ainda” (Carlos, Cooperalumínio).

da assiduidade, do acréscimo de intensidade e velocidade do trabalho, da execução de diferentes tarefas e da mobilização intelectual – pode afetar a saúde do trabalhador (pela exaustão, não uso de equipamentos de segurança e pela presença mesmo em casos de doença), assim como produzir uma percepção negativa do trabalho. Entretanto, essa responsabilização pode sustentar, em alguns casos, um sentimento de reconhecimento do trabalhador pelo seu conhecimento e suas capacidades produtivas.

2. A divisão do trabalho

A tendência a uma responsabilização individual pela tarefa executada, anteriormente descrita, não anula a problemática da divisão do trabalho nos empreendimentos estudados. Trataremos deste aspecto por meio de dois níveis: o primeiro alude à divisão entre o trabalho produtivo e administrativo, e o segundo trata da divisão do trabalho produtivo propriamente dita. Apesar de um possível imaginário da economia solidária enquanto uma dissolução das hierarquias e das fronteiras entre o trabalho administrativo e o trabalho produtivo, esse não foi confirmado nos casos estudados. Na Cooperalumínio e na Coopereciclagem há um espaço dedicado aos trabalhadores especializados na gestão, enquanto na Uniconfecção essa divisão espacial não está presente. No caso da Uniconfecção todos os associados em cargos diretivos participam diretamente da produção, o que a diferencia dos outros casos em relação a esse aspecto. No entanto, apesar desta diferença, em todos os empreendimentos estudados há a emergência de uma gestão de quadros, tal como foi descrita no capítulo anterior. Nesse modo de operação do poder uma ou algumas lideranças terminam por se responsabilizar pelo conjunto das tarefas de gestão. A divisão entre as tarefas administrativas e produtivas baseia-se, de maneira geral, nas desigualdades educacionais e políticas entre estes trabalhadores e os seus dirigentes e em uma autopercepção do trabalhador como incapaz para tarefas não produtivas. Entretanto, cabe destacar que as lideranças mais inseridas na atividade produtiva tendem a ser mais legitimadas pelos demais trabalhadores, como é o caso da presidente da Uniconfecção e da coordenadora de produção da Coopereciclagem. A não identificação de parte dos trabalhadores com as tarefas de gestão, baseada em uma autoconcepção de incapacidade para tal e nas desigualdades entre os atores, vincula-se à disposição das lideranças que, muitas vezes, aceitam desenvolver tarefas não remuneradas ou assumir certos sacrifícios pessoais pelo coletivo, aspecto presente nos três

empreendimentos estudados. A divisão entre administração e produção pode estabelecer-se, também, por uma necessidade produtiva. No caso da Cooperalumínio, há uma divisão do trabalho mais complexa, e uma rede de fornecedores e representantes ampla, fatores que requerem a dedicação exclusiva de alguns associados. No caso da Coopereciclagem, a existência de um entreposto distante da sede da cooperativa, coloca, igualmente, essa necessidade.

Como não poderia ser diferente, considerando os distintos segmentos econômicos dos empreendimentos estudados, a divisão do trabalho produtivo é mais complexa na Cooperalumínio, com oito setores, e mais simples na Uniconfecção e na Coopereciclagem¹³² com três setores cada. Essas diferenças não deixam de ter efeitos sobre a forma como os trabalhadores se relacionam com o seu trabalho de maneira geral e como lidam com os requerimentos de eficácia da atividade produtiva especificamente. No caso da Cooperalumínio, a cooperativa manteve as principais bases da organização do trabalho da antiga empresa, mas com um número menor de trabalhadores, fazendo com que houvesse um número maior de tarefas do que de trabalhadores para executá-las. Esse processo demandou o desenvolvimento da polivalência dos trabalhadores. O desenvolvimento de múltiplas tarefas se adequa, igualmente, à fragilidade do maquinário, pois quando este falha o trabalhador possui funções alternativas a serem desenvolvidas. Assim, pode-se, afirmar que esse modo de organização do trabalho, apesar de seu não planejamento e relativa precariedade, permite uma maior eficácia produtiva da Cooperalumínio. Contudo, o aumento progressivo das falhas no maquinário e a redução sazonal dos pedidos faz com que ainda existam dias em que a produção é suspendida, sobretudo nos meses iniciais do ano.

No caso da Uniconfecção, o trabalho da costura, ao qual se dedica o maior número de trabalhadoras da cooperativa, não possui divisão do trabalho, fazendo com que cada trabalhadora costure a peça inteira. A não divisão do trabalho na costura baseia-se, por um lado, na defesa que a liderança faz desta, sob o argumento de que ela levaria a um trabalho com maior significado e prazer, e por outro lado, na possibilidade de levar trabalho para casa, tendo, deste modo, maior flexibilidade de horário na sede do empreendimento, o que se vincula, igualmente, ao ganho por

¹³² Para uma imagem mais detalhada da divisão da produção nos empreendimentos estudados, consultar os fluxogramas de produção de cada um dos empreendimentos estudados em anexo.

produção individual. Essa opção relativa à produção na costura articula, assim, uma justificação da liderança e um meio de responder aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva¹³³.

A maior complexidade da divisão do trabalho na Cooperalumínio não deixa de ser traduzida em um sentimento de reconhecimento daqueles trabalhadores que ocupam uma posição central na divisão do trabalho, aspecto presente com menor intensidade nos outros casos devido a uma menor interdependência entre as diferentes funções.

(...) onde eu trabalho ali, é o foco principal que tem que ter, que passa por tudo e o trabalho final é ali, tem que sair ali, e ali pra mim tá tranquilo. (...) não quero usar ninguém de escada, não quero usar as pessoa pra subir, eu quero ser reconhecido pelo meu trabalho. Sempre foi assim, em todas as firmas que eu passei, sempre foi assim.

(...)

Que o foco é ali (...) É que nem o corpo humano, ali é o cérebro da empresa, é aquilo ali.

(...)

De algumas pessoas aqui dentro, eu sinto [o reconhecimento]. Algumas pessoas que me interessa mesmo. Algumas pessoas que eu acho que eu tenho que mostrar pras pessoa o meu valor, eu sinto (Jorge, Cooperalumínio).

No entanto, essa centralidade na divisão do trabalho é mutável e perpassada não só pela questão produtiva em si, mas também pelo modo como os diferentes atores envolvidos disputam a concepção dos demais acerca da centralidade na divisão do trabalho produtivo. Em uma situação como a da Cooperalumínio, caracterizada por uma obsolescência e fragilidade do maquinário, por exemplo, o mecânico procura reivindicar a importância do seu trabalho:

Tem muitos cabeças aí, com exceções, que nem diz o outro [rindo sutilmente], “ah, mecânico é isso, é aquilo”... porque eles acham que mecânico tem que tá na produção, tem que tá trabalhando produzindo. Não, não é assim...

Quando estraga uma máquina, ‘vocês vão tá lá sabendo o defeito que é?’ ... Porque às vezes eles querem, no caso de comparação do salário, “não, mecânico quer ganhar mais que o cara, isso, aquilo... nós que produzimos!”, mas quem é que tem que achar os defeitos? Quem é que tem que...? (Carlos, Cooperalumínio).

O debate sobre as posições na divisão do trabalho não se restringe à Cooperalumínio, mas também está presente, mesmo que com menor intensidade, nos outros dois empreendimentos. No caso da Uniconfecção, os trabalhadores do setor de serigrafia, devido ao fato de que nem toda peça produzida passa por aquele setor, colocam de manifesto um sentimento de preterição na divisão do trabalho produtivo. Já na Coopereciclagem as tarefas que não são executadas no

¹³³ A realização do trabalho de costura em âmbito doméstico somente é possível pelas condições técnicas do trabalho de confecção, que são, evidentemente, muito diferentes das relativas ao trabalho metalúrgico presente na Cooperalumínio. A não divisão do trabalho, assim como o ganho por produção individual, somente permite e incentiva tal possibilidade no âmbito do empreendimento.

espaço do galpão, sobretudo a coleta, tendem a ser vistas, como menos produtivas pelos demais trabalhadores.

Falta mais um pouco de consideração com os coletor. No caso o pessoal da rua e o pessoal aqui de dentro, eles cobram muito nós.

(...)

Como é que eu posso te dizer... Ah, eles cobram muita coisa aqui dentro e nós tamo na rua, aí nós falêmo, falêmo pra eles, “como é que nós vamo sair do nosso serviço pra vim fazer outro serviço?”, daí eles cobram, entendeu. Se no caso, nós tamo na rua coletando agora, aí pede um pessoal, sei lá, de qualquer lugar aí, pede pra nós ir, nós somo obrigado a ir, temo que sair do nosso setor que tem... tem galpão aí que solta cedo. Se termina o serviço vai pra casa, meio-dia. Nós, não, nós não temo esse arrego (Roberto, Coopereciclagem).

Esta seção tratou das diferentes formas como os distintos empreendimentos estudados desenvolvem a sua divisão do trabalho (no que tange à separação entre produção e administração e no tocante da divisão do trabalho produtivo em específico) e qual o posicionamento dos trabalhadores em relação a tal. Os requerimentos de eficácia produtiva perpassam o modo como a divisão do trabalho é organizada nos diferentes empreendimentos e como os trabalhadores a concebem. Por um lado, descreveu-se a existência de uma separação entre o trabalho administrativo e o trabalho produtivo (maior na Coopereciclagem e menor na Uniconfecção), e, por outro lado, apresentou-se como as distintas formas de organizar a divisão do trabalho procuram responder aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, mas não deixam de ser traduzidas em diferentes imperativos (como a necessidade de polivalência na Cooperalumínio) e possibilidades (como a de levar trabalho para casa, no caso da Uniconfecção) para os trabalhadores.

3. O valor do trabalho

Um dos aspectos da relação do trabalhador com os requerimentos e eficácia da atividade produtiva é a questão do valor do trabalho. Os diferentes modos de remuneração presentes nos grupos foram descritos anteriormente. Tratar-se-á a seguir a respeito das concepções que emergem e que fundamentam essas distintas formas e do debate sobre o valor do trabalho a elas vinculado.

Primeiramente, cabe destacar uma sensação de justiça em relação aos ganhos do empreendimento, pois há uma concepção de que não há atravessadores, fazendo com que o valor

pago pelo mercado às cooperativas seja tido enquanto justo. Sob esse ângulo destaca-se o vínculo direto do valor pago ao trabalho individual e à produção coletiva.

Porque eu acho assim, tu te sente na obrigação, “eu devo fazer aquilo ali, vou fazer. Se eu preciso fazer, por que vou deixar de fazer? Eu preciso produzir”. Se não produzirmos, não vai ter retorno, né. Quanto mais tu correr atrás da máquina, mais tu produzir, mais retorno... (Fernanda, Cooperalumínio).

Ela [a cooperativa] serve pra gente tá aqui trabalhando num trabalho diferente e tá ganhando por tá trabalhando, por não tá tendo ninguém te explorando, tu tá ganhando, tu tá vivendo daquilo. Ela serve pra dar trabalho, dar emprego, trabalho não é emprego, pra dar trabalho pras pessoas direto, assim, não com um atravessador. Eu entendo isso (Luciana, Uniconfecção).

Achei que era uma boa ideia [a cooperativa] que dá certo, que ajuda bastante. Que se não era muita desigualdade, onde tem firma que tem patrão que não fazem muita coisa e recebem bem mais do que quem tá ali trabalhando (Pedro, Cooperalumínio).

Sendo o rendimento coletivo entendido enquanto justo, depende, segundo a perspectiva da maioria dos entrevistados, somente dos próprios trabalhadores fazer com que o empreendimento mantenha-se no mercado, garantindo melhores níveis de remuneração aos seus sócios. Contudo, se os ganhos que as cooperativas têm são percebidos enquanto justos, porque expressam o desempenho coletivo permeado por um contato tido enquanto direto com o mercado, isso não significa que os atores não podem ser críticos aos diferentes meios de dividir as receitas dos empreendimentos. Identificaram-se três tipos de remuneração dos trabalhadores nos empreendimentos estudados: a fixa, a por produção individual e a por produção setorial. Cada uma das diferentes formas de remuneração liga-se a distintos meios de relacionar-se com a tarefa executada, logo, com as exigências de produtividade que a atravessam.

A remuneração por produção individual desloca para o indivíduo a necessidade de ser produtivo. Esse processo permeia-se, igualmente, por uma concepção de justiça da remuneração individual, visto que ela está vinculada diretamente com o desempenho do ator e é capaz de evitar o surgimento de gargalos na produção coletiva. Ademais, a remuneração por produção individual permite que o trabalho seja executado em âmbito doméstico (nos casos em que as condições técnicas da tarefa possibilitam tal aspecto), elemento presente na Uniconfecção e que facilita o aumento da jornada de trabalho, mas também a adequação do trabalho às demandas domésticas.

Se na remuneração por produção individual há uma ideia de que “depende só de mim”, quando a remuneração se dá por produção setorial a concepção que emerge é a de “depende só de nós”. A principal diferença é que quando o pagamento atrela-se à produção setorial, ocorre a emersão da problemática da diferença de produtividade entre os componentes do setor. No

entanto, considerando que esse modo de remuneração somente se realiza em setores com menos de dez trabalhadores (nos empreendimentos estudados), as diferenças entre produtividade dos trabalhadores tendem a ser minimizadas com o tempo¹³⁴. Um aspecto que é comum às duas formas de pagamento anteriormente mencionadas é a não remuneração por tarefas que não estejam diretamente vinculadas com a produção, o que não incentiva a inserção dos trabalhadores em tarefas não produtivas:

É, aqui tem isso, ainda. A gente faz porque quer, não é uma coisa que a gente tá ganhando pra fazer. Nada fora do que a gente faz além da costura a gente ganha. Tem épocas que atrapalha um monte a produção e eu acho que também interfere quando tem eleição, das pessoas quererem ou não participar disso por causa da produção (Márcia, Uniconfecção).

É que o fato... porque as pessoas não querem? O que eu percebi, né, que faz pouco tempo que eu tô aqui. Porque sai do bolso da pessoa. Digamos assim, a Marta é costureira, ela não tem ninguém que paga ela. O que ela fazer na máquina, o dinheiro... pelo que eu entendi, o dinheiro é dela e se ela não fizer, ela não ganha. É por isso que muitas não querem ocupar os cargos. Se tu precisar ir lá no centro, tu vai pagar tua passagem, é tudo do teu bolso (Bruna, Uniconfecção).

A remuneração fixa é utilizada nos empreendimentos participantes desta investigação em casos em que a produtividade do trabalhador é dificilmente identificável e mensurável. Assim este modo de remuneração tende a estar presente em funções caracterizadas por tarefas de maior complexidade, que demandam maior polivalência ou que se vinculam a gestão. Nesses casos a relação do trabalhador com a necessidade de produtividade é marcada por menor tensão, havendo um sentimento de maior segurança em relação à remuneração e uma concepção da produtividade menos como um desafio cotidiano e mais como um dever com o grupo. Enquanto as formas de remuneração por produção sustentam uma ideia de igualdade garantida pela medição da produção, o pagamento fixo, por não haver esse lastro de legitimação, não deixa de ser contestado.

Em todos os casos, os trabalhadores não deixam de manifestar posições discordantes em relação ao valor que deve ser pago às diferentes tarefas. Identificaram-se três elementos de discórdia relacionados ao valor pago pelo trabalho. O primeiro refere-se à complexidade do trabalho executado, às competências e à formação necessárias. Em alguns casos, como de certas tarefas especializadas na Cooperalumínio e das diferentes peças produzidas na Uniconfecção,

¹³⁴ “Eu acho assim, que nós do corte e da serigrafia, a gente ganha igual. Então a gente tem que trabalhar todos iguais, no mesmo horário, que é pra não ficar ninguém prejudicado. Aí então a gente sai” (Luciana, Uniconfecção).

parte dos trabalhadores reivindicam maiores ganhos devido à dificuldade ou à especificidade do trabalho executado. O segundo alude à questão da reivindicação por maior remuneração vinculada ao exercício de tarefas de maior responsabilidade. Esse elemento está presente na Cooperalumínio e na Coopereciclagem, onde há remunerações diferenciadas aos trabalhadores que exercem alguns dos cargos representativos. E, por fim, os valores pagos nas empresas privadas tende a justificar as exigências de alguns trabalhadores por melhor remuneração. Os valores pagos no mercado de trabalho formal é um parâmetro que não deixa de servir como referência para a decisão de como dividir os ganhos e de qual valor pagar para as diferentes tarefas. Ademais, a alta especialização e o alto valor pago pelo mercado de trabalho para algumas tarefas faz com que alguns trabalhadores da Cooperalumínio não entrem para a cooperativa, já que ganhariam menos, terminando por realizar o seu trabalho de forma terceirizada, sendo contratados enquanto autônomos.

As diferentes formas de divisão vinculam-se a distintas concepções que os indivíduos possuem sobre o valor do seu trabalho (e dos demais). O pagamento por remuneração, seja ela setorial ou individual, fundamenta-se em uma concepção de igualdade por performance (produtividade). A remuneração fixa, ao mesmo tempo contestada e desejada, fundamenta-se na ideia de que trabalhos com diferentes complexidades e responsabilidades devem ser pagos de forma distinta. De todas as maneiras, os diferentes modos de remuneração influenciam na forma como o trabalhador relaciona-se com os requerimentos de eficácia produtiva. A ideia de que “depende só de mim” e de que “depende só de nós” caracteriza a remuneração por produção individual e setorial, respectivamente, enquanto a concepção de que “faço o que tenho que fazer” fundamenta a remuneração fixa.

4. O projeto e a atividade produtiva

A relação do trabalhador com os requerimentos de eficácia da atividade produtiva não deixa de ser perpassada pela presença do projeto de economia solidária. Neste sentido, os atores desenvolvem distintas concepções sobre o papel que o projeto cumpre na produção. Segundo os trabalhadores que destacaram o projeto de economia solidária enquanto facilitador para a produtividade, a ausência do patrão permite uma maior liberdade do trabalhador para exercer e desenvolver o seu trabalho à luz dos conhecimentos que dele possui. O projeto de economia solidária estaria vinculado, igualmente, para essa perspectiva, à possibilidade de uma maior

responsabilidade do trabalhador pelo seu trabalho, o que permitiria maior produtividade. Ademais, parte desses atores destacou a possibilidade do projeto de economia solidária servir enquanto um recurso no mercado por meio das redes de organizações vinculadas a ele, que podem facilitar a comercialização, assim como o acesso a financiamento e a cursos de formação.

Os trabalhadores que perceberam o projeto de economia solidária enquanto um obstáculo para a produtividade o descrevem enquanto um incentivo ao uso não eficaz do tempo. Esse posicionamento relaciona-se com a concepção da centralidade do trabalho produtivo e uma percepção do projeto enquanto pouco plausível e limitado quanto aos seus efeitos práticos para os empreendimentos. A percepção que os trabalhadores possuem da influência do projeto de economia solidária sobre a relação que eles desenvolvem com os requerimentos de eficácia produtiva tende a ser plural, sendo possível sintetizar três posições elementares sobre a problemática:

Projeto de economia solidária e produtividade enquanto compatíveis e complementares. Essa concepção percebe uma compatibilidade e complementaridade entre a produtividade e o projeto de economia solidária, considerando o projeto enquanto um facilitador da atividade produtiva: “Se tu entender o que é uma cooperativa, que tu depende dos outros, que os outros dependem de ti, tu vai trabalhar. Tu não vai tá lá pra se escorar. Daí tu não tá entendendo de cooperativa” (Leandro, Coopereciclagem).

Projeto e produtividade enquanto elementos não vinculados. Essa posição destaca o projeto de economia solidária enquanto um aspecto que possui pouca influência sobre a atividade produtiva, sendo algo que se pratica opcionalmente e nos espaços não vinculados diretamente à produção, como as reuniões internas e os espaços do movimento de economia solidária.

Projeto e produtividade enquanto contraditórios. Essa concepção indica a existência de uma contradição entre os dois aspectos abordados, descrevendo o projeto de economia solidária enquanto um obstáculo relevante para a atividade produtiva, devido, por um lado, à flexibilidade no trabalho e à carência de controle sobre o trabalho; e, por outro, porque o projeto demanda dos empreendimentos a realização de atividades que não estão diretamente ligadas à produção, como a realização de reuniões, assembleias e a participação nas instâncias do movimento de economia solidária.

A existência das três perspectivas supracitadas demonstra que a articulação entre os requerimentos de eficácia e o projeto de economia solidária é um problema sem solução prévia e que demanda um esforço reflexivo e prático dos indivíduos, o que termina por gerar resultados diferenciados, que vão da identificação de uma incongruência integral à compreensão de uma compatibilidade possível.

5. Conclusão

A relação com o trabalho na economia solidária é permeada, ademais do projeto dessa *outra economia*, pela presença dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, dimensão abordada neste capítulo. A necessidade da produtividade do trabalhador, aspecto presente em qualquer realidade laboral, é intensificada na economia solidária devido à responsabilização direta dos associados pelo seu desempenho, além das frágeis condições econômicas, tecnológicas e técnicas existentes. A centralidade do trabalhador em compensar essas limitações foi identificada como o principal meio pelos quais os empreendimentos conseguem garantir a sua viabilidade produtiva. É o esforço dos trabalhadores, que chega, em alguns casos, ao sacrifício, que permite explicar a manutenção desses empreendimentos no mercado, apesar dos inúmeros obstáculos enfrentados. Contudo, identificar a centralidade produtiva do trabalhador não significa dizer que os atores se limitam a uma relação com o trabalho marcada, exclusivamente, pelo seu caráter emergencial. Diferentemente disso, as respostas em relação aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva expressam o caráter ativo dos atores que, mesmo, possivelmente, em uma situação emergencial, procuram ser produtivos, mas não de qualquer forma, sem levar em conta os posicionamentos que possuem sobre o seu trabalho. Deste modo, os trabalhadores manifestaram diferentes sentidos sobre o valor do seu trabalho, sobre a divisão do trabalho e sobre o projeto de economia solidária em relação à dimensão produtiva, que representam os diferentes modos como eles se relacionam com os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e que foram descritos no decorrer deste capítulo.

Sem deixar de considerar a pluralidade existente, é possível identificar dois tipos principais da relação dos trabalhadores com os requerimentos de eficácia da atividade produtiva. O primeiro, presente entre as lideranças dos empreendimentos, tem como foco uma resposta coletiva às necessidades de produtividade. Essa perspectiva evoca um sentido de uma

responsabilização com o empreendimento, no qual há uma preocupação com elementos mais gerais e não restritos ao próprio trabalho individualmente executado. O segundo é o mais comum e faz referência a uma relação com os requerimentos de eficácia permeada por uma responsabilização individual sobre a própria produtividade. Esse segundo tipo torna-se mais comum devido às desigualdades entre os trabalhadores, à dificuldade de uma concepção de trabalhador-proprietário e a um modo de operação do poder por gestão de quadros (aspecto explorado no capítulo anterior), além da presença de elementos organizativos que, em alguns casos, incentivam uma relação mais individualizada com os requerimentos de eficácia.

CAPÍTULO 6: A LUTA POR AUTONOMIA

A relação com o trabalho na economia solidária é abordada, neste estudo, por meio de três dimensões fundamentais: o projeto de economia solidária, os requerimentos de eficácia produtiva e a luta por autonomia. Este capítulo trata desse último aspecto. Tal como foi descrito no Capítulo 2, a luta por autonomia refere-se à distância que os atores possuem das demais dimensões da sua relação com o trabalho: eles não são nem meros suportes do projeto de economia solidária, nem se limitam a serem agentes produtivos. Diferentemente disso, eles são atores com capacidades reflexivas, que procuram constituir uma relação com o trabalho que faça sentido para si. Desta forma, defendeu-se a seguinte linha argumentativa: 1) A relação com o trabalho não se restringe nem ao projeto de economia solidária nem aos requerimentos de eficácia, assim como não se limita a uma articulação automática desses aspectos; 2) Os atores não são passivos e atuam na sua relação com o trabalho colocando as suas “próprias” concepções frente aos requerimentos de eficácia produtiva e ao projeto de economia solidária¹³⁵. Em relação a essas três dimensões eles procuram constituir uma articulação de sentido que seja permeada por uma identificação subjetiva e por um reconhecimento dos seus pares; 3) O chamado à autonomia contido no projeto de economia solidária não corresponde à luta por autonomia do ator. O primeiro representa um arranjo apriorístico de sentido, já o segundo alude a um processo permanente e aberto levado a cabo pelo ator; 4) A luta do ator pela sua autonomia é tornada visível sobretudo nos casos em que emergem obstáculos para tal. Na presença desses o ator não permanece passivo, ele reage e formula distintas justificações e explicações que podem levar tanto ao engajamento e ao conflito como a uma introspecção e a uma consciência infeliz, na qual o ator sente-se culpado pelo próprio destino.

A identificação de um vínculo entre a economia solidária e a luta por uma reprodução ampliada da vida, destacada por Coraggio (2007), é permeada por dois aspectos que devem ser considerados: a presença de fatores contingentes, tanto materiais quanto sociais, que obliteram tal esforço; e a pluralidade de concepções promovidas pelos atores em relação a tal meta. O presente capítulo procurou dar conta de como ambos os elementos estão presentes nos casos estudados. Deste modo, se abordará as concepções que os atores possuem de si remetendo à análise de sua

¹³⁵ O ator constrói essas concepções como se fossem suas. Contudo, a despeito do fato de que elas não se limitam aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva ou ao projeto de economia solidária, mantendo certa distância em relação a ambos, essas significações não deixam de possuir uma causalidade social.

trajetória passada, suas capacidades, o seu trabalho e os seus projetos para o futuro. Ademais, se apresentará como os atores procuram tornar reconhecidos, no âmbito do coletivo, os sentidos por eles promovidos em relação a si mesmos e ao seu trabalho. Por fim, discutem-se as possíveis barreiras para a realização das concepções que os atores possuem sobre o seu trabalho e as diferentes reações individuais e coletivas a tais.

1. Descrições de si

A luta por autonomia refere-se à procura pela constituição de uma relação com o trabalho permeada por identificação subjetiva e reconhecimento dos demais. Neste sentido, antes de tudo, a luta por autonomia refere-se a uma relação do ator consigo mesmo, fundamentada em uma concepção de si. Esse processo vincula-se, primeiramente, à construção de uma descrição de si, na qual o ator analisa a sua trajetória passada e os seus projetos futuros, tendo como centro uma reflexão sobre si mesmo, suas capacidades, suas potencialidades, seus desejos, suas esperanças... A análise e sistematização dessas descrições é um desafio devido à multiplicidade de meios de construção dessas análises de si pelos atores. Assim, optou-se, a despeito do risco de simplificação, pela exposição de quatro aspectos basilares que permearam a construção dessas autoanálises pelos trabalhadores entrevistados. São estes: a relação com a trajetória laboral; a compreensão das próprias capacidades; as concepções sobre o trabalho bem feito; e os projetos pessoais.

O primeiro aspecto a ser destacado da descrição de si alude à relação com a própria trajetória laboral. A continuidade/descontinuidade entre as vivências laborais anteriores e as desenvolvidas nos empreendimentos de economia solidária institui um problema ao ator, em relação ao qual ele é impelido a responder. Nos casos estudados, os históricos laborais dos trabalhadores são plurais, no entanto, é possível identificar algumas tendências gerais. Na Coopereciclagem, as experiências anteriores tendem a caracterizar-se por trabalhos informais, sazonais e/ou realizados em condições precárias¹³⁶. No empreendimento de reciclagem pode-se

¹³⁶ Neste cenário, o emprego assalariado é visto como de difícil acesso pelos trabalhadores da Coopereciclagem. Joana conta como foi o dia em que participou de uma entrevista para uma indústria e conseguiu ser contratada: “(...) Aí um dia eu consegui uma passagem de trem, né, era lá na estação Petrobrás. Aí eu desci lá, só tinha empresa lá, aí eu fui caminhando, procurando. Eu lembro até que na primeira vez em que eu, que eu fui na entrevista, eu fui desde casa até lá rezando pra conseguir. (...) Eu fui rezando, eu lembro até hoje dessa parte. Eu lembro até que era o “Pai Nosso” que eu fui rezando. (...) Cheguei lá e eu consegui” (Joana, Coopereciclagem).

perceber uma importância dos “bicos”, geralmente realizados na própria comunidade, sem regularidade ou formalização. No caso dos homens os “bicos” tendem a ser de manutenção (elétrica ou hidráulica) e reforma de domicílios vizinhos. No caso das mulheres, essa modalidade de trabalho remete ao cuidado de crianças e aos serviços de limpeza. Além dos “bicos”, geralmente desenvolvidos enquanto complemento de renda, foram identificadas experiências laborais na construção civil (principalmente no caso dos homens), no comércio (sobretudo local)¹³⁷ e na catação de material reciclável. Na Uniconfecção foi possível identificar a relevância de experiências laborais industriais, sobretudo na confecção, mas também em outras indústrias presentes no bairro (produtos cosméticos e alimentícios). No empreendimento de confecção o trabalho por conta própria (conserto de roupas e artesanato, especialmente), seja ele em tempo integral ou como forma de complemento de renda, é igualmente presente. As trajetórias dos trabalhadores da Cooperalumínio são mais uniformes e menos híbridas que a dos trabalhadores das outras cooperativas. Em geral, os associados da Cooperalumínio tendem a ter um histórico laboral marcado, sobretudo por empregos no setor da metalurgia, principalmente na antiga empresa que deu origem ao empreendimento associativo.

Em relação à trajetória das lideranças, identificaram-se dois tipos principais. O primeiro deles, encontrado na Coopereciclagem e na Uniconfecção, alude às trajetórias marcadas pela participação em movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos ou ações coletivas na comunidade¹³⁸. A atuação nos empreendimentos econômicos associativos é descrita por essas lideranças mais como um produto de uma trajetória de engajamento do que como uma causa desta participação política. O segundo tipo, presente na Cooperalumínio, faz referência a trajetórias que não foram marcadas por engajamentos em ações coletivas. Diferentemente disso, os trabalhadores líderes da cooperativa de alumínio, de maneira geral, desenvolviam algum tipo

¹³⁷ Segundo os trabalhadores mais jovens entrevistados (menores de 25 anos) na Coopereciclagem, o trabalho no comércio, sobretudo aquele realizado fora da comunidade, em grandes supermercados ou shopping centers, é visto como detentor de status. Assim, eles estipulam enquanto uma das possíveis metas para o futuro a ocupação desse tipo de emprego.

¹³⁸ “Estudantil, no movimento estudantil, era nos movimentos da igreja, no, no... Depois quando eu me casei tinha o movimento da escola, quando as minhas filhas foram pra escola, os movimentos da escola, CPM, clube de mães, depois movimento da igreja, sempre atuando” (Rita, Coopereciclagem). “Então a Juventude Operária Católica me ajudou a formá o meu caráter, sabe, e esse valores, e a compreende que o mundo precisa se mudado, que as pessoas precisam ter uma vida mais decente, que precisa ter justiça social, que precisa ter distribuição de renda, isso tudo eu aprendi na Juventude Operária Católica. E o movimento sindical ele foi muito importante, por que daí é... É trabalha mais essa luta coletiva junto com outros trabalhadores e pode tá, foi muito importante, de fazê esse confronto de classes, foi dentro do movimento sindical que deu pra fazê. Se senta com o patrão e negocia com ele” (Sônia, Uniconfecção).

de liderança (ou de direção, como no caso de um dos entrevistados) na antiga empresa e continuam a desenvolver, mesmo que de formas diferenciadas, no empreendimento associativo.

Apesar da diversidade, há certos aspectos que podem ser destacados em relação às trajetórias laborais dos atores dos diferentes empreendimentos. O início, ainda na infância, de vivências de trabalho, tende a ser algo comum a muitos dos trabalhadores, sobretudo nos casos dos trabalhadores que vieram de zonas rurais, onde o trabalho infantil na agricultura é tido como aceitável; dos provenientes de famílias que tinham como principal fonte de renda o trabalho por conta própria, em relação ao qual as crianças podem, em alguns casos, contribuir com a sua força de trabalho; e daqueles que vieram de famílias de baixa renda, nas quais o trabalho da criança e do jovem pode ser relevante para a reprodução da unidade familiar¹³⁹.

Outro aspecto central é a importância das redes sociais para o acesso ao trabalho e ao emprego. De maneira geral, o trabalhador teve acesso a empregos pela informação (e/ou indicação) recebida de um familiar ou vizinho. Apesar do emprego não ser uma constância na trajetória dos atores entrevistados, eles tendem a estar sempre trabalhando. A batalha por uma melhor vida não cessa nunca e é expressa pelo “bico”, pela “viração” e pelo “jeitinho” que tem de ser desenvolvido, sobretudo, em situações de desemprego, tendo como base principal o núcleo familiar (e a sua força de trabalho) e a comunidade próxima (suas redes sociais e demandas por serviços). É a partir destes dois aspectos que os atores têm acesso a rendimentos emergenciais, mas também a novas oportunidades de emprego.

Os trabalhadores identificaram um conjunto de continuidades, assim como de rupturas, entre as suas experiências laborais anteriores e o trabalho realizado nos diferentes empreendimentos. O primeiro tipo de continuidade é o que alude a uma permanência do exercício do ofício, das habilidades requeridas para o trabalho e os modos de fazer. Sob essa perspectiva há pouca ou nenhuma diferença entre o trabalho produtivo no empreendimento de economia solidária e as experiências anteriores de trabalho. A forte identidade de ofício, sobretudo entre as costureiras e os trabalhadores metalúrgicos, fundamenta, inclusive, certa resistência com alterações nos modos de fazer. As continuidades identificadas pelos trabalhadores vinculam-se, igualmente, à percepção da contribuição dos trabalhos anteriores nas atividades produtivas em

¹³⁹ Mariana descreve como o fato de trabalhar desde os oito anos de idade afetou sua formação escolar: “Não gostava, mas eu tinha que trabalhar pra ajudar ela [a mãe], né. Não gostava porque era pesado, era cansativo, não podia ir pro colégio, quando eu ia pro colégio chegava lá no colégio sempre atrasada, sempre chegava atrasada, a diretora do colégio já deixava o portão aberto pra mim, porque eu sempre chegava atrasada. Aí foi, foi que ficou cansativo e daí eu parei de estudar, aí eu só fiquei trabalhando, daí” (Mariana, Coopereciclagem).

curso dos empreendimentos. Essas remetem tanto às competências técnicas quanto aos aspectos atitudinais e ao trato com os outros. A necessidade de disciplinamento no trabalho é uma dessas continuidades identificadas pelos atores, sobretudo por aqueles com experiências no exército ou em indústrias mais verticalizadas. Esse aspecto é tido enquanto relevante e alude à necessidade, identificada pelos atores, de disciplina no trabalho, entendida como o estabelecimento de níveis mínimos de produtividade e o cumprimento dos horários e das normas estabelecidas de forma constante. A responsabilização individual do trabalhador sobre o seu trabalho é outro elemento destacado, principalmente por aqueles trabalhadores com experiências laborais em indústrias com programas de qualidade total:

É, poucas [diferenças no trabalho], porque hoje em dia a própria ISO e a QS exigem que o controle de qualidade seja o próprio operador, se o operador disser que é assim, é... Claro que aqui é muito artesanal em vista do que eu aprendi na M., por exemplo, que foi uma das firmas que me ensinou muito, aqui é muito artesanal o que a gente faz, mas... É bom de trabalhar (Mário, Cooperalumínio).

A despeito da pluralidade de elementos de continuidade, os trabalhadores não deixaram de identificar um conjunto relevante de rupturas entre as suas experiências anteriores e a vivência nos empreendimentos econômicos associativos. A primeira delas alude a uma comparação quanto ao grau de formalização entre o trabalho no empreendimento e os anteriores, enquanto os atores que possuem suas trajetórias marcadas por trabalhos informais e inconstantes tendem a ver o trabalho nas cooperativas como um ganho de direitos e um aumento da estabilidade. Esse processo é visto sob outra perspectiva pelos trabalhadores com trajetórias marcadas por empregos assalariados. Para um grupo desses a cooperativa representa uma perda de direitos, expresso, especialmente, pela ausência da carteira assinada. Para outro grupo desses, a ausência da carteira assinada é compensada pelo acesso a outros direitos e possibilidades no âmbito dos empreendimentos e por uma redução dos “descontos” nas remunerações:

É, vou ser bem sincera, quando eu vi assim “cooperativa” não tinha tão, uma coisa tão boa porque não tinha carteira assinada. (...) Não sendo carteira assinada é terrível. (...) Só que quando eu entrei aqui, eu vi que era da parte da costura e eles pagavam INSS, eu achei uma vantagem boa, vale a pena não assinar a carteira pra ter isso. (...) Tudo bem, não vai ter aquela função toda da carteira que tu tem todos aqueles direitos, férias... (...) Só que quando eu entrei na cooperativa, elas me explicaram muito como é que funcionava: “ah, aqui tem décimo, tem décimo, férias, tu ganha as tuas férias, tem os cinco por cento”, então elas foram explicando e isso daí me chamou muito atenção, eu disse: “bom, então se botar na balança vale mais a pena eu tá feliz e bem, me sentindo bem, trabalhando em casa sem carteira assinada, do que trabalhando de carteira assinada e não gostar” (Laura, Uniconfecção).

Contudo, a carteira assinada continua sendo uma referência para a avaliação do trabalhador sobre a qualidade do posto laboral que possui. Quando os trabalhadores são perguntados se trocariam o trabalho nas cooperativas por outro com carteira assinada e com tarefas similares, eles respondem de duas formas diferenciadas. Para uma parte dos trabalhadores, sobretudo na Coopereciclagem, o trabalho com carteira assinada é considerado por si melhor do que o realizado nas cooperativas. Para outra parte dos trabalhadores, *apesar* das cooperativas não terem carteira assinada, permanecer nelas ainda vale a pena, sobretudo pela flexibilidade no trabalho e pela possibilidade de maior participação nas decisões. Desse modo, apesar de respostas opostas, ambas as perspectivas destacam a carteira assinada, os direitos e o status que lhe acompanham enquanto elementos relevantes.

A presença do projeto de economia solidária é outro aspecto destacado pelos trabalhadores como elemento diferenciador das atividades desenvolvidas nos empreendimentos associativos e as experiências laborais anteriores. A presença do projeto é sentida de diferentes formas, dependendo da distância dos trabalhadores a este, assim como já foi descrito no Capítulo 4. De maneira geral, a ausência do patrão e o imperativo de gerir o empreendimento tendem a ser vistos enquanto elementos de diferenciação entre o presente e o passado na trajetória dos atores. A ausência do patrão vincula-se, para os atores, a um maior controle individual sobre o próprio trabalho, mas igualmente a um aumento de responsabilidades sobre esse. A possibilidade desse maior controle liga-se, na perspectiva dos atores, a uma maior flexibilidade em relação ao modo de fazer¹⁴⁰, ao horário e ao local de trabalho, o que permite uma maior adequação da jornada de trabalho às demandas domésticas, aspecto muito valorizado por parte das mulheres entrevistadas, particularmente aquelas que possuem filhos. A ausência de um maior controle sobre o trabalho, expresso na figura do patrão, tem efeitos sobre a concepção dos atores em relação à intensidade e pressão no trabalho.

Ah, lá [no emprego anterior] eu trabalhava mais [do que na cooperativa]!
 (...) Era o dia inteiro, não tem para, nem folga (Carolina, Coopereciclagem).

A forma de trabalhar é assim, né, Thales, tu sabe o que tem que fazer. Tem ali... O nosso foco é panela. Tu sabe o que tem que fazer, tu sabe que ferramenta tem que botar, faz o que tem que fazer ali, não tem aquela pressão na cabeça, não tem... Sempre tem, né, mas

¹⁴⁰ “Era assim, não tinha essa liberdade que a gente tem aqui de trocar o trabalho e ficar conversando, escutando rádio. Lá é baixar a cabeça e tu tem que produzir, tu tem uma cota pra fazer e às vezes é sobrecarregado mesmo. Dá pra contar um minuto parada porque esse minuto tá contando mais uma peça que tu não fez” (Márcia, Uniconfecção).

é tranquilo, eu gosto de trabalhar aqui. Tanto que já pintou oportunidade, bastante, aí pra mim... (Jorge, Cooperalumínio).

Na ausência do patrão é comum o sentimento de redução de pressão externa substituída por uma pressão interna, na qual o trabalhador deve ser proativo quanto ao seu trabalho e as suas metas. Neste sentido, a necessidade do trabalhador “saber o que tem que fazer” é visto por uma parte deles como um reconhecimento de suas habilidades, enquanto para outra parte, esse aspecto representa um aumento de suas tarefas:

(...) a minha cunhada, mesmo, é formada e tudo e ficou um tempão desempregada. Ganha quase a mesma coisa que eu, do que eu ganho agora, assim. Aos poucos a gente vai aprendendo que não é aquela visão, né, de empresa. Ela tem patrão xingando o tempo todo, cobrança, um monte de coisa que aqui a gente tem, mas a gente mesmo faz, as próprias cobranças, então acaba ficando, sei lá, a gente mesmo se policiando e se mandando. (...) É, eu acho que tu querer fazer tudo, porque tu sabe que se não andar bem a cooperativa, também não vai ter trabalho. É tudo. Não tem patrão, a gente tem que fazer o trabalho do patrão (Márcia, Uniconfecção).

A diferença na intensidade do trabalho é sentida, inclusive, por aqueles trabalhadores que não tinham experiências assalariadas. É o caso de Teresa, que trabalhava como coletora de material reciclável nas ruas de Canoas:

[a coleta individual de material reciclável] É muito mais cansativo a gente se judia mais. Fica doente, porque, no caso, pega chuva, pega sol, né?! Caminha demais e ganha muito pouco. Apesar de ganhar bastante ajuda das pessoas na rua, mas não é o suficiente como ter o próprio dinheirinho da gente, faz uma conta aqui, faz uma conta ali e tem um dinheirinho pra pagar.

(...) Exatamente, o trabalho... Um serviço, bonitinho, aí chega na tua quinzena, tu recebe, né?! Se tu não tiver tirando muito de Compre Bem, porque a gente tem um convênio com a Compre Bem, então se tu não tiver tirando Compre Bem, tu recebe razoável... e não faltando no mês todo, tu tem um bonusinho que eles dão, né, não tendo falta, não tendo atraso, não tendo briga com as colegas, né, sendo bem... dignamente, trabalhando quietinha e bem rapidinha e não ficando se escorando na outra, a gente tem uma vantagenzinha, né?! E pra mim, eu achei melhor, essa posição aí (Teresa, Coopereciclagem).

Ademais dos aspectos já destacados, a possibilidade de uma sociabilidade mais próxima, fundamentada em uma menor pressão externa sobre o trabalho, é tida enquanto outro diferencial relevante do trabalho nos empreendimentos de economia solidária:

Eu não, eu acho que não acostumo mais trabalhar, assim, numa firma fechada. Sem essa liberdade que a gente tem aqui. Porque aqui todo mundo conversa, todo mundo... Não tem... Numa firma já não pode mais isso, né.

Eu acho que pela liberdade que a gente tem. No caso, assim, tem, tem uma consulta, tem que levar o teu filho no médico ou reunião em colégio, tu pode ir, né, desde que tu te cobre depois o teu serviço e numa firma não... (Ângela, Uniconfecção).

É não, antes era só lá dentro do serviço lá. Fora assim, não, a gente se via, se cumprimentava tudo, mas não ia na casa das pessoas assim, sabe?! Visita, conversa, que nem tem vários aí que eu vô, já fui na casa, almoçar e tudo (Pedro, Cooperalumínio).

Entre nós, assim. Aí às vezes eu chegava meio deprimida aqui, as pessoas que tão em volta, nossas colegas de trabalho, elas notam isso. Elas puxam uma brincadeira, elas puxam uma conversa pra ti sair daquele stress, né.

E isso, essa é a diferença [da empresa privada e da cooperativa]. A liberdade e o cooperativismo, assim, em geral mesmo, é cooperativa mesmo, é um ajudar o outro, um incentivar o outro, “ah, fulana, ô, minha colega, tu não tá muito bem hoje, vamos conversar, vamos cantar”, a gente canta aqui dentro!

Então às vezes se ela tá, assim, depressiva, a gente já começa a conversar com ela e faz umas brincadeiras pra não deixar ela cair em depressão, assim, né.

Porque se ali na fábrica tu tem metas a cumprir, tu não tem muito interesse em saber assunto nenhum da pessoa, em conversar com a pessoa do teu lado (Adriana, Uniconfecção).

A intensidade de identificação de diferenças e continuidades entre o trabalho nos empreendimentos e os trabalhos anteriores varia entre os atores entrevistados. Contudo, pode-se afirmar que, de maneira geral, os trabalhadores que destacam uma maior ruptura tendem a chamar a atenção para o projeto de economia solidária e a ausência do patrão; e para aqueles que destacam mais intensamente as continuidades, essas tendem a estar atreladas ao processo de trabalho, ao modo de fazer e às habilidades requeridas para a execução da atividade laboral.

A descrição dos trabalhadores acerca de sua trajetória laboral não se restringiu à identificação de elementos de diferença e de continuidade, mas incluiu a construção de dois tipos elementares de narrativa, que denotam uma avaliação do ator sobre a positividade ou não desses. Por um lado, parte dos trabalhadores desenvolveram narrativas descendentes, nas quais eles ordenam os fatos de sua trajetória enquanto permeados por uma tendência de piora gradativa na sua situação como trabalhadores. Nesses casos, os trabalhadores tendem a destacar a possível perda de direitos pela ausência da carteira assinada, o aumento de responsabilidades e de tarefas no empreendimento associativo, uma redução da remuneração, uma impossibilidade de exercício do ofício, entre outros fatores. Por outro lado, há, igualmente, atores que apresentaram narrativas marcadas por uma tendência ascendente. Nesses casos, são destacados um aumento na estabilidade do emprego, um maior controle sobre o próprio trabalho, um acréscimo da flexibilidade do trabalho (que permite adaptá-lo às demandas domésticas) e um maior engajamento na comunidade, assim como outros elementos tidos enquanto positivos. Obviamente, nem todas as narrativas são construídas de forma unicamente ascendente ou descendente, contudo é possível identificar as tendências gerais referidas.

O segundo aspecto a ser apresentado da descrição de si vincula-se à (auto)avaliação do trabalhador sobre as suas capacidades. Identificaram-se três tipos de discursos dos trabalhadores sobre as suas capacidades. O primeiro conjunto de trabalhadores se (auto)descreve enquanto *especialista*. Eles destacam que sabem o que estão fazendo, valorizam o conhecimento que têm sobre a tarefa executada e ressaltam a importância de maior espaço para o controle sobre o próprio trabalho. Essa forma de (auto)avaliação das capacidades do trabalhador tende a estar vinculada ao exercício de um ofício. Esses trabalhadores tendem a se preocupar, sobretudo com a tarefa em particular que executam, tendo expectativas de serem reconhecidos por essa sua contribuição específica na produção coletiva. Esses atores tendem a ver a si mesmos como especialistas competentes na sua tarefa particular, tendo pouca disposição para o exercício de outras funções. O segundo conjunto de trabalhadores não se limita a uma tarefa em específico, mas sim procura exercer diferentes tipos de funções, desde que vinculadas a tarefas mais simples e facilmente aprendidas, sendo geralmente manuais. Neste sentido, esses atores tendem a entender o trabalho manual e o seu esforço físico como o principal, ou único, meio de contribuir com o grupo e ser reconhecido por tal. Assim, esses atores desenvolvem uma compreensão de incapacidade ou de falta de disposição para tarefas de gestão e representação:

A gente não tem só isso aqui, a gente tem uma vida, aí mistura tudo. Mas enquanto eu tiver aqui, eu vou fazer bem feito e eu faço muito bem feito. Eu acredito que a minha maior contribuição é no trabalho [produtivo]. Eu falto só quando eu preciso mesmo, não falto por nada. Então eu acredito que é no trabalho mesmo a minha contribuição (Luciana, Uniconfecção).

O terceiro tipo de (auto)avaliação dos atores em relação às suas capacidades alude àqueles que se veem enquanto capazes de exercer tanto tarefas e funções manuais quanto administrativas. Eles circulam em diferentes tipos de tarefas, sendo o ofício menos importante do que as metas para o empreendimento e/ou projeto de economia solidária. Esse terceiro tipo alude às lideranças que exercem funções administrativas, assim como tarefas vinculadas diretamente com a produção.

A luta por autonomia do trabalhador relaciona-se com as concepções que ele desenvolve sobre si, mas também sobre o seu trabalho. Neste sentido, a compreensão desenvolvida pelos atores do que seria um trabalho bem feito ocupa um espaço importante na relação do trabalhador com o seu trabalho, sendo o terceiro aspecto da descrição de si a ser apresentado. Quando uma tarefa é considerada terminada e feita com qualidade? Esse elemento trata, assim, das percepções e ponderações estéticas que os trabalhadores mobilizam ao olhar para o próprio trabalho. Os

atores entrevistados manifestaram dois modos principais de compreender o que seria, segundo a perspectiva deles, um trabalho bem feito. A primeira delas pode ser denominada de *industrial*, visto que valoriza a conjugação entre velocidade e homogeneidade do trabalho desenvolvido:

Olha... é pouco encontrado aqui dentro esse trabalho [bem feito], mas eu acho que [o trabalho bem feito] é um trabalho que tu olha assim, com qualidade, um trabalho, uma peça limpa, uma peça bem feita, que é muito pouco encontrado aqui dentro.

(...)

Tem bastante aqui dentro... [peças que] Não tá bem ali no padrão. É uma diferente da outra! Não tem padrão (Cristina, Uniconfecção).

Segundo a concepção industrial, valoriza-se o padrão e a homogeneidade das mercadorias produzidas, tidas como portadoras de maior qualidade. Ademais, essa perspectiva tende a ter como foco o trabalhador coletivo e a capacidade de constituição de uma divisão do trabalho, caracterizada por uma cadência que permita aliar as diferentes especialidades dos trabalhadores, uma maior produtividade e uma produção homogênea. Essa concepção sobre o trabalho bem feito está presente nos três empreendimentos estudados, contudo na cooperativa de reciclagem –na qual o resultado produtivo não é mercadoria final – ela se particulariza e remete sobretudo à limpeza enquanto parâmetro para um trabalho bem feito¹⁴¹.

A segunda perspectiva sobre o trabalho bem feito alude a uma concepção de cunho *artesanal*. Os trabalhadores que adotam esse ponto de vista tendem a perceber a atividade produtiva enquanto um meio de expressão de suas habilidades, mas, também, de suas individualidades. Se o trabalho bem feito na perspectiva anterior era compreendido enquanto uma expressão do trabalhador coletivo, sob a perspectiva artesanal o trabalho bem feito é visto como aquele que é possível promover uma identificação do trabalhador com o produto do seu trabalho.

A gente costuma dizer aqui que a gente olha o que a gente fez e vê se a gente usaria. Então é aquela coisa de tu gostar daquilo que tu fez. Tu, em primeiro lugar, tem que gostar, depois os outros.

É, “eu achei legal, eu achei que ficou bom, eu compraria isso” (Ângela, Uniconfecção).

No caso da Uniconfecção, as duas concepções sobre o trabalho bem feito estão em tensão na definição da forma de divisão do trabalho da costura. Enquanto as trabalhadoras que são contrárias à divisão do trabalho na costura defendem a satisfação de produzir uma peça inteira, as

¹⁴¹ Sobre esse aspecto pode-se fazer referência ao trabalho de Douglas (DOUGLAS, 1973) e o seu postulado sobre o papel das concepções de puro e o impuro como parâmetros de demarcação das fronteiras das estruturas simbólicas que limitam o aceitável do não aceitável. Nesse sentido, a concepção de trabalho bem feito enquanto “limpo” e a transformação do objeto de trabalho do “lixo” para o “material reciclável”, representam um processo de identificação subjetiva com o trabalho executado, mas também uma procura por reconhecimento social em relação a tal.

trabalhadoras que defendem a divisão do trabalho argumentam sobre a importância de um trabalho com maior padrão e homogeneidade.

Por que esse prazer de você sente que é um trabalhador capaz de fazê uma peça inteira é muito importante, dá muita dignidade como pessoa, sabe, por que tu... Como que a fábrica faz: tu faz os bolsos, eu prego os bolsos, tu faz a parte lateral. Tu não sabe fazê nada, tu só sabe tocá a máquina. E assim as pessoas se realizam melhor, elas podem olha o seu produto e dizer: ‘esse é meu produto’, ‘eu sou uma costureira’, ‘eu só capaz de fazê calça, eu só capaz de fazê jaleco, eu só capaz de fazê...’ (Sônia, Uniconfecção).

É isso aí, dentro do padrão que elas trabalham hoje, nunca vai sair algo padrão. Só vai sair num padrão, a Maria lá coloca só a manga, a outra coloca as costuras do lado, só assim para ter um padrão. Daí seria sempre a mesma que faria a gola, ou a manga, enquanto hoje cada uma faz uma peça inteira, os padrões mudam daí.

Acho importante ter um padrão, tem que ter em tudo. Claro, a gente fala muito de aprendizado de empresa, mas o padrão, ele te garante que tu vai fazer a coisa certa em determinada maneira (Marcelo, Uniconfecção).

Essa tensão está menos presente no caso da Cooperalumínio e da Coopereciclagem, devido ao pouco espaço para uma perspectiva artesanal na atividade produtiva cotidiana, seja pela maior divisão do trabalho (caso da Cooperalumínio) ou pelas características da mercadoria produzida (caso da Coopereciclagem). De todas as formas, segundo a concepção defendida pela maioria dos trabalhadores, um trabalho bem feito é aquele em que o trabalhador está comprometido com a finalização da sua tarefa, possuindo, deste modo, comprometimento com a produção coletiva e motivação para a consecução da dita tarefa¹⁴².

Até o momento foram apresentadas as descrições que os atores desenvolvem de suas trajetórias laborais e, vinculadas a estas, as (auto)análises de suas capacidades e das suas concepções de trabalho bem feito. Por fim, o quarto aspecto a ser destacado é a construção de projetos pessoais. Se a descrição de si inclui o que o trabalhador foi, o que ele é, e o que ele faz, ela também inclui uma avaliação de o que o trabalhador quer ser. Os trabalhadores possuem distintos objetivos e expectativas em relação ao seu trabalho, que remontam direta ou indiretamente a tais. Foram identificadas cinco metas principais dos trabalhadores para o futuro. A primeira delas alude à procura por uma vida mais estável, que possibilitasse um maior planejamento e segurança. Esse tipo de objetivo é evocado tanto por aqueles trabalhadores que tiveram trajetórias laborais com alto grau de hibridização e instabilidade, marcadas por menor formalização e menor acesso a direitos vinculados ao trabalho, como por aqueles que possuem

¹⁴² “(...) trabalho bem feito, cara, na minha opinião é aquilo que tu faz com gosto. Tu... Tu chegar de manhã e dizer: bom, eu vou trabalhar, eu vou fazer com gosto, eu vou fazer com amor isso aqui. Eu acho que é um trabalho bem feito. (...) Então, eu pra mim é isso aí, né, cara, tu fazer e chegar: ‘vou trabalhar hoje, vou trabalhar com amor’” (Mario, Cooperalumínio).

uma trajetória laboral passada estável e menos híbrida, caracterizada, sobretudo por empregos assalariados. A segurança no posto de trabalho e o acesso estável à renda que dele provém são os objetivos centrais para esses atores com os dois tipos de trajetórias referidas. A diferença está presente no meio identificado para se lograr tal objetivo; enquanto os primeiros destacam o papel das cooperativas para tal, os segundos manifestam um desejo de retorno a postos de trabalho assalariados. De todas as formas, essa perspectiva vincula-se à vontade do trabalhador de poder fazer planos em maior prazo, por exemplo, o investimento em bens duráveis, os estudos dos filhos ou o cuidado de familiares. A segunda meta alude à vontade de o trabalhador exercer o seu ofício de maneira mais qualificada. Esse objetivo pode ter relação direta com o acesso a emprego e renda, mas não deixa de ter, para alguns dos trabalhadores, um valor relevante em si. A terceira meta dos trabalhadores alude à realização do projeto de economia solidária. Para tanto, esses atores procuram articular uma atuação no movimento de economia solidária e um esforço para que o empreendimento se aproxime dos princípios normativos dessa *outra economia*. O quarto anseio que marca os projetos pessoais dos atores é o desenvolvimento econômico dos empreendimentos associativos. Para esses atores o foco é menos o projeto de economia solidária e mais o próprio empreendimento, percebido como um fim em si mesmo. O principal parâmetro de sucesso para o empreendimento, segundo esses atores, é o desempenho no mercado. O quinto objetivo encontrado remete àqueles trabalhadores que estão interessados em um ambiente laboral centrado em uma sociabilidade pessoalizada, que permita uma maior satisfação no trabalho e o contato interpessoal.

Os diferentes objetivos dos trabalhadores em relação ao seu trabalho nos empreendimentos remontam a diferentes projetos pessoais de cunho familiar, profissional, educacional e político. Com exceção dos trabalhadores que têm como foco o desenvolvimento econômico dos empreendimentos, as demais metas manifestadas pelos atores podem ser desenvolvidas tanto dentro como fora dos empreendimentos. Os trabalhadores com foco na renda e estabilidade dividem-se entre aqueles que procuram realizar tais objetivos dentro dos empreendimentos associativos e aqueles que não deixam de considerar (em alguns casos, prioritariamente) o acesso a empregos assalariados ou, inclusive, a outras formas de geração de renda, como o trabalho por conta própria. Os trabalhadores que têm como foco o exercício do seu ofício destacaram as limitações dos empreendimentos em prover tal aspecto, o que poderia levá-los a procurar alternativas de emprego em empresas capazes de fornecer melhores condições para

a realização do ofício. Os trabalhadores mais próximos do projeto de economia solidária manifestaram a possibilidade de desenvolver a defesa deste tanto “dentro” dos empreendimentos econômicos associativos, como “fora” dele (agências de apoio, governos, outros empreendimentos...). Por fim, os trabalhadores que têm como foco uma sociabilidade mais pessoalizada tendem a ingressar, muitas vezes a partir, do empreendimento associativo, em outros espaços relevantes de sociabilidade, diminuindo a dependência em relação ao empreendimento sobre esse aspecto.

Nesta seção foram abordados os elementos centrais na descrição de si, promovida pelos trabalhadores entrevistados. Essas narrativas conformam as diferentes perspectivas dos atores sobre a sua relação com o trabalho, na qual, além de responderem aos requerimentos da atividade produtiva e ao projeto de economia solidária, eles têm de desenvolver uma relação com o trabalho que lhes faça sentido. Como essas descrições de si são colocadas no âmbito dos grupos, permitindo, deste modo, um reconhecimento dos demais? Tratem-se de esse aspecto a seguir.

2. O reconhecimento das concepções individuais

Os trabalhadores desenvolvem distintas descrições de si, que são permeadas por uma análise de seu passado, das suas capacidades, do que seria um trabalho bem feito e de seus projetos pessoais. No seu trabalho cotidiano eles afirmam essas diferentes percepções e procuram pelo reconhecimento dos demais. Neste sentido, os atores podem procurar realizar essas concepções por meio de decisões grupais relativas a normas, regulamentos, compra de equipamentos, divisão dos ganhos, entre outros possíveis aspectos vinculados à conceptualização que o trabalhador faz do seu trabalho. Deste modo, tratar-se-á a seguir do processo de reconhecimento das concepções individuais no âmbito dos grupos.

Primeiramente, cabe destacar que a relação entre os trabalhadores nos casos estudados é permeada por um alto grau de pessoalidade, caracterizada por uma sensação de proximidade entre os diferentes atores¹⁴³. Essa situação fundamenta-se em distintos elementos. O primeiro deles é propriamente organizacional, a inexistência de um trabalho comandado e a necessidade

¹⁴³ “Todo dia a gente se vê, eu vejo mais eles do que a minha família, né. Tu cria laços, tu te apegas, tu sente falta, tudo, né. Então em aniversário a gente sempre faz alguma coisa, uma coisa simples, mas a gente sempre faz. Em empresas às vezes tem 500, sei lá quantos funcionários, às vezes só tem 10 e tu não dá nem um parabéns, é uma relação mais distante” (Isabel, Uniconfecção).

dos trabalhadores de responsabilizarem-se pelo próprio trabalho permite e, de certa forma, demanda, a existência de maior contato entre os trabalhadores em seu cotidiano laboral. A ausência de um controle externo mais intenso sobre o trabalho institui a necessidade dos trabalhadores internalizarem as pressões, mas também de manterem um contato mais direto entre si, a fim de garantir tanto a produtividade individual como coletiva. Esse contato acaba sendo não só de cunho profissional, mas fundamenta, igualmente, um aprofundamento das relações pessoais entre os atores. De todas as formas, a existência de menores níveis hierárquicos e a maior flexibilidade quanto a normas e regras faz com que os empreendimentos estudados sejam ambientes permissivos para relações de cunho pessoalizado. O segundo aspecto alude à existência de semelhanças quanto às trajetórias e às condições de vida dos atores. Apesar de todas possíveis diferenças entre as trajetórias dos trabalhadores, há um conjunto de vivências homólogas que podem ser partilhadas no âmbito dos empreendimentos, fazendo destes espaços locais para o debate não só sobre o trabalho, mas, igualmente sobre a família, o bairro etc. O terceiro fundamento alude à inserção dos empreendimentos nas comunidades. A maior parte dos trabalhadores vive nas comunidades em que as cooperativas estão presentes, o que torna os empreendimentos não só espaços de trocas de experiências pessoais, mas também lugares de debate sobre as problemáticas locais.

Claro que nem todas são iguais a aqui, mas a gente tem um espírito mais de confraternização, tipo, de tentar entender um ao outro. Às vezes a gente tá, como vou te explicar... Às vezes tu precisa fazer uma coisa pessoal tua na rua, tipo, tu não tem tempo. (...) Daí a gente tenta ver um jeito de aquele colega poder fazer as suas coisas e também não atrapalhar o rendimento do serviço. Tipo, ninguém sai num dia que tem muito pedido ou que tá cheio de serviço. A gente controla até pra médico, assim, tudo. A gente tem uma colega que usa aparelho e todo mês ela tem manutenção. Tá, ela não tem muito como marcar num dia que não tenha trabalho, mas a gente tenta controlar assim. Tipo, “essa semana tá mais livre, se alguém precisa ir no médico e que não seja o caso de estar doente e seja de fazer um exame, uma coisa que tá precisando, vai e tal”. Então eu acho bem bacana. A comunicação flui melhor, eu acho (Sofia, Uniconfecção).

Os referidos aspectos, presentes nos empreendimentos estudados, denotam que a sociabilidade pessoalizada entre os associados se fundamenta em uma maior proximidade entre estes. Contudo, a pessoalidade da relação entre os trabalhadores fundamenta-se, não só na proximidade entre tais, mas também nas distâncias relativas possivelmente existentes. A distância emerge como um elemento que aprofunda a pessoalidade das relações, sobretudo entre as lideranças – em geral, com trajetórias marcadas por experiências sindicais ou em movimentos sociais e com maior formação escolar e competências discursivas – e os demais trabalhadores. É

comum, neste sentido, se recorrer a uma das lideranças quando de um problema não só na área profissional, mas também de cunho pessoal, visto que se espera que as suas competências e vivências diferenciadas sejam de ajuda.

Eu retornei de volta e depois não saí mais. E pra mim tá bom! Adoro trabalhar aqui dentro, adoro meus colegas, adoro meus chefes! Eu gosto muito do meu patrão, ele é muito bom pra mim, quando eu preciso de alguma coisa, ele tá sempre me ajudando... E, agora também tem a Rita, que foi uma pessoa que sempre me ajudou. Ganhei bastante ajuda por intermédio de alimento ou alguma coisa aqui dentro (Teresa, Coopereciclagem).

Quando as desigualdades entre os trabalhadores são maiores, como é o caso especialmente da Coopereciclagem, a ajuda das lideranças (portadoras de maiores recursos educacionais e políticos) em relação aos trabalhadores tende a ser vivida enquanto compaixão dos primeiros em relação aos segundos. Esse processo vincula-se diretamente com a configuração da gestão de quadros como o modo de operação do poder, que, tal como descrito anteriormente, fundamenta-se nas desigualdades entre os trabalhadores, mas, também, nos vínculos de confiança estabelecidos. A confiança entre os trabalhadores não deixa de estar ligada à presença de desigualdades, atreladas à presença simultânea de uma sensação de incapacidade de si e uma intensa confiança nas lideranças. Entretanto, a distância entre as lideranças e os demais trabalhadores somente é capaz de ser um incentivo à pessoalidade e um elemento que promove os laços de confiança, porque é somente uma distância relativa. Em outras palavras, apesar da relativa distância social entre as lideranças e os demais trabalhadores, expressa pelas diferentes trajetórias laborais, escolares e políticas, há uma proximidade física que os une e os coloca em face de problemáticas compartilhadas.

Seja pelas semelhanças ou pelas diferenças, os trabalhadores desenvolvem laços de confiança e vínculos pessoais, que permitem o compartilhamento de vivências pessoais e o estabelecimento de vínculos de apoio mútuo¹⁴⁴. Sônia comenta sobre a importância desse aspecto: “Têm várias cooperadas que tão aqui deprimidas pela sua situação de vida, assim. Perdeu o companheiro, tem problemas sérios com o filho e tal, que isso ia fazer um bem incrível, sabe? Pra dar outro sentido, além do sentido do trabalho” (Sônia, Uniconfecção)¹⁴⁵. O grupo pode

¹⁴⁴ Neste sentido, é comum os trabalhadores referirem-se aos empreendimentos enquanto uma família: “Eu acho, assim, a gente acaba criando uma outra família. Que a gente pensa “ah, não veio dois dias, o que será que ela tem? Vâmo lá vê o que aconteceu”. A gente acaba acostumando. Não que a gente seja igual, não que eu ache que o jeito que ela trabalha é legal, que não é... mas é pessoal, assim” (Márcia, Uniconfecção).

¹⁴⁵ Tendo em conta as considerações de Sônia, e o que foi colocado até então, é inegável que a questão de gênero é um dos elementos que permeiam a relação com o trabalho nos empreendimentos estudados. Esse aspecto é expresso

ser o lugar no qual distintos problemas pessoais, sem vínculos direto com a produção, são trazidos à tona, permitindo a criação de meios de mútuo apoio entre os trabalhadores, tanto emocionais quanto econômicos. Como exemplo disso, Renata comenta sobre o apoio que recebeu do grupo quando do falecimento de seu marido¹⁴⁶:

Um apoio, bah! Demais, demais. Isso aí sobre o apoio delas e sobre a maneira que elas me ajudaram, nem a minha família. Lá eu tive apoio, carinho, como atenção, financeiramente, que nem na minha família eu não tive. Nem da família minha, nem da família dele. Foi mais bonito o que elas fizeram pra mim, eu achei muito, muito importante o que elas fizeram pra mim. Não esperava o que elas fizeram pra mim (Renata, Uniconfecção).

Contudo, evidentemente, nem todos os trabalhadores desenvolvem tais vínculos, sendo esta, mais uma possibilidade e uma tendência do que um fenômeno generalizado. Assim, há trabalhadores que mantêm uma atitude de maior afastamento desse tipo de relação, sustentando um enfoque mais na tarefa a ser executada do que na relação pessoal com os outros indivíduos. De todas as formas, cabe ressaltar que a tendência da presença de um maior grau de pessoalidade na relação entre os atores traz consigo uma maior exposição desses em âmbito coletivo. Os trabalhadores se conhecem, sabem de qual lugar o outro veio, quais são os seus problemas, seus anseios, sonhos... Os indivíduos estão expostos na medida em que as comunidades de trabalho, que se formam nos empreendimentos estudados, vão muito além do trabalho em si (como sugere Sônia). Essa exposição permite o estabelecimento de meios de apoio mútuo entre os atores, mas não deixa de ser um elemento delicado para os indivíduos, na medida em que suas dificuldades estão colocadas em público.

A pessoalidade das relações permite, igualmente, a instituição de uma maior empatia entre os trabalhadores, o que facilita, para além do compartilhamento de problemas pessoais, a compreensão das diferentes perspectivas sobre o trabalho. Por conseguinte, as opiniões manifestadas pelos diferentes atores são significadas de distintos modos pelos demais, dependendo do conhecimento que se tem do interlocutor. Por um lado, esse aspecto facilita a superação de possíveis dificuldades que parte dos atores tem em colocar de manifesto a sua opinião. Por outro lado, a mesma proposta pode ser tratada de formas diferentes dependendo de

pelos vínculos pessoalizados e pela relativa flexibilidade de horário (e no caso das costureiras da Uniconfecção de local) que é utilizada, em muitos casos, para atender demandas familiares.

¹⁴⁶ A possibilidade de relações mais pessoalizadas e o apoio mútuo entre os trabalhadores não deixa de ter consequências sobre a relação dos trabalhadores com o empreendimento. Os trabalhadores que passaram por problemas pessoais de maior gravidade e tiveram o apoio do grupo (pessoal, mas também, em alguns casos, econômico) tendem a expressar um intenso vínculo com o coletivo, possuindo, de maneira geral, vontade de permanecer no empreendimento indefinidamente.

quem a evoca, o que não deixa de ser um modo de manutenção das hierarquias. Luciana comenta sobre a maior capacidade de fazer-se ouvir que possui a liderança da Uniconfecção: “Lógico, né, ela tem esse poder de dirigir, ela tem isso com ela porque ela tem uma bagagem. (...) Isso que eu acho, ela sabe de tudo. Não, ela é bem mais ouvida sempre, em tudo, sem comentários” (Luciana, Uniconfecção).

Deste modo, a procura dos trabalhadores pelo reconhecimento de seus sentidos sobre o trabalho não se dá nas mesmas condições. As relações mais pessoalizadas entre os trabalhadores fazem com que as possíveis propostas colocadas no âmbito do grupo sejam analisadas não somente pelo seu significado, efetividade e justificação, mas também pela posição que o grupo confere ao proponente. O debate acerca da divisão do trabalho no setor de costura da Uniconfecção ilustra esse aspecto, visto que, a despeito de posições contrárias a não divisão do trabalho, essa se mantém, entre outros motivos, pela defesa promovida por sua liderança e pela confiança que os trabalhadores depositam nela, muitas vezes mais do que em si mesmos:

Porque a Sônia é uma pessoa, assim, que ela transmite muita confiança, sabe, a gente confia muito no que ela faz, e ela é uma pessoa que tem muitas coisas aqui dentro que só ela sabe. (...) E fora que é uma pessoa que tem um conhecimento que poucas têm aqui dentro, né. Então, ela é uma pessoa de atitude, de decisão, então a gente sempre, desde o início que ela decidiu entrar, a gente sempre quis que ela continuasse como presidente. (...) Não, eu já...não, prefiro tá ali no meu mundinho, fazendo as coisas que eu faço, sem ter tanta responsabilidade, porque qualquer coisa que aconteça dentro da cooperativa de erros, de problemas, a responsável seria ela né?! (Cristina, Uniconfecção).

Assim como descrito anteriormente, os trabalhadores dos empreendimentos estudados possuem diferentes percepções sobre si, de seu passado, de suas capacidades e de seus projetos pessoais, mas também, de seu trabalho. Essas distintas concepções vinculam-se diretamente com as pautas que os indivíduos colocam ao grupo e os diferentes meios que utilizam para tal. A forma como os demais reagem a tais proposições depende, além do conhecimento que o grupo possui do seu proponente, do grau em que a realização destas os afeta. Desta forma, os conflitos entre os trabalhadores são mais prováveis quando o que está em jogo é uma regra ou decisão com efeitos gerais. É o caso da divisão do trabalho na costura da Uniconfecção e a divisão dos ganhos na Cooperalumínio e na Coopereciclagem. Quando a aceitação de certas atitudes dos trabalhadores não afeta de forma direta e intensa os demais, a probabilidade do conflito tende a ser menor. É o caso, por exemplo, da relação entre os trabalhadores mais envolvidos na gestão e os que preferem manter maior distância de tal. Essa diferenciação de atitude tende a ser aceita e justificada, tendo como base o conhecimento que os atores possuem uns dos outros. Porém, essa

compreensão não se aplica ao envolvimento com o trabalho produtivo, em relação ao qual as exigências tendem a ser mais intensas, constantes e gerais, devido à interdependência produtiva dos atores. Assim, se por um lado as concepções que não demandam a instituição de uma norma geral tem maior possibilidade de aceite dos demais (desde que não afete a produtividade), por outro as perspectivas que exigem o estabelecimento de normativas podem levar a situações de conflito.

A despeito da divergência de posições existentes nos empreendimentos, nem sempre o conflito é instaurado. Isso se explica pela tendência identificada de que os processos conflituais se estabelecem menos pela divergência de opiniões do que pela disposição dos atores para conduzir o conflito. Essa disposição vincula-se diretamente à imagem que o ator tem de si, a respeito da sua capacidade de sustentar a disputa e defender a legitimidade de suas posições. Neste sentido, considerando a possível dificuldade dos atores em iniciarem e conduzirem processos irruptivos de forma individual, a existência de subgrupos que instituem um lastro de confiança para os atores pode se tornar fundamental. Porém, nem sempre tais subgrupos se estabelecem, o que pode fazer com que os atores não transformem suas reflexões privadas em reivindicações públicas. Esse vão entre reflexão privada e reivindicação pública foi identificado enquanto um elemento relevante para a compreensão da luta por autonomia dos atores nos empreendimentos estudados. A pessoalidade das relações entre os atores colabora para uma diminuição dessa distância, ao mesmo tempo em que possivelmente a amplia. Esse alargamento pode se dar pela subvalorização da opinião evocada pelo ator a partir das concepções que o grupo possui desse, mas também pela resistência do indivíduo em emitir sua opinião sob o temor de afetar seus relacionamentos interpessoais.

Desta forma, quando o sentido que o trabalhador coloca para o seu trabalho não é expresso em reivindicações há, evidentemente, uma dificuldade relevante para a realização de suas concepções e, portanto, de sua autonomia, tal como é concebida neste estudo. A distância entre reflexão privada a reivindicação pública se estabelece, dentre outros fatores, por uma percepção de si enquanto incapaz de aportar algo ao grupo que não o trabalho produtivo, fundamentando, assim, uma ideia de que as tarefas de proposição são restritas às lideranças. O caráter plebiscitário de algumas assembleias, nas quais as lideranças apresentam propostas e os demais se restringem a aceitá-las ou não, foi ressaltado por atores de todos os empreendimentos. A restrição do papel propositivo às lideranças é manifesta, igualmente, pela ideia expressa por

alguns trabalhadores de que a participação nos empreendimentos deve se restringir ao acesso a informações¹⁴⁷.

A análise que o ator promove sobre si mesmo e sobre as suas capacidades, possui, desta forma, efeitos relevantes na forma como se procura o reconhecimento dos demais. Enquanto os trabalhadores que desenvolvem descrições marcadas por uma identificação de uma incapacidade de contribuição em outros aspectos que não a produção tendem a procurar o reconhecimento dos outros, sobretudo por meio do seu trabalho produtivo, os trabalhadores que se identificam com as tarefas não produtivas (de gestão e representação) e sentem-se capazes de performá-las, o reconhecimento dos demais tende a vir da argumentação e da proposição, ademais do trabalho produtivo. Em relação ao primeiro caso, há a tendência da presença da distância entre reflexão e reivindicação, já mencionada. Em relação ao segundo caso, há uma preocupação em uma maior participação dos demais: “(...) não é eu que tenho que falar, quem tem que falar é elas, né” (Rita, Coopereciclagem). A vontade de parte das lideranças dos empreendimentos econômicos associativos de incentivar a participação dos demais emerge da busca de maior adequação ao projeto de economia solidária, assim como por uma procura de maior legitimação da gestão nos empreendimentos. Esse aspecto já foi identificado em outros estudos (como o de HOLZMANN, 2000), e expressa o esforço de parte das lideranças em criar uma imagem dos empreendimentos como próximos ao projeto de economia solidária.

Nos empreendimentos estudados, marcados por relações interpessoais com alto grau de pessoalidade, os atores desenvolvem distintas concepções sobre o trabalho e procuram o reconhecimento e realização dessas. Percebeu-se que o reconhecimento destes posicionamentos depende de três aspectos centrais: os possíveis efeitos da proposta sobre os demais, a percepção que o grupo possui do ator e a concepção que o ator possui sobre si. Neste sentido, em casos em que a realização da concepção dos atores não afeta diretamente os demais, o processo tende a ser facilitado e marcado por uma maior aceitação. Quando a realização da perspectiva do ator demanda a instituição de uma normativa geral, há maior possibilidade de conflito. Entretanto, nem sempre há a emergência de processos conflituais, devido à possibilidade de uma descrição de si marcada pela percepção de incapacidade que funda uma disjunção entre reflexão privada e reivindicação pública. Tendo em conta esses aspectos, argumenta-se que o processo de

¹⁴⁷ “É, [os colegas ficam] em silêncio. Igual, uma vez, assim... tem muita coisa, assim, que muitas vezes nem é dúvida minha, é dúvida da pessoa, mas a pessoa não tem coragem de perguntar...” (Carolina, Coopereciclagem).

reconhecimento dos sentidos que os trabalhadores possuem sobre o seu trabalho enfrenta menos dificuldades pela diversidade presente nos empreendimentos, do que pela existência de diferentes obstáculos sociais que obliteram o reconhecimento do indivíduo na relação consigo mesmo e com o grupo. Em outras palavras, o ator não se reduz ao projeto de economia solidária, nem aos requerimentos de eficácia produtiva, mas ele também não vive enquanto um sujeito autônomo capaz de realizar integralmente as conceptualizações que possui sobre o mundo que o ronda. Diferentemente disso, os atores individuais, assim como os coletivos, enfrentam distintos obstáculos sociais que contingenciam a luta por autonomia, entendida como o esforço para a realização das concepções sobre si e sobre o trabalho, que não são redutíveis nem ao projeto de economia solidária nem aos requerimentos de eficácia produtiva.

3. Obstáculos à autonomia dos atores

A descrição que os atores desenvolvem de si e a sua procura pelo reconhecimento dos demais em relação às suas concepções são dois aspectos centrais da luta por autonomia. Contudo, tais elementos estão contingenciados por diferentes obstáculos sociais que constroem tanto descrições mais positivas de si, quanto a consumação das concepções dos atores em elementos normativos e organizacionais tangíveis. A seguir tratar-se-á dos obstáculos que os indivíduos identificaram para a sua autonomia e como eles reagem, individualmente e coletivamente, a tais.

Os atores não são sujeitos autônomos, mas estão em permanente luta para tal. Essa pugna refere-se ao esforço para a constituição de uma relação com o trabalho, permeada por uma identificação subjetiva e pelo reconhecimento dos demais. A existência desse empenhamento fundamenta-se na relativa distância do trabalhador em relação ao projeto de economia solidária e aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, pois esses dois elementos não explicam integralmente as diferentes formas de relação com o trabalho na economia solidária. Essa pugna do ator é atravessada por diferentes tipos de obstáculos, que dificultam os seus intentos de constituir uma relação com o trabalho que dê conta dos seus diferentes objetivos em relação ao trabalho, tais como foram descritos anteriormente: a renda e a estabilidade, o exercício do ofício, a sociabilidade, o desenvolvimento econômico do empreendimento e a realização do projeto economia solidária. No decurso do estudo empírico realizado foi possível identificar três tipos de

obstáculos para essa luta do ator: econômicos, relacionados à socialização escolar e laboral, e às experiências de discriminação e depreciação do ator¹⁴⁸.

O primeiro tipo de obstáculo à luta por autonomia é econômico. Primeiramente, o caráter emergencial e de sobrevivência que possui o trabalho nos empreendimentos estudados para algum dos seus trabalhadores representa um obstáculo relevante para a realização de suas concepções sobre o trabalho devido ao ritmo e intensidade requeridos¹⁴⁹. Em um contexto de intensa necessidade econômica, emergem, evidentemente, dificuldades para o desenvolvimento de uma relação com o trabalho permeada por maior identificação subjetiva: “A gente tem um ritmo de trabalho que ele é muito pesado (...) E aí, a gente não consegue trabalhar outras coisas. Todas nós gostaríamos de poder contar com aquela retirada no final do mês e ter um ritmo de trabalho menor pra poder fazer outras coisas da vida” (Sônia, Uniconfecção). A relativa fragilidade econômica dos empreendimentos econômicos associativos estudados não deixa de ter efeitos sobre a luta por autonomia dos atores e, em alguns casos, representar um obstáculo. O baixo capital disponível para investimento faz com que haja uma tendência, sobretudo na Cooperalumínio, de uma inadequação do maquinário e ferramentaria disponíveis para os trabalhadores. Essa situação dificulta o exercício qualificado do ofício dos trabalhadores e reforça o possível caráter emergencial do trabalho.

O segundo obstáculo para a luta por autonomia faz referência à trajetória laboral e escolar dos indivíduos. Dois aspectos marcam esse obstáculo. Por um lado, os atores foram preparados e/ou tiveram vivências laborais heterônomas que, em muitos casos, colocavam o trabalhador em uma posição subalterna, tendo pouco espaço para influenciar a organização do seu trabalho. Esse

¹⁴⁸ A fala de Sônia (Uniconfecção) expressa a sua perspectiva sobre alguns desses obstáculos: “Por mais que- se for falar em política pública é isso: “tem que ter crédito”, “tem que ter comercialização”, tem que ter essas coisas todas. Agora, se for falar da fibra, do dia a dia do empreendimento, se ele tem uma boa gestão, no sentido o que é uma boa gestão? É as pessoas participando, tendo tranquilidade na hora que chega o final do mês, a divisão dos seus ganhos, o respeito entre os trabalhadores, esse esforço para que esse trabalho coletivo realize a pessoa... Você abre porta pro crédito, você abre porta pra comercialização, você praticamente- você joga isso fora. Não é isso. É no dia a dia, porque eu até acho que o ser humano ele tem a questão da socialização como algo que vem nele, só que olha, desde pequenininho, desde nenenzinho que não sabe nada ainda da vida, ele- ele já é ensinado a ser egoísta, né. A pensar o seu mundo, ele tem as suas coisas, ele tem- tudo é meu, né. Na questão do trabalho, o mundo prepara ele pra trabalhar pra alguém. Agora, vencer isso é tão complexo, mas tão complexo que nem os livros que existem podem explicar como que isso é no dia a dia. (...) E quando a gente fala de economia solidária tu não pode ir pra casa e cuidar- e cuidar de uma outra coisa que não é aquilo. Porque aquilo ali que tu acompanha, é aquilo que tá envolto no dia a dia... Por isso que eu gosto muito, sabe? (...) Porque você mexe com o entorno, você vai embora, você não consegue ficar indiferente daquilo que tá lá, porque você mora lá... Portanto é os teus filhos que moram lá, é teus vizinhos, é o mundo que tá ali naquela volta e que ele pode ser mudado com essa experiência, né. E a gente poder- essa busca que se faz de buscar- olha, nós não podemos só criar a economia solidária, fazer um produto que dá pro mercado, nós queremos mais que isso...” (Sônia, presidente da Uniconfecção).

¹⁴⁹ Identificar a presença desse caráter emergencial não significa dizer que os atores se restringe a tal.

processo vincula-se, mesmo que indiretamente, à ideia, expressa por muitos dos trabalhadores, de que a sua contribuição para os empreendimentos econômicos associativos se restringe ao aspecto produtivo, não havendo a possibilidade de se gerar um impacto relevante sobre a forma como o trabalho é realizado. Por outro lado, essa sensação de incapacidade tende a ser reforçada pela baixa formação escolar dos trabalhadores. No caso de Teresa, esse aspecto é expresso com maior intensidade. Quando perguntada qual era a sua atitude nas reuniões do empreendimento, a trabalhadora respondeu: “É, no caso, assim, só pra escutar eles [os diretores], né. Porque as coisas que eles fazem, eu não tenho como fazer, não tem como saber fazer porque eu sou analfabeta” (Teresa, Coopereciclagem).

O terceiro obstáculo para a autonomia dos atores alude a processos de discriminação e depreciação dos indivíduos. Nos empreendimentos estudados os trabalhadores apresentaram relatos de discriminação social e depreciação por causa da pobreza, do bairro “problema” em que vivem (no caso da Coopereciclagem e da Uniconfecção), da baixa formação escolar, pela idade, gênero, opção sexual e etnia. Ademais, no caso da Coopereciclagem o trabalho com o lixo é um aspecto que fundamenta processos relevantes de depreciação dos indivíduos, seja no âmbito familiar, no bairro ou na escola dos filhos. Esse obstáculo faz referência, deste modo, a processos nos quais são negadas as capacidades do ator de ser sujeito. Em outras palavras, nega-se a possibilidade do ator de lutar pela sua autonomia.

As vivências de discriminação ou depreciação, que enfrentam parte dos trabalhadores, representam um obstáculo relevante para a luta por autonomia, pois promovem o desenvolvimento de descrições negativas de si. Essas, assim como demonstrado anteriormente, obliquam o processo de procura de reconhecimento no âmbito do grupo das concepções que o ator possui sobre o seu trabalho. Foi possível identificar, nos distintos casos estudados, narrativas marcadas por esse tipo de obstáculo. Contudo, foi na Coopereciclagem que as vivências discriminatórias mais apareceram nos relatos e mais comumente ocupavam um lugar central nesses. Um exemplo é Roberto, que narra como foi diagnosticado com o vírus HIV sem que fosse submetido a nenhum exame:

O primeiro trabalho da minha vida? Eu comecei na coleta orgânica, no caminhão do lixo, né, no orgânico. Foi bom, até, mas de tanto trabalhar eu chegava em casa e não me alimentava direito. Eu era casado na época e não me alimentava. A minha mulher vivia brigando comigo pra me alimentar, coisa e tal, e eu acabei parando mal no hospital. (...) Aí cheguei no hospital, o médico falou pra mim que eu não tinha nada. E eu vomitando, eu tava num amarelão, num febrão, tudo misturado junto. Aí quando vê, ele vem de

novo, só olhou pra mim, não fez nenhum exame e disse que eu tava com o vírus do HIV. Eu digo “que?”, bom, entrei em prantos, né.

(...) Aí eu saí correndo de dentro da sala. Se não fosse a minha mulher, eu tava morto essa hora. Saí de dentro da sala, saí correndo, fui pro meio da rua e fiquei parado e vinha vindo um ônibus. Eu disse pra ela “eu vou me matar agora que eu tô com HIV, tô com AIDS, eu não vou ficar contigo aí pro resto da vida se tu não tem nada e eu tenho”. Aí ela “não, vou fazer o exame”, e coisa e tal. E comecei a fazer exame, exame, exame e não apareceu nada. Aí passou, passou, aí me separei. Quando vê eles me mandaram embora da coleta orgânica.

(...) Aí terminei meu serviço, eles ligaram pra ver como é que eu tava, eu disse “não, tô bem, agora eu tô bem”. Aí cheguei lá, fiquei trabalhando acho que uma semana e depois me deram reaviso pra mim ir embora, que não podiam trabalhar comigo daquele jeito. Mas eu fui mostrar meus exames, entendeu, mostrando que eu não tinha nada, eu não tenho. Foi o médico... até hoje eu tô com um processo com o médico, só que o meu advogado, do meu pai, foi viajar e até hoje não chegou.

(...) agora tô me virando (...) no começo do ano eu vim pra cá [para a Coopereciclagem] (Roberto, Coopereciclagem).

Os relatos de vivências discriminatórias pelo trabalho com o lixo são comuns na Coopereciclagem. De maneira geral os próprios trabalhadores começaram a trabalhar no galpão tendo alguma resistência com o tipo de trabalho, além disso, familiares e vizinhos, em alguns casos, continuam a expressar menosprezo pelo trabalho na reciclagem:

(...) as pessoas falavam pra mim: não vai não que lá é nojento, lá só tem gente... né..

(...) Sim, bem presente até hoje [o preconceito], até hoje. A minha sogra mesmo, ela não diz pra ninguém que eu trabalho aqui.

Tem muita gente mesmo que falou: ó Carolina, manda o teu currículo que tal lugar tá pegando gente. (...) acham que eu não tenho capacidade de arranjar outra coisa melhor.

Porque não tenho outra opção, todo mundo acha isso (Carolina, Coopereciclagem).

Que nem eu, né, no começo eu tinha o preconceito de... No começo eu tinha o preconceito, entende, de me expor ao lixo e os outros, o que quê os outros iam achar, então eu acho que isso aí ainda tem, né.

(...) Eles dizem que eu trabalho no lixo. No lixão, eles dizem lixão.

Daí, no começo eu até tinha vergonha, sabe, trabalhar na reciclagem, o que quê o pessoal ia pensar, o que quê os amigos iam falar... Daí eu, mas eu me escondia, né, dava graças a Deus que o galpão era nos fundo do bairro, né...

(...) Eu tinha um tio meu que, tenho um tio meu, ele diz assim: “ah, Joana, vem aqui fazer faxina na minha casa” aí eu digo que eu não quero e ele: “ah, tu prefere o lixo, lixão do que vim ganhar dinheiro aqui”. Então, ah, tem o preconceito ainda (Joana, Coopereciclagem).

O caso da Coopereciclagem é o mais expressivo quanto a esse obstáculo. Nesse empreendimento, distintos aspectos comuns de processos de discriminação se sobrepõem (o bairro, a formação escolar, o gênero, a opção sexual, a etnia, a idade), o que faz com que as narrativas de discriminação ou depreciação sejam mais sistemáticas e contundentes do que nos outros empreendimentos. Na Uniconfecção, os relatos mais comuns desse tipo vinculam-se a questões de gênero, sobretudo os ligados à dificuldade de aceitação do trabalho feminino por

parte dos maridos ou de situações de violência doméstica¹⁵⁰ e a discriminação por causa do bairro, considerado como um “bairro problema”. Assim como a Coopereciclagem, a Uniconfecção está localizada na periferia de uma das cidades da grande Porto Alegre, em áreas que foram ocupadas por famílias sem teto. No caso da Cooperalumínio os relatos de depreciação tendem a estar vinculados ao envelhecimento dos seus trabalhadores e às desconfianças de suas capacidades de trabalho, que vêm de familiares e de outros trabalhadores. De todos os modos, e, com diferentes intensidades, os trabalhadores dos empreendimentos estudados descreveram situações permeadas por processos discriminatórios e de depreciação que obliquam a sua luta por autonomia.

Cada um dos obstáculos supracitados contingencia negativamente a percepção que o ator tem sobre si ou limita diretamente a possibilidade que ele tem de realizar as concepções que possui sobre o seu trabalho. A fragilidade econômica dos empreendimentos estudados e o caráter emergencial da produção expressam as dificuldades para o desenvolvimento econômico das cooperativas, afetando a renda e a estabilidade econômica dos trabalhadores, as condições para o exercício do ofício, a sociabilidade entre os trabalhadores (devido às constantes situações produtivas emergenciais), e a realização das expectativas do projeto de economia solidária (pela necessidade de dedicação exclusiva à produção). A presença de concepções de que o trabalhador deve se restringir à atividade produtiva, aprendidas em vivências laborais e escolares anteriores, limita a influência do trabalhador sobre a forma de organização do seu trabalho e do empreendimento. Por fim, processos de discriminação e depreciação possuem efeitos relevantes sobre os atores: dificultam o desenvolvimento de uma identidade de ofício dos trabalhadores com materiais reciclados; promovem uma concepção de vergonha que afeta a sociabilidade entre os atores e que se vincula como uma percepção de incapacidade de si, que afeta diretamente a ideia que o ator tem do seu potencial de impacto nos empreendimentos.

Em face desses múltiplos obstáculos para luta por autonomia, quais são as reações dos atores? A identificação por parte do ator das barreiras para a sua autonomia pode ter distintas reações. A construção dessas réplicas vai depender da explicação que o ator mobiliza para indicar as causas da existência de tais obstáculos. As razões podem, desta forma, ser externas

¹⁵⁰ Mariana, trabalhadora da Coopereciclagem relata como a violência doméstica vivenciada a fez tomar a atitude de fugir de casa quando jovem. A experiência de violência e desprezo teve consequências relevantes para a sua trajetória e para a relação que desenvolve consigo mesma: “(...) Ele [o padrasto] dizia: “porque essa negra é desgraçada, porque é fofoqueira”, aí a mãe vinha e dava em mim. Aí era muito, bah, era muito ruim, muito ruim mesmo. Por isso que eu fugi de casa” (Mariana, Coopereciclagem).

(sustentando uma crítica social) ou internas (levando a um sentimento de vergonha ou de culpa) ao indivíduo. Identificou-se que a resposta dos trabalhadores em relação aos obstáculos que eles encontram na sua luta por autonomia depende de dois fatores elementares: a concepção que possuem de si e a estrutura de apoio que o grupo provê. Quando o ator possui uma concepção de incapacidade de si, a análise que ele desenvolve para a existência desses obstáculos tende a fundamentar-se em um processo de culpa pelo próprio destino, estabelecendo uma explicação: a de que encontra em si mesmo os motivos para as dificuldades de sua luta por autonomia. Entretanto, em alguns casos, quando esse sentimento negativo de si e o relato de experiências de dificuldade são compartilhados no âmbito do grupo (ou subgrupos) é possível que o ator supere tal perspectiva negativa, ou pelo menos reduza os seus efeitos. Aspecto presente com maior intensidade na Uniconfecção e na Coopereciclagem e menor na Cooperalumínio. No caso do empreendimento de reciclagem e do de confecção, o compartilhamento de experiências de dificuldades, mas também a difusão de posicionamentos críticos pelas lideranças, teve como efeito uma matização da visão negativa mobilizada por alguns atores, levando-os, em determinados casos, a um engajamento no movimento comunitário e no de economia solidária¹⁵¹.

Para os atores que possuem uma percepção mais positiva de si é mais provável que uma atitude de crítica social se desenvolva em face aos obstáculos, mesmo que o suporte do grupo seja mais frágil. No caso desses atores mais críticos, as concepções heterônomas promovidas na trajetória laboral e escolar tendem a ser criticadas; a fragilidade econômica do empreendimento tende a ser vista não como um efeito da incapacidade dos trabalhadores, mas da falta de apoio governamental e de oportunidades de financiamento; e os processos de discriminação tendem a ser percebidos como injustos, o que pode fundamentar a sua contestação no espaço público.

As duas formas de reação aos obstáculos para a autonomia não estão isoladas, mas sim atuam uma em relação à outra, e delineiam tanto a possibilidade de instituição de ações coletivas no espaço público, quanto o seu possível formato. Desta forma, a luta do indivíduo por autonomia pode ser expressa coletivamente, pois não há ação coletiva que não esteja baseada em empenhamentos, anseios e reflexões individuais. Contudo, o sentimento negativo de si expresso por parte dos indivíduos tende a leva-los à delegação de processos de ação coletiva aos atores

¹⁵¹ O que pode levar, inclusive, a um maior engajamento do ator, como é o caso de Márcia: “(...) eu tinha pavor de ouvir a palavra política, eu achava que era uma coisa de falcatura, de roubo, de... eu tinha uma visão bem distorcida, evitava. (...) Acho que sim, mudou bastante [a visão sobre política]. Agora tenho participado até das coisinhas da minha vila, né, das reuniões, quando dá a gente vai. Eu acho que participando tu cria outra visão, não é aquilo de “ah, que político rouba...”, a minha visão era só essa, só” (Márcia, Uniconfecção).

mais críticos. Entretanto, identificou-se, nos casos estudados, que o contato, mesmo que distante em um primeiro momento, com processos de ação coletiva, pode levar a uma superação dessa visão negativa de si mobilizada por parte dos associados dos empreendimentos associativos econômicos estudados.

4. Conclusão

O presente capítulo tratou de uma das dimensões da relação com o trabalho, a que alude a luta por autonomia. Este capítulo dividiu-se em três partes. Na primeira foram apresentadas as diferentes descrições de si promovidas pelos atores (caracterizadas por uma relação com a trajetória, uma autoavaliação de suas capacidades, as significações de trabalho bem feito e os objetivos em relação ao trabalho). Na segunda procurou-se analisar a forma como os atores procuram pelo reconhecimento dos demais acerca de suas concepções de trabalho bem feito. Na terceira buscou-se destacar os obstáculos sociais que os atores enfrentam na sua luta por autonomia, assim como as diferentes reações em face de tais. No decorrer deste capítulo destacaram-se dois elementos centrais: primeiramente, a pluralidade dos atores nos empreendimentos estudados não corresponde somente à multiplicidade de condições em que vivem e em que viveram, mas nos distintos modos de como os atores atuam em relação a tal; e, por fim, a relação do ator consigo mesmo é um aspecto central, tanto para a busca por reconhecimento no âmbito dos grupos de suas concepções sobre o trabalho quanto para a sua reação frente aos obstáculos sociais.

No decorrer dos últimos três capítulos procurou-se demonstrar que a relação do trabalhador com o seu trabalho não se reduz nem ao projeto de economia solidária, nem aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, assim como não representa a ação de um sujeito autônomo plenamente constituído. Diferentemente disso, a relação com o trabalho foi descrita enquanto um esforço dos atores frente aos elementos contingentes e aos sentidos presentes em cada uma das dimensões da relação com o trabalho na economia solidária. O próximo capítulo apresentará o modo como os atores articulam os distintos sentidos expressos às diferentes dimensões da relação com o trabalho, apresentadas nos capítulos anteriores. Se até o momento a relação com o trabalho na economia solidária pode ter sido delineada enquanto uma pintura

cubista, na qual cada ângulo (representado por cada uma das dimensões) faz emergir distintos significados que não são de coesão evidente, o capítulo seguinte tratará do modo como os atores atuam nesse cenário disjuntivo, procurando constituir um arranjo de sentido para a sua relação com o trabalho.

CAPÍTULO 7: TIPOLOGIA DA RELAÇÃO COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nos três capítulos anteriores analisou-se a atuação dos trabalhadores em face das diferentes dimensões da sua relação com o trabalho: o projeto de economia solidária, os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a luta por autonomia. A tese defendida é a de que a relação com o trabalho na economia solidária não se restringe a nenhuma de suas dimensões, visto que cada uma delas alude a distintas expectativas e a imperativos que não possuem congruência apriorística entre si. Se este estudo se ativesse à análise das referidas dimensões de forma isolada, tal como foi feito nos três capítulos anteriores, não se abrangeeria uma das consequências fundamentais da tese defendida: se a relação com o trabalho não se limita a nenhuma das suas dimensões, os atores são impelidos a responder a todas elas. O presente capítulo é dedicado a essa atividade do ator, que tem de articular os sentidos vinculados às diferentes dimensões da sua relação com o trabalho. A exposição dos resultados divide-se em duas etapas. Na primeira é apresentada a tipologia da relação com o trabalho, e, na segunda, vai-se do indivíduo ao coletivo, a fim de compreender como os diferentes tipos interagem entre si no âmbito dos empreendimentos.

A tipologia da relação com o trabalho alude às distintas formas como os atores compõem os sentidos ligados às diferentes dimensões de sua relação com o trabalho. Assim, cada tipo é uma composição única de significações que, por sua vez, podem estar presentes em mais de um dos tipos. O que procura se destacar é que, se este estudo se dedicasse somente a uma das dimensões da relação com o trabalho, não seria possível compreender a atividade do ator frente a sentidos plurais que, quando articulados, se particularizam. A construção da tipologia relação com o trabalho foi possível por meio da análise de conteúdo por enunciação. Essa técnica de análise dos dados, a que foram submetidas as entrevistas realizadas com os trabalhadores, permitiu a identificação de duas variáveis, que, quando articuladas, expressam as diferentes formas de relação com o trabalho. Faz-se referência à relação com a trajetória laboral e à relação com o empreendimento. Por um lado, a relação com a trajetória laboral alude à forma com o ator desenvolve uma narrativa das suas vivências laborais anteriores e o processo de entrada (ou fundação) no empreendimento econômico associativo. O hibridismo dessas narrativas foi identificado enquanto um indicador de síntese relevante, pois expressa o número e a intensidade

das discontinuidades manifestas pelo ator ao narrar sua história enquanto trabalhador. Esse indicador remete, assim, às diferentes formas de como os atores descrevem *quem foram* e como se tornaram *quem são*, mas também situa a sua concepção de *quem querem ser*. Por outro lado, a relação com o empreendimento concerne ao modo como o ator lida com as problemáticas do grupo. Três modos principais foram identificados: uma relação com o empreendimento *individualizada* remonta àqueles trabalhadores que não se envolvem nas questões do empreendimento, tendo como foco principal o desenvolvimento de suas tarefas produtivas; a relação com o empreendimento marcada pela *delegação*, alude aos atores que participam dos debates coletivos, mas, principalmente – e, em alguns casos, exclusivamente – das temáticas que interferem em elementos tidos como centrais no seu trabalho, sendo que as demais tendem a ser delegadas aos quadros diretivos; e, por fim, há os trabalhadores que desenvolvem uma relação com o empreendimento caracterizada por uma *responsabilização* pelas problemáticas coletivas, mesmo que em aspectos que não interferem diretamente na possível função produtiva que exercem. O cruzamento entre o a hibridização das narrativas sobre a trajetória laboral e o modo de relação com o empreendimento indica as diferentes formas dos atores relacionaram-se com o seu trabalho nos empreendimentos estudados. Deste modo, a articulação desses dois fatores sintetiza a tipologia da relação com o trabalho, que é composta por seis tipos principais:

QUADRO 1 – TIPOLOGIA DA RELAÇÃO COM O TRABALHO

Relação com a trajetória laboral Relação com o empreendimento	Narrativas menos híbridas	Narrativas mais híbridas
Individualizada	1. Conservação	2. Filiação
Delegativa	3. Identidade de ofício	4. Pessoalizada
Responsabilizada	5. Gerencial	6. Engajada

Fonte: Quadro desenvolvido pelo autor por meio da análise de enunciação de 34 entrevistas com os trabalhadores dos empreendimentos estudados.

Os tipos de relação com o trabalho representam diferentes modos de articular os sentidos vinculados a cada um dos elementos das distintas dimensões da relação com o trabalho. Dentre esses, e tal como foi descrito nos capítulos anteriores, destacam-se:

- 1) Projeto de economia solidária:
 - a. Concepção do projeto;
 - b. Relação com a autogestão;
 - c. Significado para solidariedade e cooperação.
- 2) Requerimentos de eficácia da atividade produtiva:
 - a. Modo de emergência dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva;
 - b. Perspectiva sobre a divisão do trabalho;
 - c. Noção sobre o valor do trabalho;
 - d. Formas de responder aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva.
- 3) Luta por autonomia:
 - a. Descrição de si
 - i. Relação com a trajetória laboral;
 - ii. Autoavaliação das capacidades;
 - iii. Concepção sobre o trabalho bem feito;
 - b. Objetivos em relação ao trabalho;
 - c. Forma de reconhecimento no grupo;
 - d. Análise dos obstáculos à sua luta por autonomia.

Evidentemente, é possível que indivíduos do mesmo tipo de relação com o trabalho possuam nuances. Assim, a tipologia representa mais tendências identificadas nas análises das entrevistas realizadas do que uma descrição integral e última das formas de relação com o trabalho. Nesse sentido, não se desconsidera a possibilidade de haver atores em posições fronteiriças entre dois tipos diferentes. Contudo, defende-se que a tipologia apresentada sintetiza e representa as formas reais de relação com o trabalho nos empreendimentos estudados. Tendo sido delineado o modo como a tipologia da relação com o trabalho na economia solidária foi constituída neste estudo, descreve-se, a seguir, os diferentes tipos identificados.

1. O tipo de conservação: a referência nas vivências laborais anteriores¹⁵²

O tipo de relação com o trabalho denominado de conservação caracteriza-se pela centralidade do sentimento de ausência de aspectos presentes em vivências laborais anteriores e por uma procura de manutenção de uma relação com o trabalho similar à desenvolvida no passado. Esse tipo de relação com o trabalho é mobilizada por trabalhadores com experiências em empregos assalariados e pode ser considerado o mais distante do projeto de economia solidária, tendo sido, também, o menos frequente. Esses atores chamam a atenção para certas ausências nos empreendimentos de economia solidária, tidas enquanto relevantes por eles: de uma jornada de trabalho regular, que permita uma separação mais clara entre tempo de trabalho e não trabalho; da carteira assinada e os direitos a ela vinculados¹⁵³; de uma remuneração fixa e estável; e da possibilidade de um foco na tarefa (sobretudo manual) a ser executada, não havendo necessidade de envolvimento em outros tipos de funções.

A despeito das diferenças vinculadas à relevância dada a cada uma das ausências supracitadas, esses atores constroem narrativas sobre a sua trajetória laboral permeadas por menor hibridismo, visto que essa relativa continuidade é produto de um esforço do ator, expresso em sua narrativa. Assim, eles argumentam que, apesar das diferenças no ambiente de trabalho e dos requerimentos nele existentes, eles continuam a conservar atitudes similares frente ao trabalho: mantendo uma jornada de trabalho fixa e regular, mesmo que o trabalho do empreendimento econômico associativo não o exija; procurando ter uma remuneração estável, mesmo quando a remuneração é por produção; e tendo como foco a tarefa manual a ser executada, não desenvolvendo, deste modo, um envolvimento com a gestão do empreendimento. Esse tipo expressa um esforço do ator em manter uma relação com o trabalho similar à desenvolvida em experiências laborais passadas. Evidentemente, as vivências laborais são

¹⁵² Três trabalhadores da Cooperalumínio, um da Uniconfecção e nenhum da Coopereciclagem se aproximam desse tipo. A ausência na Coopereciclagem e a baixa presença na Uniconfecção se deve à tendência a uma maior hibridização das trajetórias laborais dos seus trabalhadores. No caso da Coopereciclagem a baixa recorrência de vivências assalariadas também é um elemento explicativo. A maior presença na Cooperalumínio se deve à relevância, no ponto de vista dos seus associados, do trabalho assalariado desenvolvido na empresa anterior que veio a dar origem à cooperativa.

¹⁵³ Os atores chamam atenção, sobretudo para a garantia de férias, do décimo terceiro e da facilidade de justificação de faltas. Todos os trabalhadores dos empreendimentos estudados contribuem para o INSS e, por isso, não mencionam a possibilidade de aposentadoria enquanto um direito vinculado exclusivamente à carteira assinada. Ademais dos direitos vinculados ao trabalho assalariado é inegável que há um componente simbólico da valorização da carteira assinada.

referências para todos os trabalhadores, não somente para os deste tipo, contudo, no presente caso, essa é uma referência central e marcadamente tida como positiva. Deste modo, esse tipo de ator desenvolve uma narrativa de sua trajetória laboral, caracterizada por uma tendência descendente, visto que, segundo a sua percepção, houve uma piora na sua situação enquanto trabalhador.

Os trabalhadores do tipo de conservação tendem a conceber o projeto de economia solidária enquanto uma proposta ilusória que é descolada da realidade produtiva dos empreendimentos, podendo, inclusive, ser um obstáculo à eficácia e competitividade. O projeto de economia solidária se constitui como uma barreira para a produção, pois incentivaria (teoricamente, por meio de suas concepções pouco aplicáveis, mas também na prática, devido às atividades internas e externas ao empreendimento que ele requer) o deslocamento do foco dos trabalhadores para objetos que não o trabalho, assim como o dispêndio de recursos coletivos em elementos que não a produção. Esses aspectos, segundo o tipo de conservação, poderiam colocar em risco a sustentabilidade econômica do empreendimento. Assim, os atores desse tipo de relação com o trabalho tendem a desenvolver uma negação ativa do projeto de economia solidária.

A relação com o trabalho marcada pela conservação caracteriza-se por uma distância dos atores em relação à autogestão, devido a uma não identificação com tarefas de gestão e representação. Os trabalhadores do tipo de conservação mantêm um distanciamento da autogestão, porque não percebem a administração como algo que lhes compete, ademais, eles tendem a ser céticos quanto à capacidade dos demais associados em relação às tarefas diretivas. Esses atores tendem a valorizar o comando do trabalho nas empresas heterônomas, legitimando as competências que os ocupantes de cargos superiores teriam. Deste modo, eles manifestam certo desconforto com a responsabilização, não somente pelas questões coletivas, mas também pela responsabilização individual pelo próprio trabalho, aspecto que demanda o seu autocontrole e iniciativa. Eles destacam que se habituaram à forma de realizar a sua atividade laboral, na qual a pressão do “patrão” representa um possível elemento negativo, motivo de tensão, mas, simultaneamente, um meio de não precisar pensar constantemente sobre como e quais tarefas devem ser realizadas. O trabalho comandado seria, para esses trabalhadores, um meio de demarcar certa distância em relação ao trabalho. A economia solidária, por sua vez, é vista como um acréscimo de responsabilidades para o trabalhador, que é levado a desenvolver, ademais de

“seu papel”, o “papel do patrão”. Simultaneamente a isso, há, segundo esses atores, uma perda de parte relevante dos direitos do trabalho vinculados à carteira assinada. Apesar da distância do projeto de economia solidária, esses trabalhadores tendem a evocar esse projeto para requisitar maior união e coleguismo entre os trabalhadores do empreendimento.

Os trabalhadores do tipo de conservação tendem a ter uma relação mais individualizada com o seu trabalho, possuindo a remuneração e a estabilidade como objetivos principais. Nesse sentido, a emergência dos requerimentos de eficácia tende a vincular-se mais aos projetos e às necessidades individuais do que às demandas do coletivo, em relação às quais esses atores possuem relativa distância. Contudo, a disposição desses trabalhadores em dar conta dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva é contingenciada por sua forte resistência em exercer diferentes tipos de tarefas produtivas, assim como em alongar a jornada de trabalho. Assim sendo, o aumento da intensidade de seu trabalho é o principal mecanismo para dar conta dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, o que influi, dentre outros aspectos, a sua forma de relacionamento com os demais trabalhadores (por exemplo, eles tendem a demonstrar resistência às conversas durante o horário de trabalho). Este aspecto vincula-se ao fato de que a separação contrastante entre horário de trabalho e de não trabalho é algo percebido como importante para esses atores, devido à sua conceptualização negativa do trabalho, percebido enquanto um sacrifício necessário.

Em relação a uma descrição de si, esses atores tendem a destacar as suas capacidades em atividades manuais, não manifestando disposição para atividades que não sejam desse tipo. A sua concepção de trabalho bem feito é a de tipo industrial, marcada pela homogeneidade e velocidade. Esses atores tendem a destacar, igualmente, uma visão negativa do trabalho e uma procura pela separação da dimensão da vida, ligada à família e à felicidade, e a do trabalho, vinculada ao esforço, disciplina e sofrimento. Essa percepção fundamenta uma concepção de realização pessoal marcada por uma melhora da situação econômica familiar e uma possibilidade de desfrutar da aposentadoria, entendida como forma de liberação parcial (complemento de renda) ou integral do trabalho (única forma de sustento), ao mesmo tempo em que alude à ideia de estabilidade, ambas relevantes para esses indivíduos.

Esses atores não expressam forte vínculo com os empreendimentos econômicos associativos, devido às dificuldades existentes nesses em garantir os meios para as suas concepções de realização pessoal. De maneira geral, esses trabalhadores tendem a não colocar no

âmbito do grupo propostas que sejam compatíveis com as suas concepções sobre o trabalho, por um lado, porque não possuem disposição para tal, preferindo ficar “no seu canto”, como afirma um desses trabalhadores. Por outro, devido a sua consciência da dificuldade de ter acesso ao apoio do grupo para as suas opiniões. Assim sendo, buscam o reconhecimento do grupo por meio dos resultados de seu trabalho manual, que seria, segundo eles, um modo de demonstrar na prática (em contraposição ao discurso) a eficiência produtiva do modo como eles encaram o trabalho. Quando do surgimento de obstáculos para a realização de suas concepções sobre o trabalho, esses atores tendem a identificar falhas e limitações, tanto individuais quanto coletivas. Assim, as críticas que esses atores mobilizam tendem a ser mais internas ao empreendimento do que externas. Deste modo, o foco de sua explicação para possíveis obstáculos para a realização de suas concepções acerca do trabalho tende a ser a própria identificação de incapacidade, assim como as limitações do grupo na produção, sobretudo na gestão.

2. O tipo de filiação: a pugna por estabilidade¹⁵⁴

A relação com o trabalho de filiação alude aos trabalhadores com trajetórias marcadas por condições de vulnerabilidade, sendo que todos os indivíduos identificados são associados da Coopereciclagem. Esses trabalhadores possuem pouca ou nenhuma experiência em empregos formais, além de baixa renda familiar. Para esses atores o acesso ao empreendimento econômico associativo representa um espaço relevante de ganho de direitos, o que faz com que eles mobilizem narrativas ascendentes e com maior grau de hibridização para descrever o caminho que os levou à entrada na cooperativa de reciclagem, contrastando com a sua situação anterior e, destacando, assim, uma melhora na sua situação enquanto trabalhador. A principal meta que esses atores colocam para si e para o seu trabalho, é a conquista de melhores condições de vida, por meio de maiores rendimentos econômicos, assim como por uma maior estabilidade no posto de trabalho. Desta forma, pelo menos em médio prazo, os atores vinculados a esse tipo não manifestaram a intenção de ter outro trabalho que não na cooperativa de reciclagem. Isso se deve pelo reconhecimento que fazem da cooperativa enquanto garantidora de direitos que eles não

¹⁵⁴ Esse tipo somente está presente na Coopereciclagem com oito trabalhadores. Sua ausência nos demais casos se explica pela menor recorrência de trabalhadores com trajetórias marcadas por situações de vulnerabilidade social.

tenham acesso, mas também porque eles não se percebem enquanto capazes de aceder a um emprego assalariado, tido por eles enquanto um privilégio de difícil acesso.

Para os trabalhadores de tipo filiação o projeto de economia solidária remete tanto a uma filantropia interna ao empreendimento como externa a ele. Internamente ela remete a uma ajuda das lideranças aos demais trabalhadores e externamente alude a uma ação de ajuda desenvolvida na comunidade local. Nesse sentido, eles descrevem o projeto como meio de ação filantrópica, marcado por uma solidariedade entre as lideranças e os demais trabalhadores e do empreendimento com a comunidade local. Esses trabalhadores tendem a não se identificar com tarefas de gestão, menos por uma falta de disposição a essas do que por uma concepção de si, permeada por uma incapacidade de tarefas que não as de tipo manual. Assim, esses atores tendem a valorizar o empreendimento econômico associativo, manifestando a vontade de colaborar com tal desde que em tarefas manuais.

No caso desses trabalhadores os requerimentos de eficácia da atividade produtiva emergem, sobretudo, pelas necessidades e projetos pessoais. O trabalhador quer expressar gratidão pela oportunidade que lhe foi dada no empreendimento, mas são as suas demandas econômicas que instituem o seu ímpeto por maior produtividade. Esses atores são muito flexíveis quanto ao trabalho e às tarefas a serem executadas. Desse modo, a relação com o trabalho marcada por filiação tende a responder aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva por meio de uma polivalência em atividades manuais, mais simples e de fácil aprendizado, mas também pelo alongamento da jornada de trabalho e pelo aumento da intensidade do trabalho. O objetivo central do trabalho para esses atores é o alcance de maior estabilidade tanto de renda quanto relativo ao emprego, a fim de que seja mais fácil desenvolver e realizar planos para o futuro. Assim, esses trabalhadores tendem a valorizar a remuneração fixa, apesar de nenhum deles ter acesso a tal, o que faz com que essa estabilidade de ganhos seja uma conquista mensal por meio do baixo número de faltas e de maior produtividade.

Esses atores evocam uma concepção industrial (tal como descrita no Capítulo 6) para descrever o que seria um trabalho bem feito. Os posicionamentos que esses atores possuem sobre o trabalho tendem a não ser expressos no âmbito do coletivo. Isso ocorre por uma desvalorização do ator sobre a sua própria opinião, mas também pela alta flexibilidade que esses atores possuem quanto às condições de trabalho, o que faz com que eles tenham poucas reclamações sobre tal. Assim sendo, esses atores tendem a ver o trabalho manual como a sua única contribuição para os

empreendimentos e o único meio de reconhecimento no âmbito do grupo. A descrição que esses trabalhadores desenvolvem sobre si tende a ser marcada pela presença de múltiplos obstáculos que obliteram a expressão e realização de suas posições, sobretudo o analfabetismo, a discriminação racial e o estigma do “bairro problema”. Esses processos manifestos pelos trabalhadores fundamentam uma descrição negativa de si e uma sensação de incapacidade para a realização de suas concepções no âmbito do trabalho. Essas barreiras tendem a ser menos criticadas do que internalizadas, sendo mobilizadas pelo ator para explicar a impossibilidade de ele projetar e realizar concepções positivas sobre si e seu trabalho.

3. O tipo centrado na identidade de ofício: a luta por um trabalho bem feito¹⁵⁵

A forma de relação com o trabalho centrada na identidade de ofício alude àqueles atores com intenso vínculo com um modo de fazer particular. O termo ofício, assim como foi descrito anteriormente, faz referência ao conhecimento e à identificação que o ator possui em relação a uma atividade específica. A identidade de ofício demarca, por exemplo, não somente uma identificação dos trabalhadores metalúrgicos com o labor nas indústrias metalúrgicas, mas o vínculo que eles possuem com diferentes modos de fazer específicos no interior dessas, o que pode remeter ao uso de maquinaria e ferramentas, a mercadoria produzida, os movimentos corporais mobilizados, dentre outros fatores que marcam a particularidade do seu ofício. O tipo de relação com o trabalho que se caracteriza por uma proeminência da identidade por ofício remete, nesse sentido, à identificação do ator com um modo de fazer particular, o que fundamenta o seu desejo de garantir melhores condições organizativas e técnicas para o exercício de tal.

Os trabalhadores que desenvolvem este tipo de relação com o trabalho tendem a ter uma trajetória laboral centrada na ocupação de postos de trabalho próximos ao ofício. Deste modo, esse tipo de relação com o trabalho é desenvolvida por atores com trajetórias laborais centradas, no caso da Cooperalumínio, em empregos em indústrias metalúrgicas (sendo comum o

¹⁵⁵ Quatro trabalhadores da Cooperalumínio, dois da Uniconfecção e nenhum da Coopereciclagem desenvolvem este tipo de relação com o trabalho. Esses números são explicados pela dificuldade do desenvolvimento de identidade de ofício na Coopereciclagem, descrito mais como um meio digno de se “ganhar a vida” do que como um ofício. Na Cooperalumínio o tipo centrado na identidade por ofício e o de conservação são próximos, visto que a cooperativa emerge enquanto uma tentativa de preservação do exercício do ofício em ambos os casos. A diferença mais relevante é a relação que o ator estabelece com o empreendimento. No caso do tipo de conservação há um maior distanciamento da gestão, enquanto no caso do tipo centrado na identidade por ofício há uma maior participação, sobretudo quando o que está em jogo é o ofício exercido.

desenvolvimento de tarefas similares nessas), e, no caso da Uniconfecção, em trabalhos vinculados à costura. A narração das trajetórias laborais desses atores foi marcada por um menor hibridismo, pois eles procuram destacar a relativa continuidade do exercício do ofício. Essas narrativas foram tanto ascendentes quanto descendentes, dependendo, se, na opinião deles, houve uma melhora nas condições para o exercício do ofício no decorrer do tempo. Segundo as costureiras vinculadas a esse tipo de relação com o trabalho, houve uma melhora nas condições do ofício, devido a menor pressão na produção, o que permitiu a reprodução de certos modos de fazer aprendidos em vivências laborais anteriores e/ou com familiares. Na perspectiva dos trabalhadores metalúrgicos houve uma melhora devido a menor interferência externa sobre o trabalho (o que possibilita um maior controle do trabalhador sobre sua atividade e uma maior liberdade para o uso de seu conhecimento) e uma piora em relação ao maquinário e a ferramentas disponíveis para o trabalho. Tanto as costureiras quanto os trabalhadores metalúrgicos destacam a presença de novas responsabilidades não vinculadas ao ofício como um aspecto negativo dos empreendimentos estudados.

Os trabalhadores deste tipo de relação com o trabalho tendem a ver o projeto de economia solidária sob dois ângulos. Por um lado, o projeto permite uma maior liberdade no trabalho e uma menor interferência arbitrária do patrão, possibilitando que o trabalhador faça o que ele sabe fazer melhor: o seu trabalho. Ademais, para esses trabalhadores, o projeto tende a ser visto, enquanto um chamado à união e ao coleguismo entre os trabalhadores, sendo um incentivo para “pegar junto” no trabalho. Por outro lado, o projeto também é tido como um possível obstáculo para a produção, devido a essa liberdade que ele promove e que pode levar a uma maior desorganização e desestabilização da produção. Segundo a percepção desses trabalhadores a economia solidária é identificada, sobretudo com atividades produtivas de cunho artesanal, fazendo com que os trabalhadores da metalurgia defendam que muitas das concepções do projeto de economia solidária não são aplicáveis a eles; já as costureiras da Uniconfecção mobilizam o projeto de economia solidária enquanto uma das justificativas para a não divisão do trabalho no setor da costura. Nesse sentido, enquanto a identidade de ofício da costura leva a uma concepção artesanal de trabalho bem feito, na metalurgia tende a vincular-se a uma aceção industrial desse.

Os atores que desenvolvem uma relação com o trabalho centrada em uma identidade por ofício tendem a manter relativa distância da autogestão, visto que é comum que eles se sintam mais responsáveis pelas questões vinculadas ao próprio ofício do que pelas problemáticas

coletivas. Assim sendo, quando os temas trazidos à baila no âmbito do empreendimento aludem a aspectos que atravessam o seu ofício, eles podem chegar a mobilizar uma intensa e ativa participação. Em caso contrário, a sua participação tende a ser menos recorrente e estável, sendo marcada por um processo de delegação dos assuntos que não remetem ao seu ofício a trabalhadores que são considerados como mais tecnicamente capazes. Neste sentido, para esse tipo, a legitimidade das lideranças baseia-se, sobretudo, no reconhecimento de suas capacidades técnicas.

Os requerimentos de eficácia da atividade produtiva emergem, no caso desses atores, tanto por projetos e necessidades individuais, como pelos elementos vinculados ao exercício do seu ofício. Nesse sentido, eles procuram ser produtivos não somente pela sua remuneração, mas também pela garantia de melhores condições para o seu ofício. Contudo, esses trabalhadores manifestam uma intensa resistência ao desenvolvimento de tarefas que não aquelas vinculadas ao ofício, o que faz com que eles prefiram alongar a jornada de trabalho e aumentar a intensidade do trabalho, a realizar tarefas fora de seu *métier*. Em relação ao valor do trabalho, eles destacam a necessidade de serem reconhecidas as habilidades especializadas que eles possuem, assim como a complexidade da tarefa por eles executada. Nesse sentido, esses atores tendem a defender, no âmbito dos grupos, diferenças na remuneração que expressem essas nuances em relação ao ofício.

O foco da relação desses trabalhadores com o seu trabalho é o exercício de seu ofício. Eles possuem uma relação menos individualizada com o empreendimento do que os tipos anteriormente apresentados, pois o empreendimento e o seu desenvolvimento é fundamental para o desenvolvimento do seu modo de fazer. Entretanto, devido a esse intenso vínculo com o ofício, parte desses atores não deixa de expressar a possibilidade de saída do empreendimento econômico associativo, caso as condições oferecidas para o trabalho sejam inferiores as de outras empresas a que o indivíduo pudesse ter acesso. Quando da presença de barreiras para o desenvolvimento do seu ofício, seja em nível individual ou coletivo, esses trabalhadores tendem a identificar possíveis limitações técnicas suas e dos demais. Nesse sentido, se o empreendimento passa por dificuldades econômicas, esses atores tendem a explicá-las pelas possíveis fragilidades técnicas que os seus trabalhadores possuem tanto na produção quanto na gestão.

4. O tipo pessoalizado: a valorização de uma sociabilidade mais próxima¹⁵⁶

O tipo de relação com o trabalho denominado de pessoalizado alude à parte das trabalhadoras do empreendimento de confecção, que tem como foco de seu trabalho o desenvolvimento de uma sociabilidade mais próxima entre os associados, permitindo, assim, que se instituem laços de apoio mútuo, empatia¹⁵⁷ e compreensão das particularidades de cada trabalhador. Deste modo, esse tipo de relação com o trabalho vincula-se ao compartilhamento de experiências pessoais, mas também à adequação do trabalho às possíveis limitações produtivas dos atores, o que inclui possíveis problemas pessoais, a presença de demandas domésticas (como o cuidado do filho e da casa) e a presença de dificuldades na realização das tarefas. Essas associadas destacam, assim, que o relacionamento entre elas se dá mais como pessoas, do que como trabalhadoras¹⁵⁸. Por se tratar somente de mulheres e pelo desejo de uma articulação entre as demandas pessoais (sobretudo familiares), e as do trabalho, este tipo é marcado, dentre os aspectos já referenciados, pela questão de gênero.

As trabalhadoras pertencentes a este tipo destacam uma intensa satisfação no trabalho devido aos processos de empatia que se estabeleceu entre elas, e que permitiu a instituição de vínculos de proximidade, incentivou o compartilhamento de vivências pessoais e levou ao desenvolvimento de regras e de uma organização do trabalho compatível com as particularidades das associadas. Assim, elas desenvolvem uma narrativa ascendente de sua trajetória, destacando a dificuldade das rotinas e as exigências dos trabalhos anteriores e do maior distanciamento que marcava os relacionamentos interpessoais. Elas colocam de manifesto, igualmente, narrativas marcadas por uma maior hibridização expressa pela instabilidade e provisoriedade das vivências laborais anteriores e a sua diferenciação do trabalho na cooperativa.

Segundo a perspectiva dessas trabalhadoras, o projeto de economia solidaria representa a possibilidade de uma sociabilidade mais próxima em âmbito laboral, e, correlato a isso, uma

¹⁵⁶ Este tipo de relação com o trabalho somente é encontrado na Uniconfecção, onde cinco trabalhadoras podem ser identificadas com tal. A presença somente na Uniconfecção se justifica pelo histórico do empreendimento, criado por um grupo de mulheres que já se conheciam na comunidade local.

¹⁵⁷ A empatia refere-se à capacidade de um ator perceber o marco de referência interno do outro, colocando-se em seu lugar, mas sem deixar de perceber a diferenciação em relação a esse.

¹⁵⁸ O conceito de pessoa foi, e continua sendo, objeto de ampla discussão, tendo sido mobilizado de formas diversas por autores referenciais como Mauss, Dumont e Foucault. No âmbito deste estudo, a utilização da noção de pessoa para descrever o tipo pessoalizado de relação com o trabalho, alude tão somente a uma concepção holística do ator, no qual ele não é apreendido somente pela sua dimensão de trabalhador ou associado, mas sim por aspectos espirituais, psicológicos e emocionais.

maior compreensão das especificidades e necessidades individuais no âmbito do grupo. A economia solidária alude, igualmente, a uma união entre os associados e a uma ação na comunidade local, seja de cunho filantrópico ou de caráter reivindicativo. Essa percepção positiva do projeto faz com que muitas dessas trabalhadoras se envolvam em tarefas de gestão, mas também atuem no movimento de economia solidária. Contudo, o envolvimento na gestão é restringindo a tarefas com menor responsabilização e exposição pública, porque elas tendem a afirmar uma autoconcepção de limitação para essas funções. Nesse sentido, as tarefas que demandem maior responsabilização e/ou exposição tendem a ser delegadas à liderança do empreendimento de confecção que é tida como a pessoa que “sabe falar” e “com quem falar”, mas também que goza de intensa confiança dessas trabalhadoras. A confiança que fundamenta a delegação aos quadros diretivos se institui não somente por um reconhecimento das competências que esses possuem, mas, também, e talvez, sobretudo, por um vínculo afetivo estabelecido entre as trabalhadoras do tipo pessoalizado e as lideranças.

Os requerimentos de eficácia da atividade produtiva emergem, na perspectiva dessas trabalhadoras, pelo seu vínculo com o coletivo, mas também pelas necessidades e projetos pessoais. Segundo a compreensão que elas possuem de si, apesar de poderem participar de atividades não produtivas, a sua maior capacidade e contribuição é nas tarefas de cunho produtivo. A maioria das trabalhadoras deste tipo são costureiras, assim, o seu trabalho é caracterizado pela flexibilidade tanto de local como de horário. Deste modo, elas tendem a alongar a jornada de trabalho, geralmente para âmbito doméstico, e a intensidade da atividade produtiva, a fim de dar conta de garantirem maior produtividade. Devido à sociabilidade mais próxima que essas trabalhadoras desenvolvem, elas tendem a estabelecer um vínculo relevante com o coletivo que, a despeito de não ser expresso em intensa participação na gestão, é colocado de manifesto no esforço na produção.

A possibilidade de realização do trabalho em âmbito doméstico, no caso das costureiras, é tida enquanto um aspecto positivo, mas, também, como um desafio para essas trabalhadoras, pois há uma dificuldade de diferenciar os horários de trabalho e de não trabalho. Essa problemática, somada a valorização das relações interpessoais, faz com que parte dessas trabalhadoras decida trabalhar em casa somente em casos emergenciais. De todas as formas, a possibilidade do trabalho em âmbito doméstico, aspecto que permite, por exemplo, ausências e atrasos, é vista como positiva. Nesse sentido, a remuneração por produção individual, elemento que incentiva

essa flexibilidade, é defendida como a mais justa e adequada às diferenças entre as associadas. A não divisão do trabalho (no caso do setor de costura da Uniconfecção) é outro aspecto valorizado por essas trabalhadoras, visto que é considerado um meio de desenvolver um trabalho bem feito de tipo artesanal, no qual a individualidade do produtor é expressa na peça produzida, assim como foi descrito no Capítulo 6.

Devido aos laços de confiança que se estabelecem entre essas trabalhadoras elas tendem a expor a sua opinião no âmbito dos grupos, apesar de não terem disposição para o desenvolvimento de planejamentos a médio ou longo prazo e para assumirem maiores responsabilidades, assim como para possíveis processos de disputa. Desta forma, elas tendem a delegar as decisões e tarefas de maior responsabilidade aos quadros diretivos, em relação aos quais possuem uma confiança fundamentada nas capacidades desses, mas também nos vínculos afetivos que possuem com tais. Quando da presença de barreiras para a realização de suas concepções sobre o trabalho, elas tendem a mobilizar uma crítica focada nas pressões produtivas do mercado, que demandam um esforço que não deixa de afetar a sociabilidade entre os trabalhadores, elemento relevante para essas mulheres.

5. O tipo gerencial: a gestão para o desenvolvimento econômico¹⁵⁹

Os atores que adotam o tipo gerencial de relação com o trabalho desenvolvem uma atitude de responsabilização pela cooperativa que tem como foco o desenvolvimento produtivo e econômico dessa. Para esses atores a gestão dos empreendimentos associativos econômicos se dá em parâmetros de sucesso pouco diferenciados dos relativos às empresas privadas. O principal objetivo dos empreendimentos seria o seu desenvolvimento econômico, a fim de que pudesse comportar o maior número de associados possível. Neste sentido, a meta fundamental dos empreendimentos associativos seria garantir emprego e renda para os seus trabalhadores. Os atores de tipo gerencial tendem a desenvolver narrativas ascendentes e pouco híbridas. Isso se explica porque eles percebem o empreendimento associativo enquanto uma possibilidade de aplicação de seus conhecimentos sobre a produção e, em alguns casos administração, desenvolvidos ao longo da sua trajetória laboral.

¹⁵⁹ Este tipo de relação com o trabalho está presente em todos os empreendimentos estudados sendo dois na Cooperalumínio e na Coopereciclagem e um na Uniconfecção.

Esses atores tendem a se envolver mais nos aspectos internos ao empreendimento associativo, sobretudo no que tange ao seu desenvolvimento econômico e produtivo, do que em relação a elementos externos (como por exemplo, o movimento de economia solidária). Segundo essa perspectiva, o projeto de economia solidária é visto mais como um recurso no mercado e um chamado à união e participação dos trabalhadores, do que um programa político ou uma proposta de organização do trabalho, o que faz com que esses trabalhadores tendam a encarar o desempenho do empreendimento no mercado como principal parâmetro de sucesso e a desenvolver uma concepção industrial do trabalho bem feito. Ademais, em relação à divisão do trabalho eles argumentam a favor de uma divisão do trabalho gerencial e do produtivo, assim como uma maior divisão do trabalho na produção. Esses trabalhadores tendem a ter disposição para o exercício de tarefas e funções de gestão, o que nem sempre acontece, devido à tendência de uma tensão entre esse tipo de relação com o trabalho e o tipo engajado, o que pode levar a conflitos e disputas no interior dos empreendimentos. Quando esses atores ocupam cargos diretivos tendem a trabalhar para além da jornada de trabalho regular e em diferentes etapas não só da administração, mas, em muitos casos, na produção. A atitude de responsabilização mobilizada por esses atores e a sua perspectiva focada no desenvolvimento econômico e produtivo, leva-os a ter como um dos aspectos centrais de sua atividade a procura de uma atuação sobre os demais trabalhadores, buscando incentivar um maior envolvimento desses na atividade produtiva, assim como uma maior disciplina e formação técnica.

Quando da presença de barreiras para o desenvolvimento econômico do empreendimento, aspecto tido como central para essa forma de relação com o trabalho, esses atores tendem a mobilizar explicações e justificativas internas aos empreendimentos, destacando as possíveis debilidades produtivas da cooperativa e dos seus trabalhadores. Esses atores tendem a não contestar os parâmetros e pressões do mercado, sendo grande parte de seu esforço, em relação ao empreendimento, dedicado a sua adequação a tais aspectos.

6. O tipo engajado: o empenhamento no projeto de economia solidária¹⁶⁰

O sexto tipo de relação com o trabalho é o mais próximo das expectativas do projeto de economia solidária. Ele se caracteriza por uma compreensão do projeto enquanto um programa a ser aplicado internamente ao empreendimento, mas também e, de forma tão importante quanto, para além dele. Para estes trabalhadores a atividade produtiva é somente um meio para possibilitar melhores condições de vida tanto para os associados quanto para as comunidades locais, mas também para promover o desenvolvimento da economia solidária.

Esse tipo de relação com o trabalho é permeado por um engajamento no projeto de economia solidária e nas instâncias do movimento dessa *outra economia*. Os atores que desenvolvem uma relação com o trabalho desse tipo tendem a desenvolver uma narrativa ascendente, que destaca um conjunto de críticas a experiências laborais anteriores e como esses aspectos negativos identificados são superados (parcialmente ou integralmente) no âmbito do empreendimento. Essas narrativas são também, neste sentido, permeadas por maior hibridização devido ao contraste que o ator procura destacar entre a positividade das vivências nos empreendimentos econômicos associativos e os aspectos negativos das experiências laborais anteriores. De maneira geral, esses atores têm experiências em partidos políticos, sindicatos, associações de bairro e/ou em movimentos eclesiais.

Esses trabalhadores são ativos na gestão e procuram articular um discurso de defesa do projeto de economia solidária com a viabilidade econômica dos empreendimentos. Assim como o tipo gerencial, o tipo engajado procura exercer uma influência sobre a relação com o trabalho desenvolvida pelos outros trabalhadores. No entanto, se no caso do tipo gerencial o foco é promover a produtividade dos associados, no caso do tipo engajado a influência procura ser no convencimento dos demais sobre os princípios do projeto de economia solidária, aspecto mais efetivo quando o ator de tipo engajado consegue demonstrar a possibilidade de uma combinação do projeto e do desenvolvimento econômico dos empreendimentos.

A emergência dos requerimentos de eficácia no caso desses atores faz-se presente pela procura de uma sustentabilidade econômica dos empreendimentos, e, também, pelo desejo de potencializar a intervenção na comunidade local e a atuação no movimento de economia

¹⁶⁰ Esse tipo de relação com o trabalho está presente em todos os empreendimentos estudados, um trabalhador na Cooperalumínio, dois na Uniconfecção e três na Coopereciclagem.

solidária. Esses atores tendem a não separar a vida do trabalho, sendo comum que eles alonguem a sua jornada laboral e desenvolvam diferentes tipos de tarefa. Assim, o engajamento desses atores não se reduz ao âmbito dos empreendimentos associativos, chegando à comunidade local e ao movimento de economia solidária, mas também a movimentos sociais e partidos políticos. Esse ativismo faz, em alguns casos, os trabalhadores identificarem o projeto de economia solidária como o seu projeto de vida prioritário.

Os trabalhadores que adotam essa perspectiva tendem a desenvolver uma concepção artesanal do trabalho bem feito e a defender remunerações igualitárias no âmbito dos empreendimentos. As concepções que os atores possuem sobre o trabalho, como as supracitadas, tendem a ter um impacto relevante sobre os sentidos evocados pelos demais atores e sobre as regras e normas adotadas nos empreendimentos. Quando da presença de barreiras para a realização e desenvolvimento do projeto de economia solidária, aspecto central para esses atores, eles tendem a mobilizar uma crítica social, seja pela fragilidade ou ausência de apoio conferida pelo governo, por uma cultura do trabalho que não seria adequada à economia solidária, ou pelo caráter considerado predatório do mercado e/ou do capitalismo.

Nesta seção foi apresentada a tipologia das formas de relação com o trabalho na economia solidária, que alude a diferentes modos de articulação dos sentidos que permeiam as distintas dimensões dessa. O quadro 3 expõe uma síntese dessa tipologia e dos diferentes arranjos de sentido que a conformam.

QUADRO 2 – SÍNTESE DA TIPOLOGIA DA RELAÇÃO COM O TRABALHO

Tipo de relação com o trabalho Dimensão da relação com o trabalho	Conservação	Filiação	Identidade de Ofício	Pessoalizada	Gerencial	Engajada
Projeto de economia solidária						
Concepção conferida ao projeto	Proposta Ilusória	Filantropia interna e externa	Responsabilização	Possibilidade de uma sociabilidade mais próxima	Recurso no mercado	Programa político-econômico
Relação com a autogestão	Distanciamento	Distanciamento	Envolvimento quando o ofício está em jogo, delegação nos demais casos	Participação em tarefas de menor responsabilidade e exposição, delegação à liderança nos demais casos	Responsabilização pelo empreendimento	Responsabilização pelo empreendimento
Significado para solidariedade e cooperação	Chamado à união e ao coleguismo	Filantropia	Chamado à união e ao coleguismo	Chamado ao apoio mútuo internamente e ação na comunidade local	Chamado à união interna	Solidariedade e cooperação interna (apoio mútuo e união) e externa (na comunidade local e com outros empreendimentos)
Requerimentos de eficácia da atividade produtiva						
Modo de emergência dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva	Projetos e necessidades individuais	Projetos e necessidades individuais	Projetos e necessidades individuais e aspectos coletivos que se vinculam ao exercício do ofício	Vínculo com o coletivo e com as necessidades e projetos pessoais	Vínculo com o empreendimento e o seu desenvolvimento econômico	Realização do projeto de economia solidária
Perspectiva sobre a divisão do trabalho	Defende maior divisão do trabalho produtivo e entre a gestão e a produção	Defende maior divisão do trabalho produtivo e entre a gestão e a produção	Procura uma conservação do modo de fazer, seja em maior ou menor divisão do trabalho produtivo. Defendem maior separação entre gestão e produção.	Defende a menor da divisão do trabalho produtivo e maior entre gestão e produção.	Argumenta a favor de maior divisão do trabalho e entre a gestão e a produção	Argumenta a favor de menor divisão do trabalho e entre a gestão e a produção
Noção sobre o valor do trabalho	Preferência pela remuneração fixa	Preferência pela remuneração fixa	Preferência pela remuneração fixa, com	Preferem o pagamento por produção individual	Defendem a remuneração fixa com	Buscam por maior igualdade nas

			diferentes escalas que abarquem a complexidade da tarefa e a formação necessária		diferentes escalas relacionadas à centralidade produtiva da função	remunerações, seja pelo pagamento por produção (igualdade por desempenho) ou por horas cumpridas (igualdade por tempo)
Resposta aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva	Aumento da intensidade do trabalho individual	Polivalência (em atividades manuais, mais simples e de fácil aprendizado), alongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho	Alongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho	Alongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho	Melhor organização da produção coletiva e maior envolvimento dos demais trabalhadores	Melhor organização da produção coletiva e maior envolvimento dos demais trabalhadores
Luta por autonomia						
Narrativa da Trajetória Laboral	Menor hibridismo e descendente	Maior hibridismo e ascendente	Menor hibridismo e ascendente ou descendente	Maior hibridismo e ascendente	Menor hibridismo e ascendente	Maior hibridismo e ascendente
Autoavaliação das capacidades	Em múltiplas tarefas, desde que manuais	Em múltiplas tarefas, desde que manuais	Especialistas no ofício	Em múltiplas tarefas, desde que manuais	Em tarefas na gestão e na produção	Em tarefas na gestão e na produção
Concepção sobre o trabalho bem feito	Industrial	Industrial	Costureiras: artesanal Metalúrgicos: industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal
Objetivos em relação ao trabalho	Reproduzir a relação com o trabalho desenvolvida anteriormente e ter maior estabilidade e renda	Melhores rendimentos e maior estabilidade	Melhores condições para o exercício do ofício	Sociabilidade pessoalizada e adequação às particularidades dos trabalhadores	Desenvolvimento econômico do empreendimento	Realização do projeto de economia solidária
Forma de reconhecimento no grupo	Trabalho produtivo	Trabalho produtivo	O ofício	O trabalho produtivo e as relações interpessoais	Resultados no mercado	Articulação entre o discurso do projeto e os resultados econômicos
Análise dos obstáculos à autonomia	Destaca falhas e limitações tanto individuais quanto coletivas	Chama a atenção para as suas próprias limitações e para os obstáculos sociais que são causa e expressão destas	Identificação de limitações técnicas suas e dos demais	Crítica focada nas pressões produtivas	Críticas internas ao empreendimento	Crítica social

Fonte: Quadro desenvolvido pelo autor por meio da análise de enunciação de 34 entrevistas com os trabalhadores dos empreendimentos estudados.

7. Do indivíduo ao coletivo: a interação dos tipos de relação com o trabalho nos casos estudados

Até o momento foram apresentados os seis tipos de relação com o trabalho nos empreendimentos econômicos associativos estudados. Tendo em conta outras pesquisas sobre o tema, é provável que muitos dos modos de relação com o trabalho descritos estejam presentes em um universo mais amplo de casos. Contudo, não se pode exagerar a possibilidade de generalização dos achados empíricos desta investigação. Assim, deve-se destacar que os dados oferecidos possuem integral significância somente quando localizados no âmbito das realidades laborais particulares das quais são produto. Tendo realizado essas considerações, esta seção apresenta as interações identificadas entre os diferentes tipos de relação com o trabalho e, ao fazê-lo, contribui-se para um aprofundamento da análise desenvolvida até então, chamando a atenção para o modo como os distintos tipos de relação com o trabalho interatuam e estabelecem vínculos de legitimação e/ou conflito. Deste modo, cumpre-se um duplo objetivo: por um lado, demonstra-se que a relação que o trabalhador desenvolve com o seu trabalho é permeada por uma influência dos demais, e, por outro, complementa-se a tipologia proposta, pois a situa nos ambientes empíricos em que foi constituída. Tratemos, a seguir, das interações entre os tipos no âmbito de cada empreendimento estudado.

Na Cooperalumínio identificou-se a presença de quatro dos seis tipos de relação com o trabalho dentre os entrevistados: o de conservação, com três trabalhadores, o centrado no ofício, com quatro, o gerencial, com dois e o engajado, com um. De maneira geral, os processos de decisão na Cooperalumínio se fundamentam em uma interação entre o tipo com foco na identidade de ofício e o tipo gerencial, visto que o ator de tipo engajado expressa certo isolamento e os trabalhadores do tipo de conservação manifestam a vontade de um distanciamento dos aspectos relacionados à gestão. A importância do tipo gerencial e o centrado na identidade de ofício baseiam-se não só na quantidade de trabalhadores que desenvolvem tais formas de relação com o trabalho, mas também na sua ligação com a história do empreendimento e na sua relevância nos debates e decisões. Antes de tudo, segundo os trabalhadores da Cooperalumínio, a cooperativa foi criada com um duplo objetivo: garantir a manutenção do emprego dos trabalhadores da empresa falida e permitir que eles desenvolvessem o ofício que dedicaram parte considerável da trajetória laboral.

Nesse sentido, na Cooperalumínio, a presença de uma identidade de ofício é relevante inclusive para aqueles trabalhadores que não colocam tal aspecto enquanto central na sua relação com o trabalho. Deste modo, a interação entre o tipo gerencial e o centrado na identidade por ofício na Cooperalumínio baseia-se nesse compartilhamento da preocupação do exercício do ofício, que é fundamentado por vivências laborais comuns, principalmente as relativas à empresa anterior que deu origem à cooperativa. A relação entre o tipo focado no ofício e o gerencial é permeada por uma delegação do primeiro em relação ao segundo. Esse processo delegativo mantém-se por uma confiança nas competências para a gestão do tipo gerencial, no desinteresse do tipo centrado no ofício, mas também na identificação com o coletivo que ambos possuem na Cooperalumínio.

Se o ofício é um dos elementos que institui o suporte de legitimidade para as lideranças que desenvolvem uma relação com o trabalho de tipo gerencial, ele pode ser, ademais, um dos principais objetos de conflito. Isso porque enquanto o tipo gerencial tende a possuir uma perspectiva mais flexível da produção, os trabalhadores que desenvolvem uma relação com o trabalho centrada no ofício tendem a ter maior resistência a mudanças na produção, sobretudo aquelas que afetam o seu modo de fazer em particular. Se a liderança levada a cabo pelo tipo gerencial é comumente questionada pelos trabalhadores do tipo centrado na identidade de ofício quando a temática trata diretamente do modo de fazer, os demais aspectos organizacionais do empreendimento tendem a ser pouco problematizados em âmbito público.

Na Uniconfecção foram identificados, dentre os trabalhadores entrevistados, cinco tipos de relação com o trabalho: o de conservação, com um trabalhador, o centrado em uma identidade de ofício, com dois, o pessoalizado, com cinco, o gerencial, com um e o engajado, com dois. A maior pluralidade existente na Uniconfecção não deixa de ser expressa na complexidade da interação entre os diferentes tipos de trabalhadores. Contudo, a despeito das possíveis particularidades, identificou-se uma tendência de que os processos de decisão na Uniconfecção sejam fundamentados em uma interação entre o tipo pessoalizado e os trabalhadores que desenvolvem uma relação engajada com o trabalho. A relevância desses tipos no âmbito do empreendimento se deve pela sua representação numérica e pelo papel fundamental exercido por uma das lideranças do tipo engajado na fundação e desenvolvimento da cooperativa. Neste sentido, grande parte das decisões do empreendimento tendem a expressar, sobretudo o contato entre esses dois tipos.

A relação entre esses dois tipos baseia-se, fundamentalmente, na confiança (técnica, mas também pessoal) e na sociabilidade próxima que esses atores estabelecem entre si. A

relação com o trabalho de tipo pessoalizado tende a delegar os aspectos concernentes à gestão e representação, sobretudo aqueles que demandam maior responsabilidade e planejamento em mais longo prazo, aos trabalhadores de tipo engajado. Deste modo, esse processo delegativo baseia-se em uma avaliação das trabalhadoras do tipo pessoalizado de que os trabalhadores de tipo engajado possuem competências de gestão, que elas não detêm.

De maneira geral, a relação entre o tipo pessoalizado e o engajado tende a ser permeada por processos de legitimação dos posicionamentos mútuos. Enquanto o tipo pessoalizado tende a aceitar as propostas do tipo engajado, este, por sua vez, procura dar conta das reclamações ou propostas pautadas pelo tipo pessoalizado. Assim, os conflitos tendem a emergir da relação entre o tipo engajado com os demais tipos existentes no empreendimento (gerencial, de conservação e com enfoque na identidade de ofício). Essas alterações tendem a ter como foco o projeto de economia solidária (defendido pelo tipo engajado) e a sua possível limitação quando aplicado à produção. Apesar da existência de alterações entre esses tipos, a intensa inserção no movimento de economia solidária que teve efeitos positivos, inclusive para a produtividade da Uniconfecção, levou a certa legitimação do tipo engajado, até mesmo pelos tipos que mantêm um posicionamento mais distante do projeto de economia solidária.

Na Coopereciclagem identificaram-se três tipos de relação com o trabalho: o de filiação, com oito trabalhadores, o engajado, com três, e o gerencial, com dois. Esta distribuição dos tipos no empreendimento de reciclagem expressa o aspecto central da interação entre os diferentes tipos de relação com o trabalho nesse empreendimento; faz-se referência à ausência de tipos que possuem uma atitude de delegação frente às questões coletivas, o que representa uma maior distância entre as lideranças (que são geralmente dos tipos engajado ou gerencial) e os demais trabalhadores. O tipo de filiação, assim como descrito anteriormente, tende a desenvolver uma concepção de si enquanto incapaz de participar de tarefas de gestão, o que termina por promover uma distância desses atores em relação a tais. Essa percepção negativa de si tende, igualmente, a instituir uma relação permeada por uma aceitação das proposições promovidas pelas lideranças.

Se o tipo de filiação tende a legitimar a posição das lideranças, identificou-se entre essas a possibilidade de uma tensão entre os tipos engajado e o gerencial, o que tende a estabelecer processos de disputa. O motivo principal da tensão entre o tipo engajado e o gerencial na Coopereciclagem tende a ser o espaço a ser ocupado pelos demais trabalhadores. Enquanto o tipo gerencial defende uma maior separação entre a coordenação da cooperativa e os demais trabalhadores, o que é expresso em propostas sobre a divisão dos ganhos e a

composição da direção, mas também em uma cobrança mais explícita dos trabalhadores em relação à produção, o tipo engajado postula uma maior proximidade entre essas partes, propondo uma divisão de ganhos mais igualitária, uma composição da coordenação com trabalhadores que não tinham experiência na gestão e uma cobrança menos intensa pela produtividade dos trabalhadores.

A análise dos modos como os diferentes tipos de relação com o trabalho interagem no âmbito dos empreendimentos permitiu que fossem identificadas as problemáticas centrais presentes nestes. No caso da Uniconfecção, há três aspectos que, em alguns momentos, entram em tensão e sustentam processos conflitivos, são estes: o projeto de economia solidária, a demanda por uma sociabilidade mais próxima e os resultados produtivos. A inserção do empreendimento nas redes de economia solidária permitiu que fossem reduzidas as possíveis contradições entre esses aspectos, por meio do acesso a recursos, bens e oportunidades de diversos tipos (financiamento, clientes, cursos de formação, eventos...). Na Coopereciclagem, a problemática central é a distância ou proximidade do tipo de filiação em relação à gestão. O tipo de filiação localiza-se no centro de uma disputa entre as lideranças engajadas e gerenciais, as primeiras procuram aproximar esses atores da gestão, enquanto as segundas procuram fazê-los trabalhadores mais produtivos. Considerando a própria indisposição do tipo de filiação para tarefas de gestão, o posicionamento das lideranças gerenciais tende a prevalecer. Na Cooperalumínio, a questão central alude ao ofício. Devido à falta de recursos, progressivamente as condições para o exercício do ofício se deterioraram na Cooperativa. Esse processo gera uma profunda insatisfação nos associados, e, a despeito da confiança que os trabalhadores de tipo centrado no ofício possuem em relação às lideranças gerenciais, os primeiros tendem a responsabilizar os segundos, quando da redução da produtividade coletiva ou queda das condições para o exercício do ofício. Essa situação tende a instituir conflitos ocasionais, sem que os trabalhadores tenham conseguido reverter esse processo, o que não deixa de gerar frustrações.

Nesta seção demonstrou-se que os tipos de relação com o trabalho não estão isolados no âmbito dos empreendimentos, eles interagem entre si, estabelecem processos de disputa, assim como de legitimação, face às problemáticas coletivas. Os quadros diretivos, geralmente dos tipos engajado ou gerencial, demandam um lastro de legitimidade dos demais trabalhadores, assim como procuram transformá-los convencendo-os do projeto de economia solidária (no caso do tipo engajado) ou fazendo-os mais produtivos (no caso do tipo gerencial). O tipo pessoalizado e o que se centra na identidade de ofício, expressam preocupação com esses dois aspectos (a sociabilidade mais próxima e o exercício do ofício,

respectivamente) que lhes são caros e que são traduzidos em expectativas sobre os empreendimentos e as suas lideranças. Por fim, os tipos de filiação e de conservação tendem a manter maior distância das questões coletivas, contudo, podem somar-se a um dos outros tipos a fim de propor mudanças nos empreendimentos. Essa possibilidade se dá, na Coopereciclagem entre o tipo de filiação e o engajado e na Cooperalumínio entre o tipo de conservação e o centrado em uma identidade por ofício. No decorrer desta seção analisou-se como os diferentes tipos de relação com o trabalho interagem nos empreendimentos estudados, instituindo vínculos de legitimação e, possivelmente, estabelecendo processos de conflito. A compreensão desses aspectos permitiu situar os distintos tipos de relação com o trabalho nas práticas em que foram identificados, assim como descrever de forma mais qualitativa as realidades dos casos estudados.

8. Conclusão

Este capítulo tratou do modo como os trabalhadores articulam os sentidos conferidos a cada uma das dimensões da sua relação com o trabalho. A análise de conteúdo por enunciação e a combinação de dois indicadores sintéticos, a relação com o empreendimento e a hibridização da narrativa sobre a trajetória laboral, permitiu que fosse construída uma tipologia da relação com o trabalho, composta por seis tipos que destacam diferentes aspectos no seu trabalho. O tipo de *conservação* é desenvolvido por trabalhadores com experiências assalariadas, que são tidas enquanto referências positivas e centrais. Deste modo, eles procuram manter elementos que marcavam a relação com o trabalho desenvolvida no passado. O tipo de *filiação* é composto por indivíduos detentores de trajetórias de vulnerabilidade social, expressas pela precariedade das vivências laborais passadas. Para esses o empreendimento associativo representa uma maior estabilidade e um ganho de direitos. O tipo *centrado no ofício* é desenvolvido por aqueles atores com forte identificação com um modo de fazer específico. Esses trabalhadores têm como foco garantir melhores condições para o exercício do seu ofício. O tipo *pessoalizado* destaca a sociabilidade enquanto aspecto central da sua relação com o trabalho. Esses atores procuram, assim, estabelecer relações com maior proximidade que fundamentem processos de apoio mútuo e empatia. O tipo *gerencial* procura promover o desenvolvimento econômico e produtivo do empreendimento. Esses trabalhadores se responsabilizam pelo empreendimento coletivo e afirmam o desempenho no mercado como principal parâmetro de sucesso para tal. E, por fim, o tipo *engajado* responsabiliza-se pelas questões coletivas, assim como o gerencial, mas diferentemente desse, ele tem como foco a

realização do projeto de economia solidária, sendo a atividade produtiva somente um meio para a consecução desse objetivo.

A identificação da existência dos tipos mencionados se adequa à tese central deste estudo: os trabalhadores da economia solidária não se reduzem a nenhuma das dimensões da sua relação com o trabalho, o que demanda um esforço deles para articular os aspectos possivelmente incongruentes presentes. Deste modo, os resultados descritos nos capítulos 4, 5 e 6 são dotados de maior significação quando se realiza a exposição dessas articulações promovidas pelos indivíduos. Neste sentido, significações e posicionamentos gerais (expostos nos três capítulos anteriores) se particularizam quando situados dentro dos tipos de relação com o trabalho. A identificação desse processo coloca de manifesto que a pluralidade da relação com o trabalho não alude somente aos sentidos presentes nessa, mas, igualmente, ao modo como estes são articulados pelos distintos atores. Assim, ainda que dois tipos possam evocar significações e atitudes similares a um determinado aspecto, estas tomam contornos particulares quando localizadas nos arranjos de sentido promovidos pelos atores. O tipo de conservação e o de filiação compartilham elementos similares, assim como sintetiza o quadro 3. Contudo, enquanto para os primeiros a relação com o trabalho insere-se em um processo de “desfiliação”, para os segundos a cooperativa representa um ganho de direitos sociais. Assim, se tanto o tipo de conservação como o de filiação vivenciaram processos de exclusão, a forma como estes foram experimentadas é distinta¹⁶¹, o que institui formas de relação com o trabalho relevantemente diferenciadas. Os tipos gerencial e engajado, por sua vez, compartilham a mesma disposição de responsabilização pelo coletivo. Este empenho vincula-se, dentre outros aspectos, a uma tentativa de formar os demais associados. Contudo, enquanto o tipo gerencial procura fazê-los trabalhadores mais produtivos, o tipo engajado tem como meta elementar convencê-los do projeto de economia solidária. E, por fim, o tipo pessoalizado e o centrado no ofício possuem em comum uma relativa distância da autogestão que fundamenta a delegação às lideranças de questões que não atinge o aspecto tido por eles enquanto central (o ofício e a sociabilidade pessoalizada). No entanto, enquanto essa delegação baseia-se para o tipo de centrado no ofício em uma confiança técnica, ou seja, ligada às habilidades da liderança, no caso do tipo pessoalizado para além deste elemento técnico a confiança fundamenta-se nos vínculos de proximidade com as lideranças. Estes são alguns dos exemplos em que posições

¹⁶¹ Segundo Castel (1998), a noção de exclusão social é utilizada para abarcar processos muito heterogêneos, sendo o conceito de desfiliação social mais preciso, visto que é capaz de perceber o processo vivenciado pelo ator ao ser colocado à margem. E é nesse sentido que se pode considerar o tipo de conservação como uma reação a um processo de desfiliação, enquanto o tipo de filiação pode ser considerado como “nunca filiado”, visto que para ele o trabalho na economia solidária representa um ganho de direitos que estavam ausentes até então.

similares dos diferentes tipos são particularizadas quando situadas no arranjo que conforma a relação com o trabalho desenvolvida.

Este capítulo analisou, ademais, o modo como os diferentes tipos de relação com o trabalho interagem no âmbito dos grupos. Identificou-se que os coletivos são perpassados por um desafio homólogo ao dos indivíduos: eles têm de combinar as significações incongruentes promovidas pelos atores, ao mesmo tempo em que têm de responder aos requerimentos da atividade produtiva e ao projeto de economia solidária. De distintas formas, os coletivos articulam, por meio de processos de legitimação e conflito, os diferentes tipos de relação com o trabalho, expressando, assim, os distintos meios de responder aos contingentes que permeiam essas realidades. Na Cooperalumínio há uma centralidade da interação entre o tipo com foco no ofício e o tipo gerencial, que institui certa distância entre o trabalho produtivo e a gestão (como meio, inclusive, de alavancar a produtividade) e a tentativa de uma mobilização do projeto de economia solidária enquanto um recurso no mercado (intento que não tem tido muitos resultados). Na Uniconfecção os tipos pessoalizado e engajado estabelecem relativa centralidade do projeto de economia solidária que, por um lado, institui-se como um meio de mobilização produtiva dos trabalhadores, de acesso a recursos de diferentes tipos e de incentivo a relações mais próximas entre os associados; e, por outro lado, é um aspecto que é contestado pelos outros tipos de relação com o trabalho presentes no empreendimento (de conservação, centrado no ofício e gerencial). Contudo, essa contrariedade não é intensa, devido à utilização bem-sucedida do projeto enquanto um dos meios de garantir a sustentabilidade econômica da cooperativa. Por fim, a Coopereciclagem foi o empreendimento em que foi identificada maior distância entre as lideranças, do tipo engajado e gerencial, e os demais trabalhadores, na sua maioria do tipo de filiação. Essa distância fundamenta a legitimidade das lideranças, ao mesmo tempo em que é utilizada como forma de promover a produtividade do grupo por meio de uma maior hierarquia e divisão entre gestão e produção. O conflito, por sua vez, tende a se limitar às lideranças que divergem sobre o papel dos demais trabalhadores na gestão.

O que a tipologia apresentada e as interações em âmbito coletivo dizem sobre a relação com o trabalho na economia solidária? Primeiro, expressam a pluralidade e heterogeneidade que atravessam essas realidades laborais. Essa multiplicidade alude tanto às dimensões e aos sentidos a elas vinculados, como às composições dos indivíduos em relação a tais. Segundo, tendo em conta essa heterogeneidade, a relação com o trabalho na economia solidária é descrita ao mesmo tempo enquanto perpassada por um ambiente contingente e como um resultado de um esforço do indivíduo. As formas dos atores responderem à

pluralidade que atravessa a sua relação com o trabalho demonstra essa atividade do ator, que não é nem mero agente produtivo, nem suporte do projeto de economia solidária, assim como não é um sujeito plenamente constituído. Terceiro, cada um dos tipos é permeado por elementos tidos enquanto proeminentes: a preservação da relação com o trabalho desenvolvida anteriormente, o acesso a direitos sociais, a defesa e aperfeiçoamento do ofício, o estabelecimento de uma sociabilidade pessoalizada, o desenvolvimento econômico do empreendimento e a realização do projeto de economia solidária. Quarto, a importância desses diferentes elementos destacada pelos atores é articulada – por meio de processos de legitimação e contestação – no âmbito dos empreendimentos, instituindo as formas de resposta aos requerimentos de eficácia produtiva e ao projeto de economia solidária, ademais dessas concepções dos atores.

A tipologia da relação com o trabalho apresentada procurou dar conta da atuação dos trabalhadores em um ambiente heterogêneo e contingente. Este capítulo não fez mais, e não aspirou mais, do que sintetizar os arranjos das concepções vinculadas a cada uma das dimensões da relação com o trabalho. Demonstrou-se, deste modo, que os trabalhadores não se restringem a nenhum dos aspectos interpelantes que atravessam o seu trabalho, o que termina por lhes exigir um esforço de conjugação de elementos incongruentes. Os atores possuem trajetórias próprias e desenvolvem as suas atividades laborais em um ambiente contingente. A forma de relação com o trabalho que desenvolvem não obedece integralmente nem às expectativas do projeto, nem a uma resposta mecânica dos requerimentos de eficácia produtiva, assim como não satisfaz totalmente os seus próprios desejos.

PARTE 2: CONCLUSÃO

A segunda parte desta dissertação cumpriu um duplo objetivo. Nos três primeiros capítulos foi realizada a exposição de como os trabalhadores atuam em face de cada uma das dimensões da relação com o trabalho: o projeto de economia solidária, os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e a luta por autonomia. O último capítulo, por sua vez, apresentou a tipologia da relação com o trabalho, que alude às formas como os atores articulam os sentidos vinculados a cada uma das dimensões. No decorrer desses quatro capítulos demonstrou-se a validade da tese da dupla pluralidade da relação com o trabalho na economia solidária, tanto de dimensões e de sentidos a elas vinculados, quanto de formas como os atores articulam tais significações. Deste modo, a análise oferecida colocou de manifesto que os trabalhadores não se reduzem a nenhuma das dimensões da sua relação com o trabalho, ao mesmo tempo em que são impelidos a responderem a todas elas. Os trabalhadores não são meros suportes do projeto de economia solidária, assim como a sua ação não é somente uma resposta aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva e, por fim, eles não são sujeitos autônomos constituídos aprioristicamente.

Os resultados expostos indicaram diferentes posicionamentos dos trabalhadores em relação ao projeto de economia solidária. Para além da distância e proximidade, os atores destacaram um processo de ressignificação dos princípios promulgados no projeto de economia solidária. Assim, o distanciamento ou proximidade afirmado pelos atores corresponde às suas próprias concepções do projeto que, em muitos aspectos, são distintas das formulações “originais”. Nesse sentido, mesmo nos casos em que os trabalhadores afirmavam um afastamento do projeto, este não se dava de forma passiva, mas sim era permeado por explicações e justificações dos atores. Foram identificadas seis concepções sobre o projeto de economia solidária: como uma proposta ilusória, um incentivo a uma sociabilidade mais próxima, uma forma de filantropia, uma responsabilização dos trabalhadores, um recurso no mercado e enquanto um programa político-econômico. Esse trabalho de ressignificação dos atores e a pluralidade dessas concepções demonstram a potencialidade limitada do projeto, em sua aceção “original”, para explicar a relação com o trabalho nos empreendimentos estudados. A dificuldade de uma concepção de trabalhador-proprietário, identificada em todos os empreendimentos, é outro fator que aponta no mesmo sentido. Este aspecto é expresso por uma tendência dos trabalhadores de sentirem-se mais responsáveis pelo próprio trabalho do que pelo empreendimento coletivo. Essa responsabilização individual é vivida como a necessidade de internalização das pressões e a necessidade de autocontrole e automotivação,

mas, igualmente, é tido como um espaço no qual os trabalhadores possuem maior influência sobre a determinação da forma como organizar o próprio trabalho. Devido a essa dificuldade de uma concepção de trabalhador-proprietário, vinculada a uma responsabilização individual, a gestão do empreendimento tende a ficar a cargo de poucas lideranças (instituído o que foi denominado de gestão de quadros por DAL RI e VIEITEZ, 2001), que são legitimadas ou contestadas de diferentes modos, assim como analisado no último capítulo. De todas as formas, a gestão dos empreendimentos, diferentemente do que o projeto parece supor, é menos resultado de um envolvimento ativo de todos, no qual todos são e agem simultaneamente como “donos” e como trabalhadores, do que um arranjo coletivo entre os diferentes tipos de atores e os diferentes níveis de responsabilização que eles evocam.

Em referência aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, o posicionamento dos atores é, igualmente, não presumível de forma mecânica. Os empreendimentos estudados se caracterizam (assim como a maioria dessas práticas no Brasil) por uma condição contingente do ponto de vista produtivo: a falta de capital para investimento, a obsolescência, fragilidade e ausência do maquinário, a ausência de trabalhadores com maior formação técnica, a localização em posições de menor valor agregado nas cadeias produtivas etc. Como explicar então, que, a despeito desses limitantes, os empreendimentos conseguem garantir a sua sustentabilidade e, muitas vezes, o seu desenvolvimento? A explicação reside no esforço e mobilização manual e intelectual do trabalhador, que pode alongar a jornada do trabalho, aumentar a intensidade e velocidade da sua atividade, realizar múltiplas tarefas e mobilizar a sua criatividade e conhecimento. Esta disposição dos trabalhadores é possibilitada e incentivada pelo modo de organização do trabalho, pela forma de divisão dos ganhos, em alguns casos pela flexibilidade de horário (e, no caso das costureiras da Uniconfecção, inclusive de local) e, evidentemente, por meio de um menor controle externo sobre o trabalho. A necessidade de o indivíduo responder, por meio do seu trabalho, aos requerimentos de eficácia produtiva não deixa de ser perpassada por esforços intensos, sacrifícios pessoais e, inclusive, casos de exaustão e de acidentes de trabalho. Ademais, cabe ressaltar que a forma de emergência dos requerimentos de eficácia, assim como os meios de resposta que o trabalhador está disposto a acionar, não são os mesmos nos diferentes tipos de relação com o trabalho, tal como foi descrito no capítulo 7.

A tese sustentada nesta dissertação é a de que a relação com o trabalho na economia solidária não se restringe ao projeto dessa, nem aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, mas engloba, igualmente, a luta por autonomia levada a cabo pelos atores. A luta por autonomia alude ao desejo do ator em realizar as concepções que possui sobre si e o seu

trabalho, assim como de conquistar o reconhecimento dos demais. Deste modo, ela refere-se tanto a uma relação do ator consigo mesmo, como com os outros. Em referência a esta dimensão identificou-se que os indivíduos desenvolvem descrições plurais de si. Contudo, a presença recorrente de concepções negativas de si, pautadas por uma autoidentificação de incapacidade para determinados tipos de tarefas ou funções, foi um aspecto que deve ser destacado. Essa percepção negativa de si tem efeitos relevantes sobre as outras dimensões da relação com o trabalho. Um dos efeitos desse processo é a presença, identificada em muitos casos, de um hiato entre as reflexões dos atores e a sua reivindicação em âmbito coletivo. Contudo, identificou-se que o suporte do grupo e a existência de espaços em que os atores possam compartilhar as suas vivências, podem constituir-se enquanto meios de reverter, mesmo que parcialmente, essa condição. A consideração da luta por autonomia enquanto uma das dimensões da relação com o trabalho destaca o processo ativo de reflexão dos atores, que é permeado por distintas concepções sobre si e sobre o seu trabalho, que não são redutíveis a nenhuma das outras dimensões, mas que possuem efeitos relevantes sobre a relação com o trabalho.

Os atores são plurais, assim como são os sentidos que atravessam a sua prática laboral. As diferentes dimensões e concepções, os requerimentos e desafios que lhe acompanham exigem dos atores um trabalho de composição das significações presentes. A possível distância do projeto, a resposta aos requerimentos de eficácia centralizada no esforço e mobilização e a reflexão do ator sobre si e o seu trabalho, demandam dos indivíduos um atividade de construção de coerência neste ambiente em que ela não é evidente. Assim, possíveis posicionamentos similares (descritos nos capítulos 4, 5 e 6) como, por exemplo, o afastamento do projeto de economia solidária ou a centralidade produtiva do trabalhador, são particularizados no âmbito dos distintos arranjos de sentidos promovidos pelos atores (capítulo 7). Desta forma, esta investigação empírica permitiu a constituição de uma tipologia da relação com o trabalho, composta por seis tipos: o de conservação, o de filiação, o centrado em uma identidade de ofício, o pessoalizado, o gerencial e o engajado. Cada um desses tipos conjuga de formas diferenciadas significações aos distintos componentes das dimensões da relação com o trabalho. Se a construção de uma coerência em um ambiente em que ela não é evidente é um repto dos indivíduos, ela também é dos coletivos que têm de conjugar essa pluralidade dos atores com os requerimentos de eficácia da atividade produtiva e as expectativas do projeto de economia solidária, tal como foi descrito ao término do capítulo 7. Ao final desta dissertação torna-se necessário retomar o questionamento inicial: o trabalho na economia solidária institui *outra* relação com o trabalho?

CONCLUSÃO

Esta dissertação abordou o trabalho na economia solidária enquanto uma realidade privilegiada para a sociologia da experiência e como uma das formas em que os “batalhadores brasileiros” (SOUZA, 2010) lutam por uma vida melhor. Por meio do estudo da relação com o trabalho nessas práticas, esta investigação procurou contribuir para o debate em torno da questão: *há outro trabalho na outra economia?* Este problema emergiu a partir de um anseio em entender a economia solidária como um das reações dos trabalhadores em face das dificuldades que marcam a sua condição no Brasil. No entanto, buscou-se não restringir o trabalho na economia solidária a uma ideia de emergência, que levaria a uma concepção passiva do ator em sua procura instintiva pela reprodução simples da vida, ou a uma integração total ao projeto, suposição contraditória a um contexto de desfiliação (CASTEL, 1998) e desinstitucionalização (DUBET, 2006).

Esta investigação teve como objetivo compreender a relação dos trabalhadores da economia solidária com o seu trabalho e os aspectos interpelantes que o atravessam. Para tanto, o modelo analítico desenvolvido baseou-se na perspectiva de Dubet e foi caracterizado pelo seu enfoque multidimensional, que parte da subjetividade dos atores e procura compreender a atividade desses no seio da heterogeneidade que marca as suas vivências. A tese central defendida foi a da existência de uma dupla pluralidade da relação com o trabalho na economia solidária. Por um lado, há um conjunto de dimensões e de sentidos a elas vinculados, e, por outro, há múltiplas formas de como os atores articulam as significações presentes e conformam a sua relação com o trabalho.

No âmbito desta investigação postulou-se que a relação com o trabalho na economia solidária é potencialmente apreendida em termos de experiência social. Esse posicionamento mostrou-se adequado, visto que os trabalhadores descreveram a sua atividade menos como um processo ordenado e estável e mais como um problema, como uma tarefa sem centro, caracterizada pela necessidade de responder, de forma simultânea, a distintos elementos interpelantes. É possível afirmar, deste modo, que a relação com o trabalho na economia solidária não poderia ser explicada pelos termos da sociologia clássica (tal como é interpretada por Dubet e descrita no Capítulo 1), que tenderia a se ater aos mecanismos de socialização como fundamento para ação, assim como ela não poderia ser compreendida somente pelas concepções da ação racional, que se restringiria aos interesses e às “boas razões” dos atores. Ao demonstrar a fecundidade da análise da sociologia da experiência para uma realidade empírica particular, esta dissertação se insere no debate sobre a ação social, ao

mesmo tempo em que, a despeito da possível limitação da amplitude dos resultados construídos, contribui para a discussão sobre o trabalho na *outra economia*. Desta forma, procurou-se estabelecer um terceiro olhar sobre a economia solidária, que explorasse o vão existente entre o ponto de vista dos autores engajados no seu projeto, que tende a ser caracterizado por uma combinação, sem uma clara separação, de aspectos descritivos e prescritivos, e da perspectiva dos autores críticos, que não apreende o possível caráter emancipador dessas práticas.

A abordagem desenvolvida considerou que a relação com o trabalho na economia solidária é permeada por três dimensões fundamentais: a do projeto de economia solidária e seus princípios normativos; a dos requerimentos de eficácia da atividade produtiva; e, por fim, a da luta por autonomia levada a cabo pelos atores que possuem concepções sobre si e sobre o seu trabalho que não se reduzem a nenhuma das outras dimensões. Neste sentido, buscou-se compreender como os trabalhadores respondem a essas dimensões e os seus elementos interpelantes, a fim de constituir a sua relação com o trabalho. A hipótese da existência de uma dupla pluralidade da relação com o trabalho mostrou-se válida. No decorrer da apresentação do estudo empírico evidenciou-se a capacidade interpeladora das distintas dimensões, o que foi demonstrado pela necessidade dos atores se referirem a todas elas para explicarem quem são e o que fazem. Não obstante, destacou-se que os trabalhadores não se reduzem a nenhuma dessas dimensões, o que lhes coloca em uma situação problemática em que é necessário constituir a coerência de sua ação, visto que ela não é dada aprioristicamente. Deste modo, a análise desenvolvida expressou o fato de que a relação com o trabalho na economia solidária está marcada por uma atividade intensa e cotidiana dos trabalhadores em face de distintas exigências, desejos, requerimentos e expectativas. Ademais, identificou-se que esse trabalho dos atores em compor a sua relação com o trabalho possui resultados plurais.

O projeto de economia solidária foi tratado pelos trabalhadores enquanto um dos elementos referenciais para descrever a sua relação com o trabalho. Todavia, eles não deixaram de expressar a disjunção entre o “discurso oficial” da economia solidária e a forma como as realidades laborais dos empreendimentos estudados são vivenciadas. No entanto, a relação com o projeto não pôde ser descrita somente pela distância ou proximidade dos atores, mas, sim teve de abarcar as formas como os postulados desse projeto são ressignificados (hipótese 1). Sendo o projeto “original” incongruente com as vivências dos trabalhadores, esses o reformulam e o particularizam à luz das questões que atravessam o seu cotidiano.

Assim, mesmo em posições mais afastadas do projeto, os atores não se mostraram passivos em relação a tal.

A autogestão, o elemento organizacional central do projeto de economia solidária, é percebida como uma responsabilização que tende a se vincular, sobretudo, ao próprio trabalho individual, podendo significar uma maior gerência do trabalhador sobre o seu trabalho, mas, igualmente, a necessidade de automotivação e autocontrole constantes, imperativos que não deixam de ter resistências. A solidariedade e a cooperação, outros dos valores centrais do projeto, são, do mesmo modo, particularizados pelos atores. Essas categorias podem remeter tanto a aspectos internos ao empreendimento quanto externos a ele. Internamente, esses termos aludem, especialmente, ao apoio entre os trabalhadores na consecução de tarefas produtivas, mas também aos vínculos pessoais estabelecidos, que fundamentam processos de mútua ajuda. Externamente, essas noções justificam o desenvolvimento de ações na comunidade local, o apoio a outros empreendimentos e a doação para campanhas filantrópicas. Contudo, a maior parte dos entrevistados não manifestou a existência de uma articulação evidente entre os dois níveis da solidariedade e da cooperação, como poderia supor o projeto “original” da economia solidária. As distintas significações dos elementos particulares do projeto foram articuladas pelos atores, fundamentando, assim, diferentes concepções mais gerais. Deste modo, os entrevistados descreveram o projeto de economia solidária enquanto uma ilusão, um meio de filantropia, uma proposta de sociabilidade mais próxima, um acréscimo das responsabilidades, um recurso no mercado ou como um programa político-econômico.

Em referência à relação com os requerimentos de eficácia produtiva, os resultados do estudo empírico indicaram a centralidade produtiva dos trabalhadores. São eles, mediante o seu intenso esforço, em muitos casos sacrifício, que têm de compensar as fragilidades econômicas, técnicas e tecnológicas dos empreendimentos, a fim de garantir a sua competitividade e viabilidade (hipótese 2). Essa mobilização do ator não se dá, exclusivamente, por um vínculo com o coletivo, mas, também, pela possível dependência que possui de tal, a fim de responder as suas necessidades e os seus projetos pessoais. Neste sentido, tanto o modo como os requerimentos de eficácia produtiva emergem para os diferentes trabalhadores, quanto as formas como eles procuram responder a tais, caracterizaram-se pela multiplicidade. Enquanto os quadros diretivos têm como foco uma resposta coletiva, fundamentada em uma relação com os requerimentos de produtividade permeada por uma intensa ligação com as problemáticas coletivas, entre os demais trabalhadores a tendência é de um enfoque na própria produtividade individual, tida como

meio de responder as demandas pessoais (hipótese 3). Além disso, os resultados do estudo empírico indicaram que, a despeito da centralidade produtiva dos trabalhadores e dos diferentes obstáculos que marcam os contextos dos empreendimentos, os atores não estão dispostos a qualquer recurso para dar conta dos requerimentos de eficácia produtiva. O modo como eles respondem a tais, depende tanto das possibilidades e condições técnicas das tarefas executadas, o modo de remuneração e da divisão do trabalho quanto das concepções que possuem sobre si enquanto trabalhadores e que os fazem manifestar resistências em relação a algumas das possíveis formas de aumento de produtividade.

Os trabalhadores entrevistados colocaram de manifesto a sua não redutibilidade tanto ao projeto de economia solidária quanto aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva. Deste modo, eles tendem a não ser nem os militantes engajados, que o projeto poderia esperar, nem os indivíduos restritos a uma luta emergencial por sobrevivência, que uma primeira vista dos obstáculos presentes poderia levar a supor. Diferentemente disso, os trabalhadores das iniciativas estudadas manifestaram certo distanciamento em relação a esses dois aspectos, visto que nenhum deles, de forma isolada, é capaz de explicar a relação com o trabalho desenvolvida. É nesse espaço de relativa distância, que reside a luta por autonomia levada a cabo pelos indivíduos. Essa se caracteriza pela presença de concepções não redutíveis a nenhuma das duas dimensões anteriores e por um desejo do ator em realizar tais significações, articulando, assim, uma relação com o trabalho marcada por uma identificação subjetiva e por um reconhecimento dos demais. A apresentação dessa terceira dimensão da relação com o trabalho constituiu-se por três aspectos elementares: as descrições de si, a procura por reconhecimento das concepções individuais no âmbito dos grupos e os obstáculos à autonomia dos atores.

Os indivíduos participantes deste estudo afirmaram distintas descrições de si. Essas foram formadas por narrativas das trajetórias laborais, marcadas pela identificação de continuidades e descontinuidades, assim como por sentidos ascendentes ou descendentes; por percepções sobre as próprias capacidades enquanto trabalhador; por concepções do que seria um trabalho bem feito; e, por fim, pelos projetos pessoais e pelas expectativas em relação ao trabalho. Apesar da pluralidade dessas descrições, cabe destacar a recorrência de visões negativas de si, que articulam esses aspectos tendo como eixo uma sensação de inaptidão e uma atitude defensiva frente ao futuro (hipótese 4). A extensão de descrições desse tipo é um dos elementos que explica o hiato identificado nos três empreendimentos entre as reflexões de parte dos trabalhadores e a sua atuação em âmbito coletivo, processo que se vincula diretamente com o estabelecimento de um modo de operação do poder por gestão de quadros.

Tendo em conta esses aspectos, argumentou-se que o processo de reconhecimento coletivo dos sentidos que os trabalhadores possuem sobre o seu trabalho enfrenta menos dificuldades pela pluralidade presente nos empreendimentos, do que pela presença de diferentes obstáculos sociais que obliteram o reconhecimento do indivíduo na relação consigo mesmo. Destacaram-se três obstáculos fundamentais: o primeiro é econômico e alude ao esforço necessário do trabalhador para dar conta dos requerimentos da atividade produtiva, que termina por limitar o seu envolvimento com outras áreas; o segundo faz referência à trajetória laboral e escolar dos indivíduos, que, em alguma medida, os fez incorporarem parâmetros de normalidade no trabalho vinculados às concepções heterônomas, como a passividade e a subserviência; e, o terceiro, alude às vivências de depreciação e discriminação que negam o esforço e a potencialidade do ator em tornar-se sujeito. Ao incluir esses elementos na análise, demonstra-se que a relação com o trabalho na economia solidária é, também, uma relação do ator consigo mesmo, o que permite afirmar que os desafios para um outro trabalho na *outra economia* são expressos na pugna dos atores para se tornarem sujeitos.

A análise apresentada de cada uma das dimensões da relação com o trabalho (capítulos 4, 5 e 6) demonstrou a pluralidade de concepções que as marcam, assim como evidenciou que elas são incapazes de explicarem, se tomadas isoladamente, a ação dos atores. Deste modo, tendo em conta o estudo empírico realizado, é possível afirmar que os trabalhadores participantes não se reduzem nem ao projeto de economia solidária, nem aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva, assim como eles não são sujeitos autônomos plenamente constituídos. Diferentemente disso, a relação com o trabalho foi descrita enquanto um esforço permanente e instável dos trabalhadores em face de elementos contingentes, interpelantes e incongruentes. Neste cenário marcado pela heterogeneidade, os atores são impelidos a constituir a sua ação mediante a composição das significações vinculadas a cada uma das dimensões. A análise desenvolvida teve como resultado uma tipologia da relação com o trabalho que expressou os diferentes resultados dessa atividade dos atores em face da pluralidade que marca a sua realidade laboral (capítulo 7). Assim sendo, identificaram-se seis tipos: o de conservação, o de filiação, o centrado no ofício, o pessoalizado, o gerencial e o engajado.

A tipologia construída colocou de manifesto a atividade do trabalhador em relação a si mesmo e ao seu trabalho, ambos os aspectos marcados por intensa pluralidade. Porém, por mais que os atores vivam uma situação marcada pela presença de distintos elementos interpelantes que expressam a heterogeneidade do seu trabalho, eles são impelidos em constituir certa coerência. Deste modo, cada um dos tipos articula a sua relação com o

trabalho de formas diferenciadas: o tipo de *conservação* coloca como eixo da sua relação com o trabalho uma percepção positiva das suas vivências assalariadas passadas; o tipo de *filiação* descreve o seu trabalho, sobretudo como maior estabilidade e um ganho de direitos; o tipo *centrado no ofício* tem como foco a sua identificação com o ofício e um desejo de melhores condições para o exercício de tal; o tipo *pessoalizado* percebe o trabalho na economia solidária especialmente como uma sociabilidade mais próxima; o tipo *gerencial* concebe o empreendimento de economia solidária de forma similar a uma empresa privada, tendo como foco, sobretudo o desenvolvimento produtivo de tal; e, por fim, o tipo *engajado*, é marcado por uma intensa proximidade com o projeto de economia solidária. A tipologia apresentada evidencia que mesmo significações e atitudes similares evocadas por dois tipos distintos em relação a um determinado elemento, assumem formas diferenciadas quando particularizadas dentro dos arranjos de sentido articulados pelos atores. A identificação desses tipos se adequou à tese da dupla pluralidade da relação com o trabalho.

Os resultados do estudo empírico indicaram que os grupos são perpassados por um repto homólogo ao dos indivíduos (hipótese 5): é necessário que eles respondam aos requerimentos de eficácia da atividade produtiva e ao projeto de economia solidária, ao mesmo tempo em que articulem as concepções promovidas pelos atores. Assim, em cada um dos grupos foi possível identificar as interações, marcadas por processos de conflito e legitimação, entre os diferentes tipos de relação com o trabalho, que instituem o modo como o coletivo responde tanto aos requerimentos de eficácia produtiva quanto ao projeto de economia solidária. Deste modo, na Cooperalumínio, o tipo com foco no ofício e o gerencial fundamentam uma organização produtiva com maior separação entre gestão e produção e estabelecem um esforço em mobilizar o projeto de economia solidária como um recurso no mercado. Na Uniconfecção, os tipos pessoalizado e engajado colocam certa proeminência do projeto de economia solidária, que por garantir acesso a recursos de diversos tipos, por intermédio de suas lideranças, é um elemento que contribui para a viabilidade produtiva do empreendimento. E, por fim, a Coopereciclagem é marcada por uma maior distância entre as lideranças, do tipo engajado e gerencial e os demais trabalhadores, na sua maioria do tipo de filiação. Essa distância fundamenta uma organização do trabalho mais hierarquizada e uma presença do projeto, sobretudo, sob uma concepção de filantropia evocada pelo tipo de filiação. A descrição das interações entre os tipos identificados permite situá-los no âmbito dos diferentes empreendimentos, delineando os contornos particulares de tais.

Esta investigação procurou, por meio da sociologia da experiência e dos resultados do estudo empírico, colaborar com o debate em torno da questão que a intitula. A tese da dupla

pluralidade da relação com o trabalho na economia solidária mostrou-se válida, o que impossibilita o uso de qualquer afirmação contrastante para descrever as realidades laborais estudadas. A abordagem desenvolvida fundamentou-se no postulado de que o possível caráter alternativo do trabalho na economia solidária é expresso na relação com o trabalho. Esse processo é permeado por uma pluralidade de dimensões e de sentidos a elas vinculados, assim como de atores que têm de articular tais concepções para conformar a sua relação com trabalho. Apesar do fato de que a conclusão desta dissertação não está marcada por uma afirmação contundente da existência (ou não) de outro trabalho na *outra economia*, entende-se que os resultados apresentados contribuem para o debate acerca dessa problemática. Por um lado, o estudo das diferentes dimensões da relação com o trabalho apontou para a presença de distintas barreiras para a realização do possível caráter alternativo do trabalho na economia solidária: as fragilidades produtivas dos empreendimentos e a correlata necessidade de um intenso esforço dos trabalhadores; a incongruência entre o projeto de economia solidária e as vivências cotidianas; e, por fim, a recorrência de concepções negativas de si que restringem a luta por autonomia. Por outro lado, a abordagem das articulações de sentido promovidas pelos trabalhadores colocou em relevo a atividade de atores plurais em contextos, também eles, plurais, o que evidenciou a inadequação de duas figuras redutoras: a que mitifica o trabalhador ao supor um vínculo integral com o projeto de economia solidária e a que o reduz a procura emergencial pela sobrevivência.

Deste modo, se não é possível afirmar, de forma contundente, que a economia solidária é constituída por um “outro trabalho”, é inegável que os seus trabalhadores desenvolvem um esforço cotidiano por um trabalho mais digno e próximo das concepções que possuem, apesar das barreiras supracitadas. Assim, a *outra economia* pode ser considerada enquanto permeada por “outro trabalho” somente na medida em que há um espaço para essa batalha dos atores, mesmo que essa se dê em condições contingentes e sob formas variáveis. Contudo, não se pode considerar que esses desafios se restringem à ação desses indivíduos e grupos. O Estado, a academia e os diferentes agentes de apoio e fomento não podem deixar de colaborar com a luta cotidiana dos trabalhadores da economia solidária, para tanto é necessário que procurem compreender as nuances dessas realidades, evitando limitar a agência dos seus atores.

As conclusões deste estudo somente podem ser consideradas provisórias e limitadas, é necessário, assim, que as hipóteses postuladas sejam testadas em contextos diferenciados (como em empreendimentos de outros segmentos econômicos e de diferentes regiões geográficas), a fim de que se possa aumentar a sua amplitude. Ademais, estudos longitudinais

capazes de acompanhar o desenvolvimento da problemática proposta no decorrer do tempo em distintas iniciativas, trariam, igualmente, subsídios valiosos. A contribuição de um estudo não se restringe às suas conclusões, mas tão importantes quanto, são os questionamentos incitados. A partir dos resultados desta dissertação outras questões sobre o trabalho na economia solidária podem ser colocadas: 1) Tendo em conta as fragilidades produtivas dos empreendimentos, quais são os possíveis meios de revertê-las sem exigir sacrifícios dos trabalhadores? Qual é o papel do Estado e dos agentes de apoio e fomento nesse processo? 2) Considerando a tendência a um distanciamento dos atores em relação ao projeto, qual é o papel do movimento de economia solidária sobre os empreendimentos? 3) E, por fim, quais são as implicações do trabalho nos empreendimentos para a relação do ator consigo mesmo? Quais são os efeitos das vivências na economia solidária para o enfrentamento de processos que procuram limitar a capacidade do ator de ser sujeito, como os relacionados à discriminação e à depreciação do indivíduo? Essas problemáticas são um desafio não somente sociológico, mas também social, o que demonstra a sua relevância.

Esta dissertação evidenciou a potencialidade da sociologia da experiência para a compreensão de uma realidade empírica particular, e, ao fazê-lo, chamou a atenção para a pluralidade da realidade social contemporânea e para a atividade dos atores em meio a tal. Tendo em conta o seu uso profícuo para a abordagem do trabalho na economia solidária, é possível sugerir a análise em termos de experiência social para uma vasta gama de processos e contextos em que os atores não se limitam nem aos seus papéis nem aos seus interesses. As instituições que se mostram cada vez menos capazes de dar suporte a papéis sociais, os movimentos sociais e a sua gradativa unidimensionalidade, os processos migratórios e as questões de identidade envolvidas e as novas formas de organização do trabalho e o seu chamado ambíguo à mobilização subjetiva dos atores, são alguns dos objetos privilegiados à sociologia da experiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial**. Revista Katálysis. vol.12, n.2, pp. 188-197, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- ARRUDA, Marcos. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, pp. 232-241, 2003.
- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os sentidos do trabalho autogerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de economia solidária**. Dissertação de mestrado, PPGS/UFRGS, 2007.
- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 1996.
- BANCO MUNDIAL. **Gini Index**. World Bank, Development Research Group, 2012. Disponível em : <<http://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI>>. Acessos em agosto de 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETO, Raquel de Oliveira e DE PAULA, Ana Pala Paes. **Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade da inserção dos indivíduos na lógica cooperativista**. Cadernos EBAPE, BR, v.7, no 2, artigo 2, Rio de Janeiro, junho de 2009.
- BECK, Ulrich. **The Brave New World of Work**. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BECKER, Howard S.; ESTEVÃO, Marco, Trad. AGUIAR, Renato, Trad. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas - uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. **On justification: economies of worth**. Princenton: Princeton University Press, 2006.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORAGGIO, José Luís. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho** in KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, pp. 91-131, 2000.

_____. (org): **La Economía Social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas**. Colección de lecturas sobre Economía Social, Altamira, UNGS, Bs. As. 2007.

_____. **América Latina: necesidad y posibilidades de otra economía**. Otra Economía - Volumen II - Nº 2 - 1º semestre, pp.8-10, 2008.

_____. **Labour Economy** in HART, Keith; LAVILLE, Jean-Louis;

CATTANI, Antonio David. (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2009.

CATTANI, Antônio David. *The Human Economy: A citizen's guide*. Cambridge: Polity Press, pp. 119-129, 2010.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: EDUSC, 2001.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DE OLIVEIRA, Fábio. **Os sentidos do cooperativismo e trabalho: As cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores**. *Psicologia & Sociedade*, no19, Edição especial 1, pp. 75-83, 2007.

DEMOUSTIER, Danièle. **A economia social e solidária: um novo modo de empreendimento associativo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006

DENZIN, Norman K. **The research act**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1989.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa de emprego e desemprego**. Disponível em: <<http://sistemaped.dieese.org.br/analiseped/anualMET.html>>. Acessos em março de 2012. 2012a.

_____. **Proporção de assalariados no total de ocupados, por sexo**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedbd/DadosPed?acao=CONSULTA&tabela=12>>. Acessos em março de 2012. 2012b.

_____. **Rendimento médio real dos ocupados**. Disponível em:

<<http://www.dieese.org.br/pedbd/DadosPed?acao=CONSULTA&tabela=13>>. Acessos em março de 2012. 2012c.

_____ **Salário**
mínimo nominal e necessário. Disponível em:
 <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>>. Acessos em março de 2012.
 2012d.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociología brasileña, Latinoamérica y la tercera fase de la modernidad.** Estudios Sociológicos, Vol. 23, No. 68, Maio - Agosto, pp. 591-610, 2005.

DOUGLAS, Mary. **Pureza y peligro : un análisis de los conceptos de contaminación y tabú.** Madrid : Siglo XXI de España Editores, 1973.

DUBAR, Claude. **Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo.** Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia. Fevereiro, 2004.

DUBET, François. **La Galère: jeunes em survie.** Paris: Seuil, 1989.

_____. **Sociologie de l'expérience.** Paris : Seuil, 1994.

_____. **Sociologia da Experiência.** Instituto Piaget: Lisboa, 1996.

_____. **Pourquoi ne croit-on pas les sociologues?** Education et sociétés, n° 9, pp. 13-25, 2002.

_____. **Pour une conception dialogique de l'individu.** EspacesTemps.net., Textuel, 2005. Disponível em <<http://espacestemps.net/document1438.html>>. Acessos em outubro de 2011.

_____. **El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos em la modernidad.** Barcelona: Gedisa, 2006.

_____. **Why remain "Classical"?** European Journal of Social Theory. Los Angeles, London, Nova Delhi e Singapura: Sage publications, v.10, n.2 , pp. 247-260, 2007.

_____. **La experiencia sociológica.** Barcelona: Gedisa editorial, 2011.

DUBET, François e MARTUCCELLI, Danilo **¿En qué sociedad vivimos?** Buenos Aires: Editorial Losada, 1999.

DUBET, François e THALER, Henri L., **Introduction: the sociology of collective action reconsidered.** Current Sociology, n.52, pp. 557-573, 2004.

DUBET, François; TIRONI, Eugenio; ESPINOZA, Vicente; VALENZUELA, Eduardo. **Pobladores. Luttés sociales et démocratie au Chili.** Paris: L'Harmattan, 1989.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Da divisão do trabalho social**. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAVREAU, L. **L'économie sociale et solidaire: pôle éthique de la mondialisation?** Economie Ethique No. 4, Paris, UNESCO, 2003.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>.

Acessos em março de 2012, 2012a.

_____. **Carta de Princípios**. Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>.

Acessos em março de 2012, 2012b.

FLICK, Uwe. **Triangulation revisited – strategy of or alternative to validation of qualitative data**. Journal for the Theory of Social Behaviour, v.22, pp. 175-97, 1992.

_____. **Entrevista episódica** in GARKELL, George e BAUER, Martin (org.). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAIGER, Luis Inácio (Org.). **Formas de combate e de resistência a pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

_____. **Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul**. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). A economia solidária no Brasil. A Autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, pp. 267-286, 2000.

_____. **Economia popular solidária em Seminário: uma conversa de Luiz Inácio Gaiger com o Conselho de Escolas de Trabalhadores**. Rio de Janeiro: Capina, 2001.

_____. **A Economia solidária diante do Modo de Produção Capitalista**. Publicado originalmente no site <http://www.ecosol.org.br>, 2002.

_____. **Empreendimentos Econômicos Solidários**
Conceito e Metodologia. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Setembro de 2003, 2003a.

_____. **L'économie solidaire au Brésil: l'exemple du sud**. L'espérance économie solidaire. Expériences. Revue du M.A.U.S.S. L'alter-economie. Quelle "autre mondialisation?" Paris: La Découverte - M.A.U.S.S. N° 21, Premier Semestre, p. 80-96, 2003b.

_____. **A economia solidária e o valor das relações vinculantes.** Rev. Katál, Florianópolis, v.11, n1, pp. 11-19, janeiro/junho. 2008.

_____. **Eficiência.** In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Almedina, pp. 169-174, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio e LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária *in* CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis ; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (Org.). **Dicionário Internacional de Outra Economia.** São Paulo: Almedina Brasil, 2009

GARFINKEL, Harold. **Estudios en Etnometodologia.** México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2006.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais** *in* GASKELL, George e BAUER, Martin (org.). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social.** São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

GERMER, C. M. **A economia solidária: uma crítica marxista.** Revista Outubro, São Paulo: Alameda, n. 14, p. 193-214, 2006.

GOHN, M.G. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2008.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. **Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos.** Revista Katálysis. Florianópolis v. 11 n. 1, pp. 132-142, janeiro/junho, 2008.

GUERRA, Pablo A. **Elementos para uma economia da solidariedade.** Renovação, n. 312, p. 19- 22, 1997.

GUIMARAES, Nadya Araujo. **O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)?.** Dados, vol.54, n.4, pp. 533-568, 2011.

HABERMAS, Jurgen. **Teoría de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalização social.** Madrid: Taurus, 1998.

HADDAD, Fernando. **Hay que ser solidário pero sin perder la combatividad jamás.** In MELLO, Sylvia Láser de [Org.]. Economia Solidária e Autogestão. Encontros Internacionais. São Paulo: NESOL – USP, ITCP-USP, 2005.

HAMEL, Jacques. **The positions of Pierre Bourdieu and Alain Touraine respecting qualitative methods.** Journal of Sociology, v.37, n.4, pp. 341-353, 2001.

HINKELAMMERT, Franz J. e JIMÉNEZ, Henry Mora. **Hacia una economía para la vida**. San José: DEI, 2005.

HOLZMANN, Lorena. **Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática** in SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Editora Contexto, pp. 49-62, 2000.

_____. **Operários sem patrão. Gestão cooperativa e dilemas da democracia**. 1a. ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acessos em outubro de 2011.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Sociologie du couple**. Paris: PUF, 1993.

_____. **L'invention de soi. Une theorie de l'identite**, Armand Colin, 2004.

_____. **L'entretien compréhensif**. 3a edição. Paris: Armand Collin, 2011.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. **Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n.2, p. 373-389, maio/agosto, 2008.

LALANDA, Piedade. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. Análise Social, v. 33, n. 148, pp. 871-883, 1998.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire – une perspective internationale**, Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

_____. **Avec Mauss et Polanyi, vers une théorie de l'économie plurielle**. Revue du M.A.U.S.S. L'alter-economie. Quelle "autre mondialisation?" Paris: La Découverte - M.A.U.S.S. No 21, Premier Semestre, pp. 237-249, 2003.

_____. **Economia Plural** in CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. **Plural Economy** in HART, Keith; LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antônio David. The Human Economy: A citizen's guide. Cambridge: Polity Press, 2010, p. 77-83.

LAVILLE, Jean-Louis. e EME, Bernard. Renovación y diversidad de la prácticas *in* Laville J-L. (comp): **Economía Social y Solidaria. Una visión europea**. pp. 35-50. Editorial Altamira. Argentina. 2004.

LAVILLE, Jean-Louis; SAINSAULIEU, Renaud (Orgs.). **Sociologie de l'association**. Des organisation à l'épreuve du changement social. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.p.321-376.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na Unicamp por ocasião do II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, em 20 de março de 2002. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>>. Acessos em fevereiro de 2012.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. **El trabajo en el Brasil de los años 2000 dos caras de un mismo proceso**. Sociología del trabajo, N° 70, pp. 25-44, 2010.

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial** *in* LIMA, Jacob Carlos. Ligações Perigosas: trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Annablume editora, pp. 127-170, 2007.

_____. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?** Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n° 25, setembro/dezembro, pp. 158-198, 2010.

LIND, Michael. **The Next American Nation: The New Nationalism and the Fourth American Revolution**. Free Press, 1996.

LISBOA, A. M. **A socioeconomia Solidária diante da grande transformação**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 37, n. 159, pp. 27-57, 2001.

LISNIEWSKI, Simone Aparecida. **Análise da Ambiguidade Discursiva em uma cooperativa popular na Economia Solidária – Brasil – 2000/2010**. Revista Sociedade e Estado, v. 25, n. 3, Setembro-Dezembro, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou revolução?** São Paulo, Global, 1986.

MAGALHÃES, Tânia Tasca. **Inovações Tecnológicas e Qualificação dos trabalhadores de empresas do setor Metal-Mecânico do Estado do Rio Grande do Sul: estudo de casos**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 1998.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes – A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização**. Atual. Petrópolis, Vozes, 1999.

MARTUCCELLI, Danilo. **Grammaires de l'individu**. Paris: Gallimard, 2002.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte** in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas em Três Tomos. Tomo I. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, pp. 413-512, 1982.

MASON, Mark. **Sample Size and Saturation in PhD Studies** Using Qualitative Interviews. Forum: Qualitative Social Research, v.11, n.3, Art. 8, 63 Parágrafos, 2010. Disponível em : <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs100387>>. Acessos em novembro de 2011.

MAY, Tim. **Pesquisa social : questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAYER, Ricardo. **Sociologia da experiência e lutas por reconhecimento: Associações de geração de trabalho e renda no sul do Brasil**. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 61, Oeiras, dezembro, 2009.

_____. **A gramática da ação de trabalhadores em cooperativas de produção no sul do Brasil**. Cadernos CRH vol. 24 no. 63 Salvador Setembro/Dezembro, 2011

McCARTHY, John D. e ZALD, Mayer N. **The Enduring Vitality of the Resource Mobilization Theory of Social Movements**. In: TURNER, Jonathan H. (org.) Handbook of Sociological Theory. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 533-565, 2002.

McDONALD, Kevin. **L'intervention sociologique After twenty-five years: Can it translates into English?** Qualitative Sociology, v. 25, n. 2, Human Sciences Press, 2002.

MERTON, Robert K. **Social Theory and Social Structure**. Nova York: Free Press, 1957.

MORSE, Janice M. **The significance of saturation**. Qualitative Health Research. v.5, pp. 147-149, 1995.

NARDI, Henrique Caetano, TITTONI, Jaqueline e BERNARDES, Jefferson Souza. **Subjetividade e trabalho**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 2002, p.302-308.

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. RBCS, Vol. 18, n. 53, outubro, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PARSONS, Talcott e SHILS, Edward. **Hacia una Teoría General de la Acción**. Buenos Aires: Kapelusz, 1968.

POLANYI, Karl. **The great transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 1968.

QUIJANO, Aníbal. **La economía popular y sus caminos em América Latina**. Lima: Mosca Azul, 1998.

_____. **Sistemas alternativos de produção?** in Souza Santos (org.), *Produzir para viver*, São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Paris: Dunod, 1995.

RAZETO, Luís. **Economia de solidariedade e organização popular** in GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **El Factor “C”**. Santiago/Chile: campus virtual de la Economía solidaria , 1997. Disponível em: <<http://www.economiasolidaria.net>>. Acessos em novembro de 2010.

_____. *La Economía de la Solidaridad: concepto, realidad y proyecto* in Coraggio, J.L. (org): **La Economía Social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas**. Colección de lecturas sobre Economía Social, Altamira, UNGS, Bs. As. 2007.

RODGERS, Gery. **Precarious work in Western Europe. The state of the debate, jobs in labour market**. in Gery Rodgers and Janine Rodgers (Orgs). *Precarious jobs in labour market regulation: The growth of atypical employment in Western Europe*, International Institute for Labour Studies, Free University of Brussels, pp. 3-6, 1989.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. **L'autonomie comme norme et le rapport au travail; une étude comparative France-Brésil**. Tese de doutorado, Université Paris IX – Dauphine, 2000.

_____. **Autonomia Outorgada e Resistência - a relação do trabalhador industrial com seu trabalho**. Universidade Técnica de Lisboa: SOCIUS Working Papers, n6, 2002. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp602.pdf>>. Acessos em abril de 2012.

_____. **A autogestão e a nova questão social: Repensando a relação indivíduo-sociedade**. Civitas (PUCRS), Porto Alegre, v. 3, pp. 395-415, 2003.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990**. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200011&lng=en&nrm=iso>. Acessos em julho de 2012.

SENAES-MTE. **Atlas da Economia Solidária 2007**. Brasília: MTE. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acessos em outubro de 2011.

_____. **O que é Economia Solidária?** Disponível em: <http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>, 2012. Acessos em março de 2012.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro** in MORAIS FILHO, Evaristo de (org.). Simmel. São Paulo: Editora Atica, 1983.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, 1a Ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SORJ, Bernardo e MARTUCCELLI, Danilo. **The Latin American Challenge: Social Cohesion and Democracy**. Rio de Janeiro: The Edelstein Center for Social Research, 2008.

SOUSA, Daniela. **Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária**. Revista Katálysis. Florianópolis v. 11 n. 1 pp. 53-60 janeiro/junho, 2008.

SOUZA, Jessé, **Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte, UFMG, 2010.

SPERONI, Thales. **O desenvolvimento da autonomia coletiva em empreendimentos de economia solidária**. Monografia, UFRGS, 2009.

_____. **O desenvolvimento da autonomia coletiva em empreendimentos de economia solidária: o estudo de dois casos considerados modelo no Brasil e Espanha**. Protestantismo em Revista, São Leopoldo, v. 23, setembro/dezembro, 2010.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**. Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001

TOURAINE, Alain. **The Self-Production of Society**. Chicago: University of Chicago, 1977.

_____. **La voix et le regard**. Paris : Seuil, 1978.

_____. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Unicamp, 1989.

_____. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **¿Podremos vivir juntos ? La discusión pendiente : el destino del Hombre en la Aldea Global**. Buenos Aires : Fundo de Cultura Económica de Argentina, 1997.

_____. **A method for studying social actors**. Journal of World Systems Research, v. 6 , pp. 900–918, 2000.

TULVING, Endel. **Episodic and Semantic Memory** in TULVING, E e DONALDSON, W (org.). Organisation of Memory. New York: Academic Press, pp. 381-403, 1972.

WAUTIER, Annie M. **As relações de trabalho nas organizações de economia solidária – Um paralelo Brasil-França**. PPGS/UFRGS. Tese de Doutorado, 2004.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Contribuição à crítica da 'economia solidária'**. Revista *Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em novembro de 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ATRIBUTOS DOS ENTREVISTADOS – COOPERCICLAGEM

Nome	Idade	Formação escolar	Tempo na cooperativa	Local/setor de trabalho
Alice *	45	Ensino fundamental completo	1 ano	Triagem
Artur	42	Ensino fundamental incompleto	2 anos	Coordenador da coleta
Carolina	28	Ensino fundamental incompleto	8 meses	Triagem
David	20	Ensino médio completo	2 anos	Triagem
Ester	19	Ensino fundamental completo	7 meses	Triagem
Gabriel	22	Ensino fundamental incompleto	10 meses	Prensa
Joana	39	Ensino médio completo	8 anos	Triagem
Julia	45	Ensino fundamental completo	4 anos	Triagem
Leandro	40	Ensino médio completo	3 anos	Presidente
Luiza *	39	Ensino fundamental incompleto	1 ano	Triagem
Marcela *	44	Ensino fundamental incompleto	3 anos	Triagem
Mariana	33	Ensino fundamental incompleto	2 anos	Coordenação da produção no entreposto
Rita	65	Ensino médio completo	12 anos	Ex-presidente, aposentada
Roberto	27	Ensino médio incompleto	5 meses	Coleta
Rosa	37	Ensino médio completo	2 anos	Coordenação da produção na matriz
Teresa	48	Nunca estudou, analfabeta	4 anos	Triagem

Fonte: Dados coletados pelo autor. O nome do empreendimento e dos entrevistados é fictício. Entrevistas realizadas entre julho e outubro de 2011.

* Entrevistas exploratórias realizadas entre abril e junho de 2011.

APÊNDICE B: ATRIBUTOS DOS ENTREVISTADOS – COOPERALUMÍNIO

Nome	Idade	Formação escolar	Tempo na cooperativa	Tempo na empresa que deu origem a cooperativa	Setor de trabalho *
Carlos	51	Ensino fundamental incompleto	10 anos	4 anos	Estamparia
Fernanda	44	Ensino médio incompleto	2 anos	10 anos	Montagem
Francisco **	70	Ensino médio completo	10 anos	47 anos	Vice-presidente, polimento e lixamento
João	61	Ensino médio completo	10 anos	29 anos	Moldagem
Jorge	33	Ensino médio completo	1 ano	-	Estamparia
Marcos	48	Ensino fundamental completo	10 anos	19 anos	Presidente e coordenação da produção
Maria	40	Ensino fundamental incompleto	1 ano	-	Montagem
Mario	58	Ensino fundamental incompleto	9 anos	8 anos	Moldagem
Paulo	51	Ensino fundamental completo	10 anos	23 anos	Ferramentaria e manutenção
Pedro	33	Ensino médio completo	6 anos	-	Expedição
Sandra	52	Ensino fundamental incompleto	9 anos	-	Moldagem

Fonte: Dados coletados pelo autor. O nome do empreendimento e dos entrevistados é fictício. Entrevistas realizadas entre julho e outubro de 2011.

* Foi considerado o setor no qual os trabalhadores se dedicam prioritariamente, contudo parte deles executa tarefas nem outros setores, sobretudo na laminação e na fundição.

** Entrevista exploratória realizadas em abril de 2011.

APÊNDICE C: ATRIBUTOS DOS ENTREVISTADOS – UNICONFEÇÃO

Nome	Idade	Formação escolar	Tempo na cooperativa	Setor de trabalho
Adriana	48	Ensino fundamental incompleto	4 anos	Costura
Ângela	39	Ensino fundamental completo	15 anos	Costura
Bruna	39	Ensino fundamental incompleto	7 meses	Serigrafia
Cristina	28	Ensino médio completo	6 anos	Corte
Isabel	50	Ensino médio completo	4 anos	Costura
Laura	28	Ensino fundamental incompleto	1 ano	Costura
Luciana	58	Ensino fundamental incompleto	15 anos	Corte
Marcelo *	52	Ensino médio completo	6 anos	Serigrafia
Márcia	35	Ensino médio completo	11 anos	Costura
Renata	43	Ensino fundamental incompleto	1 ano e 6 meses	Costura
Sofia	21	Ensino médio incompleto	2 anos	Serigrafia
Sônia	48	Ensino médio completo	15 anos	Presidente e corte
Tatiana *	35	Ensino médio incompleto	4 anos	Serigrafia
Thaís *	65	Ensino fundamental incompleto	15 anos	Costura

Fonte: Dados coletados pelo autor. O nome do empreendimento e dos entrevistados é fictício. Entrevistas realizadas entre julho e outubro de 2011.

* Entrevistas realizadas em pesquisa anterior entre dezembro de 2008 e outubro de 2009 e utilizadas como material exploratório.

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA *

- 1) Apresentação:
 - a. Apresentação dos objetivos da pesquisa e da forma de organização da entrevista;
 - b. Leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.
- 2) Trajetória laboral:
 - a. Primeiro trabalho e demais vivências laborais:
 - i. Idade do primeiro trabalho e tempo de permanência;
 - ii. Local de trabalho;
 - iii. Situação familiar na época;
 - iv. Ajuda nas tarefas da casa e/ou da propriedade rural;
 - v. Aprendizado do ofício;
 - vi. Modo de trabalhar;
 - vii. A rotina de trabalho;
 - viii. Exigências em relação à conduta;
 - ix. Relação com os superiores;
 - x. Renda auferida;
 - xi. Motivos para não prosseguimento no trabalho.
 - b. Formação escolar;
 - c. As maiores dificuldades e conquistas identificadas pelo ator.
- 3) A relação com o empreendimento:
 - a. A entrada/fundação do empreendimento:
 - i. Descrição do processo de entrada/fundação;
 - ii. Motivações de entrada/fundação;
 - iii. Momentos marcantes na história do empreendimento.
 - b. O empreendimento:
 - i. Os objetivos do empreendimento;
 - ii. Aspectos considerados de sucesso e de insucesso.
 - c. Participação e envolvimento:
 - i. Atuação nos espaços de participação e deliberação;

* Este roteiro foi utilizado como referência para os conteúdos a serem abordados. A ordem dos tópicos não corresponde, necessariamente, a ordem dos temas tratados durante as entrevistas. Para uma compreensão de como as entrevistas foram conduzidas ver p. 112.

- ii. O exercício de cargos de representação;
- iii. A opinião sobre a atuação dos outros nos espaços de participação e deliberação;
- iv. A relação com as lideranças e a concepção de seu papel;
- v. Sentimento de posse do empreendimento;
- vi. Opinião sobre modo de alocação de recursos coletivos;
- vii. A reflexão e o envolvimento com os problemas do coletivo fora do trabalho.

4) O trabalho no empreendimento:

- i. O processo de trabalho:
 - 1. Tarefas executadas;
 - 2. Descrição do modo de trabalhar;
 - 3. Saberes e habilidades requeridas e/ou valorizadas;
 - 4. As condições de trabalho e a opinião sobre a infraestrutura disponível;
 - 5. Opinião sobre a divisão e organização do trabalho;
 - 6. Controle individual sobre o modo de fazer;
 - 7. Normas coletivas em relação ao trabalho;
 - 8. A possibilidade de realizar outras tarefas produtivas;
 - 9. Modos de garantir maior produtividade.
- ii. Objetivos em relação o trabalho;
- b. Concepção do que seria um “trabalho bem feito”;
- c. Opinião sobre a forma de remuneração;
- d. O reconhecimento no trabalho:
 - i. A contribuição gerada ao grupo e o reconhecimento dos demais dessa contribuição;
 - ii. A opinião dos outros sobre as concepções do indivíduo em relação o trabalho.

5) A economia solidária:

- i. Concepção do que é a economia solidária;
- ii. Identificação do empreendimento com esta concepção;
- iii. A participação no movimento de economia solidária;
- iv. Opinião sobre o projeto de economia solidária.

6) A trajetória laboral versus o trabalho no empreendimento:

- a. Mudanças em relação às vivências laborais anteriores:
 - i. Rotina de trabalho;
 - ii. Renda auferida;
 - iii. Organização do trabalho;
 - iv. O modo de trabalhar;
 - v. A relação com os superiores;
 - vi. Acesso à direitos sociais e a carteira assinada.
 - b. Comparação entre o trabalho na cooperativa e os trabalhos realizados anteriormente: pontos positivos e negativos.
- 7) Projetos biográficos e planos para o empreendimento:
- a. Planos para o empreendimento;
 - b. Projetos pessoais para o futuro.
- 8) Encerramento:
- a. Considerações finais do entrevistado:
 - i. Comentário sobre a entrevista;
 - ii. Inclusão de aspectos não abrangidos e tidos como relevantes.
 - b. Agradecimento;

APÊNDICE E: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para colaborar com a pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “A relação do trabalhador com seu trabalho na economia solidária” desenvolvida por Thales Speroni Pereira da Cruz a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário por meio do telefone nº (51) 92441933 ou do e-mail thales.speroni@ufrgs.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Minha colaboração se fará por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Estou ciente de que os resultados originados a partir das entrevistas poderão ser publicados e/ou divulgados e que me está assegurado o anonimato e a liberdade de me retirar desse estudo a qualquer momento sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto assim que o presente termo foi lido e integralmente compreendido por mim.

_____, ____ de _____ de 201__.

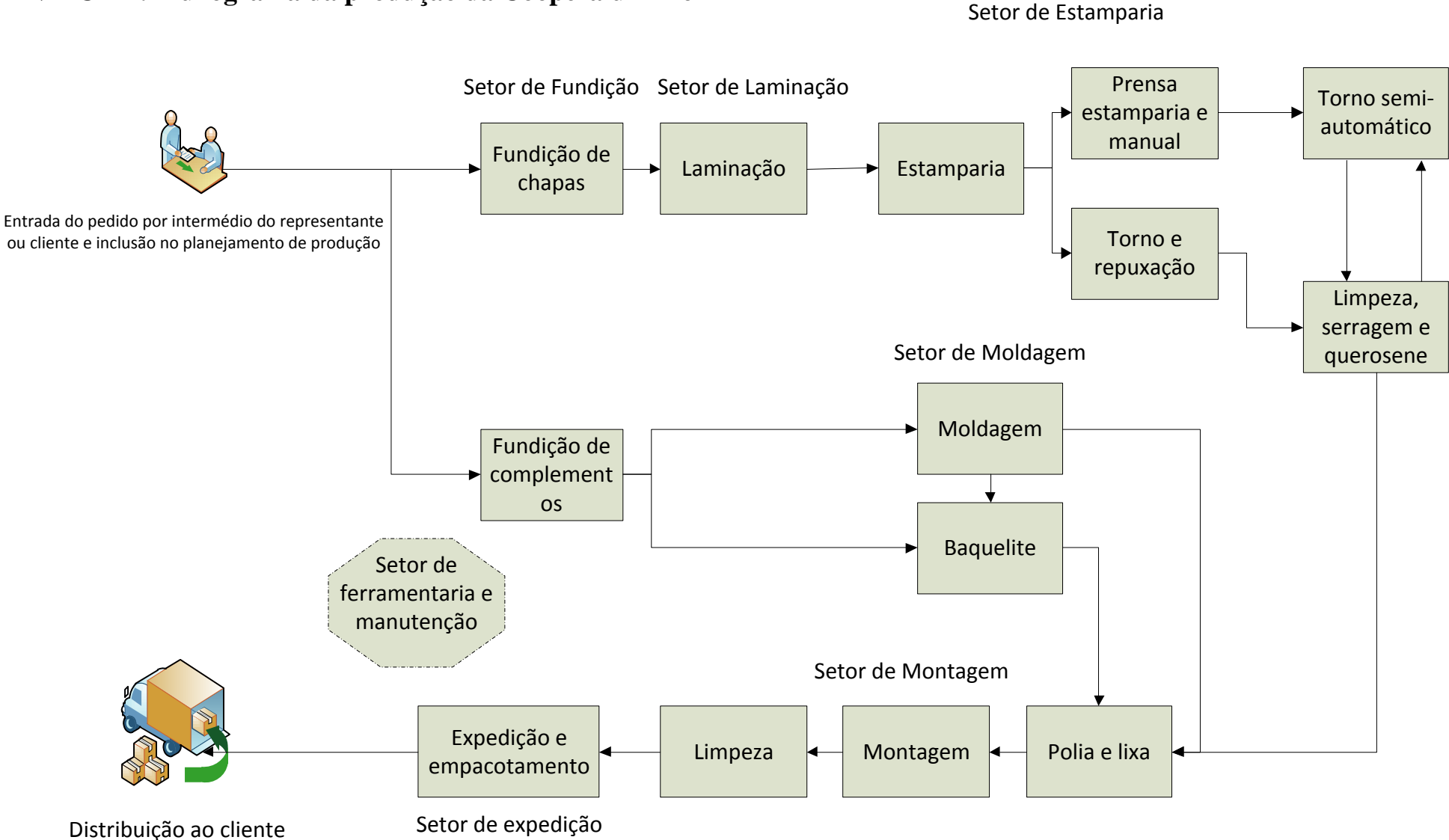
Nome do entrevistado(a): _____

RG do entrevistado(a): _____

Assinatura do(a) entrevistado (a)

Thales Speroni Pereira da Cruz
Mestrando em Sociologia – PPGS/UFRGS

APÊNDICE F: Fluxograma da produção da Cooperalumínio



APÊNDICE G: Fluxograma da produção da Uniconfeção

